

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

.....VIII.....



2013 | 2014

IMPrensa Nacional – Casa da Moeda

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... VIII

INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ANO DE 2013 | 2014

Índice

11 **Prefácio**

29 **I. Portugal Inteiro**

33 **Sessão Solene Comemorativa do XXXIX Aniversário do 25 de Abril**
Assembleia da República, 25 de abril de 2013

43 **Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas**
por Ocasião do Dia de Portugal
Elvas, 9 de junho de 2013

45 **Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho**
Elvas, 10 de junho de 2013

51 **Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal,**
de Camões e das Comunidades Portuguesas
Elvas, 10 de junho de 2013

61 **Comunicação ao País**
Palácio de Belém, 10 de julho de 2013

67 **Comunicação ao País**
Palácio de Belém, 21 de julho de 2013

71 **Mensagem ao País a Propósito da Realização de Eleições Autárquicas**
Palácio de Belém, 28 de setembro de 2013

73 **Cerimónia Comemorativa dos 103 Anos da Proclamação da República**
Lisboa, 5 de outubro de 2013

77 **Mensagem de Ano Novo**
Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2014

83 **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial**
Lisboa, 29 de janeiro de 2014

89 **II. Economia e Crescimento Sustentável**

93 **Cerimónia de Inauguração da Nova Fábrica da Leica**
Famalicão, 21 de março de 2013

- 97 **Cerimónia de Inauguração das Novas Unidades da Refinaria da GALP**
Sines, 5 de abril de 2013
- 101 **Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Portugal-Turquia**
Lisboa, 7 de maio de 2013
- 105 **Conferência Anual da Comissão Consultiva Internacional do Grupo Bosch**
Porto, 14 de maio de 2013
- 109 **Sessão de Encerramento do Encontro “FAZ – Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa”**
Lisboa, 6 de junho de 2013
- 113 **Cerimónia de Inauguração do Centro de Inovação e Tecnologia da IBM**
Tomar, 4 de novembro de 2013
- 119 **Sessão de Encerramento do X Encontro Nacional de Inovação COTEC-Portugal**
Lisboa, 27 de novembro de 2013

123 **III. Desenvolvimento e Coesão Social**

- 127 **Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Elvas**
Elvas, 9 de junho de 2013
- 131 **Sessão de Encerramento do Seminário “A Economia Social, o Emprego e o Desenvolvimento Local”**
Lisboa, 18 de junho de 2013
- 135 **Cerimónia de Agradecimento da Cidade de Guimarães e de Personalidades Ligadas ao Ensino Superior**
Palácio de Belém, 28 de junho de 2013
- 137 **Sessão Comemorativa do Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Vizela**
Vizela, 15 de novembro de 2013
- 141 **Sessão Comemorativa dos 500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga**
Braga, 15 de novembro de 2013

145 **IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura**

- 149 **Sessão de Abertura do XXXIV Congresso da Sociedade Portuguesa de Cardiologia**
Vilamoura, 28 de abril de 2013
- 153 **Cerimónia de Entrega do Prémio Leya 2012**
Lisboa, 8 de maio de 2013
- 157 **Cerimónia de Entrega dos Prémios BIAL 2012**
Porto, 14 de maio de 2013
- 159 **Cerimónia de Entrega do Prémio Camões**
Palácio de Queluz, 10 de junho de 2013
- 161 **Cerimónia de Entrega do Prémio Champalimaud de Visão 2013**
Lisboa, 4 de setembro de 2013

165 **Cerimónia de Entrega do Prémio Aga Khan para a Arquitetura**
Lisboa, 6 de setembro de 2013

167 **Cerimónia de Entrega do Prémio Helena Vaz da Silva**
Lisboa, 21 de outubro de 2013

171 **Cerimónia de Entrega do Prémio Vida Literária**
Lisboa, 14 de dezembro de 2013

173 **Cerimónia de Homenagem a Vasco Graça Moura**
Lisboa, 31 de janeiro de 2014

177 **V. Portugal na Europa e no Mundo**

181 **Sessão de Abertura da Conferência Internacional**
“Portugal na Balança da Europa e do Mundo”
Lisboa, 12 de abril de 2013

185 **Sessão de Encerramento da Conferência Internacional**
“Portugal na Balança da Europa e do Mundo”
Lisboa, 12 de abril de 2013

189 **Almoço Oferecido pelo Presidente da República da Colômbia**
Bogotá, 16 de abril de 2013

193 **Sessão de Boas-Vindas no Congresso da República da Colômbia**
Bogotá, 16 de abril de 2013

197 **Visita ao Supremo Tribunal da Colômbia**
Bogotá, 17 de abril de 2013

199 **Visita à Alcaldia Mayor de Bogotá**
Bogotá, 17 de abril de 2013

201 **Sessão de Encerramento do Seminário Económico Portugal-Colômbia**
Bogotá, 17 de abril de 2013

205 **Inauguração da Feira Internacional do Livro de Bogotá**
Bogotá, 17 de abril de 2013

209 **Visita à Alcaldia de Lima**
Lima, 19 de abril de 2013

211 **Sessão de Encerramento do Seminário Económico Portugal-Peru**
Lima, 19 de abril de 2013

217 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Turquia**
Palácio de Queluz, 6 de maio de 2013

221 **Cerimónia de Atribuição dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa**
Lisboa, 21 de maio de 2013

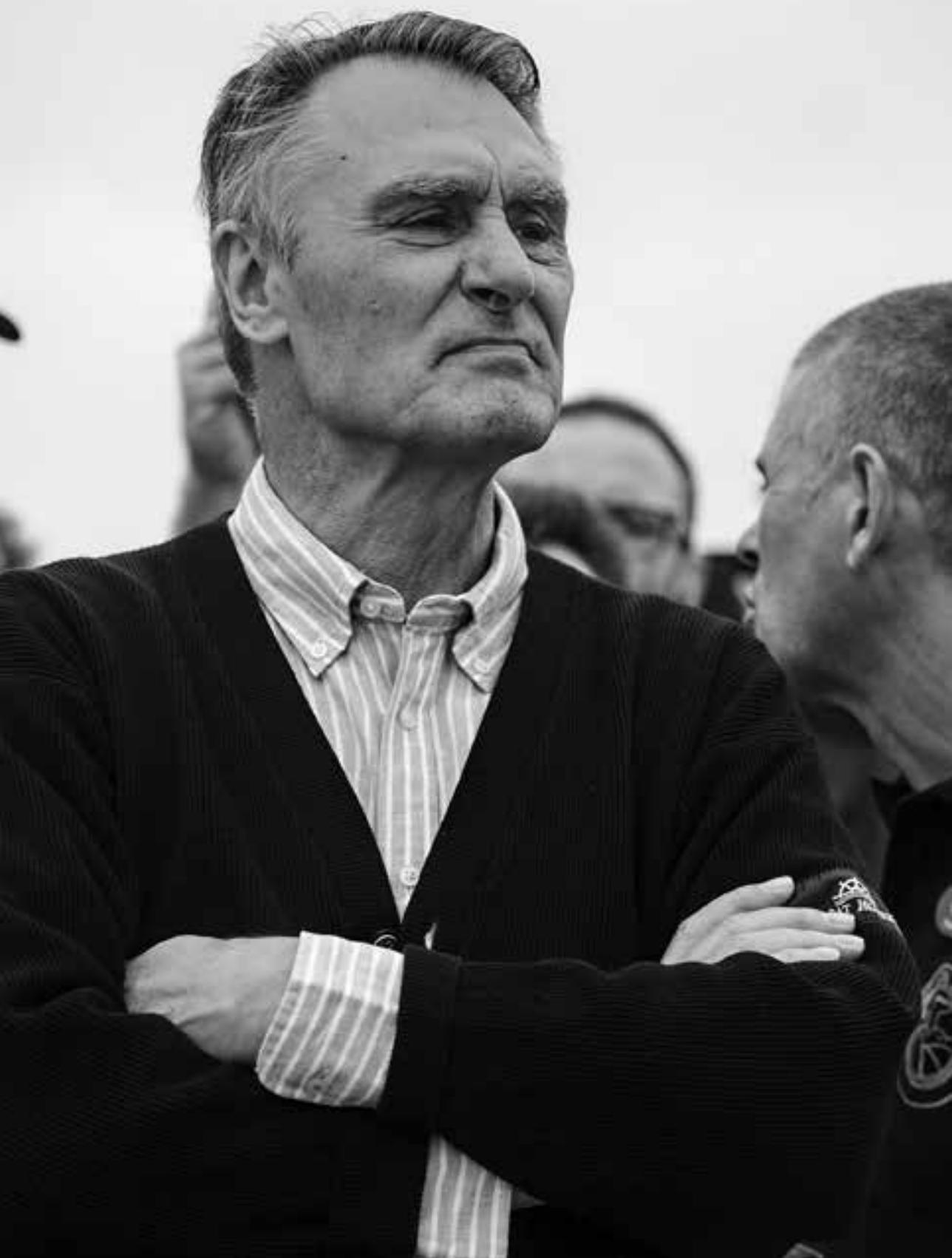
225 **Banquete Oficial em Honra da Presidente da República Federativa do Brasil**
Palácio de Queluz, 10 de junho de 2013

229 **Sessão Solene no Parlamento Europeu**
Estrasburgo, 12 de junho de 2013

237 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República do Panamá**
Palácio da Cidadela, 30 de julho de 2013

- 241 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Timor-Leste**
Palácio da Cidadela, 20 de setembro de 2013
- 245 **Banquete Oferecido pelos Reis da Suécia**
Estocolmo, 1 de outubro de 2013
- 249 **Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Suécia-Portugal**
Estocolmo, 2 de outubro de 2013
- 253 **Encontro com a Comunidade Portuguesa na Suécia**
Estocolmo, 2 de outubro de 2013
- 255 **Sessão Plenária da XXIII Cimeira Ibero-Americana**
Panamá, 19 de outubro de 2013
- 259 **Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático**
Palácio de Queluz, 16 de janeiro de 2014
- 267 **Encerramento da Conferência “World Ocean Summit 2014”**
São Francisco, 26 de fevereiro de 2014
- 273 **Sessão de Encerramento do Seminário Económico Canadá-Portugal**
Toronto, 28 de fevereiro de 2014
- 277 **Encontro com a Comunidade Portuguesa no Canadá**
Toronto, 28 de fevereiro de 2014
- 281 **Anexos**
- 283 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da promulgação do diploma que define as competências, a estrutura e o funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional**
27 de março de 2013
- 285 **Artigo de Opinião “Margaret Thatcher – um gigante da política europeia”**
Semanário Expresso, 13 de abril de 2013
- 289 **Artigo de Opinião “O Dia da Língua Portuguesa e da CPLP”**
Jornal SOL, 3 de maio de 2013
- 293 **Mensagem aos Bombeiros e Agentes de Proteção Civil**
Palácio de Belém, 29 de agosto de 2013
- 295 **Declaração a propósito da morte de Eusébio da Silva Ferreira**
Palácio de Belém, 5 de janeiro de 2014
- 297 **Passos da Agenda**





Prefácio

O período pós-troika

De acordo com a leitura a que procedo dos poderes presidenciais inscritos na Constituição – e que sempre fiz questão de transmitir com clareza aos Portugueses –, considero que uma das principais funções do Presidente da República consiste em convocar a atenção dos agentes políticos, económicos e sociais, bem como de todos os cidadãos, para os grandes desígnios nacionais.

Neste contexto, a intervenção presidencial é realizada numa ótica muito distinta daquela em que se situa o debate público de todos os dias e, em particular, das controvérsias que marcam o quotidiano da luta político-partidária.

O exercício desta função presidencial obriga, naturalmente, a um uso muito prudente, criterioso e informado da palavra pública, requer distanciamento face às disputas e querelas do dia-a-dia, e exige imparcialidade e isenção no tratamento das diversas forças políticas, estejam no Governo ou na Oposição. Reclama, acima de tudo, uma visão temporal alargada, assente no estudo rigoroso e aprofundado das questões que efetivamente influenciam o presente e o futuro de todos os Portugueses.

Foi nessa perspetiva que, ao discursar na Assembleia da República, em 25 de abril de 2013, decidi introduzir o tema do pós-troika no debate público nacional.

Entendi que era tempo de alertar as várias forças políticas e todos os agentes económicos e sociais para a necessidade imperiosa de terem em conta a situação do País depois de maio de 2014, altura em que chegará ao fim o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro negociado, em maio de 2011, com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu. Haveria que debater e preparar atempadamente essa

fase crucial da vida do País – o pós-troika –, em que Portugal deixará de contar com os empréstimos oficiais das instituições internacionais.

Com o mesmo propósito, reuni o Conselho de Estado em 20 de maio de 2013, tendo como ordem de trabalhos as “Perspetivas de Economia Portuguesa na fase do Pós-Troika, no quadro de uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada”. E, pouco depois, em 5 de julho, promovi um Encontro de Economistas sobre “Portugal no Período Pós-Troika”, onde estiveram presentes académicos das mais diversas escolas e orientações doutrinárias.

O pós-troika foi também tema central da minha visita às instituições europeias, ocorrida no mês de junho de 2013.

Na altura, como os Portugueses se recordam, algumas vezes, felizmente minoritárias e pouco credíveis, pretenderam sustentar que era meu propósito desviar as atenções dos cidadãos das dificuldades que o País atravessava, tendo chegado a afirmar-se que o pós-troika era uma realidade distante e longínqua, com a qual não nos deveríamos preocupar com tanta antecedência.

Na verdade, e como agora parece ser uma evidência, o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro chegará ao fim a breve trecho e, nessa altura, Portugal terá de dispor de credibilidade internacional e de instrumentos adequados para conseguir os meios indispensáveis ao financiamento do Estado e da economia. Caso contrário, a situação tenderá a ser idêntica, ou mesmo pior, àquela em que nos encontrávamos quando fomos obrigados a recorrer ao auxílio externo, realizado sob a forma de empréstimo das instituições internacionais.

O principal objetivo daquelas minhas iniciativas era apontar uma linha de rumo de futuro, no quadro das exigentes regras europeias de disciplina orçamental a que Portugal estará sujeito no período pós-troika, sublinhando a importância de um compromisso político de médio prazo. Havia que discutir, de uma forma serena e informada, colocando os interesses nacionais em primeiro lugar, as condições que o País deveria assegurar para poder enfrentar com sucesso os seus problemas de financiamento e retomar uma trajetória de crescimento económico, de criação de emprego e de melhoria

efetiva das condições de vida dos Portugueses. Parecendo ser uma questão de futuro, o pós-troika constitui uma questão central do nosso presente. O futuro é agora.

Esta insistência produziu resultados e o período pós-troika tem vindo a ser tema de debate dos agentes políticos, económicos e sociais – embora nem sempre da forma objetiva que seria desejável – e são muitos os académicos e analistas que sobre ele se têm debruçado. De igual modo, o povo português tem vindo a ganhar consciência crescente de uma realidade suficientemente próxima para, devido à sua enorme relevância, merecer a maior atenção.

As novas regras europeias de disciplina orçamental

Os Portugueses devem ser esclarecidos e estar bem conscientes das novas regras europeias de disciplina orçamental, já que elas irão condicionar, de forma profunda, a vida nacional nos próximos anos.

Na verdade, para responder à crise financeira da Zona Euro, as regras de disciplina orçamental e de supervisão das políticas económicas a que estão sujeitos os Estados-membros da União Europeia foram significativamente reforçadas nos dois últimos anos, nas suas vertentes preventiva e corretiva. Nesse sentido, foi aprovado o pacote normativo denominado “six-pack” (cinco regulamentos comunitários e uma diretiva), que entrou em vigor em dezembro de 2011, o Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governança da UEM (Tratado Orçamental), que entrou em vigor em janeiro de 2013, e o denominado “two-pack” (dois regulamentos comunitários), que entrou em vigor em maio de 2013.

Significa isto que, no período pós-troika, Portugal, à semelhança dos outros Estados da Zona Euro, continuará sujeito a um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades europeias, de modo a garantir o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade da dívida pública e a evitar desequilíbrios macroeconómicos.

No que se refere à política orçamental, os Estados da Zona Euro devem assegurar um défice das administrações públicas não superior a 3 por cento

do PIB e um défice estrutural (défice orçamental corrigido das variações cíclicas e das medidas extraordinárias e temporárias) não superior a 0,5 por cento do PIB (1 por cento do PIB para os Estados-membros com um rácio da dívida pública significativamente inferior a 60 por cento do PIB).

Em caso de défice excessivo, o défice estrutural deve ser reduzido pelo menos 0,5 por cento do PIB em cada ano.

De acordo com as previsões oficiais, só em 2015 Portugal atingirá um défice orçamental inferior a 3 por cento do PIB, sendo que, em 2014, o défice estrutural deverá situar-se num valor ligeiramente superior a 2,5 por cento.

No caso de excesso de dívida pública em relação ao valor de referência de 60 por cento do PIB, os Estados-membros deverão reduzi-la, na parte que excede aquela percentagem, ao ritmo médio de um vigésimo por ano.

O cumprimento desta regra por parte de Portugal apresenta-se bastante exigente, tendo em conta que se prevê que, em 2014, a dívida pública seja superior a 126 por cento do PIB.

Pressupondo um crescimento anual do produto nominal de 4 por cento e uma taxa de juro implícita da dívida pública de 4 por cento, para atingir, em 2035, o valor de referência de 60 por cento para o rácio da dívida, seria necessário que o Orçamento registasse, em média, um excedente primário anual de cerca de 3 por cento do PIB. Em 2014, prevê-se que o excedente primário atinja 0,3 por cento do PIB.

Acrescente-se ainda que, de acordo com os normativos comunitários, a partir do Orçamento para 2014, os Estados-membros submeterão as suas propostas de Orçamento, assim como o quadro macroeconómico em que se baseiam, à Comissão Europeia e ao Eurogrupo antes de serem submetidas aos respetivos parlamentos nacionais. A Comissão pode requerer a revisão das propostas de Orçamento se concluir que elas não respeitam os requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e as recomendações adotadas pelo Conselho, no quadro do processo de planeamento da política económica e orçamental na União Europeia denominado “Semestre Europeu”.

Além da condicionalidade genérica que resulta dos tratados e regulamentos comunitários e que vincula todos os Estados-membros, existe uma condicionalidade específica que decorre da negociação dos países que en-

frentam graves dificuldades de financiamento com os parceiros ou instituições que lhes providenciem assistência financeira.

É o caso de Portugal, nos termos do acordo negociado com a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, em maio de 2011, para a obtenção de empréstimos no montante de 78 mil milhões de euros.

Assim, os países da Zona Euro que beneficiem de programas de assistência financeira, como é o nosso caso, estão sujeitos, nos termos do Regulamento 472/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, a uma supervisão económica e orçamental reforçada, como a que tem vindo a ser regularmente efetuada pela troika.

Depois de concluir os respetivos programas de ajustamento, estes países continuarão sujeitos a uma supervisão pós-programa até terem reembolsado pelo menos 75 por cento dos empréstimos que lhes foram concedidos pela União Europeia, período que pode ser prorrogado por decisão do Conselho, sob proposta da Comissão.

Face à extensão em sete anos do vencimento dos empréstimos concedidos a Portugal pela União Europeia (52 mil milhões, no final do programa de ajustamento), não se prevê que ocorram reembolsos antes de 2025 e que a percentagem de 75 por cento dos reembolsos seja atingida antes de 2035. Resulta assim claro da legislação europeia que as condicionalidades, a supervisão e a monitorização constituem hoje uma constante na Zona Euro, sendo aliás especificamente reforçadas para os Estados que estejam sob assistência financeira ou em risco de a requererem.

Por isso, é uma ilusão pensar que as exigências de rigor orçamental colocadas a Portugal irão desaparecer em meados de 2014, com o fim do atual programa de ajustamento económico e financeiro. Qualquer que seja o governo em funções, o escrutínio europeu reforçado das finanças públicas portuguesas, bem como a monitorização da política económica, vai prolongar-se muito para além da conclusão do atual programa de ajustamento.

Trata-se, desde logo, da consequência da aplicação das regras comunitárias de disciplina orçamental e de supervisão macroeconómica que obrigam todos os Estados da Zona Euro. Mas também resulta do excesso de dívida

que acumulámos e da condicionalidade associada à eventual necessidade de recorrer a uma programa cautelar para assegurar, a taxas de juro comportáveis, o financiamento do Estado e da economia no período pós-troika. Assim, e num horizonte temporal muito alargado, se Portugal se afastar de uma linha de rumo de sustentabilidade das finanças públicas, de controlo das contas externas e de estabilidade do sistema financeiro, suportará, de forma inescapável, novos e pesados custos económicos e sociais.

O regresso ao mercado da dívida pública

O facto de um país sujeito a um programa de assistência financeira completar a sua execução com sucesso não dá, por si só, garantias de que consiga depois satisfazer plenamente as suas necessidades de financiamento, designadamente através da colocação de títulos da dívida pública no mercado. Tendo em conta essa realidade, os Chefes de Estado e de Governo da Zona Euro, na sua Declaração de julho de 2011, reiterada em outubro do mesmo ano, firmaram o compromisso de “continuar a prestar apoio aos países sujeitos a programas até que recuperem o acesso ao mercado, desde que executem com êxito esses programas”.

Uma resposta a esse compromisso encontra-se no Tratado que estabeleceu o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e que entrou em vigor em outubro de 2012.

Nos termos deste Tratado, um país, no caso de antever dificuldades em garantir o normal acesso ao mercado de capitais para financiamento do Estado, a taxas de juro razoáveis, tem a possibilidade de recorrer ao MEE e, no quadro dos instrumentos de apoio nele previstos, contratar um programa cautelar de assistência financeira, sob a forma de uma linha de crédito por um ano, renovável por dois semestres. Trata-se de um apoio transitório, destinado a assegurar o acesso aos mercados em condições comportáveis, constituindo uma “rede de segurança” que pode ser utilizada caso surjam dificuldades na contratação de empréstimos e que, simultaneamente, dá aos mercados alguma garantia de que o país em causa seguirá políticas sustentáveis.

Em termos gerais, para um país que conclua com sucesso um programa de assistência financeira, é possível que um programa cautelar seja preferível a uma saída dita “à irlandesa”. Ficando inteiramente à mercê da volatilidade e das contingências típicas dos mercados, um país pode incorrer em custos de regressão elevados, sobretudo se as principais forças políticas não revelarem uma firme convicção no sentido de garantir, de forma concertada e a médio prazo, uma trajetória de sustentabilidade das finanças públicas e a prossecução de uma política de reformas para a melhoria da competitividade das empresas.

Um Estado que conclua com sucesso um programa de assistência tem toda a vantagem em apresentar-se perante os seus parceiros europeus e as instituições internacionais com uma estratégia orçamental credível para os anos seguintes, de modo a que, no exterior, exista a percepção clara de que os seus responsáveis políticos estão determinados a seguir um caminho de sustentabilidade das finanças públicas.

Nos termos das normas europeias, um programa cautelar está sujeito a uma condicionalidade específica, objeto de um Memorando de Entendimento negociado com a Comissão Europeia, em ligação com o Banco Central Europeu e com o Fundo Monetário Internacional. O conteúdo desse acordo e as obrigações daí decorrentes dependerão da avaliação que for feita do grau de dificuldade de acesso pleno aos mercados que o país em causa possa enfrentar.

A condicionalidade será certamente menos exigente se o país cumprir critérios como uma trajetória da dívida pública claramente sustentável, um défice público que respeite o Pacto de Estabilidade e Crescimento, contas externas equilibradas, um setor bancário sem problemas de solvência, um registo de acesso aos mercados financeiros internacionais a taxas razoáveis e perspectivas de estabilidade política. Isto é, se os fundamentos da situação económica e financeira do país se revelarem relativamente sólidos. Se assim não for, o Memorando de Entendimento incluirá, por certo, medidas destinadas a corrigir as debilidades detetadas.

Deve ainda ter-se presente que o país continuará sujeito a uma supervisão reforçada por parte da Comissão Europeia e a avaliações regulares do cum-

primimento das medidas acordadas que garantam uma trajetória de sustentabilidade das finanças públicas e a realização de reformas estruturais para aumento da competitividade.

Os títulos da dívida pública de um país da Zona Euro sujeito a um programa cautelar de assistência financeira do Mecanismo Europeu de Estabilidade podem ser elegíveis para aquisições no mercado secundário pelo Banco Central Europeu, nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 6 de setembro de 2012, sobre a criação do programa “Transações Monetárias Diretas” (“Outright Monetary Transactions – OMT”). Trata-se de um contributo de maior importância para que um Estado regresse aos mercados a taxas de juro comportáveis. Além do mais, a intervenção do Banco Central Europeu no mercado secundário da dívida pública contribuirá para a melhoria do mecanismo de transmissão da política monetária no espaço da Zona Euro e para a redução dos custos de crédito para as empresas.

É à luz destes parâmetros, tantas vezes ignorados, que deve ser situada e analisada a situação portuguesa.

Ao longo de 2013, diversos agentes políticos, comentadores e analistas vaticinaram que Portugal não conseguiria evitar um segundo programa de assistência financeira. Esta hipótese foi, no entanto, afastada pelos resultados positivos da execução do Orçamento de 2013 e pelo regresso aos mercados em janeiro de 2014.

Agora, há que, evitando alaridos precipitados, acompanhar cuidadosamente a evolução dos mercados e da situação económica e financeira internacional e perscrutar o sentimento dos nossos parceiros europeus para, no momento adequado, tomar a melhor decisão quanto ao caminho a seguir: uma saída “à irlandesa” ou um programa cautelar.

O acesso da República Portuguesa aos mercados de financiamento externo dependerá do grau de confiança dos investidores na nossa capacidade para, no médio e longo prazo, reembolsarmos os empréstimos contraídos. O risco atribuído à dívida pública portuguesa será influenciado por uma multiplicidade de fatores, como o crescimento potencial da economia, o saldo da balança externa, o cumprimento das regras europeias de disciplina orçamental, a solidez do sistema financeiro, as perspetivas de estabilidade

política e o grau de consenso entre as forças partidárias do arco da governabilidade quanto às orientações fundamentais da política económica.

No curto prazo, é provável que os mercados prestem especial atenção às avaliações da situação económica e financeira realizadas pela troika, pelas instituições internacionais, pelo Eurogrupo e por alguns dos nossos parceiros na Zona Euro, bem como à evolução da notação atribuída à dívida soberana portuguesa pelas agências de *rating*.

O debate sobre o caminho a seguir deveria ser realizado com serenidade e com rigor, mantendo os Portugueses informados sobre as consequências de cada uma das opções em causa e que irão, de todo o modo, condicionar o nosso futuro muito para além do tempo de uma só legislatura. O que está em aberto é demasiado importante e duradouro para que possa ser usado como arma de arremesso nas querelas político-partidárias. Pelo contrário, o futuro de Portugal e dos Portugueses exige um elevado sentido de responsabilidade por parte dos diversos agentes políticos, económicos e sociais, bem como a informação e o esclarecimento da opinião pública, domínio em que os meios de comunicação social deveriam exercer um papel do maior relevo.

Os custos de um segundo resgate

Se, ao fim dos três anos do prazo do programa de assistência, a troika não fizesse uma avaliação positiva do cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal e se a República não conseguisse financiar-se no mercado externo de capitais a taxas de juro comportáveis, abria-se-ia a possibilidade, ou mesmo a necessidade, de um segundo programa de assistência financeira (ou “segundo resgate”, como é geralmente designado), tal como aconteceu com a Grécia.

Um segundo resgate, cenário que desde o início deste ano se apresenta completamente excluído, seria bastante negativo, quer para Portugal quer para a União Europeia.

Como já afirmei aos Portugueses, nomeadamente na Mensagem de Ano Novo de 2014, um segundo resgate é muito diferente de um programa cautelar. Na situação frágil de ter falhado o cumprimento do Programa de

Assistência Financeira, de estar excluído do acesso aos mercados e de necessitar de um novo empréstimo oficial para assegurar o financiamento do Estado, Portugal teria de enfrentar uma negociação particularmente difícil. Tendo presente o que se verificou na Grécia, seria provável que, para aceder a recursos financeiros adicionais, fosse imposta a Portugal uma condicionalidade económica e orçamental muito dura, que não envolveria, certamente, um nível de exigência e de austeridade inferior àquele que os Portugueses têm suportado nos últimos anos.

Deve recordar-se que um segundo resgate traria um complexo desafio político, económico e social à sociedade portuguesa. Em comparação com o cenário – que se afigura altamente provável – em que Portugal encerra com sucesso o programa de ajustamento, teríamos, certamente, uma deterioração da credibilidade e da imagem externa do País, do clima de confiança dos agentes económicos, da notação da dívida pública, do valor das empresas e dos ativos nacionais e das perspetivas futuras de estabilidade política. Os efeitos negativos far-se-iam sentir de forma intensa no bem-estar das famílias, nas exportações e no investimento e, conseqüentemente, no crescimento económico, no emprego e na situação social. O sistema financeiro seria colocado sob grande pressão e as condições de financiamento das empresas deteriorar-se-iam de forma muito significativa.

No plano externo, Portugal ficaria enfraquecido na sua capacidade de diálogo e de negociação, não só face aos seus parceiros europeus mas também perante os países da CPLP e outros Estados com os quais mantemos um intenso relacionamento económico e político, como os Estados Unidos da América ou a China.

Compreende-se, assim, que obter uma avaliação positiva no encerramento do Programa em vigor e evitar a negociação de um segundo programa de assistência financeira não podia deixar de constituir uma prioridade nacional. Nas atuais circunstâncias, só esse objetivo conseguiria abrir uma janela de esperança aos Portugueses, que tão duramente têm sido atingidos nas suas condições de vida.

Um segundo resgate a Portugal seria igualmente negativo para a Zona Euro como um todo. Representaria um fracasso das soluções impostas para cor-

rigir os desequilíbrios dos países afetados por crises da dívida soberana, o que fragilizaria a União Europeia e as suas instituições, constituindo um revés para o próprio processo de integração europeia e favorecendo o emergir de forças populistas e extremistas dos mais variados quadrantes.

O crescimento económico

A disciplina orçamental e a supervisão da política económica por parte das instituições europeias irão ser uma constante da vida política portuguesa no período pós-troika.

No entanto, tal não significa – antes pelo contrário – que a economia não possa crescer e que não melhorem as condições de vida dos Portugueses.

O crescimento da economia terá uma influência significativa nas condições de regresso aos mercados financeiros internacionais e nas negociações de um eventual programa cautelar. De igual modo, será decisivo para que, no período pós-troika, se possa conciliar o respeito pelas regras europeias de equilíbrio orçamental e a redução do desemprego, o crescimento dos salários e das pensões, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, como a educação e a saúde, e a resposta que ao Estado cabe dar no combate à pobreza e à exclusão social.

Através do efeito positivo nas receitas fiscais e na redução dos subsídios de desemprego e dos apoios sociais de emergência, o crescimento económico facilita o cumprimento das metas orçamentais e a convergência da dívida pública para o valor da referência de 60 por cento do PIB.

A execução do Programa de Assistência Económica e Financeira deixará, muito provavelmente, resultados favoráveis à recuperação económica, como a redução significativa do défice estrutural das contas públicas, o crescimento expressivo das exportações de bens e serviços, o equilíbrio das contas externas, o reforço da solidez do sistema bancário, o aumento da taxa de poupança privada e as reformas estruturais com impacto na competitividade das empresas, em particular as relacionadas com a legislação laboral, o sistema de justiça, as normas sobre concorrência, o arrendamento urbano e o trabalho portuário.

Contudo, a austeridade associada ao Programa de Assistência deixará também marcas que não favorecem o crescimento da economia. É o caso do elevado nível de desemprego, da debilidade da procura interna, do elevado e pouco competitivo nível de fiscalidade, de uma distribuição da carga fiscal pouco equitativa, do enfraquecimento da classe média, da desmotivação dos funcionários e agentes da Administração Pública e dos baixos níveis de confiança económica, social e política.

O período pós-troika deve assim ser marcado por um empenhamento ativo dos agentes políticos, económicos e sociais no relançamento da nossa economia.

Nesse sentido, o aumento da produção de bens e serviços que concorrem com a produção externa, a melhoria da competitividade das empresas e a conquista de novos mercados representam linhas de orientação estratégica que é fundamental prosseguir e consolidar.

Há que valorizar e estimular a iniciativa privada, o empreendedorismo, o papel das empresas e a sua ligação às universidades, a aposta no conhecimento, na inovação e na criatividade. Temos de favorecer o rejuvenescimento do tecido empresarial e a inserção dos jovens no mercado de trabalho, reconhecer e premiar o valor daqueles que têm mérito e incentivar a ação dos autarcas como promotores ativos do desenvolvimento local.

Há, igualmente, que garantir às empresas condições de financiamento competitivas com as suas congéneres europeias, assim como promover um clima de confiança e um ambiente de negócios favorável às decisões de investimento, algo que não depende apenas do contexto externo, mas também do comportamento dos atores políticos e financeiros nacionais.

Não menos importantes para o crescimento económico no período pós-troika são o aumento da eficiência da despesa pública e a competitividade, equidade e estabilidade do sistema fiscal. Quanto à distribuição dos sacrifícios, é essencial proceder à correção de injustiças acumuladas no período de execução do programa de ajustamento.

A boa utilização dos fundos europeus disponibilizados pelo Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 será decisiva para que o período pós-troika fique marcado pelo reencontrar de uma trajetória de convergência para o nível

médio de desenvolvimento da União Europeia. A primeira prioridade de investimento deve centrar-se no setor dos bens e serviços transacionáveis.

Por outro lado, o diálogo e a concertação social entre os poderes públicos e os parceiros sociais devem ser reconhecidos como um fator de crescimento económico da maior relevância.

A situação económica e social de Portugal no período pós-troika dependerá também, em boa medida, do crescimento económico no espaço da União Europeia, destino de mais de 70 por cento das nossas exportações de bens e serviços, e das decisões adotadas pelas instituições europeias.

Como tive ocasião de sublinhar na intervenção que proferi no Parlamento Europeu, em junho do ano passado, a operacionalização de uma verdadeira União Bancária, incluindo não só o Mecanismo Único de Supervisão, mas também o Mecanismo Único de Resolução de crises bancárias e o Sistema Comum de Garantia de Depósitos, é essencial para separar o risco da dívida soberana do risco da dívida bancária, contribuindo para a aproximação dos custos do crédito das empresas portuguesas aos suportados pelas suas congéneres europeias. O mesmo acontece com um papel mais ativo do Banco Central Europeu, de modo a assegurar a integridade da política monetária europeia e repor o normal funcionamento dos mecanismos de transmissão monetária em toda a Zona Euro.

A situação portuguesa melhorará se a União Europeia for mais ativa e eficiente na promoção do crescimento económico e na criação de emprego, incluindo uma efetiva coordenação das políticas económicas dos Estados-membros. Aqueles que acumulam elevados excedentes externos devem ser incentivados a conduzir políticas mais expansionistas da procura interna.

Por outro lado, Portugal asseguraria uma posição mais forte em matéria de competitividade externa e de expansão do investimento caso se concretizassem os apoios financeiros europeus à realização das reformas estruturais e se pudesse contar com um regime de exceção às regras do mercado único que lhe permitisse conceder incentivos fiscais temporários ao investimento no setor dos bens transacionáveis, conducentes a um aumento efetivo e persistente do peso deste setor na nossa economia.

Um compromisso nacional de médio prazo

Perante os desafios que Portugal tem de enfrentar no período pós-troika, torna-se fundamental a existência de um compromisso de médio prazo entre as forças políticas comprometidas com o atual Programa de Assistência Financeira. Esse entendimento deveria estender-se até ao final da próxima legislatura e incluir, pelo menos, um compromisso de estabilidade política e de governabilidade, de adoção de políticas compatíveis com as regras fixadas no Tratado Orçamental que Portugal subscreveu, de controlo do endividamento externo, de reforço da competitividade da nossa economia e de estabilidade do sistema financeiro.

No fundo, o compromisso incidiria sobre aquelas medidas que, no quadro das dificuldades de financiamento que Portugal enfrenta e das regras europeias a que está sujeito, devem ser independentes do ciclo político-eleitoral. Um entendimento nacional de médio prazo não impede, de modo algum, a alternância política, nem visa pôr termo à diversidade programática e à pluralidade de ideias dos diversos partidos. Centrando-se em aspetos estruturais e consensuais às forças do arco da governação, visando cumprir regras que Portugal assumiu no quadro da sua participação no projeto europeu, um compromisso desta natureza não serve os interesses de um partido em detrimento de outro. Serve os interesses de todos os Portugueses.

Como afirmei no discurso que proferi na Assembleia da República, em 25 de abril de 2013, o País muito beneficiaria se os agentes políticos ganhassem consciência de que “deverão atuar num horizonte temporal mais amplo do que aquele que resulta dos calendários eleitorais”, porque “o futuro de Portugal implica uma estratégia de médio prazo que tenha em atenção os grandes desafios que iremos enfrentar mesmo depois de concluído o Programa de Assistência Financeira em vigor”.

O acordo deveria estender-se até ao fim da próxima legislatura, para que o Governo que resultar das eleições legislativas, seja qual for a sua composição, tenha assegurado à partida, e sem sobressaltos, o apoio parlamentar às medidas indispensáveis para a defesa dos superiores interesses nacionais no período pós-troika. As partes envolvidas na negociação de um tal acordo

devem ter bem presentes as normas europeias sobre disciplina, supervisão e monitorização das contas públicas que obrigam todos os Estados-membros e que os termos do acordo da recente coligação governativa alemã vieram reforçar.

Um consenso político alargado melhoraria significativamente as condições de negociação de um eventual programa cautelar, reforçaria as condições estruturais de governabilidade e credibilidade do País, seria uma mais-valia na defesa dos interesses nacionais no plano externo, reforçaria a confiança dos investidores e dos credores, dos mercados financeiros e das diversas instituições internacionais.

As medidas necessárias ao cumprimento das regras europeias de estabilidade económica e financeira seriam levadas à prática tendo em conta as sensibilidades específicas da sociedade portuguesa e seriam maiores os níveis de coesão e justiça social.

Consequentemente, poder-se-ia conseguir uma melhor conciliação entre a disciplina orçamental e o crescimento da economia e a criação de emprego, melhorar as condições de acesso aos mercados e de financiamento do Estado e da economia, alcançar maiores níveis de produtividade, de investimento e de exportação de bens e serviços, assegurar melhores salários e uma distribuição mais equitativa do rendimento.

Há muito que defendo que a execução do acordo de assistência financeira celebrado com as instituições internacionais e, mais ainda, a situação do País no pós-troika beneficiariam significativamente com a existência de um compromisso político alargado, envolvendo as forças partidárias que subscreveram o programa de ajustamento. Se essas forças foram capazes de chegar a acordo para se comprometerem em conjunto com um exigente Programa de Assistência Financeira, não deveria ser difícil alcançarem um compromisso para o período pós-troika, onde as necessidades de financiamento não serão tão prementes, mas os desafios de rigor orçamental e de crescimento da economia se revestem de grande complexidade.

Será que os nossos partidos só são capazes de se entender em situações de emergência? Se a resposta fosse afirmativa, teríamos de concluir que, quarenta anos após o 25 de Abril, a cultura política portuguesa ainda não

alcançou um grau de maturidade semelhante à dos países que conosco participam no projeto europeu. A nossa pertença à União Europeia implica o cumprimento de requisitos – desde logo, no plano orçamental e económico – que pressupõem uma cultura política consolidada e estruturada; no fundo, uma cultura política europeia. Caso contrário, existirá sempre uma distância insuperável entre as exigências da União e as condições políticas internas para as fazer cumprir.

Na ausência de uma cultura política de compromisso, Portugal terá mais dificuldades em acompanhar o ritmo de desenvolvimento da União Europeia, o crescimento e a criação de emprego serão adiados e podemos de novo ser confrontados com graves dificuldades de financiamento do Estado e da economia.

Em julho do ano passado, na sequência da crise política que então se desencadeou, surgiram circunstâncias particularmente propícias para que, publicamente, apelasse aos partidos políticos comprometidos com o Programa de Assistência Financeira para que encetassem negociações visando um acordo de médio prazo a que chamei “Compromisso de Salvação Nacional”. Fi-lo numa Comunicação ao País, em 10 de julho, em que especifiquei os pilares fundamentais em que deveria assentar esse compromisso. Tais pilares haviam sido cuidadosamente desenhados de modo a formar um conjunto equilibrado, em que cada uma das partes, na conjuntura política de então, encontrasse elementos que suscitassem o seu interesse em firmar um entendimento.

Face à informação de que dispunha e à reflexão ponderada a que procedi, não tinha a mínima dúvida de que a proposta que apresentei era a que melhor servia o superior interesse nacional. Daí o meu forte apelo para que fossem postos de lado interesses partidários conjunturais, indo ao encontro das necessidades reais dos Portugueses.

No dia 12 de julho, na sequência das reuniões que mantive com os líderes do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do CDS-Partido Popular, foi possível emitir um comunicado informando os Portugueses da disponibilidade por eles revelada “para iniciarem, o mais brevemente possível, conversações com vista a um compromisso de salvação nacional que per-

mita a conclusão, com sucesso, do Programa de Assistência Financeira e o regresso aos mercados, e que garanta a existência de condições de governabilidade, de sustentabilidade da dívida pública, de crescimento da economia e de criação de emprego”.

Durante seis dias, ocorreram reuniões entre as delegações dos três partidos, tendo predominado um espírito de abertura à celebração de um acordo interpartidário que, inesperadamente, acabou por não se concretizar.

Não foi possível alcançar o acordo desejável, mas foi amplo o reconhecimento público da importância de um compromisso interpartidário em matérias determinantes para o nosso futuro coletivo e para a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Devemos acreditar que as sementes que então foram lançadas não de frutificar. Face aos benefícios que daí resultariam para todos os Portugueses, não podemos desistir.

Como afirmei na Comunicação ao País, em 10 de Julho de 2013, é evidente que “os acordos não podem ser impostos aos partidos. Só terão consistência e solidez se contarem com a adesão voluntária, firme e responsável das forças políticas envolvidas”. Caso contrário, rapidamente emergem as divergências e as acusações recíprocas.

Portugal é um dos países europeus onde o diálogo e os entendimentos entre os partidos políticos têm sido mais difíceis, quando deveria ser precisamente o contrário. Impõe-se, por isso, uma ação de insistência continuada que leve os responsáveis partidários a mudar de atitude. Só através da pedagogia cívica do consenso será possível alcançar esse objetivo.

Daí a relevância de uma ação persistente de consciencialização dos cidadãos para a importância da cultura política do compromisso, evidenciando o quanto perdem na sua ausência. Daí a insistência com que tenho incluído o tema nas minhas intervenções.

O aumento do número de vezes que publicamente têm vindo a defender um entendimento de médio prazo entre as forças políticas é um sinal muito positivo. Para que o compromisso se torne possível, é essencial que a larga maioria dos Portugueses reconheça que ele é necessário e atue em conformidade.

Estou firmemente convicto de que os Portugueses preferem o compromisso ao conflito. Ao longo dos últimos anos, vivendo pesados sacrifícios, os nossos cidadãos revelaram um extraordinário sentido de responsabilidade. Agora, é chegado o tempo de as forças político-partidárias mostrarem que estão à altura desta exemplar atitude do povo português.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2014

Portugal Inteiro I





Sessão Solene Comemorativa do XXXIX Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de abril de 2013

Assinalamos hoje o aniversário daquela madrugada que, ao fim de 48 anos de ditadura, nos trouxe a liberdade e a democracia por que tanto ansiávamos.

Em 2014, iremos comemorar o quadragésimo aniversário do 25 de Abril. O 25 de Abril é património de todos e por todos os Portugueses será festejado.

As efemérides nacionais são um motivo de celebração, mas devem ser também uma ocasião para refletirmos sobre os caminhos que percorremos no passado. Só assim conseguiremos extrair lições da História e transmitir a nossa experiência às novas gerações.

Dentro de dias, completam-se dois anos sobre a data em que o Governo português, perante a iminência de colapso do financiamento do Estado e da economia, se viu na contingência de reconhecer o inadiável. O Governo de então teve de solicitar o auxílio externo da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu, instituições perante as quais se comprometeu através de um exigente programa de assistência financeira que contou com o apoio de um amplo espetro partidário.

Ao fim destes dois anos, e com vista a melhor prepararmos o futuro que se avizinha, é tempo de fazer uma reflexão serena e objetiva sobre a execução do Programa de Assistência Financeira e sobre as alterações que entretanto ocorreram na União Económica e Monetária.

É indiscutível que a execução do Programa tem revelado consequências gravosas, que se fazem sentir duramente no dia-a-dia dos Portugueses, em especial daqueles que não têm emprego. Mas, com idêntica imparcialidade, devemos também reconhecer os objetivos alcançados.

Entre esses objetivos, importa destacar o equilíbrio das contas externas, um resultado que não era atingido desde há muito. De uma situação crónica de desequilíbrio, Portugal passou, em 2012, para uma situação excedentária na sua capacidade de financiamento ao exterior.

Uma parcela relevante deste sucesso deve-se ao aumento das exportações de bens e serviços, sobretudo com destino aos novos mercados situados fora da União Europeia, e ao aumento da sua componente tecnológica. Este é um caminho que provou ser acertado e que, como tal, deve ser prosseguido ainda com mais intensidade.

Uma pequena economia aberta ao exterior, como é o caso da economia portuguesa, apenas pode ser sustentável no longo prazo através de uma aposta inequívoca no investimento privado que garanta um setor exportador dinâmico e de elevado valor acrescentado.

Contudo, não podemos esquecer que uma parte do ajustamento das contas externas se está a realizar por via da redução das importações, devido à quebra acentuada da procura interna, fruto, em boa medida, da redução do rendimento disponível das famílias, das dificuldades de crédito das empresas e da incerteza e falta de confiança dos investidores.

Por outro lado, através da execução do Programa, foi possível reforçar a solidez do sistema bancário. Os bancos foram recapitalizados e apresentam hoje bons rácios de solvabilidade. Os Portugueses têm razões para manter a confiança no nosso sistema bancário.

Não se pode ignorar, no entanto, que a rápida desalavancagem dos bancos produziu dificuldades acrescidas no financiamento de muitas empresas, sobretudo das pequenas e médias empresas.

O facto de as unidades produtivas, que exportam bens e serviços e criam riqueza e emprego, suportarem encargos de juro muito superiores às suas congéneres europeias prejudica seriamente a sua competitividade, afeta as decisões de investimento e, no limite, põe em causa a sua própria sobrevivência. Em face da fragmentação que se verifica no mercado monetário europeu, é urgente criar novas fontes de financiamento não bancário das empresas.

Devemos sublinhar também a realização, em diversos domínios, de reformas estruturais que, no médio prazo, irão contribuir para a melhoria de competitividade da economia portuguesa. Trata-se de um processo que não está concluído e que exige um esforço renovado e permanente de diálogo e compromisso em sede de concertação social.

Mas, sem dúvida, o aspeto que mais deve ser realçado destes dois anos muito difíceis é o sentido de responsabilidade revelado pelos Portugueses. O nosso

povo foi confrontado com grandes sacrifícios e duras exigências e deu mostras da sua maturidade cívica, consolidada ao fim de quatro décadas de democracia. Não perdemos a identificação com os valores da democracia nem abandonámos o espírito de coesão nacional que sempre nos caracterizou.

Ao dramatismo de várias situações de carência, os Portugueses têm respondido com um exemplar trabalho de entreaajuda e com uma extraordinária solidariedade.

Os consensos políticos e sociais alcançados contribuem para vencer os desafios que Portugal enfrenta e também para o modo positivo como os credores e os mercados avaliam a execução do Programa de Assistência Financeira.

Este fator, aliado a uma maior determinação do Banco Central Europeu na defesa do euro, conduziu a uma descida muito expressiva das taxas de juro da dívida pública. Abrem-se, assim, boas perspetivas de regresso de Portugal aos mercados de financiamento externo no prazo previsto, um objetivo central do Programa com vista a garantir a liquidez imprescindível à atividade económica e ao funcionamento do Estado.

Dois anos decorridos sobre a concretização do Programa de Assistência Financeira, o reconhecimento objetivo de aspetos positivos não nos deve desviar a atenção do problema mais dramático que Portugal enfrenta: o agravamento do desemprego e o aumento do risco de pobreza, em resultado de uma recessão económica cuja dimensão ultrapassa, em muito, as previsões iniciais.

O combate ao desemprego deve ser uma prioridade da ação governativa. Esta destruição de capital humano coloca graves problemas pessoais, familiares e sociais, tendo ainda um impacto muito negativo sobre o crescimento potencial da nossa economia.

Além dos jovens, onde o desemprego atinge os 40 por cento, outro grupo tem sido gravemente afetado e, infelizmente, esquecido. Refiro-me àqueles que têm entre 45 e 65 anos de idade e que se encontram expostos, de forma particular, ao risco de exclusão permanente do mercado de trabalho. De um modo geral, são detentores de experiência e conhecimentos profissionais muito relevantes e possuem um capital de vida que não podemos desperdiçar.

O efeito recessivo das medidas de austeridade inicialmente estabelecidas revelou-se superior ao previsto, provavelmente por falhas nas estimativas. A esse

efeito somou-se uma conjuntura económica europeia mais adversa do que era esperado, designadamente em Espanha, o nosso principal parceiro comercial. Assim, alguns dos pressupostos do Programa não se revelaram ajustados à evolução da realidade, o que suscita a interrogação sobre se a troika não os deveria ter tido em conta mais cedo.

Na verdade, o impacto recessivo das medidas de austeridade e a revisão, para pior, da conjuntura internacional têm afetado de forma muito significativa o esforço de consolidação orçamental, nomeadamente a redução do défice e a contenção do crescimento da dívida pública. Neste contexto, as metas iniciais do défice público revelaram-se uma impossibilidade e acabaram por ser revistas. Agora, prevê-se que apenas em 2015 Portugal deixará de se encontrar numa situação de défice excessivo.

Ainda assim, deve salientar-se que o défice primário estrutural terá sofrido uma redução de 6 pontos percentuais do PIB nos últimos dois anos. É, objetivamente, um sinal positivo que deve merecer a atenção dos nossos parceiros europeus, na medida em que representa um esforço superior ao realizado pelos outros países que igualmente se encontram sob intervenção externa.

Em todo o caso, parece hoje mais claro que teria sido preferível – aliás, em consonância com o Tratado Orçamental – ter fixado, logo no início do programa de assistência, que as metas para a correção do défice seriam definidas em termos de variação do défice primário estrutural, utilizando um mesmo universo orçamental. E, após esta intervenção externa, poderá ser preferível fixar limites ao crescimento da despesa pública, os quais, sendo mais fáceis de avaliar, tornam o processo de consolidação orçamental mais credível e mais transparente.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Uma avaliação objetiva do caminho percorrido nestes dois últimos anos deve ter em linha de conta as alterações muito significativas que entretanto ocorreram na governação da União Económica e Monetária, com vista a dar resposta à crise verificada na Zona Euro.

As regras de disciplina e supervisão orçamental a que os Estados-membros estão sujeitos foram substancialmente reforçadas, especialmente através dos

pacotes normativos “six-pack” e “two-pack” e do Tratado Orçamental, que entrou em vigor a 1 de janeiro deste ano.

Significa isto que, depois do Programa de Ajustamento, Portugal, à semelhança de todos os outros países da Zona Euro, continuará sujeito a um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades europeias, de modo a garantir o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade da dívida pública.

Neste cenário, é uma ilusão pensar que as exigências de rigor orçamental irão desaparecer no fim do Programa de Ajustamento, em meados de 2014.

Com efeito, nos termos do Tratado Orçamental, o País terá de assegurar um défice estrutural não superior a 0,5 por cento do PIB e o rácio da dívida pública de 124 por cento, previsto para 2014, terá de convergir no futuro para 60 por cento. Para alcançar estes objetivos, Portugal terá de manter excedentes primários muito significativos durante um longo período.

Tudo isto se irá processar num quadro em que já não beneficiaremos de empréstimos externos nos moldes até agora praticados, ficando inteiramente dependentes dos mercados para satisfazer as necessidades de financiamento da economia e do Estado. É fundamental que todos os Portugueses estejam bem conscientes desta realidade.

Tendo em conta estas exigências, que irão prolongar-se por muitos anos, o País não pode afastar-se de uma linha de rumo de sustentabilidade das finanças públicas, de estabilidade do sistema financeiro e de controlo das contas externas. A não ser assim, seríamos obrigados, se as instituições internacionais estivessem na disposição de o fazer, a um novo recurso à ajuda externa, e dessa vez, muito provavelmente, em condições mais duras e exigentes do que aquelas que atualmente tantos sacrifícios impõem aos Portugueses.

Que não haja ilusões.

Portugal tem de preparar-se para o final do Programa de Assistência, o que irá ocorrer já no próximo ano.

Os nossos agentes políticos, económicos e sociais têm de estar conscientes que deverão atuar num horizonte temporal mais amplo do que aquele que resulta dos calendários eleitorais.

Sejam quais forem esses calendários, sejam quais forem os resultados das eleições, o futuro de Portugal implica uma estratégia de médio prazo que tenha em

atenção os grandes desafios que iremos enfrentar mesmo depois de concluído o Programa de Assistência Financeira em vigor.

Nessa altura, o País tem de estar em condições estruturais de credibilidade e governabilidade capazes de garantir a confiança das instituições da União Europeia e dos mercados financeiros, pelo que, no plano político, é imperioso preservar a capacidade de gerar consensos em torno do caminho a seguir para alcançar os grandes objetivos nacionais.

Se se persistir numa visão imediatista, se prevalecer uma lógica de crispação política em torno de questões que pouco dizem aos Portugueses, de nada valerá ganhar ou perder eleições, de nada valerá integrar o Governo ou estar na Oposição.

É essencial que, de uma vez por todas, se compreenda que a conflitualidade permanente e a ausência de consensos irão penalizar os próprios agentes políticos mas, acima de tudo, irão afetar gravemente o interesse nacional, agravando a situação dos que não têm emprego ou dos que foram lesados nos seus rendimentos e comprometendo, por muitos e muitos anos, o futuro das novas gerações.

É indiscutível que se instalou na sociedade portuguesa uma “fadiga de austeridade”, associada à incerteza sobre se os sacrifícios feitos são suficientes e, mais do que isso, se estão a valer a pena. Estas são interrogações legítimas, que todos têm o direito de colocar. Mas, do mesmo modo que não se pode negar o facto de os Portugueses estarem cansados de austeridade, não se deve explorar politicamente a ansiedade e a inquietação dos nossos concidadãos.

Reafirmo a minha profunda convicção de que Portugal não está em condições de juntar uma grave crise política à crise económica e social em que está mergulhado. Regrediríamos para uma situação pior do que aquela em que nos encontramos.

A Assembleia da República, através da respetiva comissão parlamentar, pode contribuir para consciencializar os Portugueses para as exigências com que Portugal será confrontado no período pós-troika. É decisivo para o nosso futuro coletivo que essas exigências sejam devidamente tidas em conta nas estratégias político-partidárias.

Em nome dos Portugueses, é essencial alcançar um consenso político alargado que garanta que, quaisquer que sejam as conceções político-ideológicas, quaisquer que sejam os partidos que se encontrem no Governo, o País, depois de

encerrado o atual ciclo do programa de ajustamento, adotará políticas compatíveis com as regras fixadas no Tratado Orçamental que Portugal subscreveu. Por outro lado, uma análise séria e cuidada da situação portuguesa leva-nos à conclusão de que a consolidação sustentável das contas públicas e a preservação da coesão social exigem urgentemente medidas de relançamento da economia. É usual dividir-se um programa de estabilização financeira em três fases: a primeira é a de emergência, quando se tem de atuar rapidamente e com a maior energia para estancar a hemorragia e salvar o doente; a segunda fase é a da implementação das reformas que promovam o saneamento das contas públicas e a competitividade da economia; a terceira fase é a da tomada de medidas de relançamento da economia, para que a cura não acabe por matar o doente. Apesar das dificuldades e da necessidade de prosseguir esforços no domínio da consolidação orçamental, não é possível adiar a entrada de Portugal na terceira fase. Sem crescimento económico, não haverá consolidação orçamental sustentável e de longo prazo.

De entre os fatores relevantes para o crescimento económico, destaco a competitividade e estabilidade do sistema fiscal, pelo papel que pode desempenhar na captação de investimento.

Por outro lado, seria conveniente que o Orçamento de Estado deixasse de ser um instrumento para alterações profundas do sistema fiscal, devendo servir apenas para ajustamentos em função da conjuntura. A segurança jurídica e a competitividade e previsibilidade fiscal são elementos fundamentais para as decisões dos agentes económicos e, logo, para o crescimento do País.

Senhoras e Senhores Deputados

Após algumas hesitações iniciais, a União Europeia começa a perceber que os problemas verificados em alguns países são problemas que a todos afetam e que a crise na Zona Euro não se resolve apenas com a imposição de políticas de austeridade e a aplicação de sanções aos Estados com défices excessivos.

Nos últimos dois anos, verificou-se um reforço da coordenação das políticas económicas e estruturais dos Estados-membros, a qual tem no Semestre Europeu o seu principal mecanismo. Neste domínio, e tendo em conta as decisões do Conselho Europeu, é possível perspetivar avanços muito significativos no médio prazo.

O Banco Central Europeu, por sua vez, anunciou a disponibilidade para intervir ilimitadamente no mercado secundário de dívida soberana de países sujeitos a programas de assistência. Tratou-se de um marco decisivo para combater os ataques especulativos que vinham minando a Zona Euro.

Tenho insistido num ponto de importância crucial: o Banco Central Europeu deve assumir-se, cada vez mais, como um verdadeiro Banco Central, configurando-se, inclusivamente, como um “emprestador de último recurso”.

Aguarda-se a entrada em vigor do Mecanismo Único de Supervisão, primeiro passo para a construção de uma União Bancária Europeia, enquanto a criação de instrumentos de dívida comum tarda em ser colocada na agenda europeia, apesar de ser reconhecida como uma resposta determinante para debelar a crise da Zona Euro.

Apesar dos desenvolvimentos recentes, temos de reconhecer que esta crise veio expor sérias fragilidades da União. Para além da lentidão e tibieza na resposta à crise do euro, o maior fracasso da União Europeia residiu – e reside – na promoção do crescimento económico e do emprego.

Em 2012, a Zona Euro registou uma contração do produto de 0,6 por cento e as previsões apontam para que a situação continue a evoluir negativamente neste ano de 2013. A taxa de desemprego na União subiu consecutivamente nos últimos cinco anos; 26 milhões de pessoas estão desempregadas, das quais 5,7 milhões são jovens.

A Zona Euro encontra-se no quinto trimestre consecutivo de queda do produto, no sexto trimestre consecutivo de queda da procura interna, no sétimo trimestre consecutivo de queda do investimento.

Podemos dizer que a União Europeia falhou na coordenação das políticas económicas. Quando, aos países que executam programas de consolidação dos défices públicos, se juntam políticas contracionistas nos outros Estados-membros, é óbvio que a consequência será uma recessão no conjunto da União, como agora se está a verificar.

Por sua vez, o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, aprovado pelo Conselho Europeu no passado mês de fevereiro, embora tenha deixado Portugal numa posição mais favorável do que aquela que resultava das propostas iniciais, não corresponde, de modo algum, à resposta europeia exigida pela situação econó-

mica e social da União. O Parlamento Europeu tem denunciado essa insuficiência de uma forma clara e inequívoca.

Note-se ainda que a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, na concessão dos ajustamentos negociados com os países em dificuldades de financiamento, não tiveram em devida conta o impacto recessivo das medidas propostas e as suas consequências.

As instituições financeiras internacionais, fazendo uso da sua força persuasiva enquanto credores, terão induzido os governos dos países em dificuldades a aplicarem medidas que violam regras básicas de equidade, regras que constituem alicerces das sociedades democráticas contemporâneas. Ameaçando a coesão e a paz social, perturbaram a estabilidade das democracias constitucionais e geraram novos sentimentos antieuropeus.

Em matéria fiscal, princípios essenciais de justiça foram esquecidos, exigindo-se sacrifícios muito diferentes a cidadãos que se encontram na mesma posição quanto aos fatores relevantes de bem-estar. A decisão do Eurogrupo sobre Chipre foi o caso mais recente, com consequências nocivas para a adesão dos cidadãos ao projeto europeu.

Em 2013, a União assinala o “Ano Europeu dos Cidadãos”. É tempo de as instituições e os líderes europeus ouvirem a voz da cidadania. Temos, de uma vez por todas, de reconquistar a confiança dos europeus num projeto que assegurou a paz durante décadas e que deve garantir o desenvolvimento harmonioso entre os vários Estados-membros, com respeito pelos princípios da justiça e da dignidade humana.

Atualmente, com 26 milhões de desempregados, a Europa põe em causa a dignidade de um número vastíssimo de seres humanos. É urgente inverter esta situação, é urgente repensar o rumo que tem vindo a ser seguido para vencer a crise do euro.

Há quase 40 anos, Portugal mostrou ao Mundo como é possível mudar de regime sem violência. Agora, pelo nosso sentido de responsabilidade, devemos contribuir para a construção de uma Europa mais solidária, mais justa e mais unida. Foi esse o sonho nascido em abril de 1974. Pelo futuro das novas gerações, é altura de o cumprirmos.

Muito obrigado.

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal

Elvas, 9 de junho de 2013

No Dia de Portugal, saúdo muito calorosamente a Diáspora Portuguesa e os Lusodescendentes que engrandecem o nome do nosso país nas sete partidas do mundo.

Este ano, a cidade de Elvas é a anfitriã das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. As muralhas e o centro histórico desta cidade foram recentemente reconhecidos como Património da Humanidade pela UNESCO.

Ao longo dos séculos, Elvas foi exemplo da coragem e da determinação dos Portugueses em defesa da sua Pátria. Em todos os momentos da nossa História, as comunidades de portugueses na Diáspora foram um modelo de inspiração e de vontade de vencer as adversidades em nome de um futuro melhor.

Os portugueses que vivem e trabalham no exterior, e os seus descendentes, representam, quer a título individual, quer como comunidade, um legado de Portugal no Mundo, que não me canso de enaltecer.

Tenho apelado a que a Diáspora seja uma embaixada de Portugal nos vários continentes. Pelo prestígio que detêm os seus membros, pelas raízes que souberam criar em tantos países, mas também pelo facto de manterem laços profundos com Portugal, as Comunidades da Diáspora devem mobilizar-se como agentes ativos da portugalidade, dando a conhecer ao Mundo a realidade do nosso país. Por minha iniciativa, em dezembro do ano passado, foi constituído o Conselho da Diáspora Portuguesa, que tem por principal objetivo aproximar os Portugueses no estrangeiro e contribuir para o aumento da credibilidade externa do nosso país. É nosso dever inovar na forma como os Portugueses se relacionam com os seus compatriotas que vivem longe da Pátria.

Caros Compatriotas da Diáspora

Como sabem, Portugal e a Europa vivem um tempo particularmente difícil e

exigente. A Europa deverá, com caráter de urgência, promover soluções que fomentem o crescimento económico e o emprego.

Com sacrifícios e com determinação, Portugal está a fazer a sua parte. E, como sempre aconteceu no passado, cumprirá os compromissos assumidos no plano internacional. Estamos cientes das dificuldades, que são muitas, mas maior é a nossa vontade de as vencer. E, para isso, Portugal precisa de todos. Portugal precisa de vós. Ninguém está dispensado de ajudar o seu país numa altura tão decisiva como a que vivemos. Façam-no com a mesma determinação e coragem com que, há vários séculos, os nossos antepassados ergueram estas fortificações na cidade de Elvas.

Nos nossos dias, não precisamos de muralhas para nos defender de quaisquer inimigos. Precisamos de pontes para reforçar laços com os países amigos. Os portugueses no estrangeiro e os lusodescendentes são construtores de pontes e os grandes protagonistas do diálogo universal que sempre nos caracterizou. É um capital que não podemos desperdiçar, um património que devemos aproveitar nesta fase crucial da afirmação da nossa soberania.

Caros Compatriotas da Diáspora

Saúdo-vos neste Dia, que é nosso.

Manifesto o meu profundo apreço pelo vosso exemplo, desejo-vos os maiores sucessos profissionais, pessoais e familiares.

Estou convicto de que, com o vosso contributo, com a ajuda do vosso trabalho e do vosso empenho, Portugal será um país renovado pela esperança de um futuro melhor.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Elvas, 10 de junho de 2013

Comemoramos hoje o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Comemorar é revisitar o passado, o legado da cultura e da história, de referências e de valores que moldaram a nossa identidade. Porque esta Pátria em que nos revemos foi e sempre será determinada pelo querer e pela vontade dos Portugueses. É este o sentido que devemos dar a estas comemorações.

Fazemo-lo em Elvas, Cidade-Quartel, cidade de longa presença e tradições militares, palco de batalhas, e onde se escreveram das mais belas páginas da nossa história. Aqui se travou uma das decisivas batalhas da Restauração, nas Linhas de Elvas, onde, movidas pelo querer e pela coragem, as tropas portuguesas e a população obtiveram uma vitória de enorme importância política, militar e simbólica. Envolvida pelo imponente Aqueduto da Amoreira, sob o testemunho das suas muralhas intemporais e o olhar distante do Forte da Graça, uma das joias da arquitetura militar, a grandiosidade de Elvas materializa-se no seu vasto património de fortificações, simbiose perfeita entre o saber e o querer, onde ao conhecimento da arte da guerra se juntaram a determinação e a ambição de um Povo. É este o legado que deve ser exaltado, competindo a todos nós estar à altura desta herança, confiantes e seguros de que a alma e o sentir português se mantêm vivos e merecedores do seu passado.

Portugueses

Uma vez mais contamos com a presença, nesta cerimónia, dos Antigos Combatentes, que, como tem acontecido nos últimos anos, ocuparão lugar de relevo no Desfile Militar. Destaco o extraordinário espírito de solidariedade que os Combatentes tão bem conhecem e que hoje, em Portugal, como tantos exemplos ilustram, se estende por toda a sociedade civil, no seio das famílias, nas instituições de apoio social e nas iniciativas que surgem a nível local para minorar as dificuldades dos que são mais atingidos pela crise que o País atravessa.

A Nação deve saber honrar aqueles que tudo deram por ela, prestando-lhes a devida homenagem e não esquecendo o apoio que lhes é devido.

Militares

A situação de crise e de exiguidade de recursos que vivemos exige reformas, exige sacrifícios, exige a compreensão do que está em jogo, exige um arreigado patriotismo e um notável espírito de missão. Nenhuma instituição deve permanecer intocada. Mas nenhuma instituição deve ser descaracterizada na sua essência. Mais, ainda, quando se trata de pilares fundamentais do Estado, expressão de valores e de princípios que não se alienam.

Quero realçar, desde já, o comportamento exemplar das Forças Armadas.

As Forças Armadas compreendem e participam no esforço que a todos é pedido. Colaborando e procedendo a estudos no sentido de se encontrarem as soluções que melhor se harmonizem com os objetivos propostos. Prosseguindo uma reestruturação que prevê acomodar uma redução significativa de efetivos e que é bem reveladora do espírito e da atitude de cooperação demonstrados neste processo.

As Forças Armadas têm sido um referencial de estabilidade, coesão e disciplina, cumprindo as suas tarefas com grande competência, dedicação e profissionalismo. As reformas devem ser cuidadosamente preparadas e calendarizadas, ser objeto de um consenso alargado entre os órgãos de soberania e envolver um diálogo aprofundado com os Chefes Militares, salvaguardando a razão de ser das Forças Armadas, a sua capacidade de combate, a sua motivação e a sua condição militar. Aos órgãos de soberania compete definir o enquadramento político e jurídico da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Compete-lhes a orientação política, a afetação de recursos, o acompanhamento e a supervisão da respetiva ação. É sua a responsabilidade primeira pelo bom funcionamento da Instituição Militar em face dos objetivos definidos e dos superiores interesses da Nação.

Aos militares compete cumprir as determinações e orientações dos agentes políticos. Mas têm também o direito e, diria até, o dever de contribuir, com lealdade e sentido de ajuda, para a formulação das melhores soluções em relação às Forças Armadas. Os decisores políticos têm, por sua vez, a obrigação de com eles trabalharem para essa finalidade.

Estarão assim criadas as condições para que as reformas não se limitem a um mero exercício de rigor orçamental, antes incorporando um conjunto de princípios funcionais e de valores patrióticos, éticos e institucionais que caracterizam as Forças Armadas e que lhes são próprios.

Haverá, sem dúvida, margem para racionalizar na estrutura superior, nas áreas de comando, na logística e no ensino e no dispositivo territorial, mas sempre salvaguardando a componente operacional e não descaracterizando a Instituição Militar.

Militares

O processo de reformas em curso nas Forças Armadas vai ainda requerer muito trabalho e especial cuidado, nomeadamente no tratamento das questões do âmbito do pessoal, reconhecidamente o seu principal ativo.

A área da Saúde reveste-se de vincada importância operacional e de especial sensibilidade para a Família Militar, possuindo uma natureza específica que importa contemplar na definição da sua estrutura e organização.

Ainda na área do Pessoal, decorre a revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, que, sendo um documento definidor das carreiras, da formação, das funções, das relações hierárquicas e disciplinares, dos direitos e deveres e moldando, no fundo, o futuro da Instituição Militar e dos elementos que a servem, assume importância capital. O processo de revisão deve ser conduzido com ponderação, sensatez e respeito pelos princípios, regras e valores da Instituição. Por último, o Ensino é um verdadeiro esteio da estrutura e do funcionamento das Forças Armadas. Vocacionada para o desempenho técnico-profissional e para o comando de pessoas, muitas vezes em situações de grande exigência e complexidade, a Formação Militar não se limita à componente académica.

Estando inserida de forma plena no sistema universitário nacional, a Formação Militar é, antes de tudo, uma Escola de Chefes e uma escola de valores castrenses e de cidadania, o que lhe confere um carácter distintivo. Não é por acaso que as Escolas Militares têm Comandantes e não Reitores.

Portugueses

As Forças Armadas têm cumprido as suas missões dentro e fora do território

nacional, sendo de saudar a sua elevada operacionalidade. Para que esta se mantenha em elevados padrões, é importante garantir as condições para o treino e operação das forças.

No plano interno, para além das missões estritamente militares, as Forças Armadas atuam em apoio às populações e ao desenvolvimento nacional. Na última década, foram empregues mais de 36 mil militares e percorridos mais de 3 milhões de quilómetros em defesa da floresta e na abertura de estradas, voaram-se mais de 28 mil horas e efetuaram-se 230 mil horas de navegação, envolvendo mais de 70 mil militares, em missões como a busca e salvamento no mar, a vigilância dos espaços marítimos sob jurisdição nacional, as operações de emergência na área da Saúde. As capacidades e os recursos das Forças Armadas são postos, no dia-a-dia, ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

No plano externo, Portugal tem cerca de 700 militares destacados em cinco teatros de operações – Afeganistão, Kosovo, Mediterrâneo, Somália e Mali –, continuando também a assumir importantes compromissos, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, com os Países de Língua Oficial Portuguesa.

Destaco o sucesso no combate à pirataria marítima, onde Portugal comanda, presentemente, a Operação Atalanta, no âmbito da União Europeia.

Também no Afeganistão, como parte da “estratégia de saída” da coligação internacional, as Forças Armadas Portuguesas estão a implementar uma nova configuração do dispositivo, com ênfase na formação dos militares locais, de modo a assegurar uma transferência progressiva das responsabilidades de segurança para os próprios afegãos.

Militares

A vossa determinação e disponibilidade, o vosso espírito de missão, constituem inquestionável exemplo de cidadania, de profissionalismo e dedicação à Pátria. Os tempos que vivemos são tempos de riscos, incertezas e desafios. Mas, perante as dificuldades, não podemos perder a coesão e o sentido de comunidade e solidariedade. Não se pode esquecer quem mais precisa, tal como não podemos enveredar por um caminho de negativismo, resignação ou indiferença.

Perante vós, como Comandante Supremo, quero expressar a todos os militares o meu apreço e a minha confiança pela forma responsável como têm interpretado

a dimensão e o sentir de ser Soldado de Portugal, manifestando um comportamento e um sentido de dever exemplares.

Lembrando a coragem dos que nos antecederam, vamos transformar um tempo de incerteza em tempo de esperança e de mudança, de vontade autêntica de construir o destino comum que, juntos, conseguiremos alcançar: o destino de sermos Portugal.

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Elvas, 10 de junho de 2013

Este ano, comemoramos o Dia de Portugal na cidade de Elvas. Dificilmente encontraríamos melhor lugar para celebrar aquilo que somos e aquilo que nos distingue como povo soberano, um povo senhor dos seus destinos.

Situada na fronteira com o país vizinho, erguendo-se da planície com legítimo orgulho forjado através dos séculos, Elvas é uma urbe que, como poucas, define o nosso perfil coletivo: irredutíveis na defesa da nossa Pátria e dos valores em que acreditamos, mas abertos a estabelecer pontes, de igual para igual, com todos os povos do Mundo.

As fortificações que marcam a paisagem desta cidade são um símbolo e uma metáfora. Assinalam a vontade que nos anima para lutarmos e para resistirmos, mesmo nas alturas mais adversas. Quando estas fortalezas foram levantadas, tudo parecia perdido. Mas nunca abandonámos a convicção de um futuro melhor.

Ao longo da nossa História, os Portugueses conheceram situações muitíssimo difíceis, tão ou mais difíceis do que aquela que hoje atravessamos. Durante dezenas de anos, vivemos sob dominação estrangeira. Mas nunca perdemos a esperança de recuperar a nossa soberania e de a defendermos com heroísmo e espírito de sacrifício, com a tenacidade que nos mantém unidos aqui, neste pedaço de Europa debruçado sobre o Atlântico imenso.

Portugueses

A qualificação das muralhas e do centro histórico elvenses deve servir de exemplo ao poder central, aos decisores autárquicos e a todos os Portugueses.

A beleza e a importância histórica destas edificações são multisseculares. Todavia, o reconhecimento internacional do seu valor, ocorrido em 2012, passa a imprimir-lhes ainda maior relevância, quer do ponto de vista imaterial, ao ser

gerador de sentimentos de orgulho e de apego das populações às suas raízes, quer do ponto de vista material, como elemento de atratividade turística e de projeção de toda esta região.

Tenho sublinhado, em inúmeras ocasiões, a importância da salvaguarda do nosso património, seja o património edificado, como as muralhas desta cidade, seja o património imaterial, como o Fado, que foi igualmente distinguido pela UNESCO. Existe, nos nossos dias, uma consciência mais clara sobre a importância do património, inclusivamente do ponto de vista económico. Um estudo recente concluiu que o património histórico é um dos domínios em que se verifica maior crescimento do contributo do setor cultural para a riqueza nacional. Faz, pois, todo o sentido que uma agenda de desenvolvimento e de criação de emprego confira especial atenção à salvaguarda e valorização do nosso património.

Além da amenidade do clima e das condições de segurança, bem como da reconhecida hospitalidade das populações, o património histórico e a cultura representam um dos maiores atrativos que Portugal pode oferecer no mercado turístico internacional, em que a concorrência é cada vez mais intensa.

Em diversos pontos do País, os autarcas – que saúdo neste Dia de Portugal – tomaram consciência de que a preservação do património cultural representa uma aposta de futuro, num tempo em que, além do mais, as infraestruturas básicas e os principais equipamentos já estão edificados e consolidados.

Muitas cidades e vilas portuguesas distinguiram-se no contexto nacional pelo facto de os seus autarcas terem tomado esta opção estratégica. Com isso, não só valorizaram o orgulho e a autoestima das populações como fizeram do património a sua “imagem de marca”, que as singulariza e destaca, que as projeta no todo nacional de uma forma absolutamente inigualável.

No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer. Mas não se julgue que o facto de vivermos tempos de dificuldades nos deve afastar desta opção, ou que o património cultural é uma questão acessória, uma benfeitoria ornamental ou um luxo a que só nos devemos entregar em alturas de prosperidade.

Pelo contrário, é justamente nos tempos de dificuldades que se devem fazer apostas de futuro. A recuperação de edifícios degradados e a valorização dos centros históricos são fatores que, no imediato, geram emprego e mobilizam a atividade económica.

Portugal necessita urgentemente de preparar o período pós-troika através de uma estratégia de crescimento geradora de emprego. Temos de localizar e aproveitar as nossas potencialidades, que existem e são muitas. O mar, desde logo, mas também o património histórico são ativos de que o País dispõe e de que não podemos prescindir na hora presente.

As muralhas que garantiram a nossa independência, que permitiram que hoje celebremos com orgulho o Dia de Portugal, fazem parte de um legado valioso, um legado que nos inspira e anima na afirmação da nossa soberania enquanto país livre e democrático, participante ativo no projeto europeu, Nação socialmente coesa e confiante no seu futuro.

Portugueses

Nesta região ladeada pelo Guadiana, um poeta cantou a epopeia da planície e um amador da etnografia foi pioneiro ao registar, através dos campos, o quotidiano da atividade agrícola. O Dia de Portugal, celebrado este ano no Alentejo, constitui uma oportunidade ímpar para desfazer equívocos sobre a evolução recente da nossa agricultura e reconhecer a sua importância estratégica.

A agricultura constitui um domínio crucial para a sustentabilidade da soberania económica, para o desenvolvimento harmonioso do território e para a qualidade de vida das populações.

Ainda não atingimos todos os objetivos, temos vários desafios a vencer, mas o que foi feito no mundo rural, e que muitos cidadãos desconhecem, representa um exemplo notável e uma grande lição, sobretudo numa altura em que devemos fazer uma aposta inequívoca no crescimento da economia, com vista a combater o desemprego e a alcançar mais justiça social.

Há quem sustente que a adesão de Portugal às Comunidades implicou a destruição do mundo rural e a perda irreversível da nossa capacidade produtiva no setor primário. Este retrato é completamente desfasado da realidade.

Quando aderimos às Comunidades, em 1986, o número de agricultores era muito superior ao atual. Tínhamos, na altura, cerca de 600 mil agricultores, enquanto hoje possuímos menos de metade. De igual modo, o número de explorações agrícolas registou uma quebra significativa, de cerca de 53 por cento.

Quem observar apenas estes números poderá concluir que, nos últimos trinta

anos, a agricultura em Portugal sofreu um grave retrocesso. Não é verdade. Importa ter presente toda a realidade, e não apenas uma parte dela, quando procedemos a uma avaliação global e objetiva das transformações ocorridas no setor primário.

De facto, mais do que um processo de declínio da nossa agricultura, assistimos e ainda estamos a assistir, isso sim, a uma reconversão profunda do mundo rural. Reconversão que, sublinhe-se, era não só inevitável como desejável e que veio a revelar-se, afinal, extremamente positiva.

A agricultura era um setor que ocupava uma parcela significativa da nossa mão-de-obra, mais por efeito da persistência de um modelo socioeconómico herdado do passado do que por uma opção profissional deliberada. Não se era agricultor, estava-se na agricultura. E estava-se na agricultura com vista a assegurar o sustento do dia-a-dia, muitas vezes no limiar da pobreza e da mera subsistência. Àqueles que possuem uma visão saudosista de um passado que, verdadeiramente, nunca existiu, basta perguntar: se nessa altura se vivia bem no mundo rural, por que motivo tantos e tantos Portugueses fugiam dos campos, em busca de uma vida melhor?

Há cerca de 30 anos, tínhamos um setor agrícola profundamente estagnado e descapitalizado, padecendo de fortes limitações estruturais. Conseguimos, com sucesso, operar uma transformação estrutural da nossa agricultura. As explorações agrícolas, em média, duplicaram de dimensão e a reconversão técnica e produtiva que aí ocorreu permitiu obter resultados notáveis, que devemos conhecer antes de formularmos juízos apressados, que ignoram os factos e os números. Na sua rigorosa objetividade, as estatísticas não enganam. A produtividade da terra cresceu 22 por cento e a produtividade do trabalho agrícola aumentou 180 por cento.

Há 20 anos, 80 mil produtores de leite obtinham 1 milhão de toneladas por ano; atualmente, 7800 produtores – ou seja, menos de um décimo daqueles que existiam há 20 anos – conseguem produzir 2 milhões de toneladas. A produção global no setor do leite duplicou e a produtividade por agricultor aumentou mais de 20 vezes.

No setor do tomate para a indústria, a produção global aumentou duas vezes e meia e a produção por agricultor cresceu 26 vezes.

Na olivicultura, aquilo que há 20 anos se produzia em 300 mil hectares consegue hoje ser obtido em apenas 10 por cento da área, ou seja, 30 mil hectares.

As grandes transformações não se cingiram a estes setores. De um modo geral, a atividade agroindustrial e florestal foi alvo de um intenso processo de modernização.

Afirmámo-nos como um país exportador em vários domínios: frutas, hortícolas, vinhos, produtos lácteos, concentrado de tomate, produtos de origem florestal. No passado, apenas exportávamos pasta de papel, cortiça, vinho do Porto e pouco mais.

O setor florestal, por seu turno, tem crescido sistematicamente nos últimos anos, com as exportações a atingirem em 2012 o valor recorde de 3600 milhões de euros.

Nada disto seria possível sem uma forte renovação do setor primário, a base em que assenta o desenvolvimento de parcelas muito vastas do nosso País.

A melhoria das condições de produção agrícola, quer em quantidade, quer em qualidade, teve um reflexo direto na alimentação dos Portugueses. Por vezes, não nos apercebemos do seu alcance. Mas é preciso dizer, sobretudo às novas gerações, a evolução notável que se registou nas últimas décadas.

A forma como hoje nos alimentamos é muito diferente da que existia no passado e melhorou substancialmente: o consumo médio *per capita* da população aumentou 63 por cento nos produtos hortícolas, 41 por cento na carne e 24 por cento no leite, sendo que o aumento do consumo desses bens não implicou um acréscimo de idêntica proporção do défice alimentar face ao exterior. Pelo contrário, recentemente assistimos mesmo a uma redução desse défice, graças a um aumento significativo das exportações, que em 2012 se cifrou em 416 milhões de euros.

Em síntese, não só conseguimos aumentar a produtividade da nossa agricultura, não só conseguimos afirmar a nossa capacidade exportadora em diversos domínios, como melhorámos de forma substancial a qualidade e a diversidade da alimentação dos Portugueses. Mais do que isso: fizemo-lo em condições que garantem um nível elevado de autossuficiência alimentar, situado nos 81 por cento.

Os benefícios não se centraram, por conseguinte, apenas nos produtores agrícolas e estenderam-se ao conjunto da população no seu todo.

E não se pode esquecer o papel da agricultura na mobilização de atividades como o turismo, o artesanato, a produção industrial ou o comércio, contribuindo para a qualidade de vida nos centros urbanos de média dimensão situados no espaço rural.

Para esta transformação, a Política Agrícola Comum deu um contributo fundamental, mas a verdade é que o grande mérito cabe aos nossos agricultores.

Neste Dia de Portugal, presto a minha homenagem a todos os nossos agricultores que, pelo seu esforço, pelo seu mérito, pelo seu espírito de iniciativa, souberam adaptar-se às exigências de um mercado altamente competitivo, concorrendo com países de grande dimensão, dotados de mais maquinaria e tecnologia, com solos mais férteis e com condições climatéricas mais favoráveis à exploração da terra.

Os nossos agricultores bateram-se sem temor com os seus congéneres europeus, investiram na modernização das suas explorações e souberam fazer uma aposta certa em produtos de qualidade.

Os números, uma vez mais, são expressivos: dos 872 produtos europeus reconhecidos como de qualidade especial, 120 são portugueses, ou seja, 14 por cento dos produtos de qualidade na Europa são de origem portuguesa.

Além disso, a agricultura biológica tem tido um crescimento muito significativo, ocupando já cerca de 210 mil hectares e 2800 produtores, facto a que não é alheia a preocupação crescente dos consumidores com a segurança e com a qualidade alimentar.

Portugueses

A evolução da nossa agricultura constitui um bom exemplo da necessidade de abandonarmos ideias feitas e preconceitos, de ultrapassarmos a tendência para o derrotismo e para o pessimismo.

Na verdade, encontra-se ainda enraizada em muitos espíritos a ideia – objetivamente errada – de que a agricultura portuguesa se encontra em declínio e que a nossa adesão às Comunidades implicou a destruição do mundo rural.

É um facto que o mundo rural do passado desapareceu. Simplesmente, não devemos lamentar essa extinção. Pelo contrário, ninguém de bom senso pode alimentar sentimentos de nostalgia por um tempo em que a atividade agrícola

registava níveis baixíssimos de produtividade, ocupava uma parcela significativa da população mas não lhe dava em troca qualidade de vida e fazia com que muitos portugueses, mais de meio milhão, praticassem uma agricultura obsoleta que, por vezes, os colocava no limite da subsistência.

Ao atraso do mundo rural estava associado o atraso das suas populações, que viviam em condições precárias, com níveis de analfabetismo muito elevados.

Não é preciso recuar muitos anos para reviver situações de miséria que persistiam em pleno século XX, e que, pela pena de autores como Alves Redol ou Manuel da Fonseca, a literatura neorrealista captou em páginas que ilustram o modo como se vivia – ou, antes, sobrevivia – nos campos de Portugal.

Em trinta anos, conseguimos mudar práticas ancestrais que obrigaram sucessivas gerações de Portugueses a viver desigualdades iníquas, absentismo dos proprietários, dramas de fome e de miséria, precárias condições de higiene e de saúde, analfabetismo transmitido de pais para filhos, migrações sazonais internas ou, no limite, o êxodo rural para as cidades ou para o estrangeiro. A paisagem social dos nossos campos mudou – e muito.

Estamos no Alentejo e quero salientar o enorme esforço que os agricultores desta região têm feito para alterar a estrutura e a orientação das suas produções, numa adaptação, nem sempre fácil, às condições do mercado e ao enquadramento europeu.

Os resultados desse esforço são já visíveis, com novas vinhas, modernos olivais, novos pomares e também muitos povoamentos florestais jovens. A obra de regadio do Alqueva tem proporcionado condições ímpares para a renovação do tecido produtivo numa vasta região e há ainda um enorme potencial que devemos aproveitar.

Deve reconhecer-se que, na agricultura portuguesa dos nossos dias, persistem ainda limitações estruturais. A propriedade continua muito fracionada, a qualidade dos solos aráveis nem sempre é a melhor, as características do clima são por vezes adversas.

Do mesmo modo, importa reconhecer que, em alguns setores e regiões, não foi possível acompanhar as exigências de competitividade e de inovação e que, sobretudo entre os pequenos produtores, muitos foram afetados no processo de reconversão da nossa agricultura.

A sustentabilidade a prazo da agricultura requer um rejuvenescimento do seu tecido empresarial. Devemos ter presente que cerca de 48 por cento – ou seja, quase metade – das nossas explorações são dirigidas por agricultores com mais de 65 anos.

Entre as questões a merecer a atenção dos decisores políticos, destaco o futuro dos jovens agricultores. Geralmente dotados de qualificações superiores, com ambição e vontade de aplicarem os seus conhecimentos no trabalho da terra, os jovens que querem dedicar-se à agricultura enfrentam dificuldades significativas. Por um lado, têm especiais dificuldades no acesso à terra em boas condições e, por outro lado, têm de suportar encargos elevados no início da sua atividade. É certo que muitos jovens estão a procurar a atividade agrícola. No último ano, mais de 2 mil projetos de instalação de jovens agricultores terão sido aprovados. Trata-se de um sinal muito encorajador, que abre novas perspetivas à agricultura portuguesa.

Temos de valorizar o espaço rural e apoiar os jovens que querem colocar o seu dinamismo e as suas qualificações ao serviço da agricultura. Já muito fizemos, mas podemos – e devemos – fazer mais e melhor.

Portugueses

Ao longo dos meus mandatos como Presidente da República, tenho procurado apontar caminhos de futuro e linhas de rumo que mobilizem os cidadãos e reúnam em seu torno um amplo consenso entre agentes políticos, económicos e sociais.

Sempre discordo daqueles que entendem que a magistratura presidencial deve ser uma magistratura negativa e conflitual, daqueles que têm uma visão do Presidente da República como um ator político que participa e se envolve no jogo entre maiorias e oposições, na busca, muitas vezes, do engrandecimento do seu protagonismo pessoal.

Considero, pelo contrário, que o contributo de um Presidente da República deve ser dado pela positiva. Por isso, adotei como princípios-chave da minha atuação a cooperação estratégica e a magistratura ativa. Também por isso, nos Roteiros que efetuo pelo País, procuro sublinhar os casos e os exemplos de sucesso, para que possam ser valorizados e adotados noutros lugares.

Se há quem pretenda alimentar o pessimismo e contribuir para o desânimo dos Portugueses, sentimentos que a nada nos conduzem, para isso não contarei comigo. Tudo farei para atuar de uma forma construtiva, inculcando ânimo e esperança nos meus concidadãos.

No difícil momento que o País atravessa, temos de cumprir os compromissos que assumimos, pois Portugal é uma República de bem, que honra a palavra dada.

Ao mesmo tempo, devemos preparar-nos para a fase em que já não contaremos com a garantia de financiamento das instituições internacionais. Portugal ficará inteiramente dependente da confiança que em nós depositarem os mercados e os investidores para assegurar o financiamento do Estado e da economia.

Desenganam-se os que pensam que o pós-troika é longínquo. Pelo contrário, o futuro avizinha-se e, independentemente de quem seja Governo, os desafios serão tão grandes que temos de começar, desde já, a antecipá-los e a prepararmo-nos. E a prepararmo-nos bem, para podermos ter sucesso.

As perspetivas de crescimento da economia e de criação de emprego no período pós-troika dependerão criticamente do consenso social que formos capazes de preservar e do compromisso quanto às linhas de rumo do País, num horizonte temporal de médio prazo, que às forças políticas compete estabelecer. Esta é uma questão decisiva para o nosso futuro coletivo.

Não é a primeira vez que Portugal se defronta com pesados desafios. Com coragem e determinação, soubemos vencer enormes adversidades. Estas muralhas atestam-no, estas fortificações comprovam-no. Serviram no passado para afirmarmos a nossa soberania. No presente, foram reconhecidas como Património da Humanidade. Estou certo de que, no futuro, as fortalezas de Elvas serão testemunho de um País mais desenvolvido e mais justo.

Em nome de um Portugal melhor, saúdo todos os Portugueses.

Comunicação ao País

Palácio de Belém, 10 de julho de 2013

Na semana passada, todos fomos confrontados, de forma inesperada, com uma grave crise política. Os efeitos fizeram-se sentir de imediato no aumento das taxas de juro e na deterioração da imagem externa de Portugal.

Desse modo, os Portugueses puderam ter uma noção do que significa associar uma crise política à crise económica e social que o País atravessa.

Num quadro desta gravidade, impõe-se que todos atuem de forma serena e ponderada, avaliando com bom senso e sentido de responsabilidade quais as soluções que, pela sua credibilidade e pela sua consistência, melhor servem o interesse nacional.

Esta crise política é diferente de todas as outras que Portugal conheceu no passado. Ocorre num momento em que estamos vinculados a um exigente Programa de Assistência Financeira estabelecido com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional, instituições que nos têm vindo a emprestar os recursos necessários ao financiamento do Estado.

Assumimos o compromisso de pôr em prática, até junho de 2014, um conjunto de medidas visando a redução do desequilíbrio das contas públicas e a adoção das reformas que garantam a melhoria da competitividade da produção nacional.

O Programa de Assistência Financeira permanece em vigor, sendo a sua execução rigorosa uma condição indispensável para a nossa credibilidade no plano externo e para a obtenção dos financiamentos de que o País precisa.

Em face da perda de credibilidade e de confiança gerada pelos acontecimentos da semana passada, diversas vozes, de vários quadrantes, têm considerado que a atual crise política só poderá ser ultrapassada através da dissolução da Assembleia da República e da convocação de eleições antecipadas para finais de setembro.

Ouvi os partidos políticos com representação parlamentar e os parceiros sociais, que manifestaram opiniões muito divergentes sobre esta matéria.

No momento em que Portugal atravessa uma das fases mais críticas da história do seu regime democrático, é meu dever, em primeiro lugar, esclarecer os

Portugueses sobre as consequências da realização de eleições antecipadas na conjuntura que vivemos.

Falta menos de um ano para o fim do Programa de Ajustamento a que nos comprometemos com as instituições internacionais e que temos vindo a executar desde junho de 2011, com pesados sacrifícios para os Portugueses. Iniciar agora um processo eleitoral pode significar um retrocesso naquilo que já foi conseguido e tornar necessário um novo programa de assistência financeira. Os sacrifícios dos Portugueses, em parte, teriam sido em vão.

Durante mais de dois meses, teríamos um governo de gestão limitado na sua capacidade de tomar medidas e de defender o interesse nacional. Nas últimas eleições para a Assembleia da República, entre o anúncio da dissolução do Parlamento e a posse do Governo, mediarão 82 dias.

Por outro lado, os Portugueses devem ter presente que a realização de eleições antecipadas, mesmo se estas ocorressem no mês de setembro, implicaria que o Orçamento do Estado para 2014 só entrasse em vigor, na melhor das hipóteses, em finais de março do próximo ano.

O Orçamento do Estado de 2014 e o momento da sua entrada em vigor são determinantes para que Portugal possa regressar aos mercados e obter os meios financeiros indispensáveis ao financiamento da economia e do Estado e para encerrar com êxito o atual Programa de Ajustamento.

A falta de Orçamento do Estado agravaria, de forma muito significativa, o risco de Portugal ter de recorrer a um novo programa de assistência financeira. Este novo programa seria provavelmente mais exigente e teria condições mais gravosas do que aquele que atualmente está em vigor, com reflexos diretos – e dramáticos – no dia-a-dia das famílias. Além disso, não há sequer a garantia de que os parlamentos nacionais dos diversos Estados europeus aprovassem esse segundo resgate financeiro.

Existe uma outra razão, que a generalidade dos Portugueses desconhece, e que desaconselha a realização de eleições a breve trecho. Em 2014 irão vencer-se empréstimos a médio e a longo prazo, que contraímos no passado, no valor de 14 mil milhões de euros. Ora, um dos nossos credores, o Fundo Monetário Internacional, impõe, nestas situações, uma regra: com um ano de antecedência relativamente à data de vencimento dos empréstimos, o Estado devedor tem de possuir

os meios financeiros necessários para efetuar o reembolso. Em palavras simples: Portugal tem de assegurar, nos próximos meses, a totalidade dos meios financeiros para proceder ao pagamento dos empréstimos que se irão vencer em 2014. Acresce que a realização imediata de eleições legislativas antecipadas poderia comprometer a conclusão positiva da 8ª e da 9ª avaliações da execução do Programa, previstas para este mês de julho e para final de setembro, o que pode conduzir à suspensão da transferência para Portugal das parcelas dos empréstimos que nos foram concedidos.

Um cenário de eleições legislativas, no atual contexto, seria extremamente negativo para o interesse nacional. A terem lugar proximamente, as eleições iriam processar-se num clima de grande instabilidade financeira e seriam muito elevados o grau de incerteza e a falta de confiança dos agentes económicos e dos mercados no nosso País.

Os sinais de recuperação económica surgidos recentemente iriam regredir e o investimento, que tão decisivo é para a retoma do crescimento e para a criação de emprego, continuaria adiado.

Com o acentuar da incerteza própria de um ato eleitoral nesta conjuntura, seria difícil reconquistar a confiança dos mercados a tempo de concluir com êxito o Programa de Ajustamento, em junho de 2014.

O risco de termos de pedir um novo resgate financeiro é considerável. No caso de um segundo resgate, a posição de Portugal ficaria muito desvalorizada, tanto na União Europeia como junto de outros países com os quais mantemos um intenso relacionamento económico.

Além destas razões de ordem económica e financeira, existem também motivos de natureza política que desaconselham a realização imediata de eleições antecipadas.

As eleições, se tivessem lugar já no próximo mês de setembro, processar-se-iam num clima de grande tensão e de crispação entre as diversas forças partidárias, como os Portugueses têm vindo a observar. Isso tornaria muito difícil a formação, após o ato eleitoral, de um governo com consistência e solidez.

No momento atual, as eleições legislativas antecipadas comportam o sério risco de não clarificarem a situação política e, pelo contrário, poderem contribuir para a tornar ainda mais confusa, mais precária e mais instável.

Seria da maior importância que os partidos políticos adotassem, desde já, uma atitude de maior abertura ao compromisso e ao trabalho em conjunto para a resolução dos complexos problemas que Portugal terá de enfrentar no futuro.

Portugueses

Tendo exposto ao País o que penso da atual situação e as razões pelas quais considero ser indesejável a realização imediata de eleições legislativas, quero apresentar agora o meu entendimento sobre a solução que melhor serve o interesse nacional.

No contexto das restrições de financiamento que enfrentamos, a recente crise política mostrou, à vista de todos, que o País necessita urgentemente de um acordo de médio prazo entre os partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional – PSD, PS e CDS.

É esse o caminho que deveremos percorrer em conjunto. Darei o meu firme apoio a esse acordo, que, na atual conjuntura de emergência, representa verdadeiramente um compromisso de salvação nacional. Repito: trata-se de um compromisso de salvação nacional.

O Presidente da República não pode impô-lo aos partidos, até porque um acordo desta natureza e deste alcance só terá consistência e solidez se contar com a adesão voluntária, firme e responsável das forças políticas envolvidas.

Terão de ser os partidos a chegar a um entendimento e a concluir que esta é a solução que melhor serve o interesse dos Portugueses, agora e no futuro.

Com a máxima clareza e com toda a transparência, afirmo que esse compromisso deve assentar em três pilares fundamentais.

Primeiro, o acordo terá de estabelecer o calendário mais adequado para a realização de eleições antecipadas. A abertura do processo conducente à realização de eleições deve coincidir com o final do Programa de Assistência Financeira, em junho do próximo ano.

Em segundo lugar, o compromisso de salvação nacional deve envolver os três partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento, garantindo o apoio à tomada das medidas necessárias para que Portugal possa regressar aos mercados logo no início de 2014 e para que se complete com sucesso o Programa de Ajustamento a que nos comprometemos perante os nossos credores. A posição

negocial de Portugal sairia reforçada, evitando novos e mais duros sacrifícios aos Portugueses.

Em terceiro lugar, deverá tratar-se de um acordo de médio prazo, que garanta, desde já, que o Governo que resulte das próximas eleições poderá contar com um compromisso entre os três partidos que assegure a governabilidade do País, a sustentabilidade da dívida pública, o controlo das contas externas, a melhoria da competitividade da nossa economia e a criação de emprego. É essencial afastarmos do horizonte o risco de regresso a uma situação como aquela que atualmente vivemos.

Estou consciente das dificuldades políticas de alcançar este acordo, reconheço a dimensão do esforço que os dirigentes partidários terão de fazer, mas não tenho dúvida de que ele constitui a solução que melhor serve o interesse nacional e que garante, a qualquer governo, as condições necessárias para enfrentar os problemas do País.

Desde que exista, à partida, vontade e espírito de cooperação entre os partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento, e desde que estes coloquem o interesse nacional acima dos seus próprios interesses, creio que não será difícil definir o conteúdo em concreto desse entendimento. Mais ainda, um acordo desta natureza não se reveste de grande complexidade técnica e poderá ser alcançado com alguma celeridade, podendo recorrer-se a uma personalidade de reconhecido prestígio que promova e facilite o diálogo.

Darei todo o apoio a esse compromisso patriótico, na convicção de que ele irá contribuir, de modo decisivo, para a confiança externa e interna e será um fator de esperança para todos os Portugueses.

Irei contactar de imediato os responsáveis dos partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento para analisarmos a solução que proponho.

Portugueses

Chegou a hora da responsabilidade dos agentes políticos. As decisões que forem tomadas nos próximos dias irão condicionar o futuro dos Portugueses durante vários anos.

O que está em causa é demasiado grave e demasiado importante. A existência de um compromisso de médio prazo é a solução que melhor serve quer o interesse

nacional quer o interesse de todos os partidos, que poderão preparar-se para o próximo ciclo político tendo dado mostras aos Portugueses do seu sentido de responsabilidade.

Sem a existência desse acordo, encontrar-se-ão, naturalmente, outras soluções no quadro do nosso sistema jurídico-constitucional.

No entanto, se esse compromisso não for alcançado, os Portugueses irão tirar as suas ilações quanto aos agentes políticos que os governam ou que aspiram a ser governo.

Recordo que o atual Governo se encontra na plenitude das suas funções e que, nos termos da Constituição, como disse, existirão sempre soluções para a atual crise política. Contudo, os Portugueses devem estar conscientes de que nenhuma dessas soluções dará as mesmas garantias de estabilidade que permitam olhar o futuro com confiança igual à da proposta que acabo de apresentar.

Depois de tantos sacrifícios que foram obrigados a fazer, depois de terem mostrado um admirável sentido de responsabilidade, os Portugueses têm o direito de exigir que os agentes políticos saibam estar à altura desta hora de emergência nacional.

Acredito que as forças políticas colocarão o interesse nacional acima dos seus interesses partidários, até porque todos estão conscientes da gravidade extrema da situação em que nos encontramos.

Quero, por isso, terminar manifestando a minha confiança no espírito patriótico das forças políticas e, acima de tudo, a minha esperança num futuro melhor para todos os Portugueses.

Boa noite.

Comunicação ao País

Palácio de Belém, 21 de julho de 2013

No passado dia 10, expus ao País uma forma de ultrapassar a atual crise política. Apresentei a solução que considero a melhor para a resolução dos problemas nacionais, numa perspetiva imediata, mas também num horizonte temporal de médio prazo.

Essa solução implicava a realização de um Compromisso de Salvação Nacional entre os três partidos que, em 2011, subscreveram o Memorando de Entendimento com as instituições internacionais.

Um acordo entre essas três forças partidárias, que representam 90 por cento dos Deputados à Assembleia da República, reforçaria a nossa capacidade negocial com as instituições internacionais, atenuando os pesados sacrifícios exigidos aos Portugueses.

Além de promover a estabilidade política, um compromisso de médio prazo iria melhorar as condições de crescimento da economia e de criação de emprego.

A uma maioria parlamentar juntar-se-ia o apoio do maior partido da oposição às medidas que, após negociação conjunta com as instituições internacionais, se revelassem indispensáveis para completar com êxito o Programa de Assistência Económica e Financeira e, bem assim, para conseguir o regresso do País aos mercados em condições mais favoráveis e para assegurar o normal financiamento do Estado e da economia.

Concluído o Programa de Assistência, em junho de 2014, iniciar-se-ia então o processo com vista à abertura de um novo ciclo político, através da realização de eleições, sendo garantidas ao Executivo condições mais consistentes de estabilidade e de governabilidade.

Seria ainda assegurado ao novo Governo o apoio parlamentar, por parte dos partidos signatários do Compromisso, às medidas indispensáveis para defender os interesses nacionais numa fase crucial da nossa vida coletiva, o período pós-troika. Aos agentes económicos e aos parceiros sociais, aos investidores nacionais e estrangeiros, às instituições internacionais e aos nossos parceiros da União

Europeia, daríamos a perspectiva, num horizonte temporal alargado, de que somos um país dotado de estabilidade política, que segue uma estratégia coerente de desenvolvimento sustentável.

Afastaríamos a ideia de que somos um país em que, quando muda o Governo, mudam as orientações fundamentais em matéria de política económica, como a sustentabilidade da dívida pública e o controlo do endividamento externo.

No fundo, afastaríamos a ideia de que somos um país imprevisível.

Desde o início do século XXI, temos caminhado aos avanços e recuos: a um período de grandes ilusões segue-se sempre um período de forte austeridade. Ao fim de mais de uma década, ainda não encontramos forma de nos libertar deste ciclo vicioso.

As circunstâncias atuais seriam particularmente propícias para que se fizesse um esforço sério para instaurar em Portugal uma cultura política de diálogo e de compromisso semelhante à que existe na generalidade das democracias europeias. Recordo que, na União Europeia, 75 por cento dos países de média dimensão, como Portugal, são governados com base em entendimentos políticos entre um leque partidário alargado.

A nossa situação económica e financeira é grave. É elevado o risco de os Portugueses serem obrigados a novos e mais pesados sacrifícios – e todos os partidos estão bem conscientes disso.

Nestas ocasiões de emergência, é um dever fundamental lutar pela melhor solução, pela solução que traga uma esperança mais forte aos Portugueses, apelando ao sentido de responsabilidade dos agentes políticos e a que coloquem o superior interesse nacional acima dos interesses partidários.

A solução que propus é indubitavelmente a que melhor serve o interesse nacional, e tenho fundadas razões para crer que os partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento partilham esta opinião. Tanto assim é que o Partido Social Democrata, o Partido Socialista e o CDS-Partido Popular encetaram negociações para alcançar um Compromisso de Salvação Nacional.

Desde a primeira hora, dei o meu apoio inequívoco à realização desse Compromisso. Lamento que, após seis dias de trabalho conjunto, os três partidos não tenham conseguido alcançar o entendimento desejado.

Não quero recriminar nenhum partido.

Saliento a importância histórica desta nova atitude de abertura ao diálogo e o reconhecimento público da necessidade de alcançar entendimentos alargados em torno de matérias determinantes do nosso futuro coletivo.

Congratulo-me pelo facto de os dirigentes dos partidos da maioria e os dirigentes do maior partido da oposição terem dado provas, perante os Portugueses, de que é importante dialogar e alcançar consensos, tal como foi sublinhado pelos agentes económicos e pelos parceiros sociais.

Não se alcançou a solução ideal, mas todos reconheceram a importância de uma cultura política de compromisso.

Estou certo de que foram lançadas sementes, e que essas sementes irão frutificar no futuro. Mais cedo ou mais tarde, um compromisso interpartidário alargado será imposto pela evolução da realidade política, económica e social do País, tal como se verifica na generalidade dos países europeus de média dimensão.

Estou igualmente convicto de que os cidadãos se encontram agora mais conscientes da necessidade de um consenso entre os partidos que subscreveram o Memorando de Entendimento, sendo esta a solução que melhor serve o interesse nacional e que mais contribui para a melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Portugueses

Em democracia, existem sempre soluções para as crises políticas.

Na minha Comunicação ao País, apresentei, com toda a clareza, as razões pelas quais considero que, no atual contexto de emergência nacional, a convocação de eleições antecipadas não constitui uma solução para os problemas que Portugal enfrenta.

Assim, não tendo sido possível alcançar um Compromisso de Salvação Nacional, considero que a melhor solução alternativa é a continuação em funções do atual Governo, com garantias reforçadas de coesão e solidez da coligação partidária até ao final da legislatura.

Dispondo o Executivo do apoio de uma maioria parlamentar inequívoca, como recentemente se verificou, deve ficar claro, aos olhos dos Portugueses e dos nossos parceiros europeus, que Portugal é um país governável.

O Governo, que sempre se manteve em plenitude de funções, deve fazer um esforço acrescido para preservar as vias de diálogo que agora se abriram.

É essencial salvaguardar o espírito de abertura ao compromisso manifestado ao longo de uma semana de negociações interpartidárias.

Deve ser aprofundado o diálogo com os parceiros sociais e com os agentes económicos, que demonstraram, ao longo de todo este processo, um admirável sentido de responsabilidade. O seu contributo deve ser valorizado e as suas propostas examinadas com a melhor atenção.

É essencial que os dois partidos que integram a coligação estejam sintonizados, de forma duradoura e inequívoca, para concluir, com êxito, o Programa de Assistência Financeira e o País regressar aos mercados, por forma a assegurar o normal financiamento do Estado e da economia.

Isto implica, desde logo, a aprovação e entrada em vigor do Orçamento do Estado em janeiro de 2014.

Afigura-se igualmente fundamental que todo o Governo assuma como prioridade o reforço da aplicação de medidas de relançamento da economia e de combate ao desemprego. Num quadro de exigência e rigor, o Governo deverá aprofundar as medidas de estímulo ao investimento e de captação do investimento externo, onde se incluem a estabilidade e a previsibilidade do sistema fiscal.

Por outro lado, os parceiros da coligação governamental têm de se empenhar, certamente, na criação de condições para realizar, com firmeza e credibilidade, as negociações com as instituições internacionais que a situação portuguesa exige. Os partidos da coligação apresentaram ao Presidente da República garantias adicionais de um entendimento sólido para alcançar estes objetivos e a informação de que o Governo irá solicitar à Assembleia da República a aprovação de uma moção de confiança e aí explicitará as principais linhas de política económica e social até ao final da legislatura.

Por último, quero afirmar aos Portugueses que, se o atual Governo se mantém em plenitude de funções, o Presidente da República nunca abdicará de nenhum dos poderes que a Constituição lhe atribui.

A garantia de governabilidade e o exercício das competências constitucionais de cada órgão de soberania representam o melhor sinal de confiança que devemos transmitir aos Portugueses.

Boa noite.

Mensagem ao País a Propósito da Realização de Eleições Autárquicas

Palácio de Belém, 28 de setembro de 2013

Realizam-se amanhã as eleições para os órgãos das autarquias locais.

O poder local representa uma das mais importantes conquistas da nossa democracia. As autarquias locais desempenham um papel insubstituível na promoção do bem-estar das populações de todo o País.

A eleição dos titulares dos órgãos das autarquias é um momento fundamental da nossa vida democrática. Os cidadãos são chamados a participar e a tomar decisões com influência no seu dia-a-dia. Os resultados das eleições autárquicas são determinantes para a qualidade de vida nas terras onde residem e onde trabalham.

É por isso que o exercício do direito de voto assume particular relevância na eleição dos órgãos de poder mais próximos das pessoas.

Ao participarmos, através do voto, estamos a concretizar a liberdade de escolher os nossos representantes locais e as políticas que propõem.

Ao votarmos, estamos a influenciar as soluções que, no futuro, serão adotadas no ordenamento do território, na aplicação dos recursos financeiros e na dinamização económica, social e cultural das localidades em que vivemos.

A participação de cada cidadão é um sinal da vitalidade da nossa democracia e do capital humano das nossas comunidades.

Não devemos deixar que outros decidam por nós. Apelo a que todos exerçam os seus direitos de cidadania.

Assume, assim, particular importância o debate e o esclarecimento democrático das propostas das diferentes candidaturas, tal como é responsabilidade de cada eleitor analisar a sua credibilidade e realismo.

Este ano, o esclarecimento dos eleitores foi prejudicado pela falta de clareza da legislação aplicável à apresentação das candidaturas e à cobertura da campanha eleitoral por parte da comunicação social, limitada por condicionantes consideradas anacrónicas no contexto da sociedade da informação contemporânea.

Impõe-se a realização urgente de uma reflexão ponderada da legislação eleitoral, de modo a vencer a inércia do legislador e a evitar que estes problemas, bem como os relacionados com os prazos de convocação de eleições, persistam em futuros atos eleitorais.

Em matérias relacionadas com as regras eleitorais e o exercício de liberdades políticas fundamentais, é imperioso que a legislação seja clara e que não perdurem no tempo normas desajustadas às exigências dos nossos dias.

A qualidade das leis deve contribuir para a qualidade da democracia.

São muitos os portugueses que, nestas eleições, se disponibilizaram para integrar listas eleitorais, longe de ambições de protagonismo mediático e apenas por dedicação à sua terra. É um gesto cívico de grande significado que deve ser sublinhado.

Importa igualmente reconhecer o trabalho de proximidade desenvolvido pelos autarcas, ao longo de quatro décadas de democracia, dotando os respetivos concelhos das infraestruturas indispensáveis ao desenvolvimento e à redução das assimetrias regionais do nosso país.

Atualmente, as autarquias são chamadas a enfrentar novos desafios e, como tenho afirmado, podem desempenhar um papel muito importante na área social e educativa e na dinamização económica das comunidades locais.

Este é um tempo em que as propostas apresentadas pelos candidatos não podem deixar de ter em conta as restrições orçamentais e a situação financeira que Portugal atravessa. O respeito pelos dinheiros públicos, pela realidade socioeconómica e pelo verdadeiro interesse dos cidadãos deve ser uma preocupação de todos.

O voto livre e responsável é a essência da democracia.

Apelo a todos os Portugueses para que amanhã exerçam o seu direito de voto. Não deixem de ir votar. Pela nossa democracia, pelas nossas comunidades locais, pelo futuro de Portugal.

Boa noite.

Cerimónia Comemorativa dos 103 Anos da Proclamação da República

Lisboa, 5 de outubro de 2013

Nos termos da Lei aprovada pela Assembleia da República, hoje não é feriado nacional. Mas nem por isso devemos deixar de assinalar o aniversário da revolução de 5 de Outubro de 1910.

Fazemo-lo com a convicção de que esta data constitui um momento de reencontro com os valores republicanos e com os princípios que, há mais de cem anos, levaram à instituição da forma de Estado que hoje é a nossa: a República Portuguesa, independente e soberana.

O sonho dos que fizeram a revolução de 1910 mantém-se vivo, naquilo que tinha de mais profundo e de mais perene: os ideais do civismo e da ética, o triunfo da igualdade de oportunidades, a valorização do mérito e do trabalho em detrimento das prerrogativas de nascimento ou dos privilégios reservados apenas a alguns. Nos nossos dias, como há mais de cem anos, permanece atual o princípio republicano segundo o qual o exercício do poder deve ser colocado ao exclusivo serviço do povo, nunca para benefício de interesses particulares, mas sim em prol de toda a coletividade.

Na República, não há cidadãos de primeira nem de segunda. Na República, vigora a regra da inclusão plena: ninguém pode ser privado dos seus direitos de cidadania, seja no plano político, seja no plano económico ou social. Trabalhadores no ativo ou reformados, jovens ou idosos, homens ou mulheres, empregados ou desempregados, todos são cidadãos de pleno direito – e devem ser tratados como tal, no respeito pelos princípios da igualdade e da dignidade humana inscritos na nossa Lei Fundamental.

Por outro lado, se todos somos cidadãos iguais nos direitos que temos, ninguém está acima da lei e dos imperativos patrióticos de cidadania. Ninguém pode eximir-se do dever de contribuir para o bem comum, sobretudo nos momentos em que todos, sem exceção, somos chamados a fazer pesados sacrifícios, em nome de um futuro melhor para Portugal e para as gerações vindouras.

Precisamente por isso, os valores republicanos devem ser interiorizados pelos Portugueses e concretizados no seu dia-a-dia, com maior empenho e mais produtividade, com um cuidado acrescido na educação dos seus filhos, com um sentido cívico mais profundo de participação na vida democrática.

É essencial que os cidadãos tenham um forte sentimento de pertença à *Res Publica*. Portugal somos todos.

É imperioso mantermos a coesão da nossa República, bem como a confiança dos Portugueses nas suas instituições.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Numa República, ninguém está acima da lei e dos deveres de cidadania. Daí a necessidade de não baixarmos os braços na defesa da ética republicana e dos valores da integridade, prevenindo e combatendo a corrupção ou situações menos transparentes de relacionamento entre o poder público e os interesses privados.

Mas, do mesmo modo, numa República ninguém possui o monopólio da ética, ninguém pode arvorar-se em proprietário da moral pública. Nas conjunturas de crise, há sempre quem pretenda cultivar e tirar proveito de sentimentos adversos às instituições, contribuindo de forma irresponsável para aprofundar o distanciamento e o desinteresse dos cidadãos pela vida coletiva de uma República a que todos pertencemos.

É essencial criarmos as bases de uma cidadania mais esclarecida e mais informada. Nesse contexto, não só os governantes têm um especial dever de informação junto dos cidadãos, como a sociedade civil e a comunicação social devem ter consciência das suas responsabilidades.

A escola é o espaço de formação da cidadania republicana. É na escola que se concretiza, desde logo, o ideal republicano do sucesso pelo mérito e pelo trabalho. A exigência e o rigor no ensino são, na sua essência, valores profundamente republicanos. O facilitismo na avaliação de alunos e docentes favorece o privilégio e acaba, de facto, por promover a desigualdade.

É num contexto de exigência que se distingue o mérito e o talento, que se recompensa o esforço e o empenho em saber mais. A defesa da qualidade do ensino, a busca da excelência e o reconhecimento do papel insubstituível dos professores

correspondem a princípios essenciais de um civismo mais esclarecido, mais informado, mais amadurecido.

Numa República, a escola é o mais importante instrumento de mobilidade social. É através do saber e do conhecimento, avaliados objetivamente, que se combate a tendência para perpetuar desigualdades fundadas nas origens sociais de cada um. Se o ensino perder critérios de exigência e rigor, serão penalizados, em primeira linha, os alunos de mais baixos recursos, aqueles que só através da educação e do mérito podem progredir na sua vida escolar e, mais tarde, na sua atividade profissional.

No entanto, o saber e o conhecimento não podem ser encarados apenas como um meio de promoção social ou como um fator de empregabilidade. Se o mérito escolar promove, indiscutivelmente, o sucesso profissional, a sua importância vai muito para além de uma visão meramente instrumental do conhecimento, da ciência, da cultura.

Na verdade, a cultura tem um valor intrínseco enquanto forma de enriquecimento espiritual de cada um. Daí, em particular, a importância de valorizarmos o conhecimento da nossa História, de salvuardarmos o património que herdámos do passado, de cumprirmos um dever de memória perante as gerações que nos precederam.

Numa democracia, a memória coletiva, justamente porque é coletiva, constitui um património de todos. Numa República, a História não é monopólio de ninguém. A História é uma narrativa aberta, que todos são chamados a estudar e conhecer. Em nome de uma República vivida em democracia e em liberdade, temos de dar a conhecer o passado, sem que isso implique alimentar versões oficiais da História ou nacionalismos passadistas, próprios de regimes autoritários como aquele a que pusemos termo em abril de 1974.

No próximo ano, iremos celebrar o quadragésimo aniversário do 25 de Abril. Juntamente com o 5 de Outubro, a revolução de abril constitui um dos lugares de memória da nossa democracia, que devemos preservar e legar às gerações futuras.

Devemos ter presente que, da mesma forma que nenhum de nós viveu o 5 de outubro de 1910, milhares e milhares de portugueses já nasceram após 1974. A relação que mantêm com o 25 de Abril tem afinidades com a perceção longínqua que muitos de nós temos do 5 de Outubro.

É essencial, neste contexto, revitalizar a mensagem de 1974, naquilo que ela tem de comum com a mensagem de 1910: a aspiração por um Portugal mais livre e democrático, mais justo e desenvolvido.

Evocando essa esperança de liberdade e de justiça, saúdo todos os Portugueses neste 5 de outubro de 2013.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2014

No início deste novo ano, quero saudar todos os Portugueses.

Faço votos de que 2014 seja um tempo de mais esperança.

No ano que terminou, o Programa de Assistência Financeira subscrito por Portugal junto das instituições internacionais, em 2011, continuou a exigir pesados sacrifícios à maioria dos Portugueses.

O desemprego manteve-se em níveis muito elevados. Muitos jovens tiveram de procurar no estrangeiro oportunidades de futuro que não encontraram no seu país.

Portugueses com idades entre os 45 e os 65 anos, detentores de experiência e conhecimentos profissionais, foram duramente atingidos na sua dignidade, ao serem colocados perante o risco de não conseguirem regressar ao mercado de trabalho.

Num período particularmente adverso, em que muitos foram afetados pela crise de forma dramática, os nossos cidadãos continuaram a revelar coragem e grande sentido de responsabilidade, fazendo ouvir a sua voz em defesa de uma distribuição mais justa dos sacrifícios.

Importa não esquecer que Portugal chegou, no início de 2011, a uma situação de colapso financeiro iminente, que levou o Governo de então a solicitar o auxílio de emergência das instituições internacionais.

Hoje, existe a consciência clara de que não era possível continuar a caminhar rumo àquilo que, na altura devida, classifiquei de “situação explosiva”.

Apesar da redução dos padrões de bem-estar, a liberdade e os direitos de cidadania não foram postos em causa. Orgulhamo-nos de viver numa democracia consolidada e estável, num regime onde os cidadãos gozam de direitos fundamentais que não podem deixar de ser respeitados.

As instituições dispõem de plena legitimidade democrática, a legitimidade que lhes advém do voto do povo, expresso em eleições livres.

Portugueses

O crescimento da economia é a chave para conter a austeridade a que o País tem estado submetido. No ano findo, surgiram sinais que nos permitem encarar 2014 com mais esperança.

Portugal saiu da recessão em que estava mergulhado desde finais de 2010. A produção nacional cresceu no segundo e no terceiro trimestres de 2013 e o desemprego diminuiu. As exportações e o turismo têm vindo a registar um comportamento muito favorável.

Na agricultura, têm surgido exemplos notáveis de dinamismo, que importa estimular.

Os níveis de confiança dos consumidores e dos empresários têm vindo a melhorar. Os exemplos que tenho encontrado, um pouco por todo o País, de jovens empreendedores que não se resignam, que não baixam os braços, devem ser motivo de inspiração para os Portugueses.

Não é ainda possível afirmar que as dificuldades estejam ultrapassadas e que a economia portuguesa tenha ganho a dinâmica de crescimento sustentado que desejamos alcançar. Mas há que reconhecer o extraordinário esforço desenvolvido pelos nossos empresários e trabalhadores para vencerem obstáculos e encontrarem novos mercados para a produção nacional, sobretudo fora do espaço europeu.

É fundamental que, em 2014, a ação dos agentes políticos e as políticas públicas sejam orientadas para a consolidação dos sinais de recuperação económica e para o reforço do clima de confiança que se têm vindo a verificar.

Por outro lado, o diálogo e a concertação entre os poderes públicos e os parceiros sociais constituem fatores da maior importância para construirmos, juntos, um futuro melhor.

Em maio deste ano chega ao fim o Programa de Assistência Financeira que Portugal estabeleceu com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional para obter os empréstimos indispensáveis para assegurar o financiamento do Estado e da economia.

Com o fim do Programa de Assistência, Portugal ficará dependente dos mercados e dos investidores internacionais para obter os meios financeiros de que necessita.

O acesso aos mercados de financiamento externo, a taxas de juro razoáveis, exige que a conclusão do programa de ajustamento seja feita com sucesso. Este é um objetivo fulcral, que tem no Orçamento de Estado para 2014 um instrumento da maior relevância.

Um novo programa de assistência financeira, geralmente designado por “segundo resgate”, significaria a continuação da política de austeridade e a deterioração da credibilidade e da imagem de Portugal. Seria elevado o risco de regredirmos para uma situação mais gravosa do que aquela em que atualmente nos encontramos.

Há razões para crer que Portugal não necessitará de um segundo resgate.

Um programa cautelar é uma realidade diferente. Temos razões para contar com o apoio dos nossos parceiros europeus no acesso aos mercados financeiros. Neste contexto, de todos os agentes políticos, bem como dos agentes económicos e sociais, exige-se a máxima ponderação e bom senso, e um sentido patriótico de responsabilidade. A todos, no governo ou na oposição, se impõe estar à altura do momento crucial que vivemos.

Devemos preparar-nos seriamente para o período pós-troika.

É uma ilusão pensar que, no dia em que encerrar o atual Programa de Assistência Financeira, todos os nossos problemas ficarão resolvidos e poderemos regressar a um período de despesismo e endividamento descontrolado.

Queremos que o período pós-troika seja um tempo de crescimento da nossa economia, de criação de emprego, de melhoria das condições de vida dos Portugueses, de equilíbrio das contas públicas.

Por isso, é essencial que estejamos bem conscientes das regras de disciplina orçamental e de supervisão das políticas económicas a que Portugal, tal como todos os outros países da Zona Euro, estão sujeitos.

Portugueses

Como sabem, em julho passado, propus ao País que as forças políticas alcançassem um acordo de médio prazo, um “Compromisso de Salvação Nacional”.

Estou firmemente convicto de que o crescimento da nossa economia, a criação de emprego e as condições de vida dos Portugueses no período pós-troika beneficiariam de forma decisiva se fosse estabelecido um compromisso político de

médio prazo em torno de grandes objetivos nacionais e de políticas públicas essenciais ao nosso futuro coletivo.

Trata-se de um desígnio que vai muito para lá de cálculos eleitorais ou de estratégias partidárias. A questão é nacional, não é partidária.

Exige-se a todas as forças políticas, sem exceção, que compreendam de uma vez por todas: o que está em causa é o futuro de Portugal, o futuro das novas gerações.

Portugal é um dos países europeus onde o diálogo e o consenso entre os partidos políticos têm sido mais difíceis, quando deveria ocorrer precisamente o contrário.

Portugueses

Este ano iremos celebrar o quadragésimo aniversário do 25 de Abril, a revolução que trouxe aos Portugueses a democracia e a liberdade, bem como uma promessa de desenvolvimento e justiça social.

A Presidência da República irá assinalar essa data com a realização de uma conferência internacional centrada no Espírito da Democracia, na Cultura do Compromisso e nos Desafios do Desenvolvimento.

Devemos celebrar o 25 de Abril com sentido de futuro, seguindo as lições que a História nos legou.

Quando os Portugueses se uniram aos militares em nome da liberdade, foi possível construir um novo regime. Quando os Portugueses lutaram contra as forças antidemocráticas, foi possível construir uma democracia constitucional. Quando os Portugueses se uniram àqueles que lideraram a adesão às Comunidades Europeias, integrámos um projeto partilhado por milhões de seres humanos. Quando as forças democráticas, largamente representativas do povo português, souberam alcançar um entendimento patriótico, passámos a dispor de um texto constitucional mais favorável ao processo de transformação e modernização da economia e da sociedade.

Vivemos hoje num país livre, numa democracia consolidada, somos membros de pleno direito da União Europeia. Tudo isto só foi possível porque, nos momentos decisivos, soubemos ver para além da espuma dos dias, alcançando compromissos em torno dos grandes objetivos.

Partilhamos os grandes desígnios: a democracia e a liberdade, o progresso e o desenvolvimento, a pertença à União Europeia. Este é um património coletivo que não podemos perder por causa de querelas conjunturais.

Se pensarmos como era Portugal há 40 anos e como é nos dias de hoje, concluiremos que o País mudou muito – e mudou para melhor.

É certo que o caminho não foi fácil e nem todos os problemas estão resolvidos. Mas o que a História nos mostra é que só quando fomos capazes de estabelecer compromissos e de nos unir é que triunfámos nos momentos essenciais.

Hoje, em 2014, vivemos um momento essencial. Por isso, como tenho vindo a sublinhar, é imprescindível que as forças políticas atuem com espírito construtivo, colocando os interesses reais dos Portugueses acima dos interesses partidários.

O que está em causa é Portugal inteiro.

O que está em causa é o futuro de todos os Portugueses, dos Portugueses que aspiram a viver num país melhor e mais justo.

Os Portugueses não exigem aos responsáveis políticos mais do que têm exigido a si próprios: sentido de responsabilidade, seriedade de propósitos e capacidade de trabalhar em conjunto para atingir objetivos comuns.

O que fizermos este ano irá condicionar o nosso futuro durante muitos anos.

2014 será um ano decisivo. Estou certo de que os Portugueses estão bem conscientes disso.

Espero, pois, que todos os agentes políticos, económicos e sociais saibam estar à altura das exigências do futuro e das legítimas aspirações do nosso Povo.

A todos os Portugueses, desejo um Bom Ano Novo.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial

Lisboa, 29 de janeiro de 2014

Quero, antes de mais, dirigir uma saudação calorosa aos representantes do sistema judicial português, desejando a todos um bom Ano Novo, feito de trabalho, de esperança e de sucesso.

O êxito que tiverem no exercício das vossas funções será um êxito para Portugal. Mas quero, desde já, manifestar-vos o meu apreço pela forma como têm exercido a vossa exigente missão de afirmar o valor da Justiça num tempo particularmente difícil, de adversidades e de árduos sacrifícios para todos os Portugueses. Ao longo dos anos, esta cerimónia tem sido um momento privilegiado para que os mais altos responsáveis pelo sistema judicial procedam a um balanço e a uma reflexão conjunta sobre a Justiça do nosso País.

A Justiça, sabemos-lo bem, é essencial para a afirmação do valor da Democracia e do primado da Lei. Os Tribunais são o poder soberano que concretiza, na sua plenitude, e em última instância, os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos.

Cabe aos Tribunais proferirem a palavra – a palavra decisiva, que por todos tem de ser respeitada – na resolução dos litígios entre os particulares, ou entre estes e a Administração, bem como na interpretação das leis e na salvaguarda dos direitos cívicos e sociais.

Neste ano de 2014, irá ter lugar a conclusão do Programa de Assistência Financeira que, em 2011, o Governo de então celebrou com as instituições internacionais que nos emprestaram os recursos imprescindíveis para que Portugal pudesse enfrentar a situação iminente de colapso financeiro a que havia chegado.

O fim do Programa de Assistência Financeira irá confrontar Portugal com a necessidade de fazer, já neste ano de 2014, opções de fundo, escolhendo caminhos de futuro que se projetam num horizonte temporal de muitos anos.

O que fizermos ou deixarmos de fazer este ano irá ter reflexos duradouros, positivos ou negativos, consoante saibamos estar, ou não, à altura da responsabilidade que a hora presente exige de todos nós.

Ao longo de um processo que impôs sacrifícios muito pesados aos Portugueses, chegámos a uma conclusão evidente: Portugal tem de se libertar, de uma vez por todas, de um modelo instável e insustentável, em que a ciclos de expansão, apoiados no excesso de despesa pública e de consumo privado, se seguem ciclos de recessão, de drástica contração das finanças públicas e do rendimento disponível das famílias.

Chegámos ao momento das grandes opções. É agora, neste ano de 2014, sem mais adiamentos ou hesitações, que teremos de escolher os nossos caminhos do futuro. A Justiça e todos os seus protagonistas não devem, nem podem, situar-se à margem desta opção de fundo.

Senhoras e Senhores

Como todos sabem, o funcionamento da Justiça tem constituído, na última década, uma das preocupações centrais dos poderes públicos, pela persistente crise que a afeta, com reflexos na vida dos cidadãos, nos equilíbrios sociais e no desenvolvimento económico do País.

Tem sido amplamente reconhecido que Portugal enfrenta um sério problema de sustentabilidade. Além da sustentabilidade energética e ambiental, questão que se coloca a todos os países do mundo, temos de resolver desafios complexos de sustentabilidade económica e financeira, de sustentabilidade social e, até, política.

Portugal tem de ser um país credível e sustentável. Temos de ter uma economia sustentável, uma Administração sustentável e um modelo sustentável de governação.

Respeitando a legitimidade que resulta do voto popular, a alternância democrática e o espaço de ação de cada novo governo, há que procurar, em diversas áreas, pontos de compromisso de médio prazo que garantam a sustentabilidade. A Justiça é um dos domínios da atividade do Estado em que a necessidade de compromissos alargados para um horizonte temporal de médio prazo se afigura mais importante.

As medidas a adotar no domínio da Justiça devem ser objeto de um amplo consenso político, construído em diálogo com os operadores judiciários. As mudanças nos códigos e nas leis devem ter por suporte um consenso que assegure a

sua estabilidade, de modo a que as alterações introduzidas sejam devidamente avaliadas e ponderadas quanto aos efeitos que visam alcançar e não naveguem ao sabor do ciclo político ou económico.

A segurança jurídica e a confiança dos cidadãos na Justiça pressupõem a estabilidade do Direito e esta só se atinge se existir uma plataforma mínima de entendimento entre as forças político-partidárias, com o envolvimento ativo dos agentes judiciários. A experiência demonstra-o: sempre que a Justiça foi um território de conflito, sempre que a Justiça se afastou do espírito de compromisso, todos saíram a perder, a começar pelos cidadãos.

Por outro lado, o irregular funcionamento da administração da Justiça, pelo persistente atraso na resolução dos conflitos e pela imprevisibilidade das suas decisões, transmite sentimentos de insegurança institucional que afetam a credibilidade e o prestígio dos que operam no sistema judicial, atingindo um dos pilares essenciais do Estado de direito democrático.

Genericamente, a crise da Justiça tem vindo a ser percecionada pelos cidadãos e pelos agentes económicos e sociais através da morosidade na decisão dos processos pendentes nos tribunais de 1ª instância, com destaque para as áreas cíveis, laborais, do comércio, administrativa e tributária, e dos insuficientes resultados atribuídos às inúmeras reformas aprovadas, quer no plano legislativo, quer no plano administrativo e organizativo, ao longo da última década.

Os operadores judiciários e os estudos realizados têm apontado o excesso da atividade legislativa, com a complexidade e a sucessão de regimes substantivos e processuais, associado à insuficiência de meios materiais e à falta de apoio de assessorias técnicas, como os fatores que mais negativamente afetam a eficiência e a qualidade do trabalho nos tribunais.

Por sua vez, os agentes económicos e os investidores referem a morosidade do sistema judicial como um dos problemas que mais afetam o desenvolvimento económico, transformando o recurso aos tribunais num custo fortemente gravoso. A dificuldade que encontram os que pretendem legitimamente uma cobrança atempada dos seus créditos e o cumprimento dos contratos celebrados é um dos aspetos frequentemente mencionados.

Neste contexto, os sucessivos governos têm reconhecido nos seus programas a necessidade da reforma do sistema de justiça, apresentando diversas medidas

legislativas e organizativas com vista a combater as pendências processuais e a morosidade na resolução dos litígios.

Sucedeu que a área da justiça foi, ela própria, objeto de atenção específica no Programa de Assistência Financeira, subscrito pelo anterior Governo com as entidades internacionais. Do respetivo Memorando de Entendimento constam mesmo o conjunto de objetivos a atingir, as medidas concretas a adotar no plano legislativo e organizativo e o calendário estabelecido para a sua aprovação.

Nas intervenções externas que tiveram lugar no passado, a Justiça não era identificada como uma das áreas a exigir uma atuação profunda. Pelo contrário, no Programa de Assistência em curso, o sistema judicial foi considerado um domínio especialmente relevante para a recuperação económica e o desenvolvimento do País.

Verifica-se hoje que foi possível dar uma resposta positiva a este desafio, como é plenamente reconhecido nos relatórios de avaliação das entidades internacionais.

Procedeu-se, nestes últimos anos, quer a um levantamento exaustivo das pendências processuais, nas jurisdições cíveis e tributária, quer à criação de mecanismos extraordinários visando a sua diminuição.

Procedeu-se, igualmente, à revisão da legislação vigente em vários domínios, sendo de salientar, pela sua importância e pelo seu impacto no desenvolvimento social e económico, a nova legislação da Arbitragem Voluntária, as alterações ao Código de Insolvências e da Recuperação de Empresas, a revisão dos Códigos Penal e de Processo Penal, e a aprovação de um novo Código de Processo Civil que, entre outras, consagrou soluções que permitiram diminuir as persistentes pendências de dezenas de milhares de ações executivas.

Senhoras e Senhores

Tão ou mais importante do que as reformas que o País, no último triénio, levou a cabo no domínio da justiça, será a avaliação dos resultados concretos dessas reformas, na sua aplicação quotidiana pelos diversos agentes do sistema judiciário.

De igual modo, justifica-se uma reflexão aprofundada sobre os mecanismos legais de recurso à tutela cautelar, de modo a que a sua utilização não conduza,

na prática, a resultados contraditórios com os seus fins. Os meios cautelares de defesa de direitos visam obter uma decisão em tempo útil, importando evitar que possam ser utilizados de forma sistemática e abusiva para paralisar, por muitos anos, o legítimo exercício da função administrativa.

Outro domínio a exigir atenção especial é o da salvaguarda do segredo de justiça. Tal como afirmei na cerimónia de abertura do ano judicial, em 2010, “é necessário que os operadores judiciários respeitem o segredo de justiça, como é imprescindível que os órgãos de comunicação social compreendam que não podem pactuar com uma situação que afeta princípios essenciais do Estado de direito, como o princípio da presunção de inocência. A investigação criminal não deve ser perturbada por fugas de informação ou interferências externas. A investigação criminal tem de prosseguir o seu caminho até ao fim, com eficácia e tranquilidade. As entidades de controlo e disciplina têm, neste domínio, que exercer uma ação mais atenta e vigilante, uma fiscalização mais rigorosa, a que se deve seguir a aplicação das devidas sanções sempre que se verifique que a lei não foi respeitada”.

Decorridos quatro anos, mantenho o que então afirmei e estou ainda mais convicto da necessidade de o segredo de justiça ser salvaguardado de uma forma rigorosa. Continuamos a assistir a violações graves do segredo de justiça, que prejudicam seriamente a investigação criminal e comprometem de forma irreparável a confiança dos cidadãos no nosso sistema de justiça.

Senhoras e Senhores

Dentro de poucos meses será concluído o Programa de Assistência Financeira que estabelecemos com as instituições internacionais.

Como tenho vindo a insistir, desde há muito tempo, é essencial prepararmos já hoje o período pós-troika. A Justiça irá desempenhar certamente um papel relevante no crescimento da nossa economia, que é, como todos reconhecem, o elemento decisivo para a sustentabilidade do País e para o futuro das novas gerações.

Portugal terá concretizado um exigente programa de austeridade sem que tenhamos assistido a convulsões sociais idênticas às que ocorreram em países que tiveram igualmente de solicitar o apoio externo.

Em simultâneo, tudo indica que a crise não tem implicado, pelo menos de forma direta, um aumento significativo da violência e da criminalidade.

Podemos ainda afirmar que o Estado social de direito, princípio estruturante da Constituição da República, não foi ameaçado nos seus fundamentos e alicerces. A Constituição, matriz fundadora da nossa República, não foi suspensa. Os Portugueses reveem-se no modelo do Estado social de direito e querem que este seja preservado nas suas linhas essenciais. Para que esse modelo possa ser salvaguardado, é essencial equilibrar as contas públicas, controlar o endividamento externo, garantir a estabilidade do sistema financeiro e melhorar a competitividade da nossa economia.

Com efeito, o esforço que o País empreendeu nos últimos anos só produzirá resultados frutuosos se for perspectivado num horizonte temporal de médio prazo. De pouco adianta obtermos resultados positivos numa dada conjuntura se os nossos problemas de fundo se mantiverem por resolver. Rapidamente regressaremos a uma situação semelhante àquela em que nos encontrávamos quando tivemos de solicitar o auxílio do exterior.

Estou certo de que as magistraturas, bem como todas as profissões jurídicas, se encontram hoje plenamente convencidas de que só através de um espírito de entendimento e diálogo será possível colocar a Justiça ao serviço dos seus destinatários.

Espero, pois, que 2014 seja um ano em que prevaleça o compromisso e o consenso entre os agentes políticos e os operadores judiciários. Num ambiente de tensões, nunca haverá vencedores. Pelo contrário, num clima de abertura ao diálogo, todos irão ganhar. Acima de tudo, ganharão os Portugueses. É para eles que a Justiça existe, é em nome do povo que a Justiça é administrada.

Em nome dos Portugueses e a bem do futuro de Portugal, desejo a todos um excelente Ano Judicial de 2014.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Cerimónia de Inauguração da Nova Fábrica da Leica

Famalicão, 21 de março de 2013

É com o maior gosto que me associo à inauguração da nova unidade da Leica em Portugal, um marco muito importante na já longa presença desta empresa no nosso país e um particular motivo de alegria para o concelho de Vila Nova de Famalicão.

A Leica é uma empresa quase centenária que, de algum modo, tem sido testemunha privilegiada da história do Mundo. Fruto da combinação do espírito inventivo e visionário dos seus fundadores com uma capacidade tecnológica de exceção, as criações da Leica têm como marca distintiva a excelência e a intemporalidade dos seus modelos.

O prestígio da marca foi edificado na ideia de que uma máquina que é construída por artesãos dotados de elevada mestria, precisão e saber técnico tem o poder de transformar o seu utilizador em, mais do que um diligente fotógrafo, um artista. Gerações de fotógrafos profissionais e de amadores de talento escolheram máquinas Leica para registar para a posteridade imagens de grande valor jornalístico, documental ou antropológico, que hoje constituem parte integral do espólio cultural da humanidade. Atribui-se a um notável utilizador, Cartier-Bresson, a propósito da sua transição da pintura para a fotografia, a afirmação de que “o aventureiro em mim sentiu-se obrigado a testemunhar, com um instrumento mais rápido que o pincel, as cicatrizes do mundo”.

Um século depois da invenção da primeira câmara compacta portátil, o facto excecional a assinalar é que os modelos contemporâneos da Leica, respondendo embora às novas exigências do mercado, não deixam de preservar a matriz tecnológica original em que assenta a sua lendária reputação.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Assinalamos, no presente ano, quatro décadas da presença da Leica em Portugal. Sendo uma marca universalmente reconhecida, poucos saberão que grande

parte dos seus cobiçados produtos passa pelas mãos e pela qualidade dos colaboradores portugueses da marca.

Na alma de cada máquina produzida em Portugal está a mestria e a precisão de artesãos portugueses que, com dedicação e rigor, diariamente confirmam a reputação, quase mítica, da marca.

A maioria dos trabalhadores da empresa mantém com esta um vínculo de mais de um quarto de século, muitos deles desde a sua abertura.

Num tempo em que a precariedade laboral se tornou uma prática corrente, saúdo a visão de líderes empresariais que elegem a longevidade do vínculo com os seus trabalhadores como uma das suas principais vantagens competitivas. Porque é neste vínculo, em larga medida, que reside o segredo da acumulação do capital de conhecimento e de especialização, ingredientes essenciais na excelência tecnológica e no valor acrescentado incorporados em cada produto.

Esta é uma ideia a que os nossos empresários deveriam dar uma atenção especial. A precariedade e, por esta via, a manutenção de salários baixos, não é a solução para os problemas da economia portuguesa, sobretudo quando serve para colmatar insuficiências de liderança, lacunas organizativas ou falta de inovação.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Mesmo com perspetivas tão difíceis como as que se nos colocam, quer no plano interno, quer no externo, estou confiante no potencial da economia portuguesa. Estou convencido de que o nosso país tem condições para ser bem-sucedido e de que sairemos desta crise mais fortes e capazes para competir num mundo global. O importante investimento realizado nesta unidade, situada numa região duramente atingida pelo desemprego, constitui um sinal de confiança no futuro da economia portuguesa e um indicador de que o País oferece boas oportunidades de investimento.

Preservando cuidadosamente a herança de sucesso do passado, esta nova fábrica da Leica em Famalicão irá aumentar a capacidade de produção, garantir maior nível de qualidade e trazer um novo impulso à criação de emprego.

A atração de novo investimento de qualidade – ou o reforço do existente –, em particular de investimento direto estrangeiro, é um fator crucial para a resolução dos nossos problemas conjunturais e estruturais.

Quero, por tudo isto, deixar uma palavra de reconhecimento a todos os poderes públicos e entidades privadas que acreditaram na possibilidade de a Leica se manter em Portugal e lutaram para que tal fosse uma realidade.

Saúdo igualmente a visão do grupo de investidores, para quem o capital acumulado em quatro décadas de experiência, conhecimento e especialização se evidenciou como um ativo estratégico, dificilmente replicável noutra lugar.

E é precisamente deste clima de estabilidade e de confiança que a economia e a sociedade portuguesa necessitam. Um ambiente favorável ao investimento – e, por essa via, ao emprego – é, mais do que nunca, condição imprescindível ao nosso desenvolvimento.

Considero, por isso, prioritário que Portugal continue a apostar no seu posicionamento internacional de atração de investimento externo. A presença da Leica em Portugal é um exemplo que deve figurar na montra de excelência das capacidades do País e dos seus trabalhadores.

Senhores Administradores da Leica

Minhas Senhoras e meus Senhores

A presença da Leica em Portugal é motivo de orgulho para todos nós. A inauguração desta nova unidade é um motivo de confiança no potencial de desenvolvimento desta região.

Felicito a administração, os diretores e todos os colaboradores, em cujas mãos reside a responsabilidade da reputação de excelência inimitável da Leica, pela concretização deste novo investimento. A todos desejo o maior sucesso.

Obrigado.

Cerimónia de Inauguração das Novas Unidades da Refinaria da GALP

Sines, 5 de abril de 2013

É com muito gosto que me associo à inauguração das Novas Unidades da Refinaria de Sines. Trata-se do maior projeto industrial de sempre em Portugal, com um investimento que ronda os 1400 milhões de euros e que permite reposicionar o nosso país de importador para exportador líquido de gásóleo, com reflexos evidentes nas contas externas e na balança energética nacional.

A abertura desta nova fábrica, assente na mais moderna tecnologia, acontece na sequência da modernização da refinaria de Matosinhos. Marca, por isso, de forma decisiva, a consolidação da estratégia internacional da Galp Energia, que se afirma como um grupo português com dimensão e massa crítica de nível europeu.

A participação da Galp Energia em projetos de prospeção de jazidas petrolíferas e de gás natural, que se estende por mais de quatro dezenas de países, não pode deixar de ser referida como muito positiva.

Sublinho, especialmente, o facto de a empresa possuir reservas de petróleo que poderão garantir a autossuficiência de Portugal por três décadas. O envolvimento em parcerias de exploração em Angola e no Brasil perspectiva, para 2020, a obtenção de cerca de 300 mil barris de petróleo por dia, o que, à data, corresponderá a cerca de 100 por cento do consumo esperado no nosso País.

O projeto da nova refinaria agora concretizado é também de particular importância para Sines. Contribui para a dinamização do seu porto e das áreas industriais e logísticas adjacentes, potencia grandes investimentos no setor da petroquímica e gera emprego na região. A entrada em funcionamento das novas unidades cria mais de 100 postos de trabalho diretos e 450 indiretos, constituindo uma âncora para o desenvolvimento económico local e viabilizando dezenas de PME, às quais são subcontratados bens e serviços.

A Galp Energia tem a atitude e a vontade que devem prevalecer nos empresários e gestores dos nossos dias. A confiança em investir no nosso país, aliada à

capacidade para detetar oportunidades e à manutenção de um posicionamento competitivo, objetivo sustentado na inovação, numa gestão criteriosa e em boas práticas, resultam numa estratégia coerente de desenvolvimento que deve ser sublinhada.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A imprevisibilidade da evolução da situação económica internacional e a dificuldade dos líderes europeus em lidar com as dificuldades financeiras e sociais instaladas em vários países da União Europeia são motivos de especial preocupação, agudizando a necessidade de uma resposta política abrangente que não esqueça as pessoas.

Temos de respeitar os compromissos que assumimos com as instituições internacionais e ganhar a confiança dos mercados, mas temos de ser capazes de aliar esse percurso a aumentos de produtividade e de competitividade na atividade das empresas.

A aposta em fatores indutores de crescimento económico e de criação de emprego é imprescindível. Este é um desafio que temos de enfrentar com muita determinação.

A concretização das reformas estruturais, o reforço da flexibilidade e da produtividade da nossa economia, a expansão para mercados relevantes das nossas exportações e a exploração de setores que apresentam vantagens competitivas e valor acrescentado nacional devem ser, no momento atual, objetivos prioritários das decisões dos empresários, das lideranças políticas e dos parceiros sociais.

Inovação nos produtos, nos processos e nos modelos de gestão são alavancas de competitividade essenciais à produção orientada para a conquista de mercados exigentes.

Portugal encontra-se hoje entre os países europeus líderes na área da inovação. De acordo com o “*Innovation Union Scoreboard 2011*”, o nosso país detém a terceira posição, depois da Alemanha e do Luxemburgo, no investimento na inovação. Apresentamos também resultados muito positivos nos níveis avançados do conhecimento, quer em termos educativos e científicos, quer na formação e na capacitação de recursos humanos.

Temos de saber aproveitar da melhor forma estas capacidades, transformando conhecimento em valor.

Também a língua portuguesa e a presença de comunidades portuguesas no exterior constituem, não o esqueçamos, importantes ativos ao dispor do tecido empresarial nacional, conferindo-lhe vantagens comparativas muito relevantes na abordagem a mercados que hoje beneficiam de forte crescimento.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Para além dos excelentes indicadores económicos que apresenta, a Galp Energia desenvolve um extenso programa de responsabilidade social, na educação, na valorização profissional dos seus colaboradores, no apoio à investigação, na promoção da eficiência energética, na defesa do ambiente e na própria prevenção e segurança rodoviária.

A Galp Energia está bem posicionada nas principais tabelas internacionais de sustentabilidade. Surge referenciada no *Dow Jones Sustainability Index* como a segunda melhor empresa do setor “Oil & Gas” e entrou recentemente no rigoroso índice das 100 Empresas Mais Sustentáveis.

Estamos, pois, perante uma empresa que cumpre o seu compromisso económico e social e que imprime um manifesto sinal de esperança nas nossas capacidades e no rumo de desenvolvimento do nosso país.

Quero deixar uma saudação muito especial ao Senhor Comendador Américo Amorim, Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia, empresário e empreendedor de enorme visão e grande impulsionador da estratégia que faz mover esta empresa.

Felicito a Galp Energia, os seus acionistas, gestores e colaboradores, assim como todos os agentes que trabalharam na construção destas novas unidades da Refinaria de Sines, pelo importante contributo que trazem à economia portuguesa e a esta região.

A todos desejo os maiores sucessos.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Portugal-Turquia

Lisboa, 7 de maio de 2013

Gostaria de começar por dizer que é com muito gosto que estou hoje aqui, na companhia de Sua Excelência o Presidente Abdullah Gül, a encerrar os trabalhos deste Fórum. Felicito a AICEP- Portugal Global e a TOBB-*Union of Chambers and Commodity Exchanges of Turkey* pela organização desta reunião e dos encontros empresariais bilaterais que lhe estão associados.

O excelente relacionamento político entre os nossos dois países, que ficou bem demonstrado na qualidade e relevância dos contactos que tiveram lugar nos últimos dois dias, é um fator que potencia as oportunidades de cooperação empresarial e favorece o desenvolvimento de novos negócios e investimentos.

A Turquia, um país herdeiro dos primórdios da civilização mundial, é, simultaneamente, um país europeu, um país asiático, um país islâmico, uma democracia e um parceiro fundamental na comunidade internacional. É uma “ponte cultural”, mas também uma “ponte política e económica” entre dois continentes. Incontornável plataforma comercial de mercadorias e hidrocarbonetos, a Turquia é um país de enorme importância geoestratégica, de grande vitalidade, com uma economia pujante à escala global.

Qualificada por uns como “desenvolvida” e por outros como “emergente”, o certo é que a economia turca tem registado uma trajetória de crescimento muitíssimo expressiva, desde 2002, brevemente interrompida pela crise financeira mundial de 2008-2009.

Apesar do abrandamento recente, as perspetivas de médio e longo prazo para a economia turca são, até pelo seu perfil demográfico, muito positivas. As empresas portuguesas devem estar atentas às oportunidades que esse crescimento propicia.

O processo de aproximação à União Europeia tem contribuído de forma muito significativa para o desenvolvimento económico na Turquia e os sucessivos governos têm prosseguido, com vigor e convicção, múltiplas reformas estru-

turais e institucionais. Há hoje um conjunto de empresas turcas que são reconhecidas pela sua robustez, pujança e sofisticação empresarial. São vistas como parceiros fiáveis e desejados.

Recordo, na Visita de Estado que fiz à Turquia, em 2009, como me impressionaram o espírito empreendedor e a motivação que encontrei na classe empresarial do país.

Portugal, por seu lado, faz parte da União Europeia, esse projeto único de integração económica e política. Um gigantesco mercado único europeu de 27 Estados-membros com 500 milhões de consumidores. Mas, graças à sua História, Portugal tem também laços singulares com os países de língua portuguesa espalhados pelos vários continentes, nomeadamente em África e na América do Sul, juntando assim, à sua área privilegiada de relações, este universo que abrange cerca de 250 milhões de pessoas.

Portugal é uma economia moderna e aberta, dispõe de excelentes infraestruturas, condições naturais privilegiadas e de um capital humano extremamente qualificado. Na sequência da crise que assolou o Mundo e a Europa, o nosso país tem vindo a realizar um importante esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro. Nestes tempos difíceis e exigentes, tem levado por diante um significativo programa de reformas estruturais, de forma a aumentar a flexibilidade e a capacidade competitiva da sua economia.

Pode afirmar-se que o caminho de desenvolvimento económico na Turquia encontra paralelos com o de Portugal. Também em Portugal a União Europeia desempenhou um papel estabilizador e deu coerência estratégica a muitas reformas institucionais, essenciais ao fortalecimento do Estado de Direito, à credibilização das instituições necessárias ao seu funcionamento, e à própria consolidação dos mecanismos de uma economia de mercado, aberta e integrada. As empresas portuguesas que viveram essa evolução, seja no setor financeiro, nas infraestruturas, nas telecomunicações, seja nos transportes e logística, na energia, ou nas novas tecnologias, podem dar, pela sua experiência e pelas suas competências, um contributo muito positivo na presente fase de desenvolvimento da economia turca. É certo que, pela sua dimensão e pujança, a economia e os mercados turcos são hoje muito valorizados em todas as geografias. Mas creio que as alianças estratégicas entre empresas dos nossos países, que serão

certamente parcerias entre iguais, podem revelar-se particularmente valiosas. A economia portuguesa desenvolve, atualmente, um vasto leque de atividades industriais e de serviços. O setor dos produtos tradicionais, como os têxteis, vestuário e calçado, fruto da modernização de que foram objeto, mantêm uma posição forte nos mercados internacionais. Mas a economia portuguesa possui hoje um forte conteúdo científico e tecnológico, como é o caso das aplicações de *software*, das tecnologias de informação, da robótica e comunicação, das farmacêuticas, das biotecnologias, ou das energias renováveis. Muitas das nossas empresas operam em diversos setores no mercado global e veem com interesse a possibilidade de se expandir para a Turquia e, em cooperação com congêneres locais, para os países limítrofes.

As relações comerciais entre a Turquia e Portugal, apesar de alguma evolução positiva nos últimos anos, estão ainda muito aquém das suas possibilidades. Também no turismo, setor em que os nossos dois países são muito fortes como recetores, deparamo-nos com uma dinâmica pouco intensa a nível de fluxos bilaterais e de investimento, que importa aumentar.

Muitos têm escrito sobre a semelhança geomorfológica entre o Bósforo e a foz do Tejo, que contribuiu para criar as condições para a prosperidade secular de cidades como Istambul e Lisboa, verdadeiras cidades universais. As semelhanças entre os nossos climas são, também elas, evidentes, aproximando de forma natural muitas das nossas atividades produtivas e vivências culturais.

Promovi, há poucas semanas, a realização de uma conferência internacional sobre “Portugal na Balança da Europa e do Mundo”. Uma das rotas estratégicas identificadas como de particular importância, também para Portugal, foi a do Mediterrâneo e do Médio Oriente. O sucesso dos Estados das duas margens do Mediterrâneo será profundamente benéfico para os nossos dois países. Através de ações em conjunto, teremos mais capacidade para atingir bons resultados. Não apenas no plano diplomático e político, mas também na dimensão económica e empresarial.

Estou, por isso, muito confiante nos contributos que as empresas turcas podem trazer à economia portuguesa, em termos de investimento, emprego e trocas comerciais, num esforço que será, certamente, compensatório. Mas acredito igualmente no potencial de expansão das empresas e produtos de Portugal para

a Turquia e no muito que, juntas, as nossas empresas poderão fazer em várias regiões do globo.

Os trabalhos deste Fórum são uma excelente ocasião para aprofundar o conhecimento e a confiança mútua entre empresários e explorar oportunidades e interesses comuns, fazendo com que a nossa relação económica e empresarial seja mais consentânea com a excelência do nosso relacionamento político.

Desafio e encorajo, pois, as empresas turcas aqui presentes a trabalhar com as suas congéneres portuguesas na identificação e no desenvolvimento de projetos comuns.

Muito obrigado pela vossa atenção e pelo vosso empenho na construção de relações económicas prósperas e duradouras entre os nossos dois países.

Conferência Anual da Comissão Consultiva Internacional do Grupo Bosch

Porto, 14 de maio de 2013

Gostaria de começar por manifestar o meu grande prazer e apreço pela presença de todos vós, digníssimos membros da Comissão Consultiva Internacional do Grupo Bosch, em Portugal.

Quero agradecer ao Presidente, Franz Fehrenbach, o amável convite que me dirigiu, e expressar o meu regozijo pela escolha da cidade do Porto – a cidade, justamente, que acolheu o Grupo Bosh aquando da sua implantação em Portugal, há mais de 100 anos – para a realização da Conferência deste ano.

Permitam-me que partilhe convosco algumas breves reflexões, em primeiro lugar sobre a União Europeia e, de seguida, sobre Portugal.

A Europa e, em particular, a Zona Euro têm sido submetidas, nestes últimos anos, a uma intensa pressão. A União Europeia passou a estar, de certa forma, no epicentro da crise económica e financeira e a ser objeto de um intenso escrutínio internacional. A experiência mostra, no entanto, que a União Europeia foi capaz de ultrapassar, no passado, muitos problemas difíceis. A bem dizer, muito daquilo que a União conseguiu alcançar ao longo destas décadas parecia, à partida, improvável.

A crise financeira global veio expor várias deficiências na arquitetura institucional da União Europeia e, muito especialmente, no modelo de governação da Zona Euro.

Haviam-se acumulado, em diversos Estados-membros, desequilíbrios macroeconómicos persistentes, perdas de competitividade e níveis dificilmente sustentáveis de dívida pública e privada. Tendo embora atingido de forma particularmente séria as economias mais vulneráveis, as tensões propagaram-se, por efeitos de contágio, ao conjunto da Zona Euro. As ligações financeiras e a interdependência económica entre os Estados-membros revelaram-se, então, claramente subestimadas.

Inicialmente hesitante e fraca, a resposta da União Europeia à crise da dívida soberana ganhou, desde então, uma dinâmica acrescida. A vontade política clara

de enfrentar os desafios e desenvolver uma ação política forte em áreas relevantes evitou os riscos de rutura da Zona Euro.

Embora haja ainda muito a fazer com vista a uma genuína união bancária, orçamental e económica, a Europa já percorreu, de facto, nos dois últimos anos, um longo percurso, no que se refere às principais inconsistências do desenho original da União Económica e Monetária (UEM).

Importa dizer que as medidas não convencionais do Banco Central Europeu e as declarações do Presidente Mário Draghi tiveram um papel crucial na estabilização dos mercados e na salvaguarda do sistema financeiro europeu ao longo das várias fases da crise.

Um sistema financeiro integrado exige, contudo, um sistema integrado de supervisão e de resolução bancária. A criação de uma União Bancária europeia – um pilar virtualmente ausente na estrutura da UEM – já está em marcha. Com o acordo sobre o Mecanismo Único de Supervisão, que atribui ao Banco Central Europeu a responsabilidade pelo acompanhamento da gestão bancária em toda a Zona Euro, ficará consagrado o primeiro elemento-chave de uma união bancária plena.

Para além da supervisão integrada, é também essencial que sejam criados mecanismos partilhados a nível de garantia de depósitos e de resolução bancária. O caso de Chipre mostrou bem a necessidade de clarificar *ex ante* o modo como serão tratadas as falências bancárias. Mas ambos serão instrumentais para quebrar a ligação entre os bancos e a dívida soberana, ligação essa que ainda está bem presente por detrás da fragmentação do mercado de crédito que se verifica na União Europeia.

Foram dados, igualmente, passos importantes no que respeita à governação económica. Com os chamados “six pack” e “two pack”, a disciplina orçamental e a avaliação e coordenação das políticas económicas foram significativamente reforçadas.

Além disso, ao assinar o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação, os Estados-membros reforçaram juridicamente o seu compromisso com políticas orçamentais sólidas e sustentáveis.

A Zona do Euro dispõe atualmente de um mecanismo permanente de resolução de crises, o Mecanismo Europeu de Estabilização, com a capacidade de prestar

apoio, num montante global de cerca de 700 mil milhões de euros, a países em sérias dificuldades financeiras.

Importaria, em todo o caso, que houvesse maiores avanços no sentido de uma união orçamental – incluindo uma maior capacidade de partilha de risco –, de modo a fortalecer ainda mais os alicerces da União Monetária. Isso irá certamente levar tempo e exigir um aprofundado debate entre os Estados-membros, para se escolher, de forma precisa, o desenho final.

Mas a verdade é que os investidores estão hoje a tomar decisões com base nas suas perceções sobre o que a Europa será amanhã. Torna-se importante esclarecer que a mudança está em curso, que existe uma noção comum sobre a direção a seguir, assim como o compromisso de desenvolver uma ação continuada, agora e no futuro.

O desafio do crescimento continua a ser uma questão central para a Europa. O risco de uma estagnação generalizada não é despiciendo. Mas, claro está, não há uma solução única que resolva todos os problemas e restaure o crescimento e o emprego. Ao invés, a Europa necessita de agir em várias frentes, onde quer que possa contribuir para a recuperação. E todos têm de fazer a sua parte. Nenhum Estado-membro está isento desta responsabilidade coletiva.

Portugal, que se encontra praticamente a meio da aplicação do exigente Programa de Ajustamento acordado com a União Europeia e o FMI, tem vindo a fazer nítidos progressos na correção dos desequilíbrios económicos e financeiros e das fragilidades estruturais do país.

Perante condições económicas externas mais difíceis do que as esperadas, a meta do défice orçamental para o final de 2012 foi atingida, a estabilidade do setor financeiro foi salvaguardada e uma vasta gama de reformas estruturais – incluindo um extenso programa de privatizações – avançou em diversas frentes.

O ajustamento verificado nas contas externas tem sido particularmente marcante. Em 2012, e pela primeira vez em décadas, foi alcançado um excedente. O crescimento das exportações, sobretudo para novos mercados extracomunitários, contribuiu em muito para esse fenómeno. Apesar de alguns contratemplos, o ajustamento orçamental também tem sido relevante – uma redução do défice estrutural primário de cerca de 6 pontos percentuais do PIB no período 2011-12. Ou seja, um esforço maior do que o realizado em qualquer outro país membro sob assistência financeira.

Em janeiro, pela primeira vez desde o início do Programa, o Tesouro português conseguiu regressar ao mercado de títulos. Na semana passada, teve lugar uma bem-sucedida emissão de obrigações a 10 anos, avançando-se assim, mais cedo do que o previsto, no sentido de Portugal cumprir o objetivo de recuperar um pleno acesso aos mercados.

Portugal e os Portugueses têm vindo a demonstrar um claro sentido de compromisso e responsabilidade, facto que tem sido reconhecido pelos parceiros europeus, pelos credores e pelos mercados.

Estão a ser criadas bases importantes para a recuperação económica. A construção de uma economia mais flexível e competitiva e a melhoria do ambiente empresarial são as grandes prioridades do programa de reformas. O investimento privado produtivo desempenha, naturalmente, um papel crucial no futuro da economia portuguesa.

Portugal sempre valorizou a contribuição do investimento estrangeiro para o desenvolvimento económico e social. E a verdade é que existem excelentes oportunidades de investimento, assim como uma nova geração de força de trabalho, qualificada, competente e motivada.

A experiência das empresas alemãs que operam em Portugal tem-se revelado muito positiva. É justamente o caso do Grupo Bosch, presente em Portugal há mais de 100 anos.

Com especial agrado, ouvi dos responsáveis do Grupo o reconhecimento pelo apoio que os seus projetos e investimentos em Portugal sempre têm colhido, assim como o elevado apreço em que têm a competência e as capacidades dos trabalhadores portugueses. Pela minha parte, posso dizer que a vossa presença e o vosso desempenho têm sido claramente benéficos para a economia portuguesa.

Reitero os meus agradecimentos, Senhor Fehrenbach, pelo seu amável convite, e agradeço, igualmente, a todos os distintos membros do Conselho Consultivo, demais convidados, parceiros e representantes do Grupo Bosch, a vossa atenção. Espero que a vossa estadia nesta maravilhosa cidade do Porto vos tenha sido agradável e faço votos para que possam visitar novamente Portugal em breve. Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do Encontro “FAZ – Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa”

Lisboa, 6 de junho de 2013

Quero começar por felicitar a Fundação Calouste Gulbenkian e a COTEC pela organização conjunta deste Encontro “FAZ – Empreendedorismo Inovador na Diáspora”, ao qual me associo com grata satisfação. A confluência das iniciativas Prémio Empreendedorismo Inovador e Prémio Ideias de Origem Portuguesa é um exemplo de cooperação institucional em torno de propósitos comuns e de partilha inteligente de recursos que merece todo o meu aplauso.

A minha saudação a todos os nomeados e uma calorosa palavra de boas-vindas àqueles que viajaram de todo o Mundo para estar hoje aqui.

Em conjunto com a Lusofonia e o Mar, a nossa Diáspora integra o núcleo identitário fundamental da presença de Portugal no Mundo. Os portugueses que residem e trabalham no exterior constituem um vértice primordial do esforço coletivo de valorização dos ativos culturais, linguísticos e económicos que nos caracterizam e distinguem face a outros povos.

Uma relação de proximidade, mais profícua e atuante, com as comunidades no exterior é um fator decisivo para a nossa afirmação no plano internacional. Por isso tenho insistido na necessidade de melhorar o modo como vemos e nos relacionamos com as comunidades portuguesas da Diáspora. Retóricas de ocasião terão que dar lugar a uma nova lógica de relacionamento e a ações concretas que permitam uma aproximação com resultados efetivos.

É essencial que o País valorize e beneficie do potencial que a Diáspora representa, sem esquecer que o seu envolvimento resulta de um encontro de vontades e de uma mobilização de energias e capacidades individuais.

Tenho feito questão de dar o meu apoio a todas as iniciativas orientadas para o reforço dos laços entre as Comunidades Portuguesas e o País, como foi o caso da criação, no final do ano passado, do Conselho da Diáspora Portuguesa.

É tempo de olhar Portugal, no século XXI, como uma nação pioneira da globalização, que procura afirmar o seu estatuto de povo do Mundo e aberto ao Mundo. Esta pretensão é legítima. Portugal será sempre mais que o seu território. Fomos, somos e seremos uma nação dispersa por todo o planeta. E é esta a vocação que devemos assumir no palco global.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Homenageamos, nesta ocasião, o espírito empreendedor dos Portugueses. E, muito em especial, de todos aqueles que encontraram nas suas sociedades de acolhimento um merecido sucesso, fruto de notáveis percursos profissionais e de cidadania.

O Prémio Empreendedorismo Inovador, que tem este ano a sua sexta edição, nasceu de um apelo a uma nova perspetiva nacional sobre uma realidade pouco conhecida e pouco valorizada. A iniciativa tem vindo sucessivamente a crescer e a exceder expectativas. Gerou uma comunidade própria, na qual se teceram laços de afinidades e interesses comuns e se encurtaram distâncias.

Na presente edição, vale a pena destacar a participação, pela primeira vez, de candidatos da Índia, Malásia, República Checa e Venezuela. Com um estatuto consagrado, este Prémio assumiu uma dinâmica claramente merecedora do nosso entusiasmo e de redobrado apoio.

Por sua vez, a iniciativa Ideias de Origem Portuguesa visa promover a colaboração entre quem está lá fora e quem quer realizar as suas ideias em Portugal. Ideias que correspondam a novas soluções, mais eficientes e engenhosas, de empreendedorismo e de intervenção social, e cuja concretização importa incentivar.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal atravessa um período de grandes desafios. Uma experiência difícil, mas que é também um percurso de aprendizagem, de adaptação a uma realidade com novas exigências.

Os Portugueses tiveram que procurar reservas de energia que julgavam inexistentes. O contexto de vincada dureza obrigou a transformações significativas nas nossas vidas.

Perante o risco e a incerteza, temos de ser capazes de ousar ultrapassar as barreiras que nos limitam, de encontrar novas soluções, de explorar novos recursos. A propensão para manter o estado das coisas, para evitar a todo o custo qualquer mudança e a reserva com que muitas vezes se encaram as novas ideias representam, elas próprias, o maior risco que corremos. Existe um potencial nos Portugueses que está ainda intacto e que aguarda para ser utilizado em toda a sua plenitude.

O exemplo e o contributo dos portugueses na Diáspora – o vosso exemplo e o vosso contributo – assumem um papel da maior importância enquanto referência mobilizadora e enquanto propulsor de energias.

Todos somos chamados a participar na aventura contemporânea de Portugal. A cada um cabe uma quota-parte do esforço coletivo que ao País se exige.

Todos somos necessários para recriar um ambiente de confiança e de vontade de vencer.

Todos, sem exceção, somos necessários para percorrer os caminhos que conduzam a um crescimento económico sustentável, gerador de empregos, e a um futuro de maior justiça e coesão.

Felicito Mapril Baptista, de França, e Teresa Lundahl, da Suécia, respetivamente, vencedor e menção honrosa do Prémio Empreendedorismo Inovador. Felicito a Orquestra XXI, equipa vencedora do Prémio Ideias de Origem Portuguesa, bem como todos os restantes distinguidos.

Agradeço, muito calorosamente, a vossa presença. Estou certo de que é um sinal do vosso empenho e da vossa confiança no futuro do nosso País. É neste espírito que a todos desejo os maiores sucessos, profissionais e pessoais.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração do Centro de Inovação e Tecnologia da IBM

Tomar, 4 de novembro de 2013

É com muito gosto que me associo à inauguração do Centro de Serviços da IBM em Tomar, cidade fundada nos alvares da nacionalidade e sede histórica das Ordens Militares do Templo e de Cristo.

A abertura das operações deste Centro, que vem dar um simbolismo especial aos 75 anos de presença da IBM em Portugal, reveste-se de grande importância para o Concelho de Tomar, para o desenvolvimento económico da região e para a própria imagem do País no exterior.

Este investimento é o feliz resultado do alinhamento de objetivos e da concertação entre os poderes públicos – a autarquia de Tomar –, uma instituição de ensino superior – o Instituto Politécnico de Tomar – e a IBM. A cooperação entre as três entidades permitiu criar uma solução de investimento inovadora, encurtar prazos de execução e ter assim, a curto prazo, um impacto na economia e no emprego da região.

O Centro que hoje inauguramos responde a três desafios que Portugal enfrenta. Em primeiro lugar, abre oportunidades para a criação de emprego jovem e de elevada qualificação, contribuindo para atenuar o grave problema de escassez de oferta. A possibilidade que se abre aos jovens de terem um emprego, com perspetivas de futuro, na região onde estudaram e onde têm as suas raízes, fará, de resto, com que muitos se decidam por aqui permanecer e começar a suas famílias na terra que os viu nascer e crescer.

Em segundo lugar, a escolha de Tomar para a materialização deste investimento demonstra que Portugal está preparado para receber o investimento internacional e que se perfila como uma das localizações mais competitivas da Europa. A IBM, assim como outras empresas multinacionais de referência presentes no nosso País, reconhece que Portugal oferece condições ímpares para o lançamento de projetos tecnológicos com elevado valor acrescentado, dispondo, nomeadamente, de recursos humanos de elevada qualificação, de institui-

ções de ensino superior de craveira internacional, de excelentes infraestruturas e de um ambiente de negócios cada vez mais facilitador da atividade das empresas.

A assinatura do protocolo de cooperação com o Instituto Politécnico de Tomar, que assume responsabilidades acrescidas no desenvolvimento deste Centro, e a presença física no respetivo *campus* são um importante sinal de reconhecimento do potencial da instituição, dada a forte tradição de cooperação da IBM com as melhores universidades e centros de investigação do mundo inteiro. Em terceiro lugar, este investimento materializa, por assim dizer, dois dos fatores-chave de crescimento da economia portuguesa: o conhecimento e a inovação. Há muito que defendo que a competitividade da nossa economia só poderá evoluir através da maior produtividade do conhecimento e da tecnologia e que a relação de proximidade e cooperação entre as Instituições do Ensino Superior e as empresas assume, nessa perspetiva, um papel central. O acordo entre o Instituto Politécnico de Tomar e a IBM é um bom exemplo do caminho que temos que percorrer na aproximação entre instituições do sistema universitário e científico e o mundo empresarial.

Sendo os trabalhadores o capital mais precioso das empresas, o desafio de qualificação da base laboral nacional é uma prioridade. Só com trabalhadores capacitados e motivados será possível às empresas afirmarem-se no terreno competitivo dos mercados globais e, por esta via, contribuir para os objetivos nacionais de crescimento económico e de criação de emprego.

A localização deste novo Centro no interior do *campus* é uma excelente oportunidade para construir, a partir de uma instituição académica, novas soluções para a qualificação dos profissionais portugueses.

Não posso deixar, também, de sublinhar que o consenso entre as forças políticas sobre a importância deste investimento para o desenvolvimento da economia local conferiu ao projeto uma garantia acrescida de estabilidade e deve ser entendido como um exemplo muito positivo para o resto do país.

Senhoras e Senhores

O investimento que hoje inauguramos assinala a renovação do compromisso da IBM com Portugal. Um compromisso que começou há 75 anos.

É sabido que as grandes mudanças na tecnologia exercem um profundo impacto no curso da história e na sociedade como um todo. Ao longo do último século, as tecnologias da informação tornaram-se muito mais do que ferramentas. É hoje evidente o seu papel preponderante no impulso à produtividade de todos os setores económicos, o seu peso como indústria de serviços, bem como a sua importância para o avanço científico em geral.

A tecnologia está, sem dúvida, enraizada em quase todas as dimensões da experiência humana. As tecnologias de informação e comunicação são hoje um recurso imprescindível à vida de milhões e milhões de pessoas que trabalham e vivem num mundo cujo funcionamento se torna cada vez mais complexo.

Por força da globalização, o mapa económico do mundo redesenha-se em torno de novas potências. A IBM cedo compreendeu as implicações destas mudanças, reinventou-se em torno do conceito das “empresas integradas globalmente”, do qual tive a oportunidade de ouvir Sam Palmisano falar entusiasticamente, em 2006, na primeira visita a Portugal do CEO da IBM na altura.

No nosso país, a atividade da IBM ao longo destes 75 anos trouxe um inquestionável contributo para o desenvolvimento do setor das tecnologias de informação e para a modernização do nosso tecido empresarial e da nossa Administração Pública, além de um incentivo marcante à criação de empresas e postos de trabalho qualificado.

A contribuição da IBM para o desenvolvimento do sistema científico e universitário nacional deve, igualmente, ser sublinhada. Desde o impulso da computação científica que a relação frutuosa com as universidades e centros de investigação tem sido instrumental para a produção de novo conhecimento, novas ferramentas, conteúdos e métodos, bem como um estímulo às atividades de Investigação e Desenvolvimento.

O Prémio Científico IBM, instituído em 1990, é um bom exemplo de divulgação dos trabalhos de jovens investigadores portugueses e de incentivo à produção de conhecimento científico de excelência.

Ao nível da industrialização dos centros de serviços, a IBM tem encontrado em Portugal uma localização apetecível para novas operações internacionais, de que este novo centro de Tomar, depois de Lisboa e Braga, é o mais recente exemplo. O balanço é, pois, muito positivo. Se, para todos os que trabalham diariamente

na IBM, este sucesso é um motivo de orgulho, confere-lhes igualmente novas e acrescidas responsabilidades.

No presente contexto da vida coletiva portuguesa, é essencial favorecermos uma cultura de ambição, mérito e exposição ao risco. Estes são valores que, ao serem interiorizados na inovação empresarial, nos permitem avançar no sentido de uma sociedade mais ágil, mais robusta e mais aberta ao mundo.

Sublinho igualmente os valores de cidadania ativa, visão de longo prazo e compromisso com o desenvolvimento sustentável, patentes na atividade de empresas como a IBM, e, em particular, a importância do compromisso destas empresas com o emprego qualificado, com a educação e com a formação, pilares fundamentais para uma sociedade mais próspera, equitativa e coesa.

Senhoras e Senhores

Ao longo de um século de existência, a IBM soube adaptar-se às alterações da economia global e à vertiginosa evolução tecnológica, mas manter-se fiel aos seus valores e raízes, num mundo em constante mudança.

Se, como imortalizou o nosso maior poeta, “todo o mundo é composto de mudança”, a preservação de uma liderança com sólidos valores identitários é condição essencial para a sobrevivência de uma organização.

Relembro a ideia do primeiro líder da IBM de que uma organização pode – e deve – afirmar-se e distinguir-se pelos valores da sua cultura. “Se uma organização quer enfrentar os desafios de um mundo em mudança, tem de estar preparada para mudar tudo sobre si, exceto as suas crenças”, afirmou Thomas Watson.

Liderada há décadas por profissionais portugueses, o trabalho da filial nacional da IBM em várias áreas de negócio é reconhecido pela empresa como um caso de estudo mundial. A filial portuguesa da IBM não é apenas mais uma subsidiária de uma grande empresa multinacional. É uma organização que tem construído autonomamente a sua reputação, graças aos elevados padrões de profissionalismo e ao enfoque nos resultados.

Este desempenho de alto nível por parte da empresa é, naturalmente, motivo de orgulho, mas também suscita expectativas e cria responsabilidades acrescidas quanto ao futuro.

O investimento neste novo Centro de Serviços que hoje inauguramos é uma aposta nas potencialidades do País e a evidência de que temos boas razões para não recear o futuro.

Parabéns à IBM por estes brilhantes 75 anos em Portugal que, de forma tão feliz, hoje aqui celebramos.

Obrigado.

Sessão de Encerramento do X Encontro Nacional de Inovação COTEC-Portugal

Lisboa, 27 de novembro de 2013

O conhecimento, a tecnologia e a inovação são grandes forças transformadoras e geradoras de progresso nas economias e nas sociedades. Esta é a ideia fundadora da COTEC. Uma ideia poderosa, que tem inspirado uma agenda de mudança na economia portuguesa e nos nossos empresários e gestores.

Celebramos este ano uma década de existência da COTEC-Portugal. Felicito a associação, na pessoa do seu presidente, Professor João Bento, pelo seu contributo inestimável para a causa da Inovação, e saúdo os seus antecessores, Eng. Carlos Moreira da Silva e Dr. Artur Santos Silva, bem como os diretores-gerais e respetivas equipas.

Uma palavra de grande apreço, igualmente, para todas as empresas associadas, que são, em primeira linha, a razão de existência da COTEC.

Nesta década, Portugal avançou a um ritmo superior ao da Europa nos fatores do processo de inovação. O notável progresso registado na cultura e na prática da inovação, sendo um motivo de orgulho, não pode, no entanto, deixar-nos satisfeitos e fazer-nos baixar os braços.

Portugal não pode abrandar nem ficar para trás no campeonato da inovação, que é o campeonato da competitividade e do crescimento económico. Apelo, por isso, ao empenhamento ativo dos poderes públicos, dos empresários, dos gestores, das mulheres e homens de ciência.

Nos próximos anos, teremos que lutar para lá do estatuto de “inovadores moderados” – que não deixa de ser uma divisão secundária da Europa –, se quisermos conciliar os desafios do crescimento económico e da criação de emprego com as exigências do equilíbrio das contas públicas. Teremos que assumir a ambição de ir mais além, de estabelecer metas mais avançadas para o país. Este é um desafio que a todos interpela.

Vivemos um momento de charneira, decisivo para o nosso futuro. Daí a ideia de a COTEC celebrar 2013 como Ano Português da Inovação, tendo como propósito

mobilizar esforços e estimular a criação de condições para a geração de mais empresas PME inovadoras, de empresas mais produtivas e com maior potencial de crescimento.

O contributo das PME inovadoras é incontornável para a consolidação de um novo modelo para a economia portuguesa. É nas PME mais inovadoras – e, por isso mesmo, mais competitivas – que se encontra o mais forte potencial de crescimento da nossa capacidade exportadora e de criação de emprego.

Mais empresas inovadoras significa maior intensidade de conhecimento nos produtos e processos e uma redobrada aposta na cultura de inovação.

Significa uma relação de maior proximidade entre instituições do sistema científico e o tecido económico, assim como a valorização do conhecimento e da tecnologia produzidos nas universidades.

Significa a capacidade das empresas em aproveitar, mobilizar e organizar os seus recursos humanos de forma eficiente, direcionando a sua atividade e o seu esforço para a produção de bens e serviços de elevado valor acrescentado.

Mais empresas inovadoras significa aprofundar uma cultura de experimentação e de risco, disseminada e valorizada pela sociedade.

Significa capacidade de encontrar novas formas de financiamento do crescimento empresarial, para além do crédito bancário, hoje, infelizmente, escasso e caro.

Significa, finalmente, mesmo num contexto de emergência, como aquele em que Portugal se encontra, exigir aos poderes públicos a mais alta prioridade nos esforços para desburocratizar a vida das empresas e reduzir, tanto quanto possível, os seus custos de contexto.

Estes serão os elementos necessários para acelerar o passo da tão imprescindível renovação do nosso tecido produtivo, dotando-o de mais empresas inovadoras, tecnologicamente mais avançadas e mais produtivas.

Quero sublinhar, por isso mesmo, a importância do trabalho desenvolvido pela COTEC no apoio às PME inovadoras, desde a sua criação ao crescimento e expansão internacional.

Desde logo, destaco a iniciativa Rede COTEC PME Inovação, um exercício continuado de coordenação e cooperação que deve ser um exemplo a seguir em todos os setores de atividade. A inovação não resulta do trabalho isolado de uma empresa, mas da colaboração de muitas, organizada em rede.

Tenho visitado algumas das empresas que constituem a Rede PME Inovação, uma amostra do que de mais inovador e competitivo existe no nosso tecido económico. Daí a minha convicção de que está aí um bom exemplo do que poderá vir a ser, num futuro próximo, a base do novo tecido produtivo português e de uma nova geração de empresários.

O sucesso desta Rede, que tenho acompanhado desde o seu arranque, é fruto de uma abordagem coerente e estruturada do processo de inovação e de um persistente trabalho de acompanhamento por parte da COTEC.

Registo com muita satisfação que a COTEC tenha correspondido ao meu desafio inicial e tenha conseguido, ano após ano, exceder as expectativas de alargamento da Rede, como novamente aconteceu este ano.

Saúdo as empresas recém-chegadas, selecionadas a partir da aplicação de critérios rigorosos, e que aceitaram o desafio e a responsabilidade de fazerem parte de um grupo de prestígio.

Os prémios que hoje entregamos sinalizam bem como o nosso tecido científico e tecnológico despertou para a necessidade de um papel mais atuante na valorização do conhecimento científico de excelência produzido em Portugal e no fomento de projetos tecnológicos inovadores, com possibilidade de sucesso no mercado global. Do mesmo modo, os casos exemplares de colaboração universidade-empresa mostram que existem já sinais de ligações covalentes entre o sistema científico e as empresas, sendo certo que muito ainda estará por fazer. Investir na criação de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico mantém-se, muito claramente, uma prioridade. É que, sem isso, não será possível a melhoria sustentada da produtividade e o crescimento económico a médio prazo.

Entregamos, hoje, quatro prémios, que simbolizam e destacam o mérito de quem estimula uma cultura e assina uma prática de inovação de excelência – nas universidades e nas empresas. A todos os premiados, os meus parabéns pelo exemplo que representam e pela esperança que trazem ao nosso futuro.

Todos – empresas, universidades, poderes públicos e sociedade civil em geral – teremos que continuar a colocar o conhecimento e a inovação no topo das prioridades individuais e coletivas. É esta uma via incontornável para o crescimento da economia, para a própria sustentabilidade das finanças públicas e para a melhoria dos nossos níveis de coesão social e de bem-estar.

Enquanto presidente honorário, deixo à COTEC-Portugal, neste seu décimo aniversário, uma palavra de sincero agradecimento. O balanço é muito positivo, sendo que acarreta, igualmente, renovadas expectativas e novas responsabilidades para o futuro.

A realização deste Encontro e a participação dos empresários e gestores é um sinal de que, apesar de todas as dificuldades, a força da inovação empresarial está bem viva. O sucesso está ao nosso alcance. Dependerá, em grande medida, de nós e das nossas empresas, dos seus líderes e trabalhadores. Estou certo de que estaremos à altura deste desafio e desta responsabilidade.

Obrigado.

Desenvolvimento e Coesão Social **III**





Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Elvas

Elvas, 9 de junho de 2013

Nesta Elvas “mui nobre e leal” que, em 1513, o Rei D. Manuel elevou a cidade como “acrescentamento de honra” e em “louvor e memória” dos “grandes e muitos serviços” recebidos das suas gentes, comemoramos hoje Portugal, a sua história, a sua língua e o seu povo.

Celebramos a singularidade de Elvas.

Como escreveu José Hermano Saraiva, “Hoje, Elvas não é nem fortaleza fronteiriça, nem alfândega, nem sede episcopal. Mas a sua enorme e recortada cintura de fossos, as escarpas, os revelins e os baluartes dão-lhe uma sedução de joia antiga”. O Aqueduto da Amoreira, com as suas oito centenas de arcos, marca a memória de quantos, ao longo dos anos, por ele passaram. Olhando a Norte através dos seus arcos, surge, alcandorado na sua verdejante colina semeada de oliveiras, o Forte da Graça, obra ímpar da arquitetura militar de Setecentos, que domina as paisagens em redor. As imponentes portas de armas da Cidade, as suas muralhas seiscentistas, as torres e os arcos das suas igrejas e a alvura das suas casas são testemunho de uma gesta heroica, intimamente ligada ao destino de Portugal.

Dentro, recebem-nos os Elvenses, acostumados pelos séculos às agruras dos tempos difíceis, que custearam a construção da maior parte destes gloriosos monumentos e que veem hoje saudado o esforço dos seus antepassados com o reconhecimento internacional da sua cidade.

Porta alentejana de Portugal, grande urbe fronteiriça, Elvas é uma presença constante nas páginas da nossa história, um reduto militar essencial à manutenção da independência do nosso País.

“Chave, defença e escudo

Sou do Reyno Luzitano

Freyo sou do Castelhana

Elvas sou e digo tudo”

Assim escreveu o poeta seiscentista António Serrão de Castro.

A preciosa Chave do Reino foi-se fortificando até se tornar no imenso reduto que conhecemos, quase inexpugnável.

A importante vitória alcançada em 1659, durante a Guerra da Restauração, na famosa Batalha das Linhas de Elvas, cujo terreiro foi recentemente qualificado como Património Nacional, constituiu uma vitória tática e estratégica que, ao demonstrar a capacidade de defesa do nosso País, potenciou apoios externos, determinantes para a manutenção da nossa independência.

Nem só de guerra vivem, contudo, os séculos de Elvas. Aqui também se selou paz e se celebraram importantes alianças dinásticas.

Reuniram-se Cortes no reinado de D. Pedro, em 1361, num tempo em que se reorganizava o país, olhando o futuro com renovado entusiasmo.

Hoje, quando se assinalam 500 anos da elevação a cidade e comemorando também a elevação a Património da Humanidade, regressam a Elvas as celebrações nacionais, com as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

É um encontro com a História, mas é também um encontro com o futuro.

Aos municípios cumpre hoje e cada vez mais olhar pelo desenvolvimento económico dos concelhos e, desta forma, pelo bem-estar e progresso das populações. A aposta da Câmara Municipal de Elvas na requalificação urbana, a dignificação dos espaços públicos e, sobretudo, a recuperação do riquíssimo património histórico da cidade merecem ser sublinhadas. São elementos essenciais de uma visão de conjunto que permite abrir novas portas para o futuro.

O reconhecimento de Elvas como Património da Humanidade pela UNESCO, em junho de 2012, foi um passo importante na afirmação turística e cultural da cidade e da região e deve constituir também um estímulo para o futuro e um exemplo para outras vilas e cidades do nosso país.

É a prova de que o esforço, o planeamento e a ação concertada são recompensados. Saúdo os responsáveis pela candidatura de Elvas a Património da Humanidade pelo sucesso alcançado. Saúdo igualmente todos os historiadores e etnógrafos que, ao longo das últimas décadas, estudaram esta cidade e contribuíram para que crescesse o orgulho pela sua memória.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

Elvenses

No Cancioneiro de Elvas, joia manuscrita do século XVI e uma das mais importantes fontes de música do Renascimento Português, encontram-se cantigas e poemas que nos contam um pouco do Portugal de então. Há nesses poemas sentimentos que soam hoje estranhamente familiares.

As gentes de Elvas habituaram-se a olhar atentamente os horizontes em busca de perigo. Souberam resistir corajosamente a todas as dificuldades; coragem que traz hoje ecos da capacidade que os Portugueses têm demonstrado nos últimos anos.

Nesta hora que Portugal atravessa, Elvas convoca-nos a olharmos para a nossa História e a reconhecermos que os momentos difíceis não são inéditos, mas que, nas horas decisivas, os Portugueses souberam unir-se para defender os grandes desígnios nacionais.

Esta é uma hora decisiva. Portugal vive um momento em que não podemos vacilar na determinação de vencer e de alcançar um futuro melhor.

É importante estarmos muito conscientes das dificuldades, do drama que o desemprego representa nas vidas de milhares dos nossos cidadãos e dos momentos árduos atravessados por muitas famílias.

Mas não esqueçamos que aquilo que Portugal sempre teve, muito bem representado por esta nobre e leal Cidade de Elvas, foi uma capacidade para, mesmo nos momentos cruciais, enfrentar e vencer as adversidades.

Tal como nas Cortes de D. Pedro se organizou em Elvas o futuro do país, e tal como, na Batalha das Linhas de Elvas, soubemos reafirmar a nossa soberania, cumpre-nos hoje, em Elvas, assumir com força e com esperança que temos pela frente um desígnio comum, de que não queremos desistir.

Esse desígnio é Portugal.

Sessão de Encerramento do Seminário “A Economia Social, o Emprego e o Desenvolvimento Local”

Lisboa, 18 de junho de 2013

Começo por saudar a iniciativa deste Seminário sobre “Economia Social, o Emprego e o Desenvolvimento”. Trata-se de uma iniciativa de reflexão e debate extremamente oportuna, sobretudo na atual conjuntura socioeconómica do País. A economia social, geralmente identificada por Terceiro Setor, emerge entre a dicotomia clássica que opunha a esfera pública à esfera privada da atividade económica. Não constitui um movimento recente e totalmente novo, mas uma realidade que se construiu, ao longo dos anos, como alternativa aos padrões dominantes do desenvolvimento económico moderno.

Paralelamente ao tradicional associativismo assistencial e filantrópico, surgiram no século XIX novas formas de organização não lucrativa da atividade económica. É o caso do movimento cooperativo e das mutualidades, nascidos da iniciativa dos cidadãos face à limitada participação do Estado no setor social. Esta tendência afirmou-se pela cultura solidária, pelo sentido de entreaajuda dos cidadãos e consolidou-se através da convergência dos seus propósitos em torno da ideia de economia social.

A segunda metade do século XX não foi especialmente favorável às organizações do Terceiro Setor. Os modelos de desenvolvimento assentes no princípio do Estado Social expandiram-se no mundo ocidental, com especial relevo na Europa. O perímetro de intervenção do Estado alargou-se, chamando a si um leque cada vez mais diversificado de funções, nomeadamente as sociais, que acabaram por suplantarem as tradicionais funções de soberania.

Porém, a forma como o modelo de Estado Social se desenvolveu revelou diferenças significativas entre os diversos países. Em muitos Estados europeus, recorreu-se a configurações descentralizadas, envolvendo os recursos e as organizações de cidadãos que já atuavam junto das comunidades locais. De certa forma, essa ação descentralizada contribuiu para o fortalecimento dos laços

sociais de base, valorizando a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo de muitas décadas.

Noutros casos, em que incluo a experiência portuguesa, o modelo social foi concretizado numa perspetiva centralizadora, de intervenção direta da administração do Estado, muitas vezes marginalizando a ação das organizações de base territorial.

Duplicou-se a infraestrutura de prestação de serviços, sendo que nem por isso se ganhou eficiência ou se pouparam recursos. Mais grave ainda, criou-se uma cultura de protecionismo social protagonizado pelo Estado, desresponsabilizando de algum modo os cidadãos e menosprezando os valores da cultura cívica, da participação, do voluntariado e do espírito de solidariedade.

Quando, no início do meu primeiro mandato, lancei o desafio de um compromisso cívico para a inclusão social, fi-lo na perspetiva de retomar essa cultura participativa, de convocar o contributo dos cidadãos e das suas organizações para o desempenho de um papel mais ativo na prevenção e no combate à pobreza e aos mecanismos de exclusão social.

Considerarei – e considero – ser essencial um compromisso que envolva os cidadãos, as empresas, as organizações não-governamentais, as comunidades locais e as autarquias. Estes protagonistas da economia social podem dar resposta a carências e alcançar objetivos que o Estado revela dificuldades em suprir e atingir. Podem, além disso, conferir uma dimensão mais humanizada à alternativa burocrática que o Estado oferece.

Para o efeito, só precisam de se organizar visando a mobilização dos recursos disponíveis, agir de forma concertada para evitar desperdícios e potenciar as vantagens da proximidade e do seu conhecimento dos laços sociais e de vizinhança. Não se trata de privilegiar um modelo alternativo, mas antes de promover uma integração virtuosa dos dois modelos, o do Estado de bem-estar e o da economia social. O problema não consiste em optar por um ou outro caminho, mas tão-só no desafio que a realidade nos coloca de que, juntos e coesos, poderemos fazer melhor.

Ao longo dos últimos anos tenho tido o grato prazer de constatar que o meu apelo a um compromisso cívico para a inclusão social encontrou uma grande recetividade. Hoje, que vivemos tempos particularmente difíceis, podemos con-

firmar que essa é a aposta mais certa para construirmos uma sociedade mais solidária e mais coesa.

Na grave situação social por que passamos, o que seria de milhares de famílias portuguesas, não fora o excepcional trabalho que as organizações do Terceiro Setor têm vindo a desenvolver?

O que seria dos mais de dois milhões e meio de portugueses em risco de pobreza e exclusão social não fora o espírito solidário dos seus concidadãos e, permitam-me que o destaque, o trabalho dos muito milhares de voluntários que, junto com as instituições de solidariedade, têm feito chegar uma réstia de esperança e de dignidade a quem se viu numa situação de dependência e até de miséria? Nunca em Portugal, desde que existem registos estatísticos, se verificaram tão elevados níveis de desemprego como os que recentemente atingimos.

950 mil desempregados, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 17,7 por cento, é um número que poucos preveriam há alguns anos atrás. Destes, 560 mil são desempregados de longa duração. Entre os jovens, o desemprego atingiu os 42 por cento.

Perante estes números, é natural que nos questionemos sobre o quadro social que temos perante nós. Não podemos resignar-nos. Não podemos silenciar esta realidade dramática.

O exemplo dado pelas organizações cívicas de solidariedade é, para todos nós, motivo de esperança. Trata-se de uma esperança que se funda em atos e não em meras palavras de circunstância. É uma esperança que nos ajuda a traçar rumos para o futuro.

Por isso, apraz-me destacar e saudar o estudo promovido pela Cáritas Portuguesa, visando a definição de uma estratégia de promoção do emprego e de desenvolvimento local. Tiveram oportunidade de o debater neste Seminário e decerto reconhecem que é esse o caminho que o Terceiro Setor deverá trilhar. Com o potencial aumento do risco de pobreza, importa identificar oportunidades, mobilizar recursos, centrar sobre as políticas de proximidade o esforço de financiamento por parte do Estado. Mas, para que haja sucesso nesse esforço, é indispensável que saibamos cooperar na prossecução de objetivos comuns.

O combate à pobreza não se compadece com protagonismos mediáticos nem com voluntarismos inconsequentes. Exige racionalidade. Exige capacidade de

mobilização dos recursos disponíveis, organização da ação coletiva e rigor na aplicação desses recursos.

As estratégias de combate à pobreza e às desigualdades de distribuição do rendimento terão de conciliar as ações de emergência social com as mudanças no estatuto social das populações mais vulneráveis. As primeiras destinam-se a resolver situações urgentes, as segundas são de caráter estrutural.

As medidas imediatas terão de contar com a ação combinada do Estado e das organizações não-governamentais de caráter solidário.

As medidas estruturais terão de privilegiar a recuperação do atraso na educação e a criação de um sistema de oportunidades que permita o retorno do investimento feito pelas famílias e pela Estado na qualificação das novas gerações.

É esse o desafio que a economia social terá de enfrentar: criar mais oportunidades de inserção, aumentando o seu contributo na produção da riqueza nacional. As crises económicas, com particular destaque para a crise que atualmente vivemos, são propícias à expressão do desalento e da descrença. Mas são também ocasiões propícias para, de forma convicta e determinada, reencontrarmos os caminhos da esperança coletiva e da dignidade humana.

Temos de extrair lições da atual crise, para construirmos juntos um Portugal melhor, um Portugal com mais liberdade e justiça.

Para vivermos num Portugal melhor, sei que podemos contar com o vosso inestimável contributo.

Muito obrigado.

Cerimónia de Agradecimento da Cidade de Guimarães e de Personalidades Ligadas ao Ensino Superior

Palácio de Belém, 28 de junho de 2013

Homenageamos hoje personalidades que se distinguiram nas suas vidas profissionais e prestaram relevantes serviços aos País.

O Prof. Doutor Luís Valente de Oliveira tem uma notável carreira de serviço público que foi, com toda a justiça, já reconhecida em diversas ocasiões.

Ao ser agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública e dias depois do seu Doutoramento *Honoris Causa* na Universidade de Trás-os-Montes, quero distinguir o papel do Professor Valente de Oliveira enquanto académico na Universidade do Porto mas também a forma como, na sua vida política, pugnou por pôr em prática o que ensinava como professor.

Irei igualmente impor as insígnias de Grande-Oficial da Ordem da Instrução Pública a duas personalidades que se distinguem na área da educação e na sua ligação à prática médica: o Professor António Coimbra de Matos e a Doutora Isabel Cottinelli Telmo.

O Professor António Coimbra de Matos, que por razões de saúde não pôde estar presente no último Dia de Portugal, recebe esta distinção pela sua atividade como docente nas áreas de psicopatologia, psicossomática e psicanálise e pelo seu labor e dedicação à psiquiatria.

A Doutora Isabel Cottinelli Telmo é atualmente Presidente da Federação Portuguesa de Autismo e Vice-Presidente da *Autism Europe*. Assume, desde há muitos anos, um papel de liderança na sensibilização dos decisores e dos educadores quanto às necessidades associadas às Perturbações do Espectro do Autismo. Tem dado um compromisso firme nesta área muito específica do ensino e na defesa da dignidade da pessoa com deficiência.

Irei agraciar ainda, com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Empresarial, Classe do Mérito Agrícola, o Prof. Doutor Antero Lopes Martins, que se distinguiu, ao longo da sua carreira, não apenas pela sua atividade académica,

no Instituto Superior de Agronomia, mas também pelos contributos que deu, como vitivicultor, para o melhoramento e revitalização das castas autóctones nacionais de videira.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Senhoras e Senhores

Pela primeira vez nos meus mandatos como Presidente da República irei hoje atribuir o título de Membro Honorário a uma cidade portuguesa.

A Cidade de Guimarães é conhecida como berço da nossa nacionalidade. Comemorou esta semana, no dia 24 de junho, o aniversário da Batalha de São Mamede, marco determinante para a independência do nosso País. Nos últimos anos, Guimarães tem-se destacado pela sua forte vertente cultural, com uma agenda diversificada tanto no domínio artístico como no científico, a par do seu dinâmico polo empresarial.

Destaco, em especial, o trabalho de recuperação e reabilitação do centro histórico, que foi declarado Património Mundial pela UNESCO, em 2001, bem como o assinalável êxito alcançado com a realização da Capital Europeia da Cultura, em 2012.

Guimarães é hoje um destacado centro cultural do Norte de Portugal.

Designada em 2013 como Cidade Europeia do Desporto, Guimarães distingue-se também, no domínio científico, pela instalação do *Avepark*-Parque de Ciência e Tecnologia – um núcleo de investigação e desenvolvimento que associa o município à Universidade do Minho e a várias associações empresariais, onde está sediado, por exemplo, o Instituto Europeu de Medicina Regenerativa de Tecidos. Por estes motivos, mas também mercê do contributo muito especial prestado à nossa identidade nacional e à cultura portuguesa e como reconhecimento da dedicação dos vimaranenses à sua Cidade e ao nosso País, decidi agradecer a Cidade de Guimarães com o título de Membro Honorário da Ordem de Sant'Iago da Espada.

Guimarães é, assim, a primeira cidade portuguesa a ser distinguida com a Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

Sessão Comemorativa do Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Vizela

Vizela, 15 de novembro de 2013

Esta é a primeira visita oficial de um Presidente da República a esta cidade de Vizela, nos quase quarenta anos de regime democrático. Quero, por isso, começar por dirigir uma saudação muito especial ao povo de Vizela e aos seus representantes, recentemente eleitos para mais um mandato autárquico.

Saudação que traduz o reconhecimento público da vontade de afirmação de um projeto coletivo que esta comunidade viu consagrado, há 15 anos, com a instituição do seu Município. Esta é uma primeira homenagem que, enquanto Presidente da República, quero prestar a todos os Vizelenses.

A segunda homenagem, presto-a a todos quantos ajudaram a Santa Casa da Misericórdia de Vizela a recuperar a sua missão humanitária, nomeadamente a tradicional valência de saúde que esteve na origem da sua fundação.

É nessa origem que encontramos os traços de identidade não só desta instituição como do próprio povo de Vizela.

Fundada sobre o legado de António Francisco Guimarães, imigrante português no Brasil cuja fortuna entendeu repartir com a sua terra natal, a Santa Casa da Misericórdia de Vizela formou-se através da fusão da Casa dos Pobres Dr. João Rocha dos Santos e da Associação Vizelense de Beneficência.

Congregou-se, assim, o sentido filantrópico de um emigrante com a vontade de concretizar um sonho maior através de duas instituições já existentes: uma Misericórdia e um Hospital que servissem as populações mais desfavorecidas de forma condigna.

As vicissitudes da história nem sempre favoreceram a concretização deste projeto inicial, mas sinto, ao visitar este moderno complexo de saúde e de apoio social aos mais idosos, que se regressa à verdadeira identidade desta Santa Casa. De certa forma, fez-se justiça aos que, ao longo de um século, tiveram esse sonho maior de engrandecer Vizela pelo espírito solidário e pela convicção de que não podemos desistir daquilo em que acreditamos.

O povo de Vizela e os seus homens bons deram mais uma lição a todos nós. Faço votos de que esta vontade solidária se mantenha e se acrescente. Os tempos assim o exigem.

Olhar pelas nossas crianças, ajudá-las a crescer felizes e saudáveis.

Apoiar as famílias que não desistem de lutar por um futuro melhor para as novas gerações.

Apoiar os mais carenciados e responder às situações de emergência social. Acolher e apoiar os mais idosos. Garantir a dignidade na doença pela prestação de cuidados de saúde de qualidade e de apoio à reinserção social e familiar dos que vivem uma situação de dependência.

Eis alguns traços da nobre missão que a Santa Casa da Misericórdia de Vizela concretiza, dia após dia, para honra e bem-estar das populações desta comunidade.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

Os portugueses de há muito conhecem as Caldas de Vizela. As termas representaram muito no passado desta terra, mas representam, seguramente, também o futuro. O turismo de saúde é uma das nossas potencialidades, pelo que faz todo o sentido investir nesta área.

Outros lugares de Portugal podem ter boas condições, mas nenhum, porventura, apresenta melhores condições naturais do que Vizela. A aposta na modernização e na diversificação da oferta termal para conquistar novos utentes deve, por isso, fazer parte das prioridades económicas e turísticas do concelho.

Vizela destaca-se, aliás, por ter sido pioneira em diversas áreas. É o caso da Fábrica de Papel de Vizela, aqui criada no início do século XIX, e das indústrias do vestuário e do calçado, que continuam a ter, até hoje, uma importância fundamental na economia e que têm lutado para se modernizar, competir e resistir aos tempos difíceis.

Marcada pela tradição produtiva e empreendedora, Vizela deve tirar partido da sua localização estratégica, da concentração industrial, para promover parcerias e apostar em novos produtos, nos novos materiais, na criatividade, no *design*, na imagem, nas marcas próprias. Só poderemos ser bem-sucedidos apostando

no conhecimento, no desenvolvimento de novas técnicas, na diferenciação dos produtos, na excelência da execução, na qualidade do apoio aos clientes.

Os municípios desempenham, naturalmente, um papel essencial neste tempo de grande exigência. Compete-lhes a promoção das suas terras, favorecerem o empreendedorismo, serem facilitadores da instalação de indústrias e criarem condições competitivas para atrair investimento.

Nesta região, que está entre as mais jovens e com maior densidade populacional do País, que se caracteriza pelo seu dinamismo empresarial, estou certo de que a colaboração entre empresas, instituições sociais, associações de empregadores e autoridades locais e nacionais dará bons frutos, nestes caminhos que são a condição de um melhor futuro para todos nós.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ouvimos há pouco a interpretação da Banda da Sociedade Filarmónica Vizelense que, em janeiro deste ano, esteve no Palácio de Belém a cantar as Janeiras e que a todos impressionou pela qualidade da sua música e pela juventude dos seus membros.

É bom ver a dedicação e o empenho dos jovens, que espelham a alma dos seus concelhos.

Com esta inspiração de talento e de vitalidade dos mais novos, mas também do exemplo que os mais antigos nos legaram, desejo a todos as maiores felicidades, fazendo votos de que Vizela continue a realizar os seus sonhos, pelo querer, pela união e pelo espírito solidário.

À Santa Casa da Misericórdia de Vizela e a todos os que a servem, os meus parabéns pela celebração do seu centenário.

Bem hajam!

Sessão Comemorativa dos 500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga

Braga, 15 de novembro de 2013

É com muito gosto que me encontro hoje nesta Cidade Augusta para me associar à comemoração dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Agradeço, muito sensibilizado, a distinção de Irmão Honorário que o Senhor Provedor há pouco anunciou.

Quantas instituições têm o privilégio de celebrar os seus 500 anos, como tem sido o caso das Misericórdias Portuguesas?

Instituições centenárias, geradas por iniciativa de uma Rainha, as Misericórdias são obras, maioritariamente, de leigos congregados em torno das suas Irmandades. São obras de homens bons, das vilas e cidades de Portugal, que cobrem todo o território nacional e que muito honram a nossa história como povo.

Não obstante a cobiça de que foram alvo e as muitas incompreensões registadas nestes cinco séculos de história, as Misericórdias Portuguesas conseguiram superar essas dificuldades e, nos nossos dias, revelam-se tão atuais e tão imprescindíveis quanto se revelaram na época em que foram criadas.

É precisamente nas conjunturas mais adversas que melhor se evidencia a natureza dos homens e das suas instituições. Nos tempos difíceis que Portugal atravessa, em que o desemprego atinge dimensões dramáticas (838 mil), em que alastram as situações de pobreza e de exclusão social, em que muitas famílias se veem a braços com quebras de rendimento e encargos de endividamento que não conseguem satisfazer, em que se multiplicam as ruturas dos laços familiares e os novos pobres, é de toda a justiça reconhecer o extraordinário trabalho realizado pelas Misericórdias e outras IPSS e por milhares de voluntários no apoio aos mais vulneráveis da nossa sociedade.

A história da Santa Casa da Misericórdia de Braga encerra muitos exemplos do espírito de abnegação e de solidariedade do nosso povo.

Lembramos D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga e Provedor da Misericórdia, que durante a peste de 1570 resistiu a corresponder às missivas do

próprio Rei para abandonar a cidade. Segundo registam as crónicas da época, ele próprio se dedicava a visitar os doentes, providenciando na sua cura ou na administração dos Sacramentos.

É a ação, a obra e a memória das mulheres e homens de benfazer que conferem uma forte identidade às Misericórdias Portuguesas e que justificam a sua existência secular.

Cabe aos governantes saber interpretar a cada momento o papel destas instituições, aproveitar esta poderosa força solidária da sociedade civil para responder aos desafios da pobreza, que ameaça hoje mais de dois milhões de portugueses, e para atender aos grupos sociais mais vulneráveis à doença, à deficiência ou às limitações da velhice, e às crianças em risco de exclusão ou vítimas de maus tratos físicos ou psicológicos.

Senhor Presidente da Câmara

Minhas Senhoras e meus Senhores

Visitei ao final da manhã o Mosteiro de São Martinho de Tibães, essa joia da nossa arquitetura religiosa, que experimenta uma nova vida depois da sua magnífica recuperação.

A diferenciação turística do nosso país e de uma região tão ricamente povoada de mosteiros e de igrejas de grande beleza e interesse assume um papel fundamental no desenvolvimento económico local e regional e pode atrair muitos milhares de turistas por ano.

Braga não está debruçada para o passado, mas sim voltada para o futuro. A Universidade do Minho, que tanto tem feito para desenvolver a região, anima a cidade e coloca-a no centro do mundo do conhecimento e da inovação. Os bragueses beneficiam de uma rede invejável de infraestruturas físicas, tecnológicas e científicas. Encontramos em Braga um espírito jovem, que se traduz na prontidão para responder aos desafios do presente e às necessidades do futuro. Uma cidade que, longe de estar presa nos seus pergaminhos, demonstra tantos sinais de juventude pode afirmar-se como um verdadeiro centro de conhecimento e de talentos empreendedores, como um polo de atração de investimento e contribuir, de forma clara, para a recuperação económica do nosso país e para a criação de emprego.

Senhor Presidente da Câmara

Senhor Provedor da Misericórdia de Braga

As autarquias locais e instituições como as Misericórdias desempenham, na nossa sociedade, um particular papel dinamizador do desenvolvimento económico e social justo. Um papel que, estou certo, saberão continuar a desempenhar. Os cidadãos sabem que os tempos são exigentes, mas a aposta no conhecimento, na inovação, na criatividade e na atração de investimento, aliada ao contributo das instituições sociais no apoio aos mais desfavorecidos, podem ajudar-nos a ultrapassar estes momentos de dificuldade que atravessamos.

Neste tempo de novos desafios económicos, sociais e culturais, o exemplo de Braga pode ser extremamente encorajador.

Termino com uma saudação muito especial à Santa Casa da Misericórdia de Braga, aos membros da Irmandade, mas também aos utentes e a todos os trabalhadores da instituição, pelos seus 500 anos de história e de trabalho.

Que a Misericórdia de Braga e as Misericórdias Portuguesas possam continuar esta sagrada missão de fazer o bem junto dos mais frágeis da nossa sociedade e ajudar a melhorar as condições de vida dos Portugueses.

Saúde, Educação, Ciência e Cultura **IV**





Sessão de Abertura do XXXIV Congresso da Sociedade Portuguesa de Cardiologia

Vilamoura, 28 de abril de 2013

É com o maior gosto que me associo, uma vez mais, à abertura do Congresso da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, dando pública expressão ao meu apreço pelo notável trabalho desenvolvido por esta Sociedade, há várias décadas, em prol da saúde dos Portugueses.

As doenças cardiovasculares continuam a ser, entre nós, a principal causa de mortalidade, além de uma causa muito importante, que não podemos negligenciar, de incapacidade permanente e de sofrimento para muitos Portugueses e para as suas famílias.

Por isso, quero manifestar, antes de mais, o meu reconhecimento a todos os profissionais de Saúde que, para além de exercerem esta especialidade médico-cirúrgica, conferem também especial relevo à educação e à prevenção da doença cérebro-cardiovascular.

Sabe-se, desde há muito, que os hábitos de vida e os padrões de comportamento são essenciais para a prevenção das doenças cardiovasculares. Tenho insistido na necessidade de existir, na sociedade portuguesa, uma consciência mais clara e uma perceção mais informada dos riscos associados ao sedentarismo, ao tabagismo, à obesidade, ao consumo excessivo de álcool, à ingestão imoderada de sal e à própria falta de controlo regular do estado de saúde.

Pela minha parte, procuro adotar um estilo de vida saudável e por isso foi com regozijo que, ainda há pouco tempo, li uma entrevista do meu médico pessoal na Presidência da República, o Dr. Daniel de Matos, em que ele, com humor, praticamente confessava que, comigo, corria o risco de ficar no desemprego.

Não é, naturalmente, o desemprego da classe médica que desejamos. Desejamos, isso sim, que a população esteja mais consciente dos fatores de risco de ocorrência de uma doença com tão elevados níveis de mortalidade. Importa que os Portugueses saibam e compreendam que não foi por acaso que a Orga-

nização Mundial de Saúde escolheu, este ano, o tema da hipertensão como fulcro de debate à escala mundial.

Congratulo-me pelo facto de começar a existir, quer por parte das autoridades, quer por parte da sociedade civil, uma consciência mais clara de que há um longo caminho a percorrer. De facto, e como a Sociedade de Cardiologia tem alertado, estamos longe de esgotar o potencial de prevenção das doenças cérebro-cardio-vasculares. Sabemos que cerca de metade destas doenças, em indivíduos com mais de 30 anos de idade, é atribuível à falta de controlo da pressão arterial, 31 por cento ao excesso de colesterol e 14 por cento ao fumo de tabaco.

A vigilância regular da pressão arterial, o abandono do tabagismo, a mudança dos hábitos alimentares e o controlo do colesterol poderiam, inquestionavelmente, reduzir de forma muito significativa a incidência destas doenças.

Existe já muita informação, mas é necessário fazer mais. Desde logo, aprofundar o conhecimento destas doenças entre a classe médica, os investigadores, os profissionais de saúde. Depois, sensibilizar a opinião pública através de ações e campanhas de grande impacto. De novo, a Sociedade Portuguesa de Cardiologia desenvolve aqui um trabalho notável. O portal da Sociedade recebe uma média de 40 mil visitantes por mês, que consultam 2 milhões de páginas por ano. A credibilidade desta instituição garante, aos que conhecem o seu trabalho, o acesso a uma informação fiável, circunstanciada e independente. Assegura que todos os Portugueses podem saber que opções devem tomar para melhor defenderem as suas vidas, pois é efetivamente isso que está em causa: defender a vida contra mortes que, em boa medida, poderiam ser evitadas.

A experiência demonstra que as medidas preventivas são benéficas e que deverão ser praticadas em todas as idades, mas é nas idades mais jovens que a educação para um estilo de vida saudável apresenta, naturalmente, melhores resultados.

Há, pois, que dirigir uma especial atenção às medidas preventivas junto dos mais jovens, nem sempre despertos para os elevados riscos associados ao consumo excessivo de álcool ou ao hábito do tabagismo.

O tema escolhido para este XXXIV Congresso – “A evidência, a prática e as políticas” – revela o empenho na prossecução das boas práticas profissionais e na busca de um cruzamento entre provas científicas, práticas médicas e políticas

de saúde. É através desse cruzamento interdisciplinar que se poderá melhorar, quer na prevenção, quer no tratamento, a eficácia do combate às doenças cardiovasculares.

Todos os participantes neste Congresso são, pode dizer-se, combatentes pela vida dos Portugueses.

Quero, muito sensibilizado, saudar-vos por isso e desejar os maiores sucessos para este Encontro e para o vosso trabalho.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Leya 2012

Lisboa, 8 de maio de 2013

A atribuição do Prémio Leya constitui um motivo de particular regozijo para nós, Portugueses, e para todo o mundo lusófono.

O Prémio destina-se a incentivar a produção de obras originais de ficção em língua portuguesa. Nos breves anos que já leva de existência, foi atribuído a um autor brasileiro, a um moçambicano e a dois portugueses. Está, portanto, demonstrada a sua razão de ser e a sua vocação autenticamente lusófona.

Em pouco tempo, o Prémio Leya consagrou-se como um estímulo e uma oportunidade para a revelação de novos valores, em qualquer uma das várias literaturas que hoje se exprimem em português.

O êxito da iniciativa deve-se, antes de mais, à visão dos seus promotores, um grupo empresarial que soube interpretar o sentimento e a vitalidade do mundo lusófono, lançando um projeto editorial cujo horizonte de possível expansão se alarga a vários continentes.

Em 2009, aquando da entrega do Prémio Leya ao seu primeiro vencedor, tive oportunidade de afirmar: “Para que a lusofonia seja uma realidade, e não apenas um eco do passado, é preciso que no seu espaço se criem e desenvolvam projetos económicos e culturais dinâmicos. É preciso haver homens e empresas que saibam traduzir, em iniciativas concretas, todo o potencial que reside no facto de partilharmos com tantas nações uma língua comum”.

Volvidos quatro anos, dou os meus parabéns ao Grupo Leya, em particular por ter sabido manter este Prémio, que é um símbolo do que poderá vir a ser a comunidade de nações e Estados lusófonos.

Quero também felicitar o premiado deste ano, o Engenheiro Nuno Camarinho, cujo romance “Debaixo de algum céu” foi distinguido por um júri constituído por escritores e académicos de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal, a que presidiu o poeta Manuel Alegre. Ter sido escolhido entre centenas de candidatos dos países lusófonos, alguns deles a viver como emigrantes em França, no Canadá ou no Reino Unido, é a melhor prova de que

o talento evidenciado por Nuno Camarneiro merece a nossa admiração e o nosso aplauso.

Quero, por isso, congratular-me com o sucesso alcançado por este seu segundo livro. Desejo-lhe as maiores felicidades. Oxalá consiga realizar os seus melhores sonhos e prosseguir com êxito a vocação literária de que já deu provas.

Espero também que o Grupo Leya mantenha esta sua iniciativa, que tanto poderá fazer, através do estímulo dado aos escritores, pela consolidação da rede global em que estão interligadas as cerca de 250 milhões de pessoas que têm o português como língua oficial.

Na realidade, sem os escritores, a lusofonia seria um projeto a que faltaria alma. São os escritores que, através da sua imaginação e criatividade, mantêm uma língua viva. São eles que constroem e exprimem em palavras essas pontes imateriais que ligam as pessoas e os povos, cimentando identidades coletivas.

Uma política de promoção da língua portuguesa não poderá ignorar as obras literárias que em português se escrevem e que são um dos seus principais veículos de projeção no Mundo.

É certo que todos os Estados lusófonos se mostram empenhados em estreitar os laços que os unem. Sabemos que essa união contribuirá para o desenvolvimento e a prosperidade das populações. Mas aquilo que nos une é mais do que uma simples arquitetura política e diplomática, que pudesse estar à mercê das circunstâncias e do voluntarismo dos decisores.

Para além de estarem politicamente associados e partilharem a mesma língua, os povos que integram o projeto lusófono têm séculos de história em comum.

A lusofonia está assente num lastro de sentimentos e cumplicidades, um conjunto de memórias e valores que todos cultivamos, não obstante as diferenças que existem entre as culturas que são próprias de cada uma das nossas nações. É esse, aliás, o sentido da decisão do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que consagrou o dia 5 de maio como o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, “tendo em vista”, como diz a resolução oficial, “a sua afirmação crescente nos Estados-membros e na comunidade internacional”.

A melhor prova dessa comunidade que estamos a construir, apesar das diferenças que nos separam, são iniciativas como o Prémio Leya, que convocam, num

mesmo certame, escritores oriundos de um universo tão diversificado como é o das literaturas que se exprimem em português.

Há que saber exponenciar e tirar partido dessa realidade que é a projeção crescente da literatura de língua portuguesa no panorama internacional, onde se têm multiplicado as traduções e a curiosidade pela ficção em português, nas suas diversas tonalidades, nos seus vários modos de falar e de sentir.

Há igualmente que reconhecer a importância que esse fenómeno poderá ter para a identificação e afirmação de um espaço internacional, que tem raízes históricas e culturais, mas cujas potencialidades se estendem a muitos outros domínios.

Num Mundo em que as chamadas “fronteiras espirituais” se estão a impor crescentemente, a consolidação do espaço lusófono deve ser uma tarefa prioritária. Renovo, por isso, os meus parabéns ao autor premiado e ao Grupo Leya, fazendo votos pelo sucesso do seu trabalho em prol da divulgação da literatura em língua portuguesa.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega dos Prémios BIAL 2012

Porto, 14 de maio de 2013

É com o maior gosto que, uma vez mais, me associo à atribuição do Prémio BIAL. Faço-o pela quarta vez. Trata-se de uma das mais significativas distinções portuguesas na área da investigação em Saúde, a qual, tendo sido instituída em 1984, conta já com quinze edições. Destina-se a galardoar trabalhos de grande qualidade e relevância científica e adquiriu rapidamente dimensão internacional. Saúdo o júri deste Prémio, na pessoa do seu Presidente, o Professor Doutor António de Sousa Pereira, permitindo-me também felicitar o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, de que é diretor. Tive ocasião de inaugurar as novas instalações deste Instituto, onde hoje nos encontramos, e quero reiterar o meu apreço pelo trabalho de excelência aqui desenvolvido.

Felicito, naturalmente, o galardoado com o Grande Prémio BIAL de Medicina 2012, o Professor Peter Henry St. George-Hyslop, uma autoridade mundial na investigação das doenças neurodegenerativas, que vê de novo o seu trabalho reconhecido através da atribuição de mais este prestigiado Prémio.

A investigação liderada pelo Professor St. George-Hyslop abre caminho para o diagnóstico precoce das doenças neurodegenerativas e para o tratamento de indivíduos em risco, muito antes da ocorrência de dano cerebral permanente. Trata-se de uma enorme esperança para a humanidade, conhecidos que são os números atualmente estimados, a nível mundial, para os casos de demência, e o ritmo, a cada ano, de novas ocorrências.

Em Portugal, calcula-se que haja hoje cerca de 153 mil pessoas com demências, das quais 90 mil com a doença de Alzheimer, sem dúvida um dos problemas mais sérios de saúde pública que o País enfrenta.

O galardoado com o Prémio BIAL Medicina Clínica 2012 é o Professor da Universidade de Coimbra José Cunha-Vaz, uma referência europeia na área da oftalmologia, um médico português detentor de diversos prémios e distinções a nível nacional e internacional. O trabalho de investigação levado a cabo pela equipa liderada pelo Professor Cunha-Vaz é de grande relevância para o diagnóstico

precoce e para uma melhor caracterização das fases iniciais da retinopatia diabética e abre novas e promissoras perspectivas à prevenção e terapêutica personalizada dos casos de perda de visão associada à diabetes.

As duas Menções Honrosas, atribuídas este ano pelo Prémio BIAL 2012, distinguem dois trabalhos de investigação na área da genética e constituem promissores pontos de partida para encontrar respostas que fortaleçam a luta contra o cancro. Queria, por fim, felicitar aqueles a quem se deve a nossa presença nesta cerimónia: a Fundação BIAL e, em particular, o Doutor Luís Portela.

O Doutor Luís Portela é uma figura nacional que se destaca pelo seu espírito visionário. Desde cedo, compreendeu que o êxito numa área tão competitiva e exigente como a indústria farmacêutica só poderia ser alcançado através de um investimento e de uma aposta muito firmes na investigação.

Estou certo de que esse seu espírito, competência e visão serão assegurados pelos seus filhos, Doutores António e Miguel Portela: a notícia, no passado mês de abril, da assinatura, com uma empresa japonesa, de um contrato de licenciamento exclusivo para a comercialização de mais um medicamento de investigação BIAL deve ser motivo de orgulho para todos nós.

Graças à excelência da investigação desenvolvida, a BIAL dispõe hoje de produtos reconhecidos à escala mundial. É uma empresa com grande prestígio, que adquiriu uma internacionalização que devemos saudar e apresentar como exemplo aos nossos empresários e aos nossos investigadores.

Tudo isto se deve ao empenho de todos quantos trabalham na BIAL e à liderança do Doutor Luís Portela, à sua intuição estratégica, à sua capacidade de antecipar o futuro. Empresas como a BIAL mostram que o êxito está ao nosso alcance, ao alcance dos nossos sonhos e do nosso trabalho. São motivo de esperança para Portugal e sinal do talento e da fibra dos Portugueses.

Nos tempos difíceis que o País atravessa, importa não perder o sentido de futuro e valorizar o papel da ciência, do conhecimento e da inovação, enquanto componentes decisivos do nosso desenvolvimento e afirmação internacional.

Ao Doutor Luís Portela, aos que participam nesta aventura do espírito que é a BIAL, aos galardoados com o Prémio BIAL 2012, as minhas saudações muito calorosas e o testemunho do meu profundo apreço pelo vosso trabalho.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Camões

Palácio de Queluz, 10 de junho de 2013

Agradeço calorosamente a presença de Sua Excelência a Presidente Dilma Rousseff na cerimónia de entrega do mais importante prémio da lusofonia, o Prémio Camões. O seu gesto, Senhora Presidente, tem um significado muito especial, que quero sublinhar, porque ocorre no Dia de Portugal, que é também o Dia de Camões, a data em que celebramos o universalismo da Língua Portuguesa. Instituído no já longínquo ano de 1988 pelos governos de Portugal e do Brasil, o Prémio Camões visa distinguir os autores que, pela riqueza e pelo valor das suas obras, tenham contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da lusofonia.

Comemorando este ano o seu vigésimo quinto aniversário, o Prémio Camões tem sido atribuído a autores de praticamente todo o universo lusófono, de Angola e Moçambique, de Cabo Verde, do Brasil, de Portugal.

O primeiro autor galardoado com este prémio, o escritor e poeta Miguel Torga, esteve emigrado no Brasil durante a sua adolescência. Muitos anos depois, escreveria um livro sobre temas portugueses e brasileiros. O título não poderia ser mais apropriado: *Traço de União*. Na verdade, é um traço de união que celebramos neste Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas.

Felicito, com afetuosa admiração, o escritor Mia Couto, bem como o júri que decidiu atribuir-lhe este galardão. Foi uma decisão justa e clarividente.

Detentor de uma vasta obra, que se estende por todos os géneros literários, da poesia ao conto, passando pela crónica ou pelo romance, Mia Couto é um dos mais reconhecidos e versáteis autores da lusofonia contemporânea. Com três dezenas de livros publicados, traduzidos em mais de vinte países, construiu, ao longo de uma sólida carreira, um universo ficcional próprio, de imensa originalidade, que se singulariza por confrontar as suas personagens – e também os seus leitores – com as grandes interrogações e os grandes dilemas da existência humana.

Mia Couto reconstrói o tempo e o modo moçambicanos, as tradições e a oralidade da sua terra natal, aquela que foi terra sonâmbula e hoje constitui um dos

países mais promissores do continente africano. Situa o património riquíssimo de imagens e de sonoridades, de cores e de memórias de Moçambique no espaço imenso da lusofonia, concebendo novas geografias e vastos territórios onde se desenrolam as suas histórias. Histórias de humanidade e liberdade.

Poderíamos evocar muitas obras de Mia Couto, todas de uma ímpar e densa beleza. Recordo aqui um conto, um conto infantil, em que a personagem principal, uma criança, consegue ver o mar graças ao poder evocativo da palavra. É o poder evocativo da palavra que hoje celebramos, através desta atribuição do Prémio Camões.

Senhora Presidente Dilma Rousseff

Senhor Mia Couto

Senhoras e Senhores

“Chego ao fim”, diz-se nas últimas páginas de *A Confissão da Leoa*, um dos mais belos romances de Mia Couto. Porém, o narrador acrescenta, logo de seguida:

“Todo o fim é um início”.

Saúdo todos os presentes, na convicção de que esta cerimónia é também um novo início. A Língua Portuguesa é uma língua viva e pujante, que todos os dias se renova e reinventa, seja na escrita de grandes autores como Mia Couto, seja no falar quotidiano de milhões de seres humanos.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Champalimaud de Visão 2013

Lisboa, 4 de setembro de 2013

Mais uma vez nos reunimos neste belo cenário à beira do Tejo para proceder à entrega do Prémio Champalimaud de Visão, um dos mais importantes galardões a nível mundial, quer na área científica, quer no domínio humanitário.

Este ano na sua sétima edição, o Prémio vem distinguindo, alternadamente, trabalhos de investigação e respetivos contributos para novas descobertas dos mecanismos da visão e atividades dirigidas às populações mais carenciadas de cuidados de medicina e de assistência, em particular no combate à cegueira evitável.

O Prémio Champalimaud dá expressão ao sonho de um grande português, que decidiu legar à posteridade uma Fundação de referência. Nesta extraordinária demonstração da arte de dar, António Champalimaud contribuiu de forma ímpar para o bem comum de Portugal – e, sem exagero, para o bem da Humanidade.

Este Prémio distingue ações, levadas a cabo em qualquer parte do Mundo, que se destacam pela sua excelência e pelo seu valor, qualquer que seja a nacionalidade das iniciativas ou dos galardoados. É, verdadeiramente, um prémio mundial, que, também por esse facto, projeta o nome da Fundação – e o de Portugal – nos quatro cantos do planeta.

A Fundação Champalimaud assume, deste modo, uma responsabilidade de dimensão internacional, associando-se aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio traçados pelas Nações Unidas, no ano 2000, e subscritos por 191 países, entre os quais Portugal.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que encontram expressão numa série de metas estabelecidas quantitativamente, têm como desígnio promover a melhoria das condições de vida das populações mais pobres nos países em vias de desenvolvimento, contribuindo assim para um progresso equilibrado e harmonioso da Humanidade.

A Saúde, a par com a Educação, assume naturalmente um papel primordial no combate à pobreza e na promoção de um crescimento económico sustentável.

Nestes domínios muito há ainda para fazer, em particular nos países em desenvolvimento, mas também em países mais desenvolvidos.

Na Europa, sobretudo neste período que vivemos de crise financeira e económica, a luta contra a pobreza e a exclusão social deve estar na agenda dos responsáveis políticos dos Estados-membros, o que nos responsabiliza a todos face à necessidade de encontrar novas soluções que garantam um nível de vida digno a todos os cidadãos.

Estou cada vez mais convencido da necessidade de vencermos esse desafio através de soluções flexíveis e inovadoras, que envolvam maior responsabilização das organizações não-governamentais e dos cidadãos em geral e uma maior concertação entre a ação do Estado e as iniciativas da sociedade civil.

Nos termos estatuídos, o Prémio Champalimaud de Visão deste ano assume um indiscutível cariz humanitário e, pela primeira vez, será repartido por quatro instituições, que o Júri entendeu serem um exemplo e um caso de sucesso de colaboração no desenvolvimento de um projeto comum: a disponibilização de cuidados de saúde oftalmológica às populações do Nepal, um país com elevada densidade populacional, uma topografia complexa e uma considerável escassez de recursos a vários níveis.

Há três décadas, o voluntarismo e o entusiasmo de um pequeno grupo de nove pessoas conduziram-nas até Kathmandu, onde contactaram com uma realidade presente em todo o país: a elevada prevalência de casos de cegueira e a ausência de qualquer estrutura quer de tratamento, quer de acompanhamento e prevenção da cegueira evitável.

Deliberaram, então, criar uma das organizações hoje premiadas, a Nepal Netra Jyoti Sangh (NNJS), mais tarde reconhecida como organização não-governamental de pleno direito, a quem o governo veio a atribuir a responsabilidade pela coordenação do primeiro estudo epidemiológico da cegueira no Nepal e, na sequência disso, pela implementação do programa de cuidados oftalmológicos à população nepalesa.

Iniciou-se, assim, um programa de base comunitária, o Nepal Eye Programme, um exemplo notável de cooperação entre hospitais, centros de cuidados oftalmológicos e diversas organizações não-governamentais. Nesse grupo se incluem as outras três entidades premiadas na cerimónia em que hoje participamos

(o *Tilganga Institute of Ophthalmology*; o *Sagarmatha Choudhary Eye Hospital/ Biratnagar Eye Hospital*; e o *Lumbini Eye Institute*).

O trabalho realizado, de forma partilhada e coordenada, pelas instituições envolvidas destina-se a garantir cuidados oftalmológicos às populações sem condições financeiras e sem acesso a tratamento para a cegueira. Desde logo, através do incremento das intervenções cirúrgicas às cataratas, seja nos grandes centros, seja nos distritos rurais. Em segundo lugar, através da deteção precoce e do combate à cegueira na infância, tendo por pano de fundo o ambicioso objetivo da eliminação do tracoma em 2017.

Em três décadas, a prevalência da cegueira no Nepal foi reduzida em mais de metade: de 84 por cento, em 1981, passou para 35 por cento em 2012. Estamos, sem dúvida, perante um resultado notável e um trabalho humanitário de grande alcance, um exemplo de benfazer e de fazer bem, ao serviço do bem comum.

Felicito o júri pela escolha que fez. Estou certo de que este Prémio Champalimaud de Visão 2013 irá servir de estímulo e de complemento a outros apoios financeiros, técnicos e administrativos a organizações não-governamentais que, a par das instituições hoje galardoadas, acompanham este projeto de prevenção e de eliminação da cegueira evitável no Nepal.

Como Presidente da República, quero manifestar o meu orgulho pela distinção hoje aqui atribuída. Saber que a generosidade de um cidadão português irá contribuir para a prevenção e eliminação da cegueira num país longínquo, onde se registam carências materiais e técnicas da mais variada índole, é algo que quadra de forma particularmente feliz com o nosso caráter enquanto nação multissecular, pioneira da globalização, do diálogo de culturas e historicamente aberta ao mundo.

É também um sinal inequívoco da nossa responsabilidade coletiva enquanto membros ativos e empenhados da comunidade internacional e comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas. Graças a este Prémio, o bem que será feito às populações nepalesas levará, de algum modo, a marca de Portugal.

Permitam-me que termine saudando calorosamente a Fundação Champalimaud, na pessoa da sua Presidente, a Senhora Dr.^a Leonor Beleza, felicitando-a pela excepcional obra aqui realizada e desejando os maiores sucessos nos projetos em curso. Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Aga Khan para a Arquitetura

Lisboa, 6 de setembro de 2013

Quero começar por felicitar os laureados com o Prémio Aga Khan para a Arquitetura, bem como o júri que distinguiu projetos tão representativos dos valores culturais que partilhamos.

Gostaria também de saudar Vossa Alteza, muito calorosamente, por esta iniciativa. Tanto pelo seu mérito, como pelos critérios por que se orienta, este Prémio de Arquitetura constitui um eloquente exemplo do compromisso da Rede Aga Khan para com o desenvolvimento humano, nas suas diversas vertentes.

O Prémio Aga Khan de Arquitetura promove, desde 1977, o valor cultural e artístico da conceção arquitetónica, tendo já reconhecido mais de 100 obras em diversos países e continentes. O seu montante pecuniário é o mais elevado nesta área, mas o essencial a sublinhar é o prestígio que este Prémio confere aos galardoados. Um prestígio que compreende não só o reconhecimento do valor estético dos projetos laureados, mas também o seu contributo para o desenvolvimento comunitário, a sustentabilidade, o avivar da memória histórica e da identidade, a conservação e reutilização do património e a qualidade urbanística.

São estes critérios que tornam o Prémio Aga Khan uma referência única para todo o Mundo. O Prémio identifica e reconhece o esforço e o talento de variadas escalas e geografias, constituindo um estímulo precioso para a conceção de obras de excelência que contribuem para uma melhoria das condições de vida das comunidades em que se inserem e que valorizam a identidade e a tradição, mas também a inovação e a criatividade.

É, pois, com grande prazer que participo na 12^a cerimónia de entrega do Prémio Aga Khan para a Arquitetura, neste belíssimo cenário oferecido pelo Castelo de São Jorge. O Castelo de onde avistamos o casario de Lisboa e o estuário do Tejo constitui, ele próprio, o testemunho vivo das dinâmicas de uma sociedade orgulhosa das suas raízes e em permanente abertura ao Mundo e ao diálogo multicultural.

É uma honra receber em Portugal a cerimónia de entrega deste prémio de mérito excepcional. Trata-se, antes de mais, e permitam-me que o refira, do reconhecimento da capacidade de Portugal como anfitrião de grandes iniciativas, não apenas numa perspetiva estritamente turística, mas também do ponto de vista da organização de eventos internacionais de referência.

Esta cerimónia vem também assinalar, da melhor forma, o extraordinário trabalho que tem sido efetuado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento em Portugal. Constatamos, com o maior apreço, a missão assumida pela Fundação Aga Khan, em várias partes do Mundo, de incentivar e apoiar a preservação do património, bem como o seu vasto trabalho de revitalização social, económica e cultural.

Saúdo, igualmente, as iniciativas realizadas por ocasião da entrega do Prémio, com destaque para o Seminário que terá lugar amanhã e que reunirá os mais distintos interlocutores portugueses e estrangeiros na área da Arquitetura. Trata-se de um momento privilegiado para o debate sobre as preocupações contemporâneas na construção e preservação de um património universal comum, que se constitui como legado às futuras gerações.

Portugal dispõe de um panorama arquitetónico singular, que, em diálogo com as suas paisagens naturais, compõe lugares cujo caráter extraordinário tem vindo a ser reconhecido como Património da Humanidade.

Portugal tem investido na recuperação e revalorização do seu património, procurando novas formas de sustentabilidade e funcionalidade. Paralelamente, tem provas dadas na capacidade de criar uma linguagem arquitetónica contemporânea de referência.

A qualidade e a competência dos arquitetos portugueses, reconhecidos pela atribuição de prestigiados prémios, têm vindo a projetar a sua obra na esfera internacional. O seu trabalho representa não apenas um contributo importante para a vivência do quotidiano da nossa sociedade, mas também um meio de promoção e afirmação do património cultural português no exterior do País.

A finalizar, renovo as minhas felicitações aos premiados e, na pessoa de Sua Alteza, à Rede Aga Khan, na certeza de que este Prémio, além de enaltecer o trabalho já desenvolvido, constituirá um incentivo inestimável para a qualificação do património edificado e para a própria qualidade de vida de milhares de seres humanos. Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Helena Vaz da Silva

Lisboa, 21 de outubro de 2013

Quero em primeiro lugar apresentar as minhas felicitações ao escritor Claudio Magris, figura maior da cultura europeia contemporânea, a quem foi atribuído o Prémio Helena Vaz da Silva, na sua primeira edição.

O Prémio destina-se a distinguir anualmente um cidadão que, ao longo da sua carreira, se tenha evidenciado pela sua atividade de divulgação, defesa e promoção do Património Cultural Europeu.

Essa marca europeia está bem vincada no nome que lhe foi atribuído e com o qual se presta homenagem a uma personalidade portuguesa, cujo perfil intelectual e cívico se confunde quer com a Europa, quer com a própria cultura.

Helena Vaz da Silva morreu há pouco mais de uma década, quando havia ainda muito a esperar da sua inteligência e do seu dinamismo. Ficaram, no entanto, marcas indeléveis da sua passagem nas várias instituições em que serviu o País e a União Europeia.

Como jornalista e, sobretudo, como deputada ao Parlamento Europeu, Helena Vaz da Silva foi incansável na promoção dos valores de uma Europa cuja identidade reside, antes de mais, na partilha das raízes culturais que ao longo de séculos, na paz e na guerra, ligaram entre si os diversos povos que se fixaram no continente. Como responsável pela Comissão Nacional da UNESCO, bateu-se com denodo e enorme sucesso pelo reconhecimento e elevação dos bens portugueses a Património Mundial.

Como presidente do Centro Nacional de Cultura, durante mais de 20 anos, foi notável a sua ação em prol da defesa e divulgação da nossa língua e do nosso património.

Atribuir o nome de Helena Vaz da Silva a um prémio com estas características não representa apenas um gesto de gratidão e saudade, que lhe seria inteiramente devido. É também uma prova de que o seu empenho na preservação da herança cultural portuguesa e europeia não foi em vão.

Quero, por isso, acreditar, conhecendo Helena Vaz da Silva, como alguns de nós e eu próprio tivemos o privilégio de conhecer, que a atribuição de um prémio com o seu nome a alguém como Claudio Magris seria para ela um motivo de enorme regozijo. Não haverá, com certeza, nos dias de hoje, outro autor em cuja obra a ideia de Europa esteja plasmada com tanto rigor e sensibilidade, com tanta erudição e profundidade.

Ainda não há muito tempo, uma conceituada revista internacional chamava a Claudio Magris “o mais europeu dos escritores vivos”. A Europa é de facto um tema e uma preocupação que se repetem nos seus ensaios e nos seus artigos, um lastro que está subjacente a todos os seus romances.

Não se trata de uma ideia abstrata, ou de uma Europa fechada como fortaleza, supostamente imutável desde a origem. A Europa de Claudio Magris é a Europa que tem no seu código genético a diversidade dos povos e das línguas, a Europa que ao longo dos séculos se foi constituindo e aprofundando, no confronto e no diálogo travado entre civilizações e culturas diferentes.

O mais famoso dos seus romances, aquele a que deu o nome do rio Danúbio, pode mesmo considerar-se um hino à convivência pacífica e à tolerância entre os povos. Mais do que um livro de viagens, *Danúbio* é um verdadeiro símbolo desse “continente espiritual” que é a cultura europeia.

Percorrendo as duas margens do rio, desde a nascente, na Alemanha, até ao Mar Negro, o escritor recupera todo esse mosaico de gentes, que ora combateram, ora negociaram entre si; conheceram impérios e revoluções; viveram, enfim, as contingências da história, mas encontraram sempre maneira de retomar o diálogo, preservando, cada uma delas, a sua própria identidade.

Num momento como aquele em que vivemos, em que tantos se questionam sobre a justeza e a viabilidade do projeto da União Europeia, a obra de Claudio Magris tem o condão de recuperar os alicerces desse projeto, levando-nos a encará-lo não apenas como solução para problemas do imediato, mas também como um destino irrecusável, que o passado nos indica.

Renovo, por isso, as minhas felicitações ao autor de uma obra tão original e tão repassada de sensibilidade. Faço votos para que os valores que inspiraram essa obra encontrem eco na construção da Europa que todos desejamos, uma Europa em que se preserve a paz, a tolerância e a prosperidade.

Gostaria ainda de felicitar os portugueses responsáveis pelos projetos que foram galardoados, este ano, com o Prémio Europa Nostra.

Congratulo-me pela distinção que lhes foi atribuída e pelo muito que ela representa, como reconhecimento do interesse e do cuidado que nos deve merecer o extraordinário património que os antepassados nos legaram.

Felicito, finalmente, todas as organizações associadas à atribuição destes Prémios, muito em especial o Centro Nacional de Cultura, que tem sido entre nós, ao longo das últimas décadas, um exemplo do muito que a iniciativa dos cidadãos pode fazer pelo interesse público.

A todos, o nosso bem-hajam.

Cerimónia de Entrega do Prémio Vida Literária

Lisboa, 14 de dezembro de 2013

Entendeu a Associação Portuguesa de Escritores atribuir, este ano, o Prémio Vida Literária à romancista Maria Velho da Costa.

É uma decisão com a qual não posso senão congratular-me, interpretando o sentimento dos seus leitores e admiradores.

O percurso de Maria Velho da Costa, ao longo de quase meio século de publicações e de intervenção no nosso meio cultural, é, de facto, extraordinário.

Talvez não corresponda ao que vulgarmente se chama uma carreira. Mas os verdadeiros escritores, como ainda há bem pouco tempo dizia o moçambicano Mia Couto, não têm propriamente uma carreira, pois continuam a vida inteira a experimentar “os mesmos receios e as mesmas preocupações”, de cada vez que iniciam um novo livro.

Os escritores como Maria Velho da Costa não têm uma carreira, têm uma obra. A sua história confunde-se com as histórias que nos deram através da palavra. É nos livros que escreveram e nas personagens que criaram que está a sua identidade.

É por isso que nós falamos, a propósito de grandes escritores como Maria Velho da Costa, de uma vida literária.

O reconhecimento da obra de Maria Velho da Costa foi praticamente unânime, desde a publicação do seu primeiro romance, *Maina Mendes*. Esse livro representava um momento de renovação da linguagem e dos processos narrativos, como raramente aconteceu na literatura do século XX. Dele escreveu Eduardo Lourenço que se tratava “de um virtuosismo sem exemplo entre nós”, e que “nenhum dos nossos livros contemporâneos redistribui, com tanto sucesso, as experiências mais criadoras da prosa portuguesa, de Fernão Lopes a Guimarães Rosa”.

Maina Mendes não revelava apenas uma escritora dotada de invulgar mestria a lidar com as palavras. Revelava, também, uma escritora muito atenta ao ambiente social português de finais da década de 60, com todas as suas contradições e impasses.

Ao inconformismo da escrita e à pesquisa constante de novas formas de expressão, Maria Velho da Costa associava, já nessa altura, a atitude crítica e o empenhamento cívico que manteve até hoje, na defesa das suas convicções e dos seus valores. Tive, por isso, o grato prazer de a condecorar, em 25 de abril de 2011, com o grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade.

Não irei demorar-me a falar dos livros que Maria Velho da Costa publicou. A sua obra foi traduzida, foi objeto de trabalhos académicos.

Os prémios que lhe têm sido atribuídos, nomeadamente o Prémio Camões, em 2002, e, agora, o Prémio Vida Literária, são suficientemente eloquentes a respeito de uma obra que é de vanguarda, mas que, ao mesmo tempo, está profundamente enraizada na nossa história e dialoga com os textos maiores da literatura portuguesa.

A homenagem que hoje lhe prestamos é também o testemunho da gratidão que lhe devemos pelo contributo que a sua obra representa para a vitalidade e a projeção da nossa cultura.

Felicito a Associação Portuguesa de Escritores pela atribuição deste Prémio àquela que foi, além do mais, um dos seus antigos presidentes, e apresento a Maria Velho da Costa os meus sinceros parabéns. A que acrescento os de minha Mulher, que tanto me fala de si, com admiração, mas também com a amizade que vem dos bancos da Faculdade de Letras de Lisboa.

Bem haja por tudo quanto tem feito pela nossa cultura.

Cerimónia de Homenagem a Vasco Graça Moura

Lisboa, 31 de janeiro de 2014

É com muito prazer que me associo à homenagem a Vasco Graça Moura, em boa hora promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian. As razões para esta homenagem são conhecidas e já foram aqui amplamente explanadas, por vários oradores, ao longo do dia de hoje.

Bastaria, aliás, o *curriculum* do homenageado, para ficarmos cientes de que estamos em presença não apenas de uma figura de primeiro plano das letras portuguesas e da nossa vida cultural, mas também de um autor de craveira e projeção europeias. Vasco Graça Moura tem, de facto, esse raro condão de olhar para Portugal com os olhos de um europeu, sem por isso deixar de olhar para a Europa com os olhos de um português.

Não irei, por isso, deter-me na excelência da sua poesia, na vastidão da sua cultura, ou na versatilidade de um autor com obra publicada em quase todos os géneros literários, e a quem já foram atribuídos tantos prémios, nacionais e internacionais.

Também não vou relembrar o autor de vários textos notáveis sobre Camões e sobre outros autores da nossa literatura e da nossa arte. Nem o tradutor que trouxe à língua portuguesa alguns dos maiores vultos da cultura europeia.

O seu valor literário encontra-se abundantemente demonstrado por inúmeros especialistas, a quem não faltam os conhecimentos nem a competência que a dimensão e a grandeza da sua obra justificam.

Vasco Graça Moura será sempre conhecido, antes de mais, como um virtuoso das letras, e é a sua imagem como escritor, tanto para os eruditos, como para o público em geral, que em definitivo acabará por impor-se.

Permitam-me, no entanto, que eu realce também um outro aspeto da sua biografia, o qual, embora seja igualmente conhecido, corre o risco de ser ofuscado pelo brilho e pela merecida fama do escritor. Refiro-me à figura do intelectual, do cidadão empenhado, que ao longo das últimas décadas tanto contribuiu para a valorização

da nossa vida democrática, quer pelo desempenho de cargos de responsabilidade, quer pela intervenção continuada que mantém no espaço público.

Na verdade, e sem prejuízo da sua projeção como artista da palavra, Vasco Graça Moura tem representado um papel da maior importância para a consolidação, entre nós, de uma sociedade que preza os valores da liberdade e da cultura.

Olhando para o que tem sido a sua atuação nesse domínio, podemos associá-lo a figuras do passado, como Herculano e Garrett, a quem a atividade literária também não foi obstáculo à intervenção política e cívica, com a qual iniciaram a recuperação do nosso património e marcaram a alvorada do Portugal moderno. À semelhança e em continuação desses nomes maiores da nossa história, Vasco Graça Moura tem desempenhado diversos cargos, de governo e de alta administração, sempre com enorme sentido de Estado e elevados benefícios para o País. A sua capacidade de liderança e de realização é conhecida e comprovou-se em muitas instituições, conforme já hoje foi aqui referido.

Da Imprensa Nacional à Comissão dos Descobrimentos e à Comissão para a Exposição Universal de Sevilha, do Parlamento Europeu até ao Centro Cultural de Belém, passando pela televisão pública e pela Fundação Calouste Gulbenkian – para citar apenas alguns dos lugares mais relevantes onde tem trabalhado –, a sua passagem deixou sempre um rasto de inteligência, dinamismo e criatividade.

Por seu intermédio, e através das equipas que soube formar e dirigir, a cultura portuguesa adquiriu uma outra dimensão internacional. Reeditaram-se obras clássicas e foram dadas a conhecer valiosas peças do nosso património documental. Estimulou-se a investigação histórica e a criação literária e artística.

Promoveu-se, em suma, a imagem de um Portugal que se revê nos seus oito séculos de história e que, ao mesmo tempo, continua a afirmar-se no mundo das ciências e das artes contemporâneas.

Mas a presença de Vasco Graça Moura na esfera pública não se esgota nessa componente institucional. A par do organizador, existe o cidadão, que se interessa pela coisa pública e toma partido nas questões com as quais a comunidade é confrontada.

Desde há largos anos que a sua palavra, não raro inflamada e polémica, se faz ouvir metodicamente, trazendo para o debate público a vastidão dos seus conhecimentos, a variedade da sua experiência e o virtuosismo inconfundível do seu estilo.

Seja sobre assuntos de política ou assuntos de cultura, a sua opinião faz-se ouvir, convicta e firme, sobretudo em se tratando de alguma causa que mais o sensibiliza.

Desse ponto de vista, Vasco Graça Moura é um intelectual no verdadeiro sentido do termo, um escritor que, em vez de se refugiar nas alturas da criação artística, sente necessidade de vir a terreiro para comentar o quotidiano e dizer frontalmente o que pensa.

Estou certo de que a nossa vida democrática, sem a sua participação, sempre lúcida e corajosa, seria mais pobre.

É também por esse motivo, e por tudo o mais que já foi aqui dito, que Portugal lhe deve estar grato e que a homenagem que hoje lhe prestamos é mais do que justificada.

Julgo, pois, interpretar o sentimento das instituições e das personalidades que se juntaram nesta celebração da obra e do percurso de Vasco Graça Moura, assim como dos seus muitos leitores e do povo português em geral, ao decidir condecorar o homenageado com a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago da Espada.

Portugal na Europa e no Mundo **V**





EUROPEAN PARLIAMENT PARLEMENT EUROPÉEN
EVROPSKÝ PARLAMENT EUROPA-PARLAMENTET
EUROPÄISCHES PARLAMENT
EUROOPA PARLAMENT ΕΥΡΩΠΑΪΚΟ ΚΟΙΝΟΒΟΥΛΙΟ
ΕΥΡΟΠΕΪΣΚΙ ΠΑΡΛΑΜΕΝΤ
PARLAMENTO EUROPEO PARLAIMINT NA HEORPA
PARLAMENTO EUROPEO
EIROPAS PARLAMENTS EUROPOS PARLAMENTAS
EURÓPAI PARLAMENT
IL-PARLAMENT EWROPEW EUROPEES PARLEMENT
PARLAMENT EUROPEJSKI

Sessão de Abertura da Conferência Internacional “Portugal na Balança da Europa e do Mundo”

Lisboa, 12 de abril de 2013

Iniciamos a segunda Conferência Internacional de um ciclo de iniciativas que designámos por *Roteiros do Futuro*.

A primeira dessas conferências, realizada em fevereiro do ano passado, foi dedicada aos problemas da demografia portuguesa, com especial atenção para a evolução da fecundidade e da natalidade. Hoje, o tema que nos reúne é o da presença de Portugal e dos Portugueses no Mundo, fazendo integrar o olhar da história com a reflexão prospetiva em torno das oportunidades de cooperação e de desenvolvimento internacional.

O que nos interessa é o futuro, muito para além do imediato. O que nos interessa e preocupa é construirmos uma visão que nos mobilize e nos una no fundamental. Afirmámos, na sessão de abertura da primeira Conferência, que “é nos tempos difíceis que devemos ter a ousadia de pensar o futuro. A dureza do presente não nos deve impedir de ver mais longe”. Um ano depois, estas palavras ganham especial significado.

De facto, é sobretudo nas conjunturas adversas que mais importa olhar em frente, perscrutar o médio e longo prazos, identificar o que se transforma e o que permanece. É assim que nos preparamos para não sermos surpreendidos pelo turbilhão da mudança global.

Almeida Garrett, quando publica, em 1830, o ensaio *Portugal na Balança da Europa*, título que inspirou o tema desta Conferência, tinha um objetivo simples: “pôr bem presente na memória dos portugueses as causas e os efeitos dos nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem as outras”. É com o conhecimento do passado, a compreensão do presente e a reflexão prospetiva que se aprende a escolher, a traçar e a trilhar os caminhos do futuro. Só se surpreende quem não consegue antecipar o devir. Aqueles que não conseguem libertar-se dos mitos e das teias do passado, dificilmente poderão despertar a esperança e ajudar a construir um futuro melhor.

Falar de esperança não chega. É urgente concebê-la e transmiti-la através de uma visão fundamentada e coerente, sustentada num propósito onde as pessoas se possam rever.

Essa reflexão torna-se tanto mais urgente quanto é reconhecido existir uma nova geografia económica, cultural e política do Mundo. Os velhos dualismos do desenvolvimento, que faziam destacar, pelo seu contraste, o Norte e o Sul, e, pela sua natureza, o Leste e o Ocidente, tornaram-se pouco representativos das novas tendências das relações internacionais. A globalização promoveu novas dinâmicas transnacionais, em que a lógica dos blocos tende a ser substituída pela lógica das redes.

As crescentes dificuldades dos Estados em lidar com mercados e tecnologias cada vez mais abertos e globalizados contrastam com as múltiplas oportunidades que pequenas e grandes empresas desvendam um pouco por todo o lado. A afirmação das Nações tende, cada vez mais, a ser secundarizada face à relevância dos laços culturais e civilizacionais e à desnacionalização das grandes redes sociais e de negócios.

É um outro Mundo que está a ser redesenhado. É neste contexto que importa refletir sobre o papel de Portugal nesse Mundo tão mudado e sobre o seu posicionamento estratégico nessa nova geografia.

Será que a falta de dimensão territorial e económica poderá ser compensada com relevância estratégica?

Como podemos potenciar o nosso capital de conhecimento e de experiência no relacionamento com a diversidade das culturas e civilizações mundiais?

E o português, quinta língua mais falada do Mundo? Como se poderá transformar esse facto numa vantagem competitiva?

A Diáspora, representada por centenas de comunidades de Portugueses espalhadas pelo Mundo? Que valor acrescentado poderá representar para o nosso reposicionamento estratégico?

E o Mar? Incontornável na nossa História, não deverá constituir-se como uma rota do futuro?

Eis algumas das muitas questões que poderemos formular como ponto de partida para esta reflexão.

Tenho a certeza de que obteremos respostas estimulantes e promissoras no

decurso desta Conferência. A elevada competência e o vasto leque de conhecimento dos nossos convidados dão-nos essa garantia.

Permitam-me que aproveite o momento para a todos agradecer a disponibilidade e a generosidade com que aceitaram o meu convite. Não esqueceremos o inestimável contributo que representam a vossa presença e as vossas reflexões. Aos que vão presidir a cada um dos painéis, aos conferencistas convidados, aos representantes do Corpo Diplomático e das instituições portuguesas aqui presentes, o meu muito obrigado.

Uma palavra especial para os jovens cientistas presentes na audiência em representação de todos os centros universitários que se dedicam à investigação e à produção de conhecimento no domínio das relações internacionais.

Esperamos muito do vosso trabalho e da vossa capacidade de criarem um novo olhar e um novo entendimento sobre o papel de Portugal no Mundo. Que esta Conferência possa constituir, também para vós, um incentivo e um voto de confiança para aprofundarem algumas das problemáticas que serão hoje abordadas. Antes de terminar, desejo agradecer à Fundação Champalimaud, na pessoa da Senhora Dr.^a Leonor Beleza, o apoio que nos concedeu ao disponibilizar estas magníficas instalações para a realização desta iniciativa.

Desejo a todos uma participação estimulante e faço votos de que os trabalhos desta Conferência lancem boas pistas de reflexão sobre o nosso futuro coletivo. Muito obrigado.

Sessão de Encerramento da Conferência Internacional “Portugal na Balança da Europa e do Mundo”

Lisboa, 12 de abril de 2013

Cabe-me encerrar esta Conferência Internacional sobre *Portugal na Balança da Europa e do Mundo*.

Fiz questão de assistir a todas as intervenções aqui produzidas e retive ideias muito interessantes num conjunto extremamente rico de contributos.

A todos os intervenientes, com especial menção aos nossos conferencistas convidados, o meu público agradecimento pela excecional valia da vossa participação. Os vossos contributos permitiram identificar, com especial acuidade, o cruzamento dos olhares de quem, do Mundo, conhece Portugal e de quem, de Portugal, conhece o Mundo.

A análise das mudanças globais na perspetiva das grandes rotas revelou-se potenciadora de uma melhor compreensão não só do sentido das alterações que estão a desenrolar-se à escala global, mas, talvez mais importante, dos elementos que se mantêm como pilares da geopolítica e da economia internacional. O caso da Bacia do Atlântico é um exemplo sintomático e, talvez por isso, foi aqui aturadamente analisado.

É em torno deste vasto oceano que se concentra o maior poder económico e, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento. É nas margens do Atlântico que se localiza uma vibrante capacidade de gerar riqueza, um imenso potencial de consumo, uma densa rede de fluxos de capitais e de comércio e um vasto *stock* de matérias-primas e de fontes energéticas indispensáveis ao desenvolvimento mundial.

É igualmente na Bacia do Atlântico que se concentra o nosso maior potencial competitivo: pela localização geográfica, concentração de países lusófonos, maior presença das comunidades portuguesas e de algumas das nossas principais parcerias estratégicas.

E é no Atlântico, no Mar, que poderemos reencontrar uma das mais promissoras fontes de desenvolvimento estratégico, como de há muito tenho vindo a defender. Lembro não só o potencial de aproveitamento dos recursos físicos, mas

também o de valorização desse espaço de mobilidade marítima onde se cruzam importantes rotas da economia mundial.

Porém, o desafio maior que enfrentamos é o de conseguirmos concretizar, no contexto atual, a nossa vocação de sempre para estabelecer pontes com as outras civilizações.

Felizmente, nos últimos anos, temos identificado sinais de que os responsáveis políticos e um número significativo de empresários têm desenvolvido um esforço considerável no sentido de retomar os contactos e de reforçar os tradicionais laços que nos unem quer ao chamado Grande Médio Oriente, quer aos países do Índico e ao Extremo Oriente.

Eu próprio participei nesse esforço de aproximação, com as visitas que efetuei à Índia, à Indonésia e a Timor-Leste. Nestes países encontrei o testemunho de simpatia, abertura e vontade de cooperação que são reflexo de um passado, recordado sem ressentimentos, e que se projeta num futuro que, de parte a parte, desejamos construir em conjunto. Macau, cujo processo de transição foi considerado exemplar, é disso bem representativo.

É neste contexto que o nosso relacionamento com as civilizações orientais deverá ser equacionado. Há um capital de conhecimento e de respeito mútuo que merece ser aproveitado e fortalecido e que confere a Portugal e aos Portugueses, como pude testemunhar, um lugar especial.

Voltemos ao Mediterrâneo, a esse mar singular, repositório autêntico de histórias milenares e espaço de confluência de culturas e civilizações. Trata-se de uma região que está a atravessar períodos difíceis e onde domina a incerteza. Nas suas margens do Próximo Oriente e do Norte de África, a estabilidade política e económica que todos gostaríamos de ver está ainda em desenvolvimento.

Portugal mantém relações de amizade, que procura aprofundar, com estes nossos vizinhos de importância estratégica, como ficou bem vincado nesta Conferência. O nosso país pode e deve dar um contributo significativo, continuando a sensibilizar e a mobilizar os seus parceiros europeus para o reforço da cooperação, com vista a favorecer as forças democráticas e defensoras dos direitos humanos nestes países da orla do Mediterrâneo.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal encontrou a sua vocação “euro-marítima” pela conjugação do legado da civilização europeia com o universalismo que a viagem lhe proporcionou.

Em 1986, Portugal reencontrou-se com a Europa. Foi o reencontro com o nosso espaço natural. Aderimos ao projeto europeu, levando o caráter euro-atlântico e a vocação universalista.

A opção pela integração europeia e a aposta no reforço dos laços com outras regiões do Mundo não são, por isso, alternativas que conflituem, são antes opções que convergem e interagem.

Portugal e a Europa vivem hoje um tempo particularmente difícil e exigente. O mercado único e o euro constituem duas traves mestras da União Europeia. Mas a agenda europeia deve centrar-se, também, no crescimento e no emprego. E deve manter-se próxima dos seus cidadãos.

É imperativo ter uma visão do projeto europeu e dos caminhos por onde deve ir. Este só é sustentável se respeitar os seus valores fundamentais, designadamente a igualdade dos Estados, a preservação das identidades e da diversidade, a democracia e a solidariedade.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao longo da história, Portugal tem-se reinventado e superado desafios. É nas conjunturas mais exigentes que urge saber reinventar a esperança.

Não chega, porém, falar de esperança, é necessário construí-la e transmiti-la através de uma visão de futuro. Os inestimáveis contributos que trouxeram a esta Conferência irão certamente ajudar-nos a descobrir novos olhares e apontar caminhos.

Muito obrigado.

Almoço Oferecido pelo Presidente da República da Colômbia

Bogotá, 16 de abril de 2013

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras que Vossa Excelência, Senhor Presidente, acaba de proferir, e o caloroso acolhimento que me tem sido dispensado, bem como a minha Mulher e a toda a delegação portuguesa, nesta Visita de Estado à Colômbia. Recordamos muito afetuosamente a recente Visita a Portugal de Vossa Excelência e da Senhora D. Maria Clemência de Santos, que muito nos honrou e que todos temos presente com grande simpatia.

Creio que nunca se terá assistido, entre os nossos dois países, a uma dinâmica tão intensa de contactos entre responsáveis políticos, agentes culturais e empresariais, como nos últimos tempos. Atrever-me-ia a dizer que a Colômbia “está *de moda*” em Portugal e que Portugal “está *de moda*” na Colômbia.

Foi neste espírito e com grande gosto que aceitei o convite que Vossa Excelência me dirigiu para visitar a Colômbia e para inaugurar a Feira do Livro de Bogotá deste ano, na qual Portugal é o país convidado. É uma participação que muito nos honra e que, estou certo, será um marco fundamental no reforço das relações culturais entre os nossos dois países, que aliás conheceram já um outro ponto alto: a instituição, na Universidade dos Andes, da Cátedra Fernando Pessoa, um dos maiores poetas portugueses.

Senhor Presidente

Olhamos para a Colômbia como um país modelo na América Latina, sobretudo pela forma como tem sabido enfrentar os grandes desafios da consolidação democrática, do desenvolvimento económico e da justiça social.

Com uma economia pujante e estruturada, uma política de abertura ao investimento estrangeiro, um leque diversificado de relações políticas e económicas com outras nações, além de uma invejável posição geográfica, a Colômbia destaca-se no novo milénio como um destino extremamente atrativo e uma excelente plataforma de projeção noutros mercados da América Latina.

Portugal, por seu lado, é uma democracia estável e consolidada. É um país com uma economia moderna e aberta, dotado de excelentes infraestruturas e com um capital humano extremamente qualificado. É ainda, desde há décadas, um Estado-membro da União Europeia.

Em suma, somos um país que abre portas à iniciativa dos empresários colombianos, que podem, através dele, encontrar novas vias de acesso ao gigantesco mercado único europeu e a outros mercados que, fruto da sua história, Portugal conhece bem e com os quais mantém laços privilegiados de cooperação e de amizade.

Este é, como sabemos, um tempo de grandes desafios a nível nacional e a nível europeu. Nos últimos dois anos, Portugal tem vindo a realizar um importante esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro. Temos também levado a cabo um ambicioso e exigente conjunto de reformas estruturais destinadas a aumentar a flexibilidade e a capacidade competitiva da nossa economia.

Assim, é com enorme satisfação que registo o crescente interesse das empresas e dos investidores portugueses pela Colômbia. Um sinal visível desta realidade é a expressiva comitiva empresarial que me acompanha nesta Visita. Amanhã, teremos a honra de encerrar o Seminário Económico e Empresarial, que, durante dois dias, reúne empresários, empreendedores e investidores dos nossos países.

Congratulo-me que o Acordo Comercial Multipartes, entre a União Europeia, a Colômbia e o Peru, tenha sido aprovado. Estou certo de que, em breve, todos beneficiaremos da concretização deste projeto.

Senhor Presidente

Os nossos dois povos e os nossos países encontram-se ligados por laços seculares. Não obstante, é no passado recente, na atualidade dos nossos dias, que a história do nosso relacionamento mais se aviva em exemplos que tão particularmente nos animam e nos dão esperança no futuro.

Permito-me, Senhor Presidente, citar Gabriel García Márquez quando dizia “Basta abrir os jornais para saber que entre nós ocorrem coisas extraordinárias todos os dias”. Somos tentados a dizer que o grande escritor colombiano parecia falar do relacionamento entre o seu país e Portugal.

Devemos aproveitar a atual dinâmica para enriquecer ainda mais este nosso relacionamento com uma cooperação reforçada em áreas como as novas tecnologias de informação, as energias renováveis, a construção de infraestruturas ou o turismo.

Senhor Presidente

No mundo globalizado em que hoje vivemos, o fenómeno da integração regional ganha cada vez maior peso. A América Latina não é alheia a essa dinâmica.

A Aliança do Pacífico, que será em breve presidida pela Colômbia, constitui um marco no futuro das relações comerciais entre os países que a integram e o resto do Mundo. Portugal pediu já para ser admitido como membro observador. Aproveito, aliás, esta ocasião para agradecer o apoio concedido pela Colômbia a esta nossa pretensão.

Tal como em Lisboa, há uns meses, quero expressar os meus mais sinceros votos para que o processo de paz em curso, do qual Vossa Excelência é o grande protagonista, chegue a bom porto. Todos sabemos que a paz e a estabilidade são elementos fundamentais na consolidação do Estado de direito democrático e no fortalecimento da posição da Colômbia nesta região e no Mundo.

Senhor Presidente

É com este espírito de amizade fraterna que gostaria de reiterar a minha convicção de que as relações entre os nossos dois países serão cada vez mais fortes. Peço, pois, que se juntem a mim num brinde a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e à Senhora D. Maria Clemência de Santos, à paz e prosperidade do povo colombiano e ao futuro da amizade luso-colombiana.

Sessão de Boas-Vindas no Congresso da República da Colômbia

Bogotá, 16 de abril de 2013

É uma enorme honra usar da palavra no Congresso da República da Colômbia, naquela que é a Casa da Democracia colombiana. Saúdo os Senhores Congressistas e, em especial, o Senhor Presidente da Câmara dos Representantes, numa saudação partilhada, estou certo, pela delegação da Assembleia da República portuguesa.

A Colômbia tem trilhado um caminho modelar de fortalecimento das suas instituições democráticas e de reconciliação da sua sociedade, o que muito contribui para a sua afirmação na América Latina e no Mundo. A consolidação da democracia e a pacificação da sociedade colombianas são factos históricos que muito enobrecem este povo soberano e os seus representantes.

Uma das características fundamentais das democracias contemporâneas assenta na promoção de instituições sólidas e plurais, verdadeiramente representativas da diversidade de opiniões existentes numa ordem social livre. Na Colômbia, é unanimemente reconhecido que o Congresso Nacional ocupa um lugar central na consolidação e no fortalecimento do Estado de direito democrático e na representação das legítimas expectativas dos cidadãos.

Acreditamos nos mesmos valores: a democracia, o respeito pela dignidade da pessoa humana, o primado do Direito e da Justiça.

Partilhamos os mesmos ideais: a igualdade de oportunidades e o direito ao desenvolvimento da personalidade. Temos idênticas aspirações: a liberdade e o pluralismo políticos, uma economia ao serviço das pessoas, mais justiça social. Esta afinidade de valores, ideais e aspirações é um fator decisivo na aproximação e no reforço da cooperação entre a Colômbia e Portugal.

Senhor Presidente

Senhores Congressistas

Os nossos dois países estão, desde há muito, ligados por laços de amizade, mas nunca como hoje a intensidade das nossas relações foi tão profunda. Portugal e o

povo português mantém e cultivam uma relação especial com a América Latina. Entre colombianos e portugueses emerge o respeito mútuo pela história e pela cultura dos dois países e, diria mesmo, uma afinidade de afetos e uma empatia espontânea e natural.

Nos últimos anos, sucederam-se diversas visitas oficiais de representantes dos nossos países, num expressivo sinal de vitalidade e de interesse recíproco no aprofundamento da relação entre Portugal e a Colômbia e na aproximação entre os dois povos. Esta minha Visita de Estado ocorre poucos meses depois de o Senhor Presidente Juan Manuel dos Santos ter visitado Portugal.

No mundo globalizado em que hoje vivemos, esta relação de amizade deve ser, mais do que nunca, valorizada. Desde logo, em termos bilaterais. E, além disso, no plano de uma aproximação entre as regiões em que estamos inseridos.

Estou convicto de que Portugal e a Colômbia saberão dar um contributo significativo para que as relações entre a América Latina e a Europa, no âmbito ibero-americano mas também de toda a União Europeia, sejam ainda mais profícuas. Neste contexto, quero saudar a aprovação do Acordo Comercial entre a Colômbia, o Peru e a União Europeia, que Portugal apoiou desde a primeira hora. Estou convicto de que trará benefícios mútuos aos nossos dois países e constituirá um dos elementos fundamentais no futuro relacionamento entre a Colômbia e a Europa.

Senhor Presidente

Senhores Congressistas

Além dos laços de respeito e de amizade histórica que existem entre os nossos dois países e das intensas ligações políticas, tanto no quadro bilateral como multilateral, o nosso relacionamento tem vindo a fortalecer-se em dois aspetos essenciais: no plano económico e no plano cultural.

Portugal e a Colômbia estão claramente determinados a aumentar a cooperação económica, as trocas comerciais e os investimentos recíprocos. É por essa razão que me acompanha uma importante comitiva de empresários portugueses.

Na área cultural, o convite para que Portugal fosse o país convidado da Feira Internacional do Livro de Bogotá deixou-nos extremamente honrados. Terei amanhã a honra de inaugurar, com o Senhor Presidente Santos, o Pavilhão

de Portugal. Faço votos para que a presença portuguesa na Feira do Livro de Bogotá estimule o interesse dos colombianos pela língua portuguesa e aumente a curiosidade pela descoberta do meu país, “nesga de terra debruada de mar”, como o definiu um grande poeta português, Miguel Torga. O facto de a língua e a cultura portuguesas serem acolhidas e promovidas num país com a dimensão cultural da Colômbia, pátria do Prémio Nobel Gabriel García Márquez, é uma honra para todos os portugueses e para os cerca de 250 milhões de falantes de português em todo o mundo.

Termino afirmando a minha firme convicção de que os frutos do nosso relacionamento darão um contributo positivo para enfrentarmos os desafios que temos pela frente na construção de um futuro melhor, tendo por objetivo o bem-estar dos cidadãos colombianos e portugueses. A ação política visa o bem comum, como aliás a Constituição da Colômbia expressamente o afirma. Tendo em vista o bem comum dos nossos povos, saúdo com muita alegria os representantes da nação colombiana.

Muito obrigado.

Visita ao Supremo Tribunal da Colômbia

Bogotá, 17 de abril de 2013

Quero agradecer-lhe, Senhora Presidente, o generoso acolhimento neste Supremo Tribunal, a Casa da Justiça na Colômbia.

A Justiça é um ideal universal, ambição legítima de todos os povos do Mundo. Um Estado que se queira afirmar como Estado de direito tem de associar à democracia política a justiça feita pelos tribunais, com garantias de independência e imparcialidade. A Justiça é administrada pelos juízes em nome do povo e é junto do povo, na comunidade de cidadãos, que se concretiza a aspiração de justiça.

A soberania da justiça exige a paz. Sem paz, a justiça não tem a independência e a estabilidade necessárias para que os magistrados possam decidir livremente. Ao visitar o Supremo Tribunal da Colômbia, é com sentida emoção que evoco a memória das vítimas dos terríveis acontecimentos de novembro de 1985, entre elas um número importante de magistrados.

A todas as vítimas, presto a minha mais sentida homenagem e manifesto o respeito profundo do povo português.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nunca, como agora, se assistiu a uma dinâmica tão intensa de diálogo, de entendimento e de contactos entre responsáveis políticos e agentes culturais ou empresariais dos nossos países.

Portugal vê na Colômbia um parceiro com o qual deseja estreitar os laços que já existem e promover novas formas de diálogo e de entendimento. Espero que esta minha Visita de Estado à Colômbia possa dar um contributo importante para esse objetivo de interesse comum.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O poder judicial constitui um pilar fundamental do Estado de direito contemporâneo. A separação de poderes e, muito em particular, a independência e

imparcialidade dos Tribunais são essenciais à proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, bem como à confiança dos agentes económicos.

A Colômbia conta hoje com um sólido e estabilizado poder judicial, que encontra neste Supremo Tribunal de Justiça o seu órgão máximo. A Justiça enfrenta no nosso tempo desafios muito particulares. Não pode, contudo, alhear-se da realidade à sua volta, das necessidades concretas dos cidadãos, da celeridade exigida pelos agentes económicos.

De igual modo, a Justiça não pode alhear-se da sua dimensão social, pois é ao serviço do povo que os Tribunais devem estar colocados. A Justiça é um elemento essencial da paz em sociedade. Em última instância, a ela compete evitar que os “tempos de crise” se convertam em “tempos de cólera”. Os Tribunais são, pois, um pilar fundamental de qualquer processo de pacificação.

Faço votos para que, nos termos das respetivas Constituições e ordenamentos jurídicos e no quadro das nossas relações bilaterais, a cooperação entre Portugal e a Colômbia seja frutuosa, também ela, na área judicial.

Senhora Presidente

Agradecendo, mais uma vez, a hospitalidade com que fomos recebidos, formulo ainda um voto pelas maiores felicidades de Vossa Excelência e de todos aqueles que, na Colômbia, trabalham, empenhados, na promoção da Justiça e da Paz. Muito obrigado.

Visita à Alcaldia Mayor de Bogotá

Bogotá, 17 de abril de 2013

Quero agradecer-lhe, Senhor Alcaide, o caloroso acolhimento que temos recebido das autoridades de Bogotá. Agradeço também, muito sensibilizado, a atribuição da Chave da Cidade, que recebo, com muita honra, em nome de Portugal e de todos os Portugueses.

Na pessoa de Vossa Excelência, saúdo uma das mais pujantes e ativas metrópoles da América Latina, que rivaliza com outras capitais mundiais pelo dinamismo da sua economia, pela hospitalidade do seu povo e pela riqueza multissecular da sua cultura e do seu património histórico.

Bogotá tem sido palco de momentos de festa e de alegria na história deste grande país. Mas tem sido também um lugar de momentos difíceis. Bogotá soube sempre superar os desafios com que se confrontou, dando a todo o mundo uma lição inspiradora.

Senhor Alcaide

A Colômbia e Bogotá estão a despertar o interesse e a atenção de muitos portugueses, convertendo-se num destino profissional para muitos dos meus concidadãos e atraindo importantes investimentos das empresas portuguesas.

Portugal e a sua cultura estão já presentes em Bogotá. Na Universidade de los Andes, foi criada a Cátedra Fernando Pessoa, com o intuito de divulgar a língua e a cultura portuguesas. Congratulo-me por saber que é cada vez maior o número de estudantes colombianos a interessar-se pela aprendizagem da língua portuguesa. O português, que é falado por mais de 250 milhões de pessoas, nos cinco continentes, é uma língua cujo valor socioeconómico é hoje indiscutível.

Acompanhado fraternalmente pelo Senhor Alcaide, terei a honra de participar esta tarde na sessão inaugural da Feira do Livro de Bogotá, na qual, este ano, Portugal é o país convidado. A nossa presença na FILBO será um marco nas relações culturais entre os dois países.

Os laços económicos e culturais que unem o povo colombiano e o povo português dão um importante contributo para o reforço do nosso relacionamento bilateral. Relacionamento que deve estender-se ao poder local.

Sei bem que a cooperação entre a cidade a cujos destinos Vossa Excelência preside e a capital do meu país tem vindo a florescer, sendo ambas membros ativos da União das Cidades Capitais Ibero-americanas. Em outubro do ano passado, Lisboa teve a honra de receber a XV Assembleia-Geral da UCCI, na qual foi subscrita uma Declaração do maior relevo.

Como testemunho do nosso relacionamento, decidiu o Governo português oferecer à população de Bogotá dez coleções de obras fundamentais da nossa literatura. Tenho, por isso, o maior prazer em entregar a Vossa Excelência, Senhor Alcaide, um exemplar de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, epopeia que celebra não só os feitos da nação portuguesa, como também o seu encontro com outras nações nos quatro cantos do Mundo.

Quero agradecer-lhe, uma vez mais, Senhor Alcaide, a hospitalidade com que fomos recebidos e desejar as maiores felicidades aos habitantes desta magnífica cidade.

Sessão de Encerramento do Seminário Económico Portugal-Colômbia

Bogotá, 17 de abril de 2013

Gostaria de começar por dirigir um particular agradecimento ao Presidente Juan Manuel Santos Calderón pela sua presença, que muito nos honra, neste Seminário Económico. Quero também felicitar as agências colombiana e portuguesa de investimento e comércio externo pela organização desta excelente iniciativa que promoveu o debate entre os senhores empresários, cuja presença saúdo muito vivamente.

A Colômbia é um país que tem um papel de destaque na história deste continente. O Novo Mundo, a América Latina, o sucesso na democratização e a consolidação do desenvolvimento económico estão plenamente representados aqui, neste espaço territorial e nesta comunidade de cidadãos.

A Colômbia é hoje exemplo de uma democracia e de uma economia de sucesso. Tenho acompanhado, com grande interesse, os esforços feitos para integrar plenamente a Colômbia na economia latino-americana e, num âmbito mais vasto, na economia global.

A Colômbia está a transformar-se, pelo seu próprio mérito, pelo vigor dos seus líderes e pela fibra do seu povo, num elemento de estabilidade nesta região do mundo. É hoje também um dos exemplos de sucesso das economias da América do Sul. A comunidade internacional segue com grande esperança os desenvolvimentos económicos, sociais, políticos e culturais nesta zona do globo.

A Colômbia tornou-se, assim, de uma forma natural, um destino para as empresas portuguesas que buscam oportunidades de se internacionalizarem, muitas vezes estabelecendo parcerias com empresas locais – como foi o caso que acabámos de testemunhar.

Portugal, por seu lado, é uma economia moderna e aberta, dispõe de excelentes infraestruturas, condições naturais privilegiadas e um capital humano extremamente qualificado. Na sequência da crise que assolou o Mundo e a Europa, o nosso país tem vindo a realizar um importante esforço de ajustamento macroeco-

nómico e financeiro. Tem também levado por diante um significativo programa de reformas estruturais, de forma a aumentar a flexibilidade e a capacidade competitiva da sua economia.

Para além disto, Portugal é membro da União Europeia e – graças à sua história – tem relações singulares com os países de língua portuguesa espalhados pelos vários continentes. Ao gigantesco mercado único europeu – 500 milhões de consumidores – junta-se assim, na sua área privilegiada de relações, este universo que contempla cerca de 250 milhões de pessoas.

A Colômbia conta com uma presença já significativa de empresas de capitais portugueses. Estamos, aliás, numa fase do relacionamento entre as nossas duas economias em que muitas empresas olham para a Colômbia como um destino muito atraente para os seus investimentos e apostas estratégicas.

O potencial é enorme e espero que esta minha Visita contribua para aprofundar o nosso relacionamento bilateral nos planos económico, comercial e cultural. Por isso mesmo, não posso deixar de sublinhar a oportunidade que este Seminário e os Encontros Empresariais representam para o reforço dos laços económicos entre os nossos dois países. Desde logo, ao proporcionarem um estreitamento dos contactos entre empresários e altos responsáveis portugueses e colombianos. E, mais ainda, ao contribuírem para um melhor conhecimento do que se faz atualmente na Colômbia e em Portugal.

Acompanho com expectativa e confiança a aposta estratégica que algumas das empresas portuguesas com mais competências, capacidade e recursos estão a fazer na Colômbia. É uma boa aposta, que todos esperamos seja bem-sucedida. Alarga o número de países da nossa dimensão com quem estabelecemos relações económicas privilegiadas e reforça as pontes entre a Europa e a América Latina. O facto de a economia colombiana ter indicadores económicos ao nível dos que Portugal apresentava numa fase relativamente recente faz com que as empresas portuguesas tenham uma forte capacidade de perceber e antecipar alguns tipos de desenvolvimentos expectáveis na Colômbia. Deste modo, creio que as empresas portuguesas podem dar um particular contributo para o reforço do tecido produtivo colombiano.

As empresas que me acompanham representam muito do melhor e mais dinâmico de Portugal e apresentam experiências bem-sucedidas de internacionali-

zação em várias geografias. Poderia falar com gosto sobre a qualidade individual de cada uma das empresas aqui presentes, mas sei que os líderes empresariais o terão feito ou o farão muito melhor do que eu.

Falarei apenas em traços gerais dos setores aqui representados e do modo como podem contribuir, pela sua experiência e competência, para a modernização em curso na Colômbia e para facilitar uma ligação mais profunda e diversificada a Portugal, à União Europeia e aos países que, nos vários continentes, falam a língua portuguesa e com os quais mantemos relações especialmente próximas. Estão aqui representadas empresas dos setores da distribuição e dos serviços financeiros, cujos investimentos no exterior configuram sempre uma aposta estratégica que tende a perdurar por muitos anos e a servir de âncora a novos projetos.

As empresas portuguesas associadas à construção de infraestruturas, por seu turno, têm também uma forte reputação de competência à escala global, e estão habituadas a compreender as necessidades de investimento de países que se encontram no estágio de desenvolvimento e de crescimento da economia colombiana.

Mas não nos ficamos por estes setores. Temos aqui, igualmente, empresas que atuam em várias áreas da produção industrial, no turismo, nas novas tecnologias, na agricultura científica, na consultoria, na arquitetura. E recordo, neste particular, o prémio internacional da melhor decoração de interiores do mundo em 2012, obtido pelo Hotel BOG em Bogotá, com assinatura da arquiteta portuguesa Nini Andrade e Silva.

A economia portuguesa possui hoje um forte conteúdo científico e tecnológico – aplicações de *software*, tecnologias de informação, robótica e comunicação, farmacêuticas, biotecnologias, energias renováveis. A participação de empresas portuguesas destas áreas no mercado global torna-as parceiros qualificados e apetecíveis para as entidades colombianas.

A Colômbia, por seu lado, muito próxima em características económicas e de estágio de desenvolvimento, tem a ambição de encontrar parcerias estratégicas que lhe confirmam maior massa crítica e mais competitividade na sua abordagem a terceiros mercados. Embora geograficamente afastados, cada um do seu lado do Mundo, sei que, juntos, podemos criar valor acrescentado!

Sublinho, a propósito, a recente assinatura do Acordo aéreo entre os nossos dois países, que vem facilitar a criação de condições de mobilidade indispensáveis a uma maior dinâmica empresarial e turística.

Mas quero ainda referir a presença de empresas ligadas aos chamados setores tradicionais da economia portuguesa, desde a cortiça aos têxteis, passando pelo calçado e pelo setor agroalimentar. São empresas que souberam modernizar-se de forma notável e que hoje apresentam um forte nível de prestígio e de competitividade a nível internacional.

São, todas elas, empresas que ilustram bem o Portugal deste novo milénio. Um país moderno e acolhedor, com uma vasta herança cultural. Uma economia favorável ao investimento externo e às novas tecnologias e que apresenta, não obstante a sua dimensão, múltiplos centros de excelência tecnológica e científica e de criatividade empresarial.

Estou certo de que os trabalhos deste Seminário darão um contributo decisivo para que os empresários colombianos e portugueses possam identificar e explorar interesses e oportunidades. No terreno, em concreto, em benefício mútuo. Mais do que de boas intenções ou palavras de circunstância, o tempo é de ação. Conto convosco.

Inauguração da Feira Internacional do Livro de Bogotá

Bogotá, 17 de abril de 2013

É com enorme satisfação e, ao mesmo tempo, com um grande orgulho que participo com Vossa Excelência, Senhor Presidente, na inauguração da Feira Internacional do Livro de Bogotá, no ano em que Portugal é o país convidado.

Satisfação e orgulho, antes de mais, pelo convite com que as autoridades colombianas nos distinguiram e que muito nos honra.

Mas satisfação e orgulho, também, pelo notável conjunto de escritores, músicos, artistas plásticos e gráficos que vieram a Bogotá dar testemunho, pela sua palavra e a sua arte, da vitalidade da cultura portuguesa, uma cultura que, ao longo dos séculos, tem sabido reinventar-se a cada nova geração.

A este propósito, queria aqui, publicamente, louvar o trabalho e o empenho do Professor Doutor Jerónimo Pizarro – Professor da Universidade Los Andes e Comissário da participação portuguesa na Feira do Livro de Bogotá –, que em muito tem contribuído para a divulgação da cultura portuguesa na Colômbia.

Queremos dar-vos a conhecer o nosso melhor. E o melhor com que uma nação se pode apresentar emerge dos seus escritores, dos seus artistas, daqueles que, através das suas obras, revelam não apenas o talento que individualmente possuem, mas também o mais profundo da identidade coletiva que partilham.

Não seria, de resto, necessário lembrá-lo aqui, na Colômbia, um país cuja imagem está tão associada, em todo o Mundo, à obra de escritores como Gabriel García Márquez e Álvaro Mutis, ou de artistas como Fernando Botero, cuja pintura e escultura já por mais de uma vez tivemos o privilégio de apreciar em Lisboa. Há uns anos, a nossa capital acolheu, na sua praça principal, uma magnífica exposição de obras de Botero e orgulha-se de ostentar atualmente, num dos seus lugares privilegiados, com uma magnífica vista sobre a cidade e o rio Tejo, uma escultura deste grande criador colombiano.

Portugal é uma nação que desde muito cedo se abriu ao diálogo com gentes de todo o Mundo. Situado no extremo da Europa, mas projetado sobre o

Atlântico, é a própria geografia que lhe imprime esta marca identitária. Como escreveu Luís de Camões, o maior dos nossos poetas, Portugal fica “onde a terra se acaba e o mar começa”.

Não admira, por isso, que, sendo uma das mais antigas nações europeias, Portugal tenha sido também a primeira que se aventurou pelo mar adentro e se encontrou com gentes de todo o planeta, lançando assim os alicerces do mundo globalizado em que hoje vivemos.

“Da minha língua vê-se o mar”, escreveu Virgílio Ferreira, um dos grandes escritores portugueses do século XX. Seria difícil encontrar uma frase mais expressiva do que esta, que os organizadores da Feira escolheram, para ilustrar o que a nossa literatura tem de singular.

Na verdade, a literatura portuguesa está, desde muito cedo, repassada de sentimentos ligados à necessidade de nos fazermos ao mar e rasgarmos horizontes, não só para lá das nossas próprias fronteiras, mas também para lá das fronteiras do pequeno mundo que os europeus conheciam até aos finais da Idade Média e aos alvares do Renascimento.

Logo nas primeiras cantigas escritas em português, o risco das viagens por mar e a saudade dos que ficam em terra são referências constantes.

Ainda hoje, nas letras do Fado, que é um dos símbolos mais conhecidos do património imaterial português, são igualmente frequentes os temas ligados aos marinheiros, aos navios, à tempestade e à bonança. O Fado foi cantado por muitos, mas Amália Rodrigues deu aos poetas portugueses o tom inconfundível da sua voz única. É justamente no Jardim Amália Rodrigues, em Lisboa, que se encontra a escultura de Fernando Botero. Eis um exemplo muito expressivo do traço de união que a cultura gera entre os povos de Portugal e da Colômbia. Poderemos – de seguida – ouvir alguns fados, na voz de Raquel Tavares. Creio que, para os que conhecem menos bem este género musical, será uma excelente oportunidade de perceber porque é o Fado tão apreciado no Mundo inteiro. Gostaria de vos dizer que fiz questão de que Raquel Tavares, além desta breve atuação, realizasse um concerto maior, amanhã, no Centro Cultural Gabriel García Marquéz, que terei o gosto de oferecer à cidade e aos cidadãos de Bogotá.

Tanto na cultura popular, como na cultura erudita, o mar esteve sempre presente, faz parte da nossa história e integra a nossa língua e a nossa cultura.

Foram as viagens através dos oceanos que nos permitiram estabelecer, em todos os continentes, relações comerciais e laços de amizade que ainda hoje perduram. Em alguns casos, perdura até a própria língua portuguesa, partilhada que é pelo Brasil e por mais seis Estados soberanos.

A Oriente como a Ocidente, em África como nas Américas e nas Índias, convivemos com culturas as mais distintas, num intercâmbio de descobertas que mudou o Mundo e cujos resultados os povos com quem nos cruzámos são unânimes em reconhecer.

É com esse mesmo espírito, aberto ao conhecimento mútuo e ao diálogo entre as nações, que temos agora em Bogotá uma representação tão diversificada da cultura portuguesa contemporânea.

Ao longo das próximas semanas, irão suceder-se, um pouco por toda a cidade, conferências, exposições, concertos e debates, em que este nosso grupo de escritores e artistas apresentará a sua obra e terá contacto com representantes da cultura colombiana. Estou certo de que, no final, ficaremos a conhecer-nos melhor, de parte a parte.

Faço votos para que a cooperação entre os nossos dois países, alicerçada nos valores e nos propósitos que partilhamos, saia desta iniciativa mais reforçada, seja no plano cultural, seja em todos os domínios em que Portugal e a Colômbia têm vindo a estreitar o seu relacionamento.

Muito obrigado.

Visita à Alcaidia de Lima

Lima, 19 de abril de 2013

Quero agradecer-lhe, Senhora Alcaide, o caloroso acolhimento que me tem sido dispensado, bem como a todos os que me acompanham nesta Visita, pelas autoridades de Lima.

Agradeço também, muito sensibilizado, a atribuição da Chave da Cidade, que recebo, com grande honra, em meu nome pessoal e em nome de todos os Portugueses.

Saúdo, através de Vossa Excelência, uma das mais simbólicas cidades da América Latina, que se destaca pelo importante património histórico e arquitetónico e pelo dinamismo da sua economia e da sua vida cultural e artística.

Com muita satisfação, tive hoje oportunidade de percorrer algumas ruas do Centro Histórico da Cidade de Lima, declarado Património da Humanidade pela UNESCO. Visitei alguns dos edifícios mais emblemáticos, como o Convento de São Francisco. Foi uma visita que realizei com particular emoção, por saber que a sua reconstrução, após o terramoto de 1655, foi obra de um arquiteto português, D. Constantino Vasconcellos.

Tive igualmente oportunidade de ver a *Casa de Correos y Telégrafos* de Lima, outro edifício marcante do centro histórico desta cidade e também obra de um arquiteto português que aqui viveu, Raul Maria Pereira.

Senhora Alcaide

As relações bilaterais entre o Peru e Portugal conhecem um dinamismo sem precedentes. O Peru está a despertar o interesse e a curiosidade de muitos portugueses e a converter-se num polo de atração para investimentos das nossas empresas. Existem muitas oportunidades de intercâmbio que devemos saber aproveitar em benefício mútuo. A cooperação ao nível municipal, entre os representantes do poder local, é, seguramente, uma fonte enriquecedora de conhecimento recíproco e de troca de experiências.

As capitais dos nossos dois países, Lima e Lisboa, são membros ativos da União das Cidades Capitais Ibero-americanas. Estou convencido de que a cooperação entre as nossas capitais é um valor acrescentado no diálogo bilateral, um valor que fortalece a nossa Comunidade Ibero-americana.

Senhora Alcaide

Como Vossa Excelência tão bem sabe, o relacionamento entre os países constrói-se em várias dimensões. Os laços que soubermos estabelecer ao nível do poder local e entre os cidadãos, designadamente através da partilha de conhecimentos, saberes e experiências e da conceção de projetos comuns, cimentam e densificam, sem dúvida, as bases em que esse nosso relacionamento pode assentar e florescer.

É com esta convicção, Senhora Alcaide, que quero agradecer, uma vez mais, a hospitalidade com que fomos recebidos e desejar as maiores felicidades aos habitantes desta cidade única, que apaixonou todos os que têm o privilégio de a visitar.

Sessão de Encerramento do Seminário Económico Portugal-Peru

Lima, 19 de abril de 2013

É com enorme satisfação que, em conjunto com o Presidente Humala, presido à sessão de encerramento deste Seminário Empresarial que reuniu empresários portugueses e peruanos. Estou certo de que foi uma oportunidade extremamente útil para todos os que nele participaram.

Nas minhas deslocações ao exterior, para além dos contactos políticos, tenho vindo a privilegiar os contactos de índole económica e cultural e a promover, designadamente, encontros entre empresários locais e empresários portugueses, que faço questão de incluir na comitiva que me acompanha.

Desloquei-me ao Peru a convite do Presidente Humala, e, perante vós, quase no final desta Visita, quero reiterar os meus agradecimentos pelo modo acolhedor e muito caloroso como tenho sido recebido.

Visto de Portugal, o Peru é terra dos grandiosos Andes, repleta de tradições e de uma História riquíssima, berço de civilizações milenares envoltas em mistérios que, ainda hoje, deslumbram e fascinam a Humanidade.

Para os peruanos, Portugal pode parecer uma realidade distante. Um país e um povo conhecidos pelos seus atos heroicos e pelas suas incursões marítimas, um ator global na época dos Descobrimentos que, como dizia o Poeta, “deu novos mundos ao mundo”. Apesar da distância geográfica, as nossas afinidades rapidamente surgem com naturalidade: temos uma língua de origem comum, partilhamos a atração pelo mar e somos muito próximos na simpatia e hospitalidade dos nossos povos. Partilhamos, também, de resto, outros interesses mais mundanos, como a paixão pelo futebol.

Devemos, por maioria de razão, fazer um esforço acrescido para nos conhecermos melhor e aprofundar o nosso relacionamento. Essa é uma das razões por que hoje estamos aqui.

A América Latina tem tido um desenvolvimento notável nos últimos anos. A maioria dos países desta região são hoje democracias estabilizadas, onde todos os cidadãos têm garantidos direitos de participação cívica.

O Peru é exemplo de um país onde essas transformações estão consolidadas e vivem lado a lado com o reconhecimento da sua história e da sua tradição. O esforço de integração regional que o Peru tem vindo a realizar, nomeadamente no âmbito comercial e de cooperação económica, não deixará de ser benéfico para todas as partes envolvidas. Portugal quer fazer parte desse processo, quer acompanhar o Peru na internacionalização da sua economia.

A este propósito, gostaria de saudar a aprovação do Acordo Comercial entre a União Europeia, o Peru e a Colômbia. Congratulo-me pelo facto de esta minha visita ao Peru ser a primeira de um Chefe de Estado de um país da União Europeia desde a formalização desse importante passo de cooperação intercontinental. Portugal sempre apoiou, no quadro da União Europeia, a negociação e a aprovação deste Acordo, por acreditar nos benefícios mútuos que ele pode trazer ao comércio e ao investimento.

E refiro-me aqui, em particular, ao investimento em áreas estratégicas, às parcerias empresariais e ao comércio entre os nossos dois países, que sabemos estarem muito aquém do seu potencial, que é indiscutivelmente elevado.

É nosso desejo – e, aqui, lanço um repto aos empresários – incrementar os laços económicos e comerciais entre os dois países, para que estes possam atingir nível idêntico ao que caracteriza o diálogo político e a cooperação diplomática entre Portugal e o Peru.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

A complementaridade existente entre as economias portuguesa e peruana oferece muitas oportunidades, incluindo no que toca às PME de ambos os países. A presença de empresas portuguesas no Peru, como é o caso da Mota Engil, e o interesse de um número cada vez maior de empresários no mercado peruano e no estabelecimento de parcerias orientadas para outras geografias são já sinais bem expressivos.

Muitas das empresas portuguesas querem cooperar com o Peru e estão disponíveis para colaborar no seu desenvolvimento, designadamente através de parcerias estratégicas em setores onde detemos uma larga experiência no mercado global, como é o caso das infraestruturas e obras públicas, dos transportes, da energia e das telecomunicações, entre outras.

A este propósito, não posso deixar de assinalar a localização estratégica dos portos portugueses – em especial, do porto de Sines, cuja Presidente integra a delegação empresarial que me acompanha – e as potencialidades que Portugal apresenta como porta atlântica da Europa.

Devo salientar que, também no domínio da saúde e na área farmacêutica, Portugal possui competências que julgo poderem ser muito úteis aos esforços de desenvolvimento social que estão a ser feitos pelas autoridades peruanas. Em Portugal, a consolidação da democracia foi acompanhada por um forte aprofundamento da disponibilização de cuidados de saúde e de serviços de apoio às populações. Não há democracia política sem justiça social. E não há justiça social sem atenção às necessidades básicas dos que mais precisam. Esta é uma lição que Portugal retirou da sua experiência de quase quarenta anos de regime democrático.

Não descuramos, por outro lado, a importância de estreitar laços nos setores da educação, da ciência e tecnologia e da cultura. A circulação de estudantes, investigadores, escritores e profissionais qualificados ligados às ciências, às engenharias, aos saberes e às artes é fundamental ao nosso processo de conhecimento mútuo e ao aprofundamento das relações entre Portugal e o Peru.

Portugal aposta na rápida entrada em vigor da Convenção para Evitar a Dupla Tributação, assinada em novembro, por ocasião da visita a Portugal do Presidente Humala. Estou certo de que a Convenção constituirá um importante suplemento para dinamizar o comércio e os investimentos entre os dois países. Por seu turno, a assinatura do Acordo de Transporte Aéreo abre a possibilidade de ligações aéreas diretas, o que representará certamente um contributo decisivo para a circulação de pessoas e bens e um elemento facilitador na aproximação dos nossos países. Seguimos também com atenção e grande interesse os desenvolvimentos na recém-criada Aliança do Pacífico, como um espaço de integração inovador na América Latina. Neste particular, Portugal solicitou o estatuto de observador junto daquela organização e contamos que o Peru apoie esta nossa pretensão.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal é uma democracia estável e uma economia moderna e aberta, um país dotado de excelentes infraestruturas e equipamentos, com um capital humano alta-

mente qualificado. É um Estado-membro da União Europeia que tem relações culturais, políticas e económicas privilegiadas com alguns países fora do espaço europeu, nomeadamente em África, e, em especial, com os países africanos que falam a língua portuguesa. É uma nação que abre portas à iniciativa dos empresários peruanos, que podem, através dela, encontrar novas vias de acesso ao gigantesco mercado europeu e a outros que, fruto da sua história, Portugal conhece particularmente bem.

Vivemos um tempo de grandes desafios a nível nacional e a nível europeu. Tenho defendido a importância de se avançar mais decididamente na prossecução de uma agenda europeia orientada para o emprego e para o crescimento. Neste processo, e pela nossa parte, queremos intensificar, de uma forma muito concreta e precisa, a internacionalização da nossa economia.

As economias dos nossos dois países possuem uma dimensão equivalente. Neste contexto, a permuta de investimentos é claramente benéfica para ambos os tecidos empresariais.

A cooperação entre empresas peruanas e portuguesas tem o potencial de ser uma relação entre iguais, com origem em Estados que partilham uma visão humanista do mundo. Acresce que a relação entre empresas portuguesas e peruanas potenciará certamente o desenvolvimento das exportações peruanas para a Europa e facilitará o ajustamento aos exigentes requisitos que aí se colocam em matéria de padrões de qualidade e de processos produtivos. Por isso, creio haverá muito a ganhar, também no plano multilateral, com o reforço da nossa cooperação económica e empresarial.

Permitam-me que sublinhe as competências e a idoneidade das empresas portuguesas aqui presentes e que decidiram acompanhar-me nesta visita ao Peru. Trazem conhecimento, experiência e empenho e espero que as autoridades e as empresas peruanas reconheçam os seus méritos, a sua disponibilidade e as suas particulares capacidades para a criação conjunta de valor.

O crescimento económico e o progresso social que se vêm verificando, de modo sustentado, nesta região do globo, e de que o Peru é um bom exemplo, mostra que estamos perante uma estratégia bem-sucedida de resposta aos desafios do desenvolvimento.

Confio que este Seminário, organizado sob os auspícios das agências de investimento e comércio externo portuguesa e peruana, AICEP e PROINVERSION, a quem

aproveito para agradecer, irá produzir resultados concretos e visíveis, espelhando da melhor forma a vitalidade das nossas empresas e a vontade política de aprofundamento das relações entre Portugal e o Peru.

Muito obrigado pela vossa presença.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Turquia

Palácio de Queluz, 6 de maio de 2013

É com grande satisfação que acolhemos em Portugal o Presidente Abdullah Gül, a Senhora D. Hayrünnisa Gül e toda a comitiva que os acompanha nesta Visita de Estado.

Guardamos, a minha Mulher e eu, as mais gratas recordações da nossa visita à Turquia em 2009 e, muito particularmente, da forma afetuosa como fomos acolhidos nesse país fascinante. Esperamos que todos vós se sintam tão bem em Portugal como nós nos sentimos na Turquia.

Os nossos dois países estão ligados por laços multisseculares e por uma profunda amizade. Ao longo dos séculos, Portugal e a Turquia aprenderam a admirar-se e a respeitar-se mutuamente. Estamos situados nos dois extremos da Europa, mas convergimos nos valores e princípios que defendemos: a dignidade da pessoa humana como fundamento da democracia política e o desenvolvimento económico como pressuposto da justiça social.

Partilhamos hoje valores essenciais que se refletem não apenas no nosso relacionamento bilateral mas também nas organizações internacionais a que ambos pertencemos, como a Aliança Atlântica e o Conselho da Europa. E, no futuro, num futuro que esperemos seja próximo, estaremos juntos na União Europeia.

A Turquia é síntese de dois continentes, uma imagem que se materializa nas pontes que atravessam o Bósforo. Sob a liderança de Mustafa Kemal, tornou-se um país moderno e aberto ao mundo, que dialoga com todas as civilizações e que convive com o pluralismo de crenças religiosas e a diversidade de ideologias políticas. A entrada da Turquia na União Europeia – que, como é sabido, Portugal sempre defendeu – enriquecerá a Europa com a sabedoria milenar de um povo com uma longa história, mas será também um elemento essencial para aprofundar o caminho de modernização, de democratização e de desenvolvimento que vem sendo trilhado nos últimos anos.

Portugal e a Europa vivem, como é conhecido, um tempo difícil e exigente. A crise financeira na Zona Euro veio expor fragilidades e desequilíbrios estruturais nas economias de vários Estados-membros, mostrando, igualmente, a dificuldade das instituições europeias em responder adequada e atempadamente a uma situação sem precedentes.

Têm vindo a ser tomadas importantes decisões e adotados instrumentos a nível europeu para fortalecer o sistema de governação económica e a estabilidade financeira e para reforçar a confiança na moeda única. Mas, como tenho chamado a atenção, precisamos de fazer mais, e melhor, para promover o crescimento económico e o emprego.

A Visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente, é a confirmação da vontade firme que anima os responsáveis políticos de reforçar o nosso relacionamento e a nossa cooperação em ações de interesse mútuo. O acordo alcançado entre os dois países sobre o regime de entrada de cidadãos nacionais na Turquia, uma questão que aguardava ser solucionada há vinte anos, é apenas o mais recente exemplo da cooperação que tem vindo a intensificar-se entre Portugal e a Turquia.

A par do forte incremento nas nossas relações bilaterais em termos políticos, é essencial aprofundarmos o nosso relacionamento económico, no qual estamos ainda longe de beneficiar em pleno do vasto potencial existente.

Quero, por isso, saudar calorosamente a delegação empresarial que acompanha Vossa Excelência.

Gostaríamos de convidar os empresários e os investidores turcos a olharem para Portugal como um Estado-membro da União Europeia que lhes pode oferecer um ambiente favorável aos seus negócios e excelentes oportunidades de investimento e cuja proximidade linguística e cultural com países como o Brasil, Angola e Moçambique constitui, além disso, um ativo particularmente importante em matéria de cooperação triangular.

Os empresários portugueses olham com grande interesse para as perspetivas que a Turquia, pelas suas características e pela sua situação geográfica, lhes oferece. Estou convencido de que, em setores tão distintos como o turismo, o comércio, a energia, a construção, os transportes, as infraestruturas, existem hoje oportunidades que devem ser aproveitadas em benefício mútuo.

Senhor Presidente

Vivemos num mundo globalizado e num tempo em que as relações internacionais vão muito para além do campo estritamente bilateral.

Quero pois sublinhar o papel da Turquia em favor da estabilidade, da segurança e da paz, e o seu contributo para a resolução de questões tão complexas e tão dramáticas, como a que se vive atualmente na Síria. A Comunidade Internacional não pode tolerar a tragédia humana que aí se verifica. Saúdo as autoridades turcas pelo esforço que têm vindo a demonstrar para fazer face ao drama dos milhares de refugiados sírios que têm procurado acolhimento no seu território. Também no Afeganistão, no Cáucaso do Sul, ou em relação ao Médio Oriente e à questão iraniana, a Turquia tem tido, reconhecidamente, uma atuação decisiva. Permito-me felicitar muito especialmente as autoridades turcas pelo processo que foi lançado com vista a proporcionar a paz e prosperidade de todos os cidadãos da Turquia, fazendo votos para que as negociações em curso logrem alcançar um acordo.

Senhor Presidente, quero ainda agradecer-lhe o apoio da Turquia à candidatura de Portugal ao Conselho dos Direitos Humanos para o período 2015-2017.

Senhor Presidente

A nossa responsabilidade consiste em reforçar os laços que unem os nossos dois países, numa cooperação cada vez mais estreita e frutuosa e num esforço redobrado para melhor nos darmos a conhecer. Não podemos esquecer que a aproximação entre os Povos passa também pelo conhecimento recíproco das suas culturas e do seu património civilizacional.

Esta Visita, estou certo, constituirá um marco histórico no relacionamento entre Portugal e a Turquia.

É com essa convicção que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Abdullah Gül e da Senhora D. Hayrünnisa Gül, à prosperidade do povo amigo da Turquia e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Cerimónia de Atribuição dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa

Lisboa, 21 de maio de 2013

É com grande satisfação que participo, uma vez mais, nesta cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa.

Este ano, o Prémio presta homenagem a duas personagens notáveis, Monika Hauser e Asma Jahangir, evocando, por seu intermédio, os valores inscritos na matriz fundadora do Centro Norte-Sul e do Conselho da Europa: liberdade, tolerância, democracia, respeito pelos Direitos Humanos e pela dignidade da pessoa humana.

Distinguimos duas personalidades, dois exemplos de vida, que se destacaram pela sua força, pelas suas convicções, pela sua obra em prol da divulgação e da promoção daqueles valores.

As últimas décadas foram marcadas por uma acrescida afirmação do valor da proteção dos Direitos Fundamentais, assente na consciência do valor da vida humana, no repúdio das violações dos mais básicos direitos humanos, na procura de políticas económicas e sociais que respeitem a dignidade individual e promovam o bem-estar das comunidades.

São, justamente, exemplos como aqueles que hoje aqui distinguimos que têm tido um papel determinante neste curso. Para além dos governos e das organizações internacionais, é também fundamental a ação que emerge da própria sociedade civil. As duas laureadas demonstram-nos até que ponto as ações individuais podem fazer a diferença.

É pois com muitíssimo gosto que me associo à homenagem a Monika Hauser e Asma Jahangir e ao reconhecimento dos contributos assinaláveis que têm prestado à dignidade humana, à tolerância e à liberdade.

Monika Hauser tem um percurso extraordinário dedicado ao apoio às mulheres e aos direitos das mulheres. Médica ginecologista, esteve em teatros de conflito e de crise em diversos pontos do globo, prestando auxílio a vítimas de guerra e de vários tipos de violência e abusos, incluindo sexuais. Na Bósnia Herzegovina,

Kosovo, República Democrática do Congo, Libéria e Afeganistão, partilhou as experiências e desenvolveu projetos de apoio físico e psicológico. Enquanto diretora da associação “Medica Mondiale”, liderou o reforço da capacidade de autoajuda e do direito ao desenvolvimento pessoal das mulheres.

Há mais de 20 anos que a “Medica Mondiale” se dedica a apoiar mulheres e crianças cuja integridade física, psicológica, social ou política foi violada. O esforço e a credibilidade da instituição têm-lhe granjeado o reconhecimento e o apoio de diversas entidades.

A vida de Asma Jahangir é, também ela, um notável exemplo de empenho na promoção dos direitos humanos. Advogada do Supremo Tribunal do Paquistão, dedicou 40 anos da sua vida a defender, em particular, os direitos das mulheres, das crianças e das minorias religiosas. A sua atividade, no Paquistão e também a nível internacional, tem-se destacado no persistente combate à discriminação. A nomeação de Asma Jahangir para os cargos de Enviada Especial das Nações Unidas para Assuntos Extrajudiciais e Arbitrários, bem como de Enviada Especial para a Liberdade de Religião ou Crença são bem reveladores do seu valor e da sua capacidade. No decurso da sua longa carreira, viu já reconhecida a sua ação por diversas vezes.

Minhas Senhoras e meus Senhores

As duas laureadas são mulheres totalmente empenhadas nos seus projetos, nas suas causas. Lidam no dia-a-dia, e diretamente, com realidades extremamente difíceis e de grande complexidade. Do sofrimento e da adversidade sabem retirar a força e a convicção na defesa de uma sociedade mais justa e mais atenta aos mais frágeis. Escolheram, através da coragem e da dedicação, assumir responsabilidades especiais. A sua ação, não é demais repetir, constitui um exemplo para todos nós. Merecem todo o nosso reconhecimento.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Permitam-me, agora, um breve olhar sobre o Centro Norte-Sul. No próximo ano, assinalar-se-ão os 25 anos do Centro. Neste quarto de século, o conceito Norte-Sul evoluiu. Mas as dimensões que justificam a existência do Centro – interdependência e solidariedade – permanecem válidas, reforçando até o seu papel no

aprofundamento do diálogo intercultural, da aproximação e do conhecimento. O Centro prestigiou-se junto dos seus parceiros fora da Europa e é muito curioso ver os países do Sul do Mediterrâneo e de outras zonas de África cada vez mais interessados nas suas atividades. Os problemas que o Centro atravessa situam-se, basicamente, a Norte. Talvez porque é a Norte que prossegue o debate sobre o melhor modo de abordar as novas realidades emergentes a Sul.

Portugal congratula-se com o facto de, no quadro do Conselho da Europa, tudo se encaminhar para dar ao Centro uma nova dinâmica e um novo impulso. Apoiamos o esforço que o Centro tem vindo a fazer no sentido de recentrar as suas ações e de criar um novo programa de atividades.

Trabalhar junto da sociedade civil, em especial dos jovens e das mulheres, é uma tarefa cada vez mais importante, porque é a partir dela, como a história tem provado, que as grandes mudanças se fazem.

Quero reiterar, neste contexto, a importância que Portugal confere a este Centro e a relevância que atribuímos à entrega do Prémio Norte-Sul numa cerimónia anual realizada, ao mais alto nível, em Lisboa.

O facto de estarmos aqui reunidos revela bem a atualidade dos valores e da missão que orientam o Conselho da Europa e o Centro Norte-Sul, e que as duas laureadas deste ano ilustram de forma tão especial e eloquente.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra da Presidente da República Federativa do Brasil

Palácio de Queluz, 10 de junho de 2013

É com grande emoção e com uma satisfação muito particular que a acolhemos, Senhora Presidente, nesta Visita a Portugal, no dia em que celebramos Portugal, Camões e as Comunidades Portuguesas. Permita que lhe expresse, Senhora Presidente, em nome de todo o povo português, quão sensibilizados estamos por Vossa Excelência ter aceitado o meu convite para visitar Portugal nesta data.

A amizade e os laços históricos que unem os nossos dois países gozam hoje de uma vitalidade que nos deve orgulhar. O relacionamento entre o Brasil e Portugal tem um valor estratégico fundamental, sobretudo num presente em que tantos desafios nos são colocados, de um lado e do outro do Atlântico.

Os profundos laços que existem entre os nossos dois Povos e Países enraízam-se num passado comum, reforçam-se num presente partilhado e projetam-se num futuro de aspirações que temos a responsabilidade de prosseguir em conjunto.

O Brasil, mais do que um país do futuro, é, já hoje, uma referência incontornável do presente à escala mundial.

É a primeira economia da América Latina e ocupa um lugar proeminente no *ranking* das maiores economias mundiais. Este é o resultado de muitos anos de trabalho, de aposta no longo prazo, fruto de profundas reformas económicas e da opção pelo desenvolvimento de políticas sociais que permitiram a milhões de brasileiros melhorar de forma significativa as suas condições de vida.

No seio da Comunidade das Nações, o Brasil, membro do G20, conquistou um lugar destacado, que o faz um sério candidato a um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Reitero o apoio de Portugal a esta candidatura, no quadro da desejada reforma daquele órgão das Nações Unidas.

É também esta posição ímpar que levou o Brasil a conquistar a organização do Campeonato Mundial de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016.

Foi ainda com regozijo que, em Lisboa, acolhemos a notícia de que um brasileiro será o próximo Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, candidatura que contou com o nosso apoio inequívoco desde a primeira hora.

Senhora Presidente

O Brasil sabe que tem em Portugal um amigo especial na União Europeia. Não por acaso, foi durante a Presidência Portuguesa, em julho de 2007, que se realizou a primeira Cimeira entre o Brasil e a União Europeia. Estas Cimeiras são, hoje, um marco incontornável da Parceria Estratégica entre o Brasil e a Europa. Juntos fundámos a CPLP, um espaço comum, que assenta na língua de Camões. Somos hoje mais de 240 milhões de falantes de português. A lusofonia, uma potência linguística em franco crescimento, mais do que uma marca da História, deve ser uma dinâmica que nos projeta no futuro. É uma responsabilidade e um compromisso que temos o dever de assumir. Citando Fernando Pessoa, “Esta língua, a nossa língua, é uma Pátria comum de todos aqueles que falam português”.

Congratulo-me com a realização, esta tarde, da XI Cimeira Luso-Brasileira, na continuação do diálogo a nível de Chefes do Executivo institucionalizado em 1991. Com entusiasmo, celebrámos o Ano do Brasil em Portugal e de Portugal no Brasil, que simbolicamente se encerra hoje, aqui em Lisboa. Foi um momento alto das relações entre os nossos dois povos e países, que muito contribuiu para reforçar o dinamismo das relações bilaterais e renovar os laços que nos unem.

Senhora Presidente

O mercado brasileiro é estratégico para a internacionalização da economia portuguesa, num tempo em que o crescimento e a criação de emprego devem estar no fulcro das prioridades dos nossos decisores políticos. A batalha pelo desenvolvimento sustentado não se trava apenas no plano da contenção do défice público. Pelo contrário, tem de ser complementada por uma agenda de crescimento orientada para a produção de bens transacionáveis, como venho sublinhando desde há muito e a Europa agora reconhece.

O Brasil constitui um dos principais destinos das empresas portuguesas, do investimento e das exportações. Nos mais variados setores da atividade econó-

mica, os empresários portugueses acreditam no Brasil e no seu futuro, assim como, estou certo, os empresários brasileiros acreditam em Portugal.

Os nossos estudantes, investigadores, artistas, escritores têm o Brasil no seu horizonte. E o mesmo se passa com os estudantes e artistas brasileiros.

Temos este “fado” em comum, o traço de união de que falava o poeta Miguel Torga. Apercebemo-nos deste espelho fraterno pela constância do movimento pendular, nos dois sentidos, entre os nossos dois países: ora os portugueses rumam ao Brasil, ora os brasileiros chegam a Portugal.

Nunca um brasileiro será um estrangeiro em Portugal ou um português um estrangeiro no Brasil. Em ambos os países existem comunidades organizadas e dinâmicas, que são um fator de referência na vida económica, social e cultural do Brasil e de Portugal.

Senhora Presidente

Acredito firmemente que Portugal e o Brasil têm uma importante palavra a dizer na construção de um mundo melhor, mais justo e mais solidário.

Tenho a firme convicção de que a História dos nossos dois países se escreve e escreverá em comum.

Por isso, em meu nome e no de minha Mulher, peço a todos que se juntem num brinde à saúde e felicidade pessoal da Presidente Dilma Rousseff, à prosperidade do povo irmão do Brasil e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Sessão Solene no Parlamento Europeu

Estrasburgo, 12 de junho de 2013

Agradeço o convite, que muito me honra, para me dirigir a esta Assembleia. Tenho um profundo respeito pelo Parlamento Europeu e pelo seu papel no seio da União Europeia.

Como referi nesta instituição, em setembro de 2007, conheço bem a ação e o contributo do Parlamento para o processo de integração europeia. Não esqueço o apoio franco e leal que dele recebi durante os meses em que liderei, na qualidade de Primeiro-Ministro, a primeira presidência portuguesa do Conselho, em 1992. Assinalo, com satisfação, a grande evolução do Parlamento desde os tempos de Maastricht. O Tratado de Lisboa consolidou muito justamente o seu papel de colegislador, a par do Conselho. Trata-se de uma opção que favorece a legitimidade democrática das decisões da União e contribui para o aprofundamento da cultura cívica europeia.

Não haveria, assim, local mais apropriado para partilhar algumas considerações sobre os desafios que considero mais atuais e prementes para os nossos Estados e cidadãos, nesta fase do projeto europeu.

Nas últimas décadas, a ideia europeia materializou-se numa construção política extraordinária e num modelo para muitos. Eliminaram-se fronteiras, estabeleceu-se a livre circulação de pessoas, de conhecimento, de cultura; instituiu-se o mercado único; criou-se o maior bloco económico do mundo e a moeda única; reforçou-se uma comunidade de pertença.

No entanto, somos hoje infelizmente levados a constatar que a inspiração e as conquistas que alcançámos desde os pais fundadores não podem ser tomadas por adquiridas.

O crescimento económico na Europa é débil e vários países encontram-se em recessão; e o desemprego é uma realidade dramática. Estes são os dois maiores desafios que vivemos atualmente e para os quais ainda não encontramos uma resposta eficaz. Não surpreende, por isso, que a eles se junte um divórcio crescente entre decisores e cidadãos.

Há precisamente 28 anos que, em 12 de junho de 1985, Portugal subscreveu, nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, o seu compromisso formal de adesão às Comunidades Europeias. A adesão às Comunidades culminou a consolidação do processo democrático português e contribuiu, de forma decisiva, para o desenvolvimento do meu país. Desde então, Portugal participou ativamente na consolidação do projeto europeu.

Portugal trouxe à Europa o legado da sua História, a marca do diálogo atlântico, o universalismo da sua língua e da sua cultura. Os nossos laços especiais de amizade com África e a América Latina, a Diáspora presente em todos os pontos do mundo, a crescente afirmação internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa são fatores que contribuem para a projeção global da União Europeia, dos nossos valores, do nosso projeto.

Atualmente, como sabem, os Portugueses sentem com particular incidência a crise económica e financeira, com todas as graves consequências sociais que daí advêm. Os últimos anos têm sido dos mais complexos que temos vivido na nossa história recente. Desde meados de 2011 que Portugal tem vindo a realizar um importante esforço de ajustamento económico e financeiro e de reformas estruturais, no quadro do programa acordado com instituições internacionais. O processo de consolidação orçamental tem vindo a avançar, apesar de um contexto económico externo muito mais desfavorável do que inicialmente previsto pelas instituições envolvidas, e do choque assimétrico a que fomos sujeitos.

No meu país, a dureza da recessão manifesta-se há dez trimestres consecutivos. A taxa de desemprego atingiu 17,7 por cento, sendo o desemprego jovem de 42 por cento. Assistimos a um preocupante aumento do risco de pobreza.

Estão a ser exigidos sacrifícios muito pesados aos Portugueses, que têm manifestado um admirável sentido de responsabilidade, reforçando laços de solidariedade e de entreatajuda que permitem minorar algumas das situações mais dramáticas.

Senhor Presidente do Parlamento Europeu

Senhoras e Senhores Deputados

Esta crise veio tornar evidente o grau de interdependência entre os Estados-membros da União Europeia, em geral, e da Zona Euro, em particular. É o resul-

tado lógico do nível de integração que alcançámos. Não é hoje possível dissociar a situação num Estado-membro do contexto geral europeu.

Em suma, somos uma União e não um mero somatório de Estados e de mercados. E isso faz uma enorme diferença quando se trata de compreender a situação atual e de definir as respostas mais adequadas.

Nos últimos dois anos, há que reconhecer os esforços da União Europeia no que respeita ao apoio às necessidades de financiamento dos Estados-membros em maiores dificuldades, ao reforço das regras de disciplina e supervisão orçamental e ao aprofundamento da coordenação das políticas económicas.

O Banco Central Europeu, por seu lado, anunciou a possibilidade de intervir ilimitadamente no mercado secundário de dívida soberana. Tratou-se de um marco importante para combater os ataques especulativos que vinham minando a Zona Euro.

Apesar destes desenvolvimentos positivos, temos de admitir que esta crise veio expor sérias fragilidades da União. Para além da lentidão e tibieza na resposta à crise do euro, o maior fracasso da União Europeia residiu – e reside – no capítulo da promoção do crescimento económico e da criação de emprego.

Em 2012, a Zona Euro registou uma contração do produto de 0,6 por cento e as previsões apontam para que a situação continue a evoluir negativamente neste ano de 2013. A taxa de desemprego na União subiu consecutivamente nos últimos cinco anos: 26 milhões de pessoas estão desempregadas, das quais 5 milhões e setecentos mil são jovens. A Zona Euro encontra-se no sexto trimestre consecutivo de queda do produto e no oitavo trimestre consecutivo de queda do investimento. É clara a divergência em relação às tendências verificada nos Estados Unidos e no Japão.

Durante demasiado tempo, a atenção esteve concentrada na austeridade para correção dos desequilíbrios das contas públicas, relegando para um plano secundário o crescimento económico. O atraso na concretização das reformas estruturais pôs em causa a competitividade. Em vários Estados-membros, as empresas enfrentam condições de financiamento muito negativas. A quebra de confiança prejudicou, e continua a prejudicar, o investimento.

A contração da procura interna no conjunto da Zona Euro, ao agravar o impacto das medidas que Portugal teve de adotar para alcançar as metas do

défice orçamental, contribuiu para acentuar a recessão e elevar o desemprego para níveis socialmente inaceitáveis.

Quando, aos países que executam programas de consolidação dos défices públicos, se juntam políticas contracionistas nos outros Estados-membros, a consequência é uma recessão no conjunto da União, como agora se está a verificar. A situação contrasta de modo flagrante com a opção por políticas mais expansionistas noutros blocos da economia mundial.

Importa, no entanto, reconhecer que não foi por falta de visão ou de alguns alertas da Comissão Europeia e deste Parlamento que o objetivo do crescimento económico e criação de emprego não assumiu mais cedo a prioridade ao mesmo nível que o da correção dos desequilíbrios orçamentais.

Em dezembro de 2011, o Presidente da Comissão, dirigindo-se a este Parlamento, afirmou: “não podemos construir a nossa união económica sobre disciplina e sanções. Precisamos também de uma Europa de crescimento e emprego”. E não preciso de recordar o número incontável de ocasiões em que, desde o início da crise, nesta Casa, se fizeram ouvir vozes de deputados, das mais variadas famílias políticas, incluindo a sua, Senhor Presidente Schulz, alertando para a necessidade imperiosa de não esquecer esta prioridade.

As hesitações e os constrangimentos políticos dos Estados-membros fizeram com que se levasse demasiado tempo a reconhecer que os problemas financeiros, verificados em alguns países, a todos afetam, e que a crise na Zona Euro não se resolve apenas com a imposição de políticas de austeridade aos Estados com défices excessivos. No caso dos países sujeitos a programas de ajustamento, por exemplo, poder-se-ia ter reconhecido mais cedo a vantagem em deixar funcionar plenamente os estabilizadores automáticos, isto é, não insistir no aumento dos esforços de consolidação orçamental só porque a recessão económica reduz as receitas fiscais.

A situação de grande interdependência económica e financeira, a que aludi anteriormente, exige dos Estados-membros uma coordenação reforçada das suas políticas. Os países já não são capazes de, isoladamente, resolverem os seus problemas. Mas, por outro lado, a nível europeu, ainda não estamos totalmente equipados para o poder fazer eficazmente.

Encontramo-nos numa situação de transição. Os instrumentos do passado não

são suficientes para a Europa responder às questões do presente, nem para preparar o seu futuro.

Precisamos, pois, de avançar para uma verdadeira União Económica e Monetária nas suas várias vertentes: bancária, orçamental e económica. Este deve ser um elemento essencial da estratégia da União Europeia.

Tem havido alguns contributos de grande relevância para o debate sobre a nova fase da integração europeia, com destaque para o “*Blueprint* para uma profunda e genuína União Económica e Monetária”, apresentado pela Comissão.

Também aqui o Parlamento Europeu é chamado a desempenhar um papel central. Estou certo de que saberá estar à altura das suas responsabilidades e das expectativas dos cidadãos.

Senhor Presidente do Parlamento Europeu

Senhoras e Senhores Deputados

Assim como o sucesso da Europa é fundamental para Portugal, também o sucesso de Portugal é fundamental para o sucesso da Europa. Portugal conta com o apoio das instituições e dos seus parceiros.

Desde logo, na promoção do crescimento económico e da criação de emprego. Várias áreas são decisivas para este objetivo. Por um lado, é fundamental melhorar as condições de financiamento da economia, em especial das Pequenas e Médias Empresas, para o que, quer o Banco Europeu do Investimento, quer os Fundos Estruturais, são particularmente importantes. Paralelamente, é fundamental uma resposta por parte do Banco Central Europeu que reponha o normal funcionamento dos mecanismos de transmissão monetária em toda a Zona Euro.

A rápida operacionalização da União Bancária é, também ela, absolutamente essencial para combater a fragmentação dos mercados de crédito e superar o contágio do risco das dívidas soberanas ao sistema bancário, favorecendo o financiamento das economias em condições equilibradas e concorrenciais.

É imperativo desonerar o custo excessivo do crédito às empresas que pesa sobre a economia de alguns Estados, como Portugal. O custo do crédito suportado pelas empresas portuguesas é muito superior ao das suas congéneres europeias,

o que prejudica a sua competitividade, afeta as decisões de investimento e promove sentimentos justificados de injustiça.

Por outro lado, seria muito relevante que os países sujeitos a programas de ajustamento pudessem contar com incentivos e apoios europeus às reformas estruturais que terão de levar a cabo para melhorar a sua competitividade no mercado global e para assegurar a sustentabilidade da dívida pública. Por exemplo, beneficiarem, temporariamente, de acesso a um regime especial que lhes permitisse conceder incentivos fiscais ao investimento no setor dos bens transacionáveis. Uma palavra sobre o Quadro Financeiro Plurianual. Mais do que compreender, partilho a frustração de muitos neste Parlamento com a falta de ambição do Conselho Europeu. No entanto, nas atuais circunstâncias, o meu apelo vai agora no sentido de uma rápida obtenção de um acordo nas negociações com o Conselho. Uma outra exigência do sucesso de Portugal consiste no pleno regresso aos mercados do financiamento externo. Este aspeto constituirá igualmente um marco no reforço da confiança e, conseqüentemente, do investimento no meu país. Os primeiros passos foram dados com sucesso, nas emissões de dívida a 5 e a 10 anos já este ano realizadas. Mas o apoio das instituições europeias e dos nossos parceiros continua a ser necessário. A extensão das maturidades da dívida da República Portuguesa é um contributo positivo, tal como o será a elegibilidade do meu país para as intervenções do Banco Central Europeu no mercado secundário da dívida pública.

Recordo o compromisso firmado pelos Chefes de Estado e de Governo da Zona Euro na Declaração de julho de 2011, reiterada em Outubro seguinte: “Estamos decididos a continuar a prestar o apoio aos países sujeitos a programas até que estes recuperem o acesso ao mercado, desde que executem com êxito esses programas”. A clarificação sobre a forma como este compromisso pode ser concretizado contribuirá para aplanar o caminho de regresso aos mercados.

Senhor Presidente do Parlamento Europeu

Senhoras e Senhores Deputados

A identidade cultural europeia foi construída há muitos séculos, através da partilha de ideais e de valores comuns, daquilo que nos distingue enquanto civilização defensora da liberdade e da democracia. A Europa é o lugar que muitos

procuram, e não apenas por razões económicas. Somos um lugar de dignidade humana, um destino de liberdade e de justiça.

No entanto, só após uma guerra mundial, que devastou este Continente e custou milhões de vidas, se tornou possível uma união mais profunda entre os diversos Estados e povos que o integram. Se essa união não existisse, os riscos de emergirem novos conflitos e tragédias nunca estariam afastados do nosso horizonte. A união da Europa é um projeto de paz, como recordava, ainda recentemente, o Comité Nobel.

A partir do sonho dos pais fundadores desse projeto de paz, estabilidade e bem-estar percorremos juntos um longo caminho, um caminho de muitas décadas: de um mercado comum a Europa avança, agora, rumo a uma genuína união económica e monetária e deram-se passos significativos no sentido de uma união política. A Europa é hoje o destino coletivo dos nossos jovens, que sempre circularam num território sem fronteiras. As novas gerações europeias nasceram e cresceram assim e já não admitem viver de outro modo.

Em nome da paz, decidimos juntar esforços na construção de uma Europa aberta e livre, mais forte porque mais coesa e solidária. Somos europeus pela História, mas foi por livre escolha que construímos a União a que nos orgulhamos de pertencer. Chegarmos onde já chegámos não foi um caminho fácil. Seria um grave retrocesso para a Europa se abandonássemos o espírito de uma união firme nos seus ideais e solidária nos seus fundamentos e abdicássemos, desse modo, de tudo quanto essa União nos assegura na relação com outros espaços económicos e políticos do mundo globalizado.

Neste contexto, a solidariedade constitui um imperativo político e moral dos diversos Estados europeus, mas é também, acima de tudo, um princípio essencial de defesa do interesse comum. Estamos juntos, somos uma União, em tempos de abundância e nas alturas difíceis.

Esta crise europeia tem uma dimensão económica e financeira mas, ao mesmo tempo, configura-se como uma crise de legitimação democrática. Cada vez mais os povos da Europa se distanciam das suas lideranças e existem sinais preocupantes de que o projeto de uma União já não mobiliza vontades nem suscita o entusiasmo de outrora. A crise fez renascer egoísmos nacionais que julgávamos ultrapassados, contrários ao espírito com que, ao longo de déca-

das, se arquitetou a União e se sonhou um espaço de liberdade e justiça sem paralelo em todo o mundo.

Na situação atual, com 26 milhões de desempregados, a crise da Europa reclama uma solução verdadeiramente europeia. Uma solução europeia não é meramente económica ou financeira. Exige-se, antes de mais, uma resposta social, cultural e política que vá ao encontro dos legítimos anseios dos povos da Europa, única forma de vencer a crise de confiança e de reforçar a legitimidade democrática dos decisores europeus.

Em 2013, assinalamos o Ano Europeu dos Cidadãos. Em 2014, irão ser realizadas eleições para o Parlamento Europeu que constituirão, certamente, um teste à mobilização dos cidadãos.

Para reconquistar a confiança dos povos da Europa, não bastam proclamações retóricas ou declarações de intenções. Para que os cidadãos acreditem e confiem nas instituições europeias, é urgente que sejam tomadas decisões corajosas que revelem a autenticidade deste projeto coletivo; dos seus interesses e dos seus valores; do método comunitário. Não podemos perder mais tempo. É agora, em 2013, que temos de dar razões de esperança aos quase 6 milhões de jovens que não têm emprego. Celebrar o Ano da Cidadania Europeia é apostar decisivamente no crescimento económico e no combate ao flagelo do desemprego. Só assim poderemos reconquistar a confiança cívica no projeto de uma Europa unida.

Senhor Presidente do Parlamento Europeu

Senhoras e Senhores Deputados

Como afirma a Declaração Schuman, “A Europa não se fará de uma só vez, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto”.

Não encontraria, hoje, melhor forma de descrever a natureza dos desafios que temos diante de nós e a forma de os encarar.

Em nome de uma solidariedade autêntica, este é o tempo de mostrar realizações concretas aos cidadãos, para que a Europa seja o espaço de esperança que todos somos chamados a construir.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República do Panamá

Palácio da Cidadela, 30 de julho de 2013

É com grande satisfação que minha Mulher e eu acolhemos o Presidente Ricardo Martinelli, a Senhora D. Marta Linares de Martinelli e a comitiva que os acompanha nesta Visita de Estado a Portugal. Recordo bem, em 2009, a participação empenhada, em Lisboa, do Presidente Martinelli, aquando da XIX Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo.

Saúdo o Panamá, que este ano preside aos trabalhos da Comunidade Ibero-Americana e que, no próximo mês de outubro, irá acolher a XXIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo daquela Organização.

A Cimeira do Panamá, estou convicto, marcará decisivamente a reforma da Conferência Ibero-Americana, na qual os nossos dois Estados estão fortemente empenhados. Julgo que um país como o de Vossa Excelência, que atravessa um período de grande dinamismo e de justificada confiança no futuro, será um excelente anfitrião para a refundação de uma Comunidade Ibero-Americana mais orientada para novos desafios e ambições.

Senhor Presidente

Portugal e o Panamá são países amigos e com uma relação sólida há muitos anos. Quero, nesta ocasião, destacar a convergência que entre nós existe pelo facto de sermos dois países virados para o mar. A nossa posição geográfica convida-nos a assumir responsabilidades enquanto elos de ligação entre oceanos e continentes, entre povos e culturas.

O Panamá tem uma localização geográfica ímpar, que faz dele uma verdadeira ponte entre o Pacífico e o Atlântico. A importância geoestratégica do Canal do Panamá, ao qual está associada uma sofisticada plataforma logística, faz do país de Vossa Excelência, Senhor Presidente, uma referência incontornável na cena internacional contemporânea e, especialmente, no comércio à escala planetária. O Panamá é uma das economias mais abertas do mundo, que apresenta uma

legislação favorável à presença de empresas estrangeiras, no quadro de uma democracia estável e amadurecida.

Portugal, por seu lado, é também uma democracia consolidada, um país com uma economia moderna e aberta, dotado de excelentes infraestruturas e com um capital humano extremamente qualificado. É, para além disso, desde há décadas, um Estado-membro da União Europeia. Pela sua posição geográfica, pela sua atitude perante o Mundo, Portugal constitui um ponto privilegiado para aceder à Europa e a África.

Este é, como sabemos, um tempo de grandes desafios a nível nacional e a nível europeu. Portugal tem vindo a realizar um importante esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro e cumprirá todos os compromissos que assumiu internacionalmente. Temos também levado a cabo um ambicioso e exigente conjunto de reformas estruturais destinadas a aumentar a flexibilidade e a capacidade competitiva da nossa economia.

Neste contexto, foi com enorme satisfação que registei o interesse de Vossa Excelência, Senhor Presidente, em conhecer a realidade empresarial do nosso País e a disponibilidade para dar a conhecer a realidade panamenha aos agentes económicos portugueses que esta tarde se reuniram em Lisboa, sob os auspícios da Embaixada do Panamá e da AICEP.

Acredito que tanto Portugal como o Panamá muito poderão beneficiar de um maior diálogo e de uma cooperação reforçada nas diversas áreas em que possuimos interesses convergentes.

A conclusão das obras de alargamento do Canal permitirá reforçar a centralidade do Panamá, mas também de Portugal, em particular do porto de Sines, nas rotas do comércio internacional. O reforço da nossa cooperação bilateral é também, por isso, uma oportunidade e uma responsabilidade que devemos assumir e concretizar em ações de interesse comum. É tempo de passarmos das palavras às realizações concretas.

Senhor Presidente

Os empresários portugueses, muitos dos quais com experiência e com uma presença consolidada na América Latina, olham com interesse para as perspetivas que o Panamá lhes oferece. Não tenho dúvidas de que, em setores tão distintos

como a construção e as obras públicas, o saneamento e a distribuição de água, as energias, o turismo, os transportes, os serviços portuários ou as novas tecnologias de informação e comunicação, existe hoje um vasto campo de oportunidades de negócio, cooperação e parceria.

Senhor Presidente

As relações internacionais não se limitam, nos nossos dias, ao campo estritamente bilateral. A integração regional é hoje uma realidade que a todos interessa promover e fomentar. Dela dependem, e em muito, os nossos modelos de desenvolvimento social e económico.

Nesta perspetiva, não posso deixar de referir a satisfação pela conclusão do Acordo de Associação União Europeia /América Central, recordando que, a par de Espanha, Portugal foi o Estado-membro que mais vivamente defendeu o lançamento destas negociações, num sinal inequívoco do seu empenho em fomentar o relacionamento económico e comercial entre as duas regiões.

Senhor Presidente

Esta Visita de Vossa Excelência a Portugal constituirá, estou certo, um importante marco no nosso relacionamento, sobretudo pelas novas vias de cooperação bilateral que permitirá inaugurar.

É com essa firme convicção que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e prosperidade do Presidente Ricardo Martinelli e da Senhora D. Marta Linares de Martinelli e do povo amigo do Panamá, bem como à amizade entre os nossos dois países.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Timor-Leste

Palácio da Cidadela, 20 de setembro de 2013

É motivo de grande alegria, para mim e para a minha Mulher, receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a Senhora Dr.^a Isabel da Costa Ferreira, bem como a ilustre delegação que os acompanha nesta Visita de Estado a Portugal. Recordamos a calorosa hospitalidade com que fomos recebidos em Timor-Leste, no ano passado. Jamais esqueceremos os múltiplos gestos de amizade que nos foram dirigidos desde o primeiro momento em que chegámos a Díli.

Guardamos ainda a mais grata recordação das marcantes celebrações do décimo aniversário da independência de Timor-Leste. A forma exemplar como Timor-Leste logrou alcançar a estabilidade e a reconciliação nacional constitui uma lição de maturidade política.

Hoje, sentimo-nos particularmente honrados e felizes por acolher em Portugal a Visita de Estado de Vossa Excelência, na firme convicção de que esta Visita constituirá um marco histórico na reafirmação da fraterna amizade que une os nossos dois povos e países.

A nossa amizade secular – consolidada por uma história e por uma língua comuns – originou uma relação ímpar. A afetividade que existe entre os nossos dois povos é um dos traços mais marcantes desta relação fraterna, que é muito mais do que uma relação bilateral entre Estados soberanos. O sentimento de amizade entre Portugueses e Timorenses é vivo e autêntico, manifestou-se em momentos únicos da história recente. É isso, também, que assinalamos esta noite.

No dia da independência, em 20 de maio de 2002, Portugal e Timor-Leste celebraram o Acordo-Quadro de Cooperação, encetando uma ligação bilateral profícua e abrangente, reafirmando uma aliança constante. Portugal orgulha-se da sua proximidade a Timor-Leste, uma proximidade que tem um passado, um presente e um futuro que ambos desejamos construir.

Temos o prazer de contar hoje com a presença de representantes de algumas das empresas portuguesas precursoras no investimento estrangeiro em Timor. Estas

empresas simbolizam uma nova etapa da cooperação entre os dois países. Conhecedoras da realidade nacional, estas empresas protagonizam muitas das principais iniciativas sociais de cariz privado em Timor-Leste, para além de se afirmarem como promotoras ativas da formação e qualificação de quadros timorenses.

A estabilidade de Timor-Leste e os sucessos alcançados nestes dez anos permitem que se olhe agora para o desenvolvimento de forma acrescidamente ambiciosa. Portugal quer assumir-se como um parceiro estratégico de Timor-Leste, através da cooperação para o desenvolvimento, mas também através das suas empresas. Existe um vasto campo de oportunidades por explorar, com vantagens para ambas as partes.

Senhor Presidente

Se o potencial económico da língua portuguesa é hoje inegável, a opção timorense de lhe atribuir estatuto oficial, a par do tétum, foi inequivocamente uma decisão política. Assim se honrou a identidade histórica. Ao mesmo tempo, Timor-Leste definiu-se como país lusófono. A adesão de Timor-Leste à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi o corolário natural deste compromisso com a língua e com os valores que norteiam a CPLP.

Neste contexto, a Presidência timorense da CPLP em 2014 constituirá um marco importante para a solidez desta organização, que enfrenta, como sabemos, sérios desafios. Quero reiterar a Vossa Excelência o empenho português no sucesso da Cimeira de Díli.

A língua portuguesa é mais do que um fator de afirmação identitária do povo timorense, é mais do que um veículo de relacionamento socioeconómico e de desenvolvimento, é mais do que uma língua de cultura e de conhecimento. A língua portuguesa é uma casa comum: de valores, de solidariedade, de amizade.

Como tive a oportunidade de constatar em Timor-Leste, os expressivos resultados alcançados, em tão pouco tempo, na consolidação da língua portuguesa e na qualificação do ensino em todo o país são uma enorme fonte de esperança para o caminho, ainda longo, que importa percorrer.

Portugal continuará a apoiar, tanto bilateralmente como no quadro da CPLP, os esforços do Estado timorense na promoção do ensino em português e no reforço da cultura lusófona.

Senhor Presidente

O ano de 2012 foi um ano exigente para Timor-Leste. Para além de dois atos eleitorais, 2012 marcou ainda a saída da UNMIT. Quero saudá-lo pela forma como Timor logrou superar esses desafios, pois fê-lo com particular serenidade e com um elevado sentido de responsabilidade.

Portugal continuará a apoiar os esforços timorenses em setores tão importantes como a Justiça, a Comunicação Social e o Desenvolvimento Rural. E neste período pós-UNMIT e de redefinição das parcerias internacionais, continuamos disponíveis para cooperar com Timor-Leste no domínio da Segurança, com o conhecimento adquirido e a experiência da GNR e da PSP, que sempre foram tão bem recebidas em Timor-Leste.

Senhor Presidente

“a ilha / Não é terra isolada pelo mar”, como Fernando Sylvan, eloquentemente, nos lembrou. Timor-Leste é hoje um país ambicioso, tanto na perspetiva do progresso interno como na perspetiva da sua afirmação lusófona, asiática e no quadro das Nações Unidas.

Tendo partido de uma situação complexa, é verdadeiramente admirável o caminho percorrido por Timor-Leste nesta década de independência. Permita-me, pois, Senhor Presidente, que o felicite por tudo o que já foi alcançado e que lhe garanta que Portugal e os Portugueses, tal como aconteceu no passado, estarão sempre ao lado de Timor-Leste para superar os desafios que o futuro colocar.

É com esta confiança e em nome desse futuro que peço a todos que se juntem num brinde à saúde e felicidade de Sua Excelência o Presidente Taur Matan Ruak e da Senhora Dr.^a Isabel da Costa Ferreira e ao aprofundamento dos laços fraternais que unem Portugal e Timor-Leste.

Banquete Oferecido pelos Reis da Suécia

Estocolmo, 1 de outubro de 2013

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras que Vossa Majestade acaba de proferir, tal como agradeço o caloroso acolhimento que nos tem sido dispensado, a mim e à minha Mulher, bem como à delegação que me acompanha nesta Visita de Estado à Suécia.

É com grande satisfação que visito este país na qualidade de Presidente da República Portuguesa. Apesar da distância geográfica, a amizade entre Portugal e a Suécia tem raízes seculares. Em 1641, os nossos países estabeleceram relações diplomáticas, embora, mesmo antes desse marco institucional, seja possível encontrar testemunhos de encontros entre os dois povos. Como sabem, 1641 foi um ano decisivo na História de Portugal. No ano anterior, tínhamos restaurado a nossa independência. Havia, então, que consolidá-la. A Suécia esteve connosco nessa altura, tal como viria a estar na instauração da democracia, em 1974. Muito me apraz recordar o apoio do país de Vossas Majestades nestes dois momentos históricos para Portugal.

É com redobrado gosto que o faço, aliás, quando se comemoram os 40 anos de reinado de Vossa Majestade e quando se anuncia o nascimento de mais um Príncipe da Família Real sueca. Permitam-me que exprima, em meu nome e no do povo português, as mais sinceras felicitações.

Os contactos diplomáticos, comerciais e culturais entre os nossos países criaram um legado de amizade e de proximidade que quero destacar nesta ocasião. Portugal e a Suécia, cujos povos partilham uma forte tradição marítima, têm nessa herança do passado a melhor das bases para uma relação vocacionada para o futuro. E, neste contexto, não será demais sublinhar a importância das visitas realizadas ao mais alto nível, como aquelas que Vossas Majestades efetuaram ao meu país em 1986 e em 2008, das quais guardo uma recordação muito grata. Acresce, naturalmente, que somos parceiros há quase duas décadas, no quadro da União Europeia. Este é, como sabemos, um tempo de grandes desafios, quer para Portugal, quer a nível europeu. A crise financeira na Zona

Euro veio expor fragilidades e desequilíbrios estruturais nas economias de vários Estados-membros, mostrando, igualmente, a dificuldade das instituições europeias em responder adequada e atempadamente a uma situação sem precedentes.

Têm vindo, é certo, a ser tomadas importantes decisões e adotados instrumentos europeus para fortalecer o sistema de governação económica e a estabilidade financeira e para reforçar a confiança na moeda única. Mas, como tenho sublinhado várias vezes, incluindo no próprio Parlamento Europeu, na visita que efetuei a Estrasburgo em junho passado, precisamos de fazer muito mais para promover o crescimento económico e o emprego.

Portugal tem vindo a realizar um importante esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro e tem cumprido os compromissos que assumiu internacionalmente. Temos também vindo a prosseguir um ambicioso e exigente programa de reformas estruturais, destinadas a aumentar a flexibilidade e a capacidade competitiva da nossa economia.

Majestades

A excelência da relação política entre os nossos dois países deve ser extensiva aos planos económico e comercial.

Nesse sentido, fiz-me acompanhar por uma delegação empresarial representativa de alguns dos setores mais dinâmicos da economia portuguesa, visando promover a identificação de novas oportunidades de negócio e de entendimento entre empresários portugueses e suecos.

O intenso programa desta Visita na esfera económica e empresarial é bem demonstrativo do nosso potencial de cooperação. É o caso, em particular, das áreas da inovação e da investigação científica e tecnológica, das energias renováveis e das indústrias de alta tecnologia. Mas também de setores mais tradicionais, como os têxteis e o calçado. Amanhã, terei a honra de encerrar os trabalhos do fórum empresarial na companhia de Vossa Majestade; estaremos em Kista; manterei contactos com líderes económicos deste país; e teremos, ainda, diversas iniciativas em Lund e Malmö.

O reforço dos laços entre os povos passa, também e em muito, pelo conhecimento recíproco das suas culturas, do seu património e dos seus idiomas. Espero

que, cada vez mais, os cidadãos suecos se sintam interessados em visitar o meu país, em conhecer a cultura portuguesa, a sua gastronomia, os vinhos e a música. Há muito em Portugal para descobrir e desfrutar.

Majestades

Por ocasião da visita oficial do Rei D. Luís a Estocolmo, em 1886, a folha oficial sueca publicava: “(...) temos razões suficientes para estarmos persuadidos de que a visita do Rei de Portugal foi muito apreciada pelo próprio. Se, como esperamos, a visita real contribuir para relações comerciais mais intensas entre a Suécia e Portugal, ela trará igualmente vantagens para os dois países, cujos soberanos tiveram oportunidade estes dias de renovar e de reafirmar os laços de amizade que os unem desde há muito (...)”. Estou certo de que a Suécia e Portugal saberão continuar, neste século XXI, a valorizar e a reforçar a longa amizade que os une.

É neste espírito que peço que se juntem a mim num brinde à saúde de Suas Majestades, ao povo amigo da Suécia e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Sessão de Encerramento do Fórum Empresarial Suécia-Portugal

Estocolmo, 2 de outubro de 2013

É com o maior prazer que me encontro aqui, hoje, na companhia de Sua Majestade o Rei da Suécia, na sessão de encerramento deste Fórum.

Quero felicitar ambas as agências nacionais – AICEP Portugal Global e *Business Sweden* –, bem como a Confederação Empresarial da Suécia, pela organização deste encontro.

Os nossos dois países partilham o mesmo sistema de valores, o que deveria, efetivamente, propiciar relações económicas e comerciais mais estreitas. Ambos os países são protagonistas ativos e parceiros fiáveis no seio da União Europeia. Os nossos povos e as nossas instituições prezam o bom relacionamento mútuo e a cooperação.

Esta partilha de valores pode bem conferir vantagens competitivas aos nossos dois países. As nossas empresas são vistas, a nível mundial, como parceiros comerciais de confiança. Ambos detemos elevados níveis de conhecimentos técnicos e uma reputação global de prestígio em diversas indústrias específicas.

A dimensão das nossas economias tende a conferir um especial peso ao desempenho económico das empresas de média dimensão. Daí que ambos tenhamos interesse em apoiar a ideia de que os normativos europeus não devem ser demasiado exigentes para este tipo de empresas, as quais serão, provavelmente, as fontes mais significativas de emprego de maior valor acrescentado nas nossas sociedades.

Em Portugal, a Suécia foi sempre tida como um país amigo e a reputação de que gozam entre nós as empresas e instituições suecas é muito elevada. A Suécia tem sempre merecido a nossa confiança como parceira e conselheira desde os anos setenta, quando nos ajudou no planeamento e na implementação de importantes programas sociais nos domínios da saúde e da segurança social. Acredito, por conseguinte, que as parcerias entre empresas dos nossos dois países deverão

ser bem-sucedidas. E acredito, igualmente, que a *expertise* sueca será útil para Portugal nesta sua nova fase de industrialização.

A minha opinião, em suma, é que as excelentes, duradouras e já antigas relações políticas entre os nossos países, juntamente com importantes complementaridades em muitas áreas das nossas economias, constituem um terreno fértil para o desenvolvimento de parcerias e investimentos e para a intensificação das relações comerciais.

Portugal é uma economia aberta, com excelentes infraestruturas, condições naturais privilegiadas e um capital humano altamente qualificado. Na sequência da crise que se abateu sobre o Mundo e sobre a Europa, o meu país tem vindo a desenvolver um enorme esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro. Nestes tempos difíceis e exigentes, Portugal tem posto em marcha um importante e ambicioso programa de reformas estruturais, a fim de aumentar a flexibilidade e a competitividade da economia.

As instituições internacionais reconhecem que as reformas estruturais estão, de um modo geral, a ser bem executadas, tal como reconhecem a elevada transparência e o forte empenhamento demonstrados pelas autoridades portuguesas ao longo de todo este processo.

O meu país tem vindo a suportar, em todo o caso, os custos da fragmentação do mercado financeiro europeu. Os elevados custos de financiamento que incidem sobre as empresas portuguesas de média dimensão revelam-se, de facto, bastante injustos e, pior, economicamente ineficientes. Mesmo assim, as empresas portuguesas – especialmente as de média dimensão – têm conseguido, nestes últimos anos, resultados notáveis nos mercados internacionais.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A economia portuguesa desenvolve atualmente uma vasta gama de atividades e serviços industriais. Os setores mais tradicionais, tais como os têxteis, o vestuário e o calçado, mantêm uma posição forte nos mercados internacionais. Tendo passado por um processo importante de modernização, comportam agora uma nova classe de protagonistas tecnologicamente sofisticados em termos de moda, *design*, inovação e gestão de cadeia logística.

Portugal está a ser cada vez mais reconhecido em termos internacionais pelos avanços registados em matéria de energias renováveis. A economia portuguesa dá hoje mostras de uma acrescida vertente científica e tecnológica em muitas áreas, como é o caso das tecnologias de informação e comunicação, da preservação e gestão ambiental, do planeamento e da renovação urbana, bem como da eficiência energética.

Estou certo de que as possibilidades de cooperação que vão encontrar com empresas portuguesas resultarão em vantagens mútuas em termos de competências e de tecnologias.

Não obstante a tendência global para as grandes empresas deslocarem a produção para países emergentes, verifica-se um novo interesse em modos de operação nos quais a flexibilidade, a proximidade do cliente e o serviço assumem um papel estratégico muito importante. Portugal oferece vantagens competitivas únicas para ser uma “Localização Prioritária”, em múltiplos casos, para o mercado europeu.

Acresce que Portugal detém uma presença comercial importante nos países de língua portuguesa situados em África e na América Latina, com profundas raízes nas nossas ligações históricas e culturais de longa data. Tal permite-nos ser uma plataforma privilegiada de contacto com estes países, uma plataforma com uma rede já estabelecida e *know-how* operacional, aberta a empresas suecas interessadas em trabalhar com esses mercados.

Portugal é, reconhecidamente, um destino turístico de topo, e não apenas devido às boas condições climáticas. Somos um país afável e seguro, com uma longa e bonita costa, mas também com belíssimas paisagens interiores, com uma cultura e tradições seculares, uma excelente gastronomia e excelentes vinhos. Isso faz com que Portugal seja um país que vale a pena visitar, e traz consigo, igualmente, oportunidades acrescidas de investimento e de estabelecimento de parcerias nestas áreas.

Este Fórum é uma ótima ocasião para aprofundar o conhecimento e a confiança mútua entre as empresas suecas e portuguesas, e para explorar interesses e oportunidades comuns, de forma a elevarmos as nossas relações económicas e comerciais a um patamar mais consonante com a excelência das nossas relações políticas.

Gostaria de encorajar fortemente as empresas suecas hoje aqui presentes a trabalhar com as suas homólogas portuguesas na identificação e na montagem de projetos partilhados.

Muito obrigado a todos pela vossa atenção e pelo empenho em construir laços económicos proveitosos e duradouros entre os nossos dois países.

Encontro com a Comunidade Portuguesa na Suécia

Estocolmo, 2 de outubro de 2013

Caros Concidadãos

Quero dirigir a todos uma palavra muito afetuosa, testemunho da minha profunda admiração por esta Comunidade de Portugueses na Suécia.

Permitam-me que comece por assinalar, muito sensibilizado, a honrosa presença de Suas Majestades os Reis da Suécia, dos ilustres membros da Casa Real, do Governo e demais autoridades suecas e a magnífica hospitalidade com que temos sido recebidos. Uma hospitalidade que vejo, também, como uma expressão de apreço por Portugal e pelos portugueses que aqui residem e trabalham. Sempre que me desloco ao estrangeiro, faço questão de incluir contactos com as Comunidades Portuguesas residentes nos países visitados.

Trata-se de realizar um imperativo enquanto Presidente da República, representante de todos os Portugueses, mas também de concretizar um desejo pessoal. Quero manifestar, a cada Comunidade, e em particular a cada um dos seus membros, o apreço e o interesse do país pela sua Diáspora, o agradecimento pelo muito que tem feito por Portugal.

Valorizar o papel das Comunidades Portuguesas e estar disponível para ouvir os meus concidadãos residentes no estrangeiro foi um compromisso que deliberadamente assumi desde o primeiro dia do meu mandato como Presidente da República.

Estou convicto de que Portugal não pode perder o património a que de algum modo deu presença nos vários continentes – o património cultural e espiritual, mas, sobretudo, o património humano.

Vivemos ainda momentos particularmente difíceis, devido à grave crise económica e financeira que se abateu sobre o Mundo em 2008.

Este é, como sabemos, um tempo de grandes desafios, quer para Portugal, quer a nível europeu. A crise financeira na Zona Euro veio expor fragilidades e desequilíbrios estruturais nas economias de vários Estados-membros, mostrando,

igualmente, a dificuldade das instituições europeias em responder adequada e atempadamente a uma situação sem precedentes.

Têm vindo, é certo, a ser tomadas importantes decisões e adotados instrumentos europeus para fortalecer o sistema de governação económica e a estabilidade financeira e para reforçar a confiança na moeda única. Mas, como tenho sublinhado várias vezes, precisamos de fazer muito mais a nível europeu para promover o crescimento económico e o emprego.

Portugal tem vindo a realizar um importante esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro e tem cumprido os compromissos que assumiu internacionalmente. Temos também vindo a prosseguir um ambicioso e exigente programa de reformas estruturais, destinadas a aumentar a flexibilidade e a capacidade competitiva da nossa economia.

Mas não estranharão que, sobretudo no atual contexto, apele a todos os presentes que contribuam para este desígnio de relançamento da economia portuguesa e combate ao desemprego. Dada a excelência que vos caracteriza, cabe-vos um especial dever de serem também diplomatas do Portugal real e evidenciar as potencialidades do nosso país, contribuindo para que consigamos ultrapassar da melhor forma as adversidades do presente.

Na projeção de uma imagem externa positiva, os agentes políticos têm, naturalmente, uma ação importante. Mas a verdade é que estamos perante uma tarefa coletiva, em que todos se devem empenhar e em que vos cabe, afinal, um papel privilegiado, aqui no país amigo que é a Suécia. Portugal conta convosco.

Tomei a decisão de agradecer alguns membros desta Comunidade Portuguesa na Suécia, como sinal de reconhecimento pelo seu mérito e pelo contributo que já estão a dar neste esforço nacional de projeção do Portugal real, enquanto veículos de uma imagem positiva do nosso País.

Não quero terminar sem vos reiterar o meu firme compromisso de continuar a fazer o que estiver ao meu alcance para que os portugueses residentes no estrangeiro e os lusodescendentes possam aumentar a sua participação cívica e política e reforçar os laços que os unem a Portugal.

Desejo-vos os maiores sucessos, profissionais e pessoais. Não esqueçam nunca Portugal, a nossa terra, a vossa terra.

Muito obrigado.

Sessão Plenária da XXIII Cimeira Ibero-Americana

Panamá, 19 de outubro de 2013

Felicitó o Presidente Ricardo Martinelli pela excelente organização dos trabalhos desta XXIII Cimeira Ibero-Americana e pela oportuna escolha do tema deste nosso encontro: “O Papel Político, Económico, Social e Cultural da Comunidade Ibero-americana no Novo Contexto Mundial”.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente, a amizade com que fomos recebidos pelas suas autoridades e pelo povo do Panamá.

Permitam-me ainda uma palavra prévia dirigida a Sua Majestade, o Rei D. Juan Carlos de Espanha, que hoje não pode estar aqui connosco, desejando-lhe rápidas melhoras. Igualmente, um voto de boa recuperação à Presidente da Argentina.

Participo nesta Cimeira com a convicção de que ela continua a ser, como sempre tem sido, uma oportunidade privilegiada para a discussão e partilha de experiências particularmente enriquecedoras. A História liga cada um dos nossos países e estes encontros não são mais do que a expressão política do nosso compromisso de projetar no futuro a nossa relação secular.

Este ano, propomo-nos discutir e adotar decisões para a renovação do processo ibero-americano, ajustando-o melhor aos desafios que o futuro nos apresenta. A Cimeira do Panamá ficará assim ligada à refundação da Conferência Ibero-Americana. Estou convicto de que, tal como em Guadalajara, em 1991 – onde tive a honra de estar presente – estamos hoje a escrever história e a delinear o futuro do relacionamento ibero-americano.

Ao fazê-lo, importa ter presente o espírito de Guadalajara e os compromissos que nessa altura assumimos: a defesa dos valores democráticos e dos direitos dos nossos cidadãos, e a promoção do bem-estar e do desenvolvimento económico e social das nossas populações.

Senhor Presidente

Nos dois lados do Atlântico, as nossas sociedades têm vindo a sofrer os efeitos da crise financeira, económica e de confiança, desencadeada em 2008.

Na Europa – apesar dos recentes sinais positivos de inversão de ciclo económico –, será necessário prosseguir no caminho da correção dos desequilíbrios financeiros, recuperando uma trajetória de crescimento sustentado e dando prioridade às medidas de criação de emprego.

Pelo seu lado, a América Latina continua a apresentar taxas significativas de crescimento económico. Apesar de uma certa moderação no seu ritmo, as previsões apontam para uma taxa média de crescimento de 3 por cento em 2013, que será reforçada em 2014.

Este dinamismo económico, associado, em geral, a um ambiente de estabilidade política, de segurança, de previsibilidade jurídica e de estímulo ao investimento privado, constitui um sinal de esperança e representa também, para a Europa, um potencial para oportunidades de negócio com benefícios mútuos.

Juntos, os países que compõem a Comunidade Ibero-americana representam cerca de 11 por cento do produto mundial. Fica assim claro que somos uma comunidade cultural e geográfica com um peso económico não despidendo. Um relacionamento mais forte entre os países da Comunidade Ibero-americana deve constituir uma prioridade, com vista a tirar o melhor partido do potencial que, ao nível do comércio e do investimento, está ainda desaproveitado.

A Europa é um dos principais parceiros comerciais da América Latina. O número de acordos comerciais já existentes entre alguns países latino-americanos e a Europa, e o futuro acordo com o Mercosul, virão reforçar ainda mais a importância e a singularidade do nosso relacionamento.

Os processos de integração política e económica em curso na América Latina – seja a Aliança do Pacífico, seja o Mercosul, o Pacto Andino ou outros de igual natureza – constituem meios apropriados para a remoção de barreiras comerciais e administrativas que hoje ainda existem e que prejudicam o aproveitamento das potencialidades do nosso relacionamento.

Senhores Presidentes

Tive ontem a honra de me juntar ao Presidente Martinelli e, com alguns de vós, participar no encerramento do Encontro Empresarial Ibero-americano. O expressivo número e peso dos seus participantes é sinal do interesse pela busca de oportunidades de negócio que existe entre os nossos empresários.

Cabe-nos, enquanto responsáveis políticos, criar as condições e reforçar as bases institucionais já existentes para aproveitar melhor esta dinâmica empresarial. Não posso deixar de destacar, a este propósito, a importância estratégica que a conclusão das obras de alargamento do Canal do Panamá assume também para a Europa e, em particular, para Portugal. O Panamá, mas também a América Latina, ao reforçar a sua centralidade nas rotas do comércio internacional, potenciará a sua posição face à Europa e ao Mundo.

Portugal, em particular com o excelente porto de águas profundas de Sines, reforçará a sua posição de plataforma logística de acesso aos mercados europeus.

Permitam-me, pois, que reafirme aquilo que disse no ano passado em Cádiz: a América Latina é, nos dias de hoje, um importante motor da economia mundial. Tenho sublinhado esta mensagem sempre que me encontro com líderes políticos de outros quadrantes, como aconteceu, aliás, na semana passada na Polónia, em Cracóvia, onde me reuni com oito Chefes de Estado europeus.

Senhor Presidente Martinelli

Permita-me que dirija um agradecimento especial a Enrique Iglesias pelo contributo decisivo que deu, como Secretário-Geral, para a consolidação da nossa Comunidade. Não o esqueceremos. Desejo-lhe as maiores felicidades nos seus projetos futuros.

E peço-lhe, agora, Senhor Presidente Martinelli, que permita que o Senhor Primeiro-Ministro complete a intervenção da delegação portuguesa.

Obrigado.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 16 de janeiro de 2014

Agradeço a vossa presença e desejo a todos um Bom Ano Novo. Agradeço também as palavras que me dirigiu Sua Excelência Reverendíssima o Núncio Apostólico, em nome do Corpo Diplomático acreditado em Portugal. Peço que transmitam aos vossos Chefes de Estado os meus sinceros votos de um ano de 2014 com paz e prosperidade.

Senhoras e Senhores Embaixadores

O começo de cada ano constitui sempre um momento propício para um balanço do ano que terminou. 2013 foi um ano difícil e exigente e, infelizmente para alguns povos, um tempo com contornos dramáticos. Penso especialmente na Síria e nos países assolados por catástrofes naturais, mas também nos países mais afetados pela crise económica e financeira, cujas consequências, apesar da melhoria registada em alguns indicadores, continuam a fazer sentir-se.

Como tiveram ocasião de testemunhar, 2013 não foi um ano fácil para Portugal. Prosseguimos o rigoroso programa de ajustamento económico e financeiro acordado com as instituições internacionais em 2011. Cumprimos os compromissos que assumimos, apesar de um contexto económico externo ainda adverso. Continuaram a ser exigidos pesados sacrifícios aos Portugueses e estes revelaram grande coragem e sentido de responsabilidade.

Não obstante as dificuldades, este foi um ano em que a economia portuguesa registou alguns sinais positivos, que nos permitem encarar 2014 com mais esperança. Portugal saiu da recessão em que esteve mergulhado desde 2010, a produção nacional cresceu no segundo e no terceiro trimestres de 2013 e verificou-se alguma redução do desemprego. As exportações continuaram a registar um comportamento positivo, fruto da capacidade de adaptação revelada pelas empresas portuguesas, incluindo o estabelecimento de parcerias nos vossos países.

O reforço do clima de confiança e a consolidação dos sinais de recuperação económica que têm vindo a manifestar-se serão uma prioridade nacional no ano que agora começou. O crescimento da economia é a chave para conter as restrições a que o País tem estado sujeito e assegurar uma trajetória sustentável das finanças públicas.

Senhoras e Senhores Embaixadores

2013 foi, uma vez mais, um ano de grandes desafios ao nível europeu.

Avançámos no âmbito da criação de uma autêntica União Económica e Monetária, dando passos importantes para melhorar a sua arquitetura. É fundamental que a União Bancária contribua para quebrar a ligação entre o risco bancário e o risco soberano, bem como para combater a persistente fragmentação dos mercados financeiros na zona euro. São necessários compromissos ambiciosos. Um Mecanismo Único de Resolução capaz de atuar com rapidez e eficiência é essencial para uma zona euro e uma Europa bem preparadas para lidar com os desafios do presente e do futuro.

Ao longo do último ano, Portugal apoiou o reforço da coordenação das políticas económicas e dos instrumentos de governação no quadro do aprofundamento da União Económica e Monetária. Continuámos a apresentar-nos como um parceiro ativo e responsável no processo de integração.

Em 2013, foi aprovado o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020. Adotou-se, igualmente, o pacote da Política Agrícola Comum. Avançou-se no aprofundamento do mercado interno. Apontaria, neste contexto, a necessidade de concretização de um verdadeiro mercado interno da energia. A política comercial vem assumindo destaque crescente, sendo de sublinhar, desde logo, as negociações em curso com os EUA, no âmbito da parceria transatlântica de comércio e investimento.

Nos últimos anos, o aumento das pressões migratórias nas fronteiras europeias, em particular do sul e do sudeste, tem colocado em evidência a necessidade de a União encontrar uma resposta comum para o crescente e complexo desafio da imigração.

A debilidade do crescimento económico e os números dramáticos do desemprego a nível europeu constituem, em todo o caso, dois dos maiores problemas

para os quais a União Europeia ainda não encontrou uma resposta eficaz. Tive ocasião de abordar estas questões na visita que fiz às instituições europeias em junho do ano passado.

2014 será necessariamente um ano em que não poderá abrandar o esforço conjunto no sentido de criarmos uma União Europeia mais coesa e solidária. Deveremos continuar empenhados num crescimento mais equilibrado da zona euro, que evite ampliar os custos de ajustamento dos países com maiores dificuldades. O crescimento e o emprego deverão manter-se como as prioridades da nossa ação.

2014 será ainda o ano das eleições para o Parlamento Europeu, que têm lugar num contexto muito particular e que constituirão um teste à mobilização dos cidadãos. Importa que estas eleições permitam debater com clareza as importantes questões da agenda europeia e contribuir para renovar a confiança dos cidadãos no nosso projeto comum.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Em 2013, no quadro da minha agenda externa, realizei algumas deslocações ao estrangeiro. Estas visitas constituíram, nomeadamente, oportunidades para celebrar instrumentos bilaterais em diferentes áreas, para realizar eventos culturais e, sobretudo, para propiciar contactos e parcerias empresariais. Tem sido evidente a crescente internacionalização das empresas portuguesas e o despertar de novos interesses de investimento estrangeiro em Portugal.

Prosseguindo a via do estreitamento e diversificação das relações com a América Latina, desloquei-me à Colômbia e ao Peru. Desloquei-me, igualmente, ao Panamá, para chefiar a delegação portuguesa à XXIII Cimeira Ibero-Americana. Um sinal expressivo do reforço das nossas relações com aquela região foi o facto de Portugal ter obtido o estatuto de observador junto da Aliança do Pacífico.

Efetuei, também, uma visita de Estado à Suécia, que se revelou extremamente calorosa e profícua. Desloquei-me a Cracóvia para participar na reunião do Grupo de Arraiolos, ocasião para um debate informal entre Chefes de Estado sobre assuntos de particular relevo da agenda europeia e internacional e que, em 2014, caberá a Portugal a organizar.

O ano de 2013 ficou marcado pelo falecimento de Nelson Mandela, figura maior

da África do Sul e da história mundial. Constituiu para mim um privilégio estar presente, em representação de Portugal, com muitos dos Chefes de Estado dos países aqui representados, na evocação da memória e do legado universal de Mandela.

Do ano que passou, guardo decerto a grata recordação das visitas a Portugal de Chefes de Estado e de outros responsáveis políticos de alguns dos países que Vossas Excelências representam.

Por ter acontecido, simbolicamente, no Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, permitam-me que comece por referir a visita a Portugal da Presidente do Brasil e a realização da XI Cimeira Portugal-Brasil. Mais um passo no muito que ainda pode ser feito para aproveitar o enorme potencial que as relações fraternas entre Portugal e o Brasil encerram.

Recordo também as visitas dos Presidentes de Timor-Leste, da Turquia, do Panamá e da Letónia.

No quadro multilateral, e reiterando o papel de centralidade das Nações Unidas no sistema internacional, gostaria de agradecer o apoio e a confiança da maioria dos vossos países, que possibilitou a eleição de Portugal para o Comité do Património Mundial da UNESCO e para o Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional.

As relações com o mundo árabe, quer no Magrebe, quer no Médio Oriente, têm vindo a consolidar-se como uma prioridade estratégica da política externa portuguesa. No âmbito do Mediterrâneo, assumimos a copresidência do Diálogo 5+5 e, simultaneamente, a presidência da Iniciativa 5+5 de Defesa.

Em 2014, continuaremos a trabalhar para o sucesso da nossa eleição para o Conselho de Direitos Humanos. Agradeço àqueles que já nos manifestaram o seu apoio, confiando-nos o seu voto, esperando que, a esses, outros se juntem. É também nosso propósito continuar a acompanhar com particular atenção a temática do Direito do Mar e dos Oceanos, atendendo, nomeadamente, à proposta de extensão da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas.

Iremos, por outro lado, manter a nossa presença em diversas operações e missões de paz, quer sob a égide da ONU, quer no contexto da UE.

Em 2014, realizar-se-á a IV Cimeira UE-África. Fazemos votos para que a Cimeira

seja um sucesso e para que a Estratégia Conjunta UE-África, aprovada em Lisboa, continue a estruturar o relacionamento político entre estes dois blocos geopolíticos.

Os objetivos de Desenvolvimento do Milénio têm constituído um vetor central da Cooperação Portuguesa. Uma parte importante do apoio concedido nesse quadro tem sido canalizada para setores fundamentais, como a saúde e a educação. Transversalmente, Portugal tem ainda dado prioridade ao reforço da governação. A luta pela paz, segurança e estabilidade está intimamente associada ao progresso económico e social.

O caminho do desenvolvimento em África reside hoje, sobretudo, no enorme potencial económico e humano dos seus países. Continua a ser evidente a aposta das empresas portuguesas em África, dentro e fora do espaço de língua portuguesa. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa permanecem como parceiros privilegiados, tendo, no ano que passou, reforçado a sua posição no quadro do comércio internacional português.

Fundadas em raízes históricas e alicerçadas em sólidos laços de amizade e cooperação, as relações existentes entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa são verdadeiramente especiais. Seguimos, por isso, de muito perto os desenvolvimentos nestes países irmãos.

No discurso que aqui proferi no ano passado, tive a oportunidade de referir a questão preocupante da Guiné-Bissau, a qual, infelizmente, perdura. O nosso relacionamento com o país continuou condicionado pelas consequências do golpe de Estado de 12 de abril de 2012. Mantivemos, em permanência, a ajuda humanitária ao povo guineense e a estreita colaboração com as Nações Unidas, a União Europeia e a CPLP, bem como com a União Africana e a CEDEAO. É fundamental que a situação política seja normalizada, com o retorno à paz, o restabelecimento da ordem constitucional, com a realização de eleições livres e justas e a subordinação do poder militar ao poder civil democrático.

Tem sido também com profunda preocupação que temos acompanhado o interminável conflito na Síria. O número de vítimas, pessoas deslocadas e refugiados faz daquele conflito um dos mais graves desastres humanitários do nosso tempo. É pois urgente que a comunidade internacional prossiga os seus esforços para que seja alcançada uma paz duradoura, baseada numa solução política.

O ano de 2013 ficou marcado, por outro lado, pelo acordo alcançado relativamente ao programa nuclear iraniano, aguardando-se com expectativa as próximas etapas neste processo com vista a um acordo definitivo e abrangente.

Em 2013, prosseguimos o aprofundamento da nossa relação com os países do Golfo Pérsico, sobretudo através da realização de visitas de responsáveis políticos e de missões empresariais. Pretendemos, em 2014, continuar nesse caminho.

O ano que passou foi mais um ano em que continuaram a ser assinalados os primeiros contactos entre Portugueses e várias geografias asiáticas, com marcas que perduram até aos nossos dias. 2013 marcou os 500 anos dos primeiros contactos com o povo chinês e os 470 anos da chegada dos Portugueses ao Japão. São âncoras históricas de simpatia e entendimento que devem ser capitalizadas para relações económicas e culturais mais dinâmicas. Do ponto de vista político, mantém-se firme o desejo de aprofundamento das relações com os nossos parceiros asiáticos.

Em 2014, pela primeira vez, a Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa chegará à Ásia. Reitero a minha determinação em contribuir para o sucesso da Cimeira de Díli, que tem todo o potencial para projetar a organização – os seus valores e a sua língua – a novos patamares de reconhecimento internacional.

Permitam-me que vos deixe ainda uma palavra sobre uma questão que, desde o início dos meus mandatos, tem merecido a minha atenção constante: a Diáspora Portuguesa. São hoje cerca de 5 milhões os portugueses e lusodescendentes que vivem e trabalham no estrangeiro. No ano que terminou, visitei algumas dessas Comunidades. Em todas confirmei a sua integração nas sociedades dos países que as acolhem, mas também a vontade de preservarem a sua ligação a Portugal, valorizando a cultura e a língua portuguesas.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Este é um ano crucial para Portugal. Como sabem, em meados de 2014 o Programa de Assistência Económica e Financeira chegará ao fim. Apesar de estarmos ainda a alguns meses deste objetivo, existem razões que nos permitem acreditar que concluiremos este Programa com sucesso. Será pois um momento decisivo para o nosso país.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Valorizo a intensificação do relacionamento entre Portugal e os países que Vossas Excelências representam. A interdependência entre as nações e a natureza global de muitos dos desafios do nosso tempo apenas reforça a importância do aprofundamento do diálogo e da cooperação entre os nossos povos e países.

Termino reiterando os votos de um ano de 2014 com paz e prosperidade para todos.

Muito obrigado.

Encerramento da Conferência "World Ocean Summit 2014"

São Francisco, 26 de fevereiro de 2014

Antes do mais, gostaria de felicitar a revista *The Economist* pela organização, de novo este ano, da Cimeira Mundial dos Oceanos. As questões relacionadas com o Mar constituem, desde há muito, um tema que me é particularmente caro. Esta Conferência aborda dois tópicos que assumem uma importância crucial para o futuro de um largo número de países, incluindo o meu, Portugal.

As interligações entre os dois tópicos – sustentabilidade e governação dos oceanos – são múltiplas e evidentes. É por não haver sustentabilidade na forma como atualmente exploramos os nossos oceanos que temos de colocar a governação na ordem do dia. Se não temêssemos pela capacidade de regeneração dos oceanos, não nos veríamos obrigados a mudar a nossa forma de os governar e não seríamos compelidos a encontrar soluções que passam, de facto, por uma nova governação dos oceanos.

Qual a melhor forma de progredir? Como associar devidamente as ideias da governação e sustentabilidade?

Durante séculos, a ideia de criar um sistema de governação para os oceanos jamais se colocou à Humanidade. Por um lado, o uso do mar era limitado e, por outro, nada parecia poder perturbar o equilíbrio dos oceanos, tão extensos, profundos e desconhecidos eles eram para nós.

Este estado de coisas, no entanto, veio a sofrer alterações profundas com a proliferação dos usos que damos aos oceanos. Durante muito tempo, apenas no que diz respeito aos transportes marítimos e às atividades piscatórias. Hoje, também para um sem-número de atividades, desde a extração de diferentes recursos naturais, ao seu uso como principal artéria de circulação do comércio internacional, e até, inclusivamente, como depósito para lixo.

Com toda esta proliferação de usos e com o aprofundar do nosso nível de conhecimento científico, temos vindo a tomar consciência, a pouco e pouco, de que os oceanos constituem um verdadeiro ativo estratégico do mundo em que vivemos.

Revelam-se, de facto, cruciais para o próprio funcionamento do planeta, com os serviços ecossistémicos que prestam, como é o caso da regulação climática e da produção de oxigénio, ou para a reciclagem de gases poluentes, incluindo CO₂. Neste contexto, noto com satisfação o facto de uma instituição portuguesa, a Fundação Gulbenkian, inspirada no Programa TEEB das Nações Unidas, ter justamente lançado uma Iniciativa para os Oceanos, de âmbito internacional, destinada a analisar o valor económico dos ecossistemas marinhos e da biodiversidade.

Os oceanos revelam-se, de igual modo, essenciais para as nossas economias e sociedades, até porque o nosso futuro tenderá a ser, mais do que nunca, ligado ao mar. Vejamos:

- o crescimento demográfico exige segurança alimentar, o que irá requerer uma oferta acrescida de fontes de proteína, incluindo de origem marinha;
- a globalização exige mobilidade para o acrescido fluxo de comércio internacional, o que irá requerer transportes marítimos, grandes porta-contentores, novas rotas, novos terminais portuários, e mais construção naval;
- a procura de energia continuará a aumentar, o que irá dar origem a um acrescido uso dos oceanos como fonte de combustíveis fósseis, assim como de produção de outras formas de energia, como é o caso das renováveis.

A Humanidade deslocar-se-á, literalmente, para o mar. Para alguns, o mar é já considerado como a nova fronteira do desenvolvimento humano.

Entretanto, e ainda antes que isso se verifique, convém notar que uma grande parte da espécie humana já habita em áreas costeiras, e que é junto ao mar que continuamos a construir e a expandir as nossas cidades. Trata-se de um fenómeno que muito importa ter em conta na discussão global sobre os oceanos. É que dificilmente poderemos ignorar que 80 por cento da poluição dos mares tem origem em terra. E, o que ainda é mais perturbador, que 80 por cento dessa poluição é constituída por plásticos.

Senhoras e Senhores

A economia do mar é crucial para o crescimento económico e para o desenvolvimento social dos países costeiros. Portugal está bem ciente disso e tem vindo a adotar medidas no sentido de promover a exploração sustentável da economia do mar.

Mas o que é urgente, agora, a nível global, é preservar a sustentabilidade dos oceanos.

Será que percebemos bem quão perto estamos do ponto de não retorno?

E, percebendo-o, como é que poderemos atuar em conjunto para evitar o que está a acontecer, e, mais ainda, para impedir a tempo o que irá seguir-se?

O facto de termos a tendência para proteger melhor o que está mais próximo de nós e conseguimos ver joga contra nós neste caso, pois a verdade é que o fundo do oceano não é tão visível quanto as florestas, por exemplo.

Ainda assim, sabemos bem que há sobrepesca e que existem práticas de pesca destrutivas, nomeadamente com o arrasto de fundo.

Sabemos o que se passa em matéria de poluição e eutrofização.

Sabemos da destruição dos habitats marinhos e costeiros e da deterioração dos serviços ecossistémicos do mar.

Sabemos da acidificação dos oceanos e vemos os efeitos negativos das alterações climáticas nos oceanos e nas áreas costeiras.

Sabemos que existem linhas vermelhas que nos arriscamos a ultrapassar se não travarmos os efeitos negativos de todas as atividades humanas que produzem impactos nos oceanos e mares. Caso permitirmos que essas linhas vermelhas sejam ultrapassadas, ser-nos-á difícil explicar às gerações futuras que... sabíamos, mas não fizemos nada.

Senhoras e Senhores

Temos que agir.

É essa a razão por que estamos aqui, hoje, a ter este debate sobre governação dos oceanos.

Mas o que pretendemos com ela? Basicamente, com uma nova governação dos oceanos, queremos impedir que a intensificação dos usos dos oceanos e o desenvolvimento da economia do mar continuem a conduzir à degradação do ambiente marinho.

Como deverá essa nova governação ser construída?

Em primeiro lugar, precisamos de aderir genuinamente a uma abordagem holística aos mares e oceanos. Precisamos de uma perspetiva global, que nos permita compreender o efeito acumulado dos impactos exercidos pela mul-

tiplicidade de atividades marítimas e desenvolver as políticas públicas mais adequadas.

Em segundo lugar, precisamos de olhar para os oceanos numa perspectiva “bottom-up”, que tenha por base a preservação dos seus ecossistemas. Ao contrário, portanto, do que hoje ainda fazemos, quando olhamos para os oceanos de uma forma “top-down”, na ótica fragmentada e antropocêntrica das nossas atividades humanas, sejam elas pescas, transportes marítimos ou turismo.

Em terceiro lugar, precisamos de investir mais em Conhecimento. Só através da ciência seremos capazes de compreender melhor o funcionamento e a resiliência dos ecossistemas marinhos e determinar quais os limites adequados para as nossas atividades marítimas.

Será essa, com efeito, a via que nos permite identificar as referidas linhas vermelhas, ou seja, as fronteiras-limite associadas à preservação do ecossistema marinho e à respetiva capacidade de regeneração.

Deveríamos, pois, adotar um conjunto padrão de indicadores ambientais do mar, fáceis de verificar, e criar os instrumentos de monitorização de que ainda não dispomos. Isso permitir-nos-ia chegar, a nível global, a uma definição do bom estado ambiental dos nossos mares e oceanos, com base na qual seriam estabelecidos limites ao uso dos oceanos. As prioridades acabariam então por ter que ser reajustadas em benefício das utilizações mais sustentáveis, por provocarem impactos mais reduzidos nos ecossistemas marinhos.

Em quarto lugar, devemos ter presente que a governação dos oceanos irá exigir níveis muito mais elevados de coordenação e integração das políticas setoriais. Às políticas públicas departamentalizadas para as pescas, para os transportes marítimos ou para a conservação ambiental deveria suceder uma nova política marítima integrada.

Por último, vale a pena sublinhar que uma governação eficaz dos oceanos requer a devida responsabilização por parte dos utilizadores do mar, o que exige meios para a vigilância e controlo das atividades marítimas, não apenas nas zonas sob jurisdição dos países costeiros, mas também no Alto Mar e na Área, tal como é definida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).

A questão que agora se coloca é a seguinte: será que dispomos já, à escala internacional, do enquadramento institucional necessário para levarmos avante uma governação como a indicada? Receio bem que a resposta seja negativa.

Temos a UNCLOS, um instrumento de direito internacional quase universal. Existem, no âmbito das Nações Unidas, alguns fóruns específicos para estas matérias, sendo que, e a propósito, aguardo com o maior interesse o relatório, previsto para o final deste ano, da 1ª Avaliação Mundial dos Oceanos pelo Grupo de Trabalho das Nações Unidas (Processo Regular de Reporte e Avaliação do Estado Ambiental dos Oceanos) que está incumbido de o organizar.

Ao nível regional, existem diversas alianças e iniciativas, como é o caso da Aliança dos Pequenos Estados Insulares.

Neste contexto, também a União Europeia despertou, nestes últimos anos, para a verdadeira importância da sua dimensão marítima, com a adoção da sua Política Marítima Integrada. Portugal tem-se empenhado ativamente na criação e no desenvolvimento desta nova política europeia.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Permitam-me que acrescente algumas palavras sobre Portugal.

O meu país é um gigante mundial em termos marítimos, dada a enorme extensão das áreas marítimas sob jurisdição nacional. Com uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas e Plataformas Continentais da União Europeia, e também do Mundo, Portugal dispõe de uma localização privilegiada nos corredores marítimos de ligação entre três continentes (Europa, África e as Américas). Situando-se no centro das rotas marítimas do hemisfério ocidental, entre as bacias norte e sul do Atlântico, encontra-se mais próximo do Canal do Panamá do que qualquer outro país europeu.

Portugal possui também uma vasta biodiversidade marinha, beneficiando da confluência de águas mornas e frias vindas do Mar Mediterrâneo e do Oceano Atlântico, além de montes submarinos e fontes hidrotermais.

Esta fortíssima geografia marítima é a razão por que Portugal tem assumido um papel de liderança nas questões ligadas aos oceanos a nível internacional e explica o nosso empenho em cooperar, na temática dos oceanos, com outras nações igualmente interessadas.

Por iniciativa da Ministra da Agricultura e do Mar, hoje aqui presente, o Governo português adotou uma nova Estratégia Nacional para o Mar, que visa promover a exploração sustentável da economia do mar, sendo que acaba de ser aprovado,

no Parlamento, um diploma pioneiro, a Lei de Bases do Mar, relativa ao ordenamento espacial do mar e ao licenciamento do uso do mar.

Senhoras e Senhores

Gostaria de deixar bem claro: o que há pouco vos referi sobre a governação dos oceanos é mais fácil de dizer do que de fazer.

Há quase 25 anos, desde a Cimeira do Rio e da sua Agenda 21, em 1992, que as ameaças e as soluções para os problemas dos nossos oceanos vêm sendo discutidas. E, no entanto, a comunidade internacional não foi capaz, até agora, de trabalhar em conjunto numa resposta eficaz aos desafios que se colocam aos nossos oceanos.

Mantenho-me, em todo o caso, otimista. Estou convencido de que seremos capazes de chegar a um entendimento global sobre os oceanos, quanto mais não seja porque não temos um Planeta B.

Não podemos dar-nos ao luxo de falhar. Não podemos continuar a adiar. Temos que pôr finalmente em prática a nova governação integrada dos oceanos de que tanto necessitamos e que sabemos ser imprescindível.

Por outras palavras, temos que adotar um novo pacto de governo para os oceanos – um *New Deal for the Oceans*.

Muito obrigado a todos pela vossa atenção.

Sessão de Encerramento do Seminário Económico Canadá-Portugal

Toronto, 28 de fevereiro de 2014

Agradeço a presença do Senhor Ministro para a Cidadania e a Imigração do Canadá. É um prazer e uma honra. Quero felicitar o Ministério do Desenvolvimento Económico do Ontário, assim como a AICEP, pela organização desta iniciativa. Saúdo e agradeço a presença de todos os participantes neste Seminário Empresarial, alguns que se deslocaram de outras Províncias do Canadá e muitos que viajaram desde Portugal. A vossa presença é um sinal claro da importância conferida ao relacionamento entre os nossos dois países.

O Canadá é, reconhecidamente, um dos mais desenvolvidos países do mundo, com vastos recursos naturais e humanos e uma população acolhedora – que, em épocas distintas, tantos compatriotas nossos recebeu. Membro do G7, do G20, da NATO, o Canadá é, desde há muito tempo, um país aliado e amigo de Portugal. No mundo globalizado em que vivemos, é um bom exemplo de uma economia aberta e sofisticada, sendo, ao mesmo tempo, um mercado de grande dimensão e muito atrativo.

Portugal, membro fundador da NATO e Estado-membro da União Europeia, é hoje um país com uma mão-de-obra altamente qualificada, dotado de excelentes infraestruturas, e uma economia em rápida mutação. A natureza complementar das nossas economias e a convergência dos nossos interesses estratégicos propiciam oportunidades comerciais, de cooperação empresarial e de desenvolvimento de novos negócios e investimentos, tanto ao nível bilateral como em parcerias para terceiros mercados.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Com a crise financeira mundial de 2008, Portugal, como vários outros países, foi severamente atingido, tornando-se manifesta a vulnerabilidade das suas finanças públicas. Em maio de 2011, Portugal comprometeu-se com um ambicioso e abrangente programa de ajustamento económico, financeiro e orçamental.

Passados quase três anos da aplicação desse programa, e a poucos meses da sua conclusão, importa destacar dois aspetos fundamentais. Por um lado, os compromissos assumidos foram cumpridos e as medidas previstas implementadas. Por outro lado, tanto o ajustamento financeiro e orçamental como as alterações estruturais na economia portuguesa se têm revelado muito significativos. Estou firmemente convencido de que os nossos parceiros e os mercados financeiros têm reconhecido estes factos, pois Portugal tem conseguido criar confiança e recuperar a sua credibilidade internacional.

A evolução verificada nos últimos tempos tem sido encorajadora e permite-nos encarar o futuro com mais esperança. Portugal saiu da recessão em que esteve mergulhado desde o fim de 2010; o PIB cresceu de forma continuada ao longo dos três últimos trimestres de 2013, registando uma das maiores taxas de crescimento do conjunto de países que integram a União Europeia, e verificou-se alguma redução do desemprego. As exportações continuaram a mostrar um comportamento muito positivo, refletindo a capacidade de adaptação das empresas portuguesas. As nossas contas externas passaram, em 2013, a ser excedentárias.

Sabemos bem que é necessário proporcionar a quem investe um ambiente empresarial estável e atrativo. E é justamente para isso que estamos a trabalhar. Estão em curso, entre outras, reformas essenciais no domínio das relações laborais, dos processos judiciais, do licenciamento e da redução progressiva da carga fiscal e burocrática sobre as empresas. Estamos preparados para acolher o investimento e, em particular, o investimento estrangeiro.

Portugal apresenta, nitidamente, condições e vantagens para ser uma “Priority Location” no quadro das opções de investimento que se apresentam no espaço europeu e internacional. Estou convicto de que os empresários canadianos e os portugueses aqui residentes não deixarão de olhar para Portugal como um bom destino de investimento. Acresce o facto de se estar a ultimar o acordo de parceria económica reforçada entre a União Europeia e o Canadá que, estou certo, irá criar todo um novo ambiente para o relacionamento empresarial.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Temos em Portugal uma nova geração de empresas e empresários, com grande capacidade inovadora e tecnológica, apoiada nas Universidades e em outros cen-

tros de conhecimento. O tecido produtivo português comporta, hoje em dia, um vasto leque de atividades industriais e de serviços competitivos à escala global. Na eletrónica, nas tecnologias de informação, na área das energias renováveis, na indústria farmacêutica, nos setores automóvel e aeronáutico, no desenvolvimento de aplicações de *software* para processos de fabrico e de gestão, e no turismo.

Também as nossas indústrias tradicionais – como o calçado, o têxtil e vestuário, o mobiliário ou os vinhos – têm sido capazes de inovar e de reinventar-se. Hoje, detêm enorme experiência acumulada e uma posição comercial forte nos mercados internacionais. Uma capacidade de inovação e de reinvenção que está, aliás, bem patente no caso da Renova, como creio que tiveram oportunidade de verificar na apresentação que fez neste Seminário.

Muitas destas nossas empresas pretendem expandir-se para o Canadá ou cooperar com congéneres locais, para empreendimentos em terceiros países. Portugal, sendo porta do Atlântico para a Europa, mantém laços ancestrais com a Ásia, África e América do Sul, o que abre um sem-número de oportunidades para parcerias.

Permitam-me que acrescente uma palavra sobre a indústria do Turismo em Portugal. Trata-se de um setor particularmente bem inserido na dinâmica da economia global. Portugal é um destino de reconhecida qualidade. O clima, a hospitalidade da população, o ambiente geral de segurança, a par de uma extensa costa marítima de rara beleza e de excelentes infraestruturas, fazem do nosso país um destino turístico único, incluindo para estadias de longa duração ou mesmo residenciais. A Air Canada, através da sua subsidiária Rouge, iniciará, em breve, voos diretos para Lisboa, como já o faz a portuguesa SATA, o que, estou convencido, dará uma nova dinâmica ao fluxo de turistas entre os nossos dois países.

Minhas Senhoras e meus Senhores

As relações entre Portugal e o Canadá têm estado, nos últimos anos, muito aquém do seu potencial, incluindo a nível político e económico. Por isso, os desafios que o futuro nos coloca são imensos, tão grandes, porém, quanto as oportunidades que nos oferece.

Espero que a minha presença em Toronto contribua para o reforço do nosso relacionamento e para a criação de uma nova dinâmica bilateral que, estou certo, nos trará importantes benefícios mútuos.

Muito obrigado pela vossa presença e pelo vosso contributo.

Encontro com a Comunidade Portuguesa no Canadá

Toronto, 28 de fevereiro de 2014

Saúdo calorosamente todos os compatriotas e lusodescendentes que participam neste encontro. Agradeço a vossa presença, que interpreto como um sinal claro do profundo afeto que mantêm com Portugal. O meu reconhecimento a todos vós e, em particular, àqueles que vieram de longe.

É com grande prazer que cumpro o compromisso que assumi, desde o primeiro dia dos meus mandatos como Presidente da República, de visitar regularmente as Comunidades de Portugueses residentes no estrangeiro.

A presença portuguesa nesta geografia, como bem sabeis, é anterior à própria existência do Canadá, tal como o conhecemos hoje. Existem crónicas que registam a presença de portugueses nesta região desde o século XVI. Gaspar Côrte-Real foi um dos primeiros europeus a explorar a região da Terra Nova. E, ainda hoje, para nos recordar da presença pioneira portuguesa, encontramos lugares batizados como “Conception Bay”, “Portugal Cove” ou “Labrador”, nome que lhe vem de um outro explorador português, João Fernandes Lavrador.

Mas foi nos anos 50 do século XX que a emigração portuguesa para o Canadá – na sua maioria originária do Arquipélago dos Açores – foi oficialmente reconhecida. No ano passado, celebrámos os 60 anos desse momento histórico. Os portugueses vieram, então, em busca de melhores condições de vida, procurando, neste lugar de oportunidades, o que a sua terra não lhes podia oferecer.

Na verdade, para os Portugueses, a distância nunca foi obstáculo, nem razão para desistir. A sua vontade levou-os aos recantos mais distantes do planeta, numa aventura que abriu as portas do Mundo à primeira globalização. Não é, por isso, surpresa que muitos dos que se aventuraram além-mar tenham escolhido estas paragens: o Canadá é um país imenso, de uma grande riqueza de paisagens, com vastos recursos e uma população acolhedora.

A Comunidade Portuguesa é hoje uma das mais importantes do Canadá. Os portugueses gozam de um muito justificado prestígio e são exemplo de uma per-

feita integração. Distinguem-se pelo seu dinamismo, pela entrega ao trabalho, pela capacidade de inovação, pelo espírito de risco e pela ambição face a novos desafios.

Mantendo-se fiel à portugalidade das suas origens, os portugueses e lusodescendentes do Canadá têm sido protagonistas fundamentais nas relações entre os dois países, embora os níveis de participação cívica e de representação estejam aquém das potencialidades desta Comunidade e do seu grau de integração. A defesa dos seus interesses aconselharia um maior esforço no sentido de um aumento da participação na ação política.

Orgulhamo-nos desta Comunidade. É conhecido o apreço que, como Presidente da República, tenho demonstrado pelos inúmeros exemplos que a Diáspora portuguesa oferece aos nossos concidadãos.

Tenho insistido que é fundamental alterarmos o modo como em Portugal vemos as Comunidades da Diáspora. A retórica da saudade tem de dar lugar a atos concretos, gestos palpáveis que demonstrem o respeito e a gratidão de Portugal perante os seus filhos espalhados pelo mundo e que, ao mesmo tempo, envolvam as comunidades da emigração num projeto comum. Esse projeto de todos os portugueses, onde quer que residam, no continente, nos Açores, na Madeira ou em qualquer outra parte do Mundo, caros amigos e compatriotas, tem um nome: é Portugal.

Este ano é um ano decisivo para Portugal. Em maio, chegamos ao fim do Programa de Assistência Financeira negociado em 2011 com as instituições internacionais. O País ficará dependente dos mercados para obter os meios de financiamento externos de que necessita. O reforço do clima de confiança e a consolidação dos sinais de recuperação económica que têm vindo a manifestar-se são uma prioridade nacional.

O crescimento da economia é essencial para conter as restrições a que o País tem estado sujeito, combater o desemprego e assegurar uma trajetória sustentável das finanças públicas. Confiança e credibilidade são a chave do sucesso.

Contamos convosco, com o vosso exemplo e com o vosso contributo, para consolidar a imagem de Portugal como país credível, dinâmico e acolhedor. Esperamos que a vossa voz se junte à dos nossos diplomatas para projetar Portugal pela positiva, sublinhando a qualidade dos nossos produtos e as potencialidades

de investimento. O sucesso das vossas carreiras e da vossa integração são prova cabal de que o vosso contributo pode fazer a diferença.

Na mensagem que dirigi às Comunidades Portuguesas, aquando do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no passado dia 10 de junho, recordei que os portugueses e os seus descendentes que vivem e trabalham no exterior representam, quer a título individual, quer como comunidade, um legado precioso de Portugal no Mundo.

A Diáspora Portuguesa, para além de um verdadeiro ativo estratégico, deve ser uma embaixada de Portugal nos países onde se encontra implantada. Nessa medida, estou convicto da importância do papel das Comunidades da Diáspora como agentes ativos da portugalidade, dando a conhecer ao Mundo a realidade do Portugal de hoje.

Com o meu patrocínio, em dezembro de 2012, foi constituído o Conselho da Diáspora Portuguesa, que tem por principal objetivo aproximar os portugueses no estrangeiro e contribuir para o aumento da credibilidade externa do nosso País. É nosso dever inovar na forma como os portugueses se relacionam com os seus compatriotas que vivem longe da Pátria.

Caros Compatriotas

Aproveitando esta minha visita à Comunidade Portuguesa do Canadá, tomei a decisão de agradecer duas instituições da Comunidade Portuguesa e cinco membros da Comunidade que, de alguma forma, se destacaram nesta missão de manter Portugal presente. Portugal precisa de todos. Portugal precisa de vós. Ninguém está dispensado de ajudar o seu País, sobretudo numa altura tão decisiva como a que vivemos. Façam-no com a mesma determinação e coragem com que os nossos antepassados exploraram estas paragens, a tantos milhares de quilómetros de casa.

Agradeço novamente a vossa presença amiga, hoje, aqui. É um sinal claro do empenho em reforçar os laços que vos unem a Portugal, uma união que importa valorizar e aprofundar.

Permitam que vos agradeça ainda – a todos vós, sem exceção – o muito que têm feito para honrar as vossas origens e engrandecer o nome de Portugal em terras do Canadá.

Na certeza de que apreciarão o concerto que, esta noite, António Zambujo e Nelly Furtado nos oferecerão, desejo a todos e às vossas famílias os maiores sucessos pessoais e profissionais. Estou certo de que o êxito que tiverdes no Canadá será, ele próprio, um êxito para Portugal.
Muito obrigado.

Anexos



Mensagem à Assembleia da República a propósito da promulgação do diploma que define as competências, a estrutura e o funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional

Promulguei, para ser publicado como lei, o Decreto da Assembleia da República n.º 125/XII, que define as competências, a estrutura e o funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional.

O Decreto em causa aprova um regime necessário à ordem jurídica nacional, atribuindo àquela Autoridade competências de policiamento aéreo, matéria de grande sensibilidade, atenta a sua natureza e implicação com direitos, liberdades e garantias constitucionalmente protegidos.

Por esta razão, o regime agora aprovado insere-se na competência legislativa reservada da Assembleia da República, integrando, de igual modo, a chamada “reserva de lei”. As matérias integrantes da reserva de lei devem ser objeto de exaustiva regulação por ato legislativo. Não estando embora vedada a atividade administrativa em matéria de direitos, liberdades e garantias, ela deve estar submetida a uma estrita vinculação à lei que, por sua vez, tem de apresentar porosidade mínima.

Em face do que antecede, entendo ser meu dever chamar a atenção para os dois seguintes pontos:

- i. O disposto no artigo 7.º, alínea k), na medida em que atribui competência ao Gabinete da Autoridade Aeronáutica Nacional para “regular o policiamento do espaço aéreo nacional”, apenas poderá permitir a competência para proceder a regulação estritamente vinculada pela lei;
- ii. O carácter exemplificativo do artigo 13.º, n.º 2, resultante da utilização do advérbio “designadamente”, faz inculcar a possibilidade de adoção de outras medidas para além das aí expressamente previstas, o que deve ser afastado por força da referida reserva de lei.

Tendo em conta a especial relevância e sensibilidade da matéria em causa, entendo dever alertar os Senhores Deputados para os referidos aspetos do diploma.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

27 de março de 2013

Artigo de Opinião “Margaret Thatcher – um gigante da política europeia”

Semanário “Expresso”, 13 de abril de 2013

Margaret Thatcher perdurará como um dos nomes de referência do tempo que tenho dedicado à política. Como primeiro-ministro, conheci-a em Bruxelas, logo em 1985, numa cimeira da NATO. Quando Portugal ganhou assento no Conselho Europeu, passei a ter à minha direita, na mesa, a primeira-ministra Thatcher. Uma experiência única no debate das grandes questões europeias.

Aproveitando a viagem a Londres nos 600 anos do Tratado de Windsor, visitei-a, em 1986, no nº 10 de Downing Street. A Inglaterra dizia-me muito e estar ali, para falar dos interesses de Portugal no início da sua caminhada europeia, foi um momento inesquecível. No seu estilo direto, Thatcher manifestou simpatia para com algumas questões que lhe apresentei, mas não evitou fortes críticas à Política Agrícola Comum e à indisciplina orçamental da Comunidade.

De 1986 até 1990, ano em que se demitiu, estivemos lado a lado nas cimeiras europeias e constatei estar preparada e sabedora na defesa dos interesses do Reino Unido. Negociadora convicta e firme, resistia a tudo o que no debate europeu pudesse conduzir a compromissos que ferissem esses interesses. De inteligência superior e grande coragem política, admiravam-lhe a notável capacidade de argumentação, embora num tom pouco simpático – compunha a imagem de líder respeitada, com que se afirmou na política inglesa e, depois, na cena internacional.

Gostava do combate político e faz parte do historial dos Conselhos Europeus a forma como enfrentava o Presidente Mitterrand ou o primeiro-ministro italiano Andreotti, ambos políticos experientes. Não deixando a mínima dúvida sobre as posições que defendia, as suas intervenções traziam vivacidade às complexas discussões que animavam as reuniões. A determinação mostrada no seu país para travar o declínio da economia inglesa era a mesma com que dava luta nas cimeiras. Defensora acérrima do mercado livre, da iniciativa privada e da redução do peso do Estado, via o espaço europeu, acima de tudo, como um mercado único, aberto à cir-

culação de bens, serviços e capitais. Nessa medida, opunha-se ao aprofundamento da integração europeia. Defendia o alargamento que, no seu entender, tornaria mais difícil o aprofundamento. E não era entusiasta da coesão económica e social.

Sempre tive a melhor relação com Thatcher e, no que respeita a Portugal, posso dizer que, não obstante as reservas em relação a matérias do nosso interesse, evitava prejudicar-nos. Quando da aprovação do PEDIP no Conselho de Bruxelas, em 1987, presidido por Helmut Kohl, deu-se um episódio. No momento em que foi submetido à apreciação, ouvi Thatcher perguntar ao seu ministro dos Estrangeiros: “O que é isto do PEDIP?” Sentado ao seu lado, toquei-lhe no braço, inclinei-me para ela e disse-lhe: “É um programa de apoio à indústria portuguesa que já está previsto no tratado de adesão.” Não ficou convencida e, quando se preparava para colocar objeções, insisti em explicar-lhe. Esses segundos foram suficientes para Kohl dar por aprovada a verba para o PEDIP. Também contei com a sua compreensão para a aprovação do Programa das Ultraperiferias, uma proposta do Governo português destinada a obter apoios comunitários especiais para os Açores e Madeira.

Da minha relação com Thatcher, guardo na memória dois momentos especiais. Voltei a Downing Street em 1988. O nosso entendimento político e pessoal continuava o melhor, claramente refletido nas palavras que me dirigiu num almoço que me ofereceu, destacando, no quadro europeu, a ampla maioria que eu alcançara nas eleições do ano anterior e realçando o trabalho do Governo preparando o futuro de Portugal.

Outro momento que não esqueço foi o do seu afastamento de funções. Estávamos na cimeira de Paris da OSCE, em 20 de novembro de 1990, quando estalou a crise no Partido Conservador. A sua liderança corria perigo, devido ao surgimento de um opositor, Michael Heseltine. Perguntei-lhe qual o resultado da votação dos deputados do seu partido. Respondeu-me que ainda não sabia, mas percebi que estava inquieta com o desfecho. Não se esquivou, porém, a mostrar-me a sua indignação com o comportamento de alguns deputados. “Devem-me tudo a mim. São uns traidores, alguns deles ... mas vou vencer esta batalha”, disse-me. A votação não lhe foi favorável.

Na noite daquele longo e penoso dia na sua vida, reencontrei-a em Versalhes. Mitterrand convidara os participantes para um banquete. Com os olhos trans-

tornados, o rosto espelhava um misto de indignação, tristeza e raiva contida. A líder indomável conhecera o sabor amargo da derrota, que marcou o fim de uma intensa carreira política, com direito a lugar na História. Foi a última vez que nos vimos. No dia em que anunciou a demissão, em 22 de novembro, enviou-me uma simpática carta.

Neste momento, só posso pensar no privilégio que tive em trabalhar com o Gigante da política europeia que foi Margaret Thatcher.

Artigo de Opinião “O Dia da Língua Portuguesa e da CPLP”

Jornal “SOL”, 3 de maio de 2013

Celebra-se, no dia 5 de maio, o “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP”. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para além de ser uma organização internacional vocacionada para a cooperação e para a concertação político-diplomática entre os Estados que a compõem, distingue-se pela vertente identitária, que a singulariza e enriquece.

O espírito CPLP é evocado e celebrado neste dia, pelo quarto ano consecutivo, em diversos pontos do globo, seja com um cariz mais institucional – por iniciativa do Secretariado Executivo e da Presidência moçambicana, através dos Grupos CPLP – seja de forma mais espontânea, com iniciativas da sociedade civil. Para mim, como Presidente da República Portuguesa e cidadão lusófono, é sempre com uma satisfação muito especial que me associo à celebração deste sentimento de pertença, assente numa língua comum e num código de valores partilhado.

Os mais diversos setores das sociedades civis lusófonas mobilizaram-se para estes festejos, evidenciando que a marca CPLP é, genuinamente, uma marca vencedora, como de resto o indicia, de forma expressiva, o crescente número de observadores consultivos da CPLP e o interesse que suscita em diversos países e blocos regionais. Apesar da sua juventude, a nossa Comunidade é uma história de sucesso, quer porque soube identificar o momento político certo para se formar, quer, sobretudo, porque se alicerça em profundas raízes históricas e de amizade.

Reconhecemos a lusofonia na naturalidade com que constatamos que nenhum de nós é ou se sente estrangeiro perante o outro, ou na terra do outro. Sentimo-la na familiaridade com que todos contactamos com a criação artística lusófona, seja qual for a sua origem geográfica. Trata-se, pois, de um conceito moderno, plural e evolutivo, moldado pela atualidade das sociedades vibrantes que a compõem e fundado na língua portuguesa.

A língua, esteio da CPLP, é um dos principais ativos estratégicos dos países que a compõem. A sua afirmação internacional, com as consequentes oportunidades de índole política e económica, constitui um objetivo prioritário, assumido como tal pelos oito países.

A língua portuguesa tem hoje legítimas aspirações globais. Avançámos muito nesse domínio, desde que a Presidência portuguesa adotou como tema principal da Cimeira da CPLP de 2008 “A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global”. O português é hoje língua de trabalho em diversas organizações internacionais, além de ser um importante veículo de comunicação global, particularmente na internet e nas redes sociais. É, aliás, um dos idiomas em maior expansão no Mundo. E não é só o fator demográfico que o justifica. O interesse crescente pela aprendizagem do português como língua estrangeira assenta na percepção de que o português, para além de ser um fator de integração multicultural, é ainda um agente de valorização cultural e profissional.

Podemos orgulhar-nos do muito que já foi alcançado. Porém, o processo de internacionalização da língua portuguesa, cujo êxito favorecerá a afirmação de cada um dos nossos países e da própria CPLP no palco internacional, é um desafio que nos convoca a todos. O reforço da nossa língua é também um projeto de defesa e afirmação da cultura e dos valores que partilhamos. Foi, pois, um momento pioneiro, de orgulho e de grande responsabilidade, a intervenção da CPLP, pela primeira vez e em língua portuguesa, no Segmento de Alto Nível do Conselho de Direitos Humanos, este ano, em Genebra, a cargo do Vice-Ministro da Justiça de Moçambique.

O sucesso alcançado até aqui é fonte de alento para avançar. Importa prosseguir o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa e atentar nos trabalhos da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que se realizará este ano em Portugal. Por via de diplomacias culturais mais ativas e ambiciosas, cada um dos Estados-membros pode dar um contributo importante. O compromisso não deixa, por isso, de ser de todos, e deve ser assumido em todos os contextos.

A língua portuguesa e as culturas da CPLP contribuem para projetar uma visão estratégica de uma rede global lusófona, informalmente urdida por mais de 240

milhões de pessoas que têm o português como idioma oficial e que se ligam cultural, social e economicamente. Esta proximidade, catalisada pela língua e pela cultura, dinamiza fluxos comerciais, migratórios, criativos, turísticos, de investimento, de conhecimento e de desenvolvimento.

Temos de ser capazes de explorar, com confiança e ambição, o potencial económico da língua portuguesa. O dia 5 de maio constitui, seguramente, a cada ano, uma oportunidade de excelência para a nossa mobilização em torno desse objetivo comum.

Mensagem aos Bombeiros e Agentes de Proteção Civil

Palácio de Belém, 29 de agosto de 2013

Pela quinta vez, neste agosto que finda, fomos confrontados com a morte de bombeiros em serviço.

Faleceu esta manhã no combate a um incêndio em Tondela, no Caramulo, a bombeira Cátia Pereira Dias, da Corporação de Bombeiros de Carregal do Sal. Neste mesmo combate ficaram feridos elementos da GNR e outros bombeiros, dois destes com gravidade.

Ainda hoje, quatro bombeiros sofreram queimaduras, dois deles também com gravidade, num incêndio em Vila Nova de Foz Côa; e noutra incêndio, em Valença, um bombeiro sofreu ferimentos graves.

Na madrugada do dia 27, faleceu Bernardo Figueiredo, pertencente à Corporação de Bombeiros do Estoril, que ficara gravemente ferido num incêndio também no Caramulo. Neste mesmo incêndio e na mesma operação, praticamente ao lado de Bernardo Figueiredo, faleceu a bombeira Ana Rita Pereira, da Corporação de Alcabideche.

No início do mês falecera o bombeiro António Nuno Ferreira, de Miranda do Douro, e no dia 15 de agosto o bombeiro Pedro Rodrigues, da Covilhã, ambos também no combate operacional.

Vários outros bombeiros têm ficado feridos em serviço, alguns com gravidade que inspira cuidados.

Não é o primeiro ano em que há bombeiros tombados em serviço, prova do risco efetivo da missão que abraçaram. Mas não podemos deixar que as mortes de bombeiros em incêndios florestais se transformem numa realidade habitual.

Tem sido muito grande a pressão dos incêndios florestais deste mês de agosto, com ocorrências, área ardida, reacendimentos e duração dos fogos que relembram os piores anos.

Esta pressão tem sido também a causa de outras vítimas. Em Queirã, Vouzela, feriu-se gravemente o Presidente da Junta de Freguesia. Um funcionário mor-

reu num acidente de trabalho quando recuperava a rede elétrica danificada no incêndio de Góis. E houve um atropelamento mortal na Madeira causado pelo despiste de uma viatura militar que se deslocava para um incêndio.

Todas estas dramáticas situações humanas merecem o nosso profundo respeito e pesar. Devemos venerá-las humildemente, com a discrição, a seriedade e a proximidade que cada um destes dramas pessoais reclama. Devemos fazê-lo sem outro objetivo que não seja o de honrar o exemplo singular de dignidade e abnegação de quem – sem nada pedir em troca e na flor da idade adulta – doou a sua vida ou a sua integridade física na ajuda voluntária aos demais.

Por razões várias, conhecidas e infelizmente recorrentes, os incêndios florestais deste mês de agosto têm sido especialmente duros para bombeiros e populações. E a pressão não está ainda debelada. Há de chegar o tempo dos balanços e da análise serena dos factos, de modo a colher lições efetivas e concretas para o futuro.

Envio aos bombeiros portugueses e demais agentes de proteção civil uma palavra de agradecimento pelo desempenho notável que têm demonstrado e de encorajamento para a missão que ainda têm pela frente. Dirijo-a também às populações, que têm sabido encontrar forças para enfrentar as chamas e ajudar os bombeiros.

Declaração a propósito da morte de Eusébio da Silva Ferreira

Palácio de Belém, 5 de janeiro de 2014

Portugal perdeu hoje um dos seus filhos mais queridos: Eusébio da Silva Ferreira. Quero, antes de mais, exprimir à Família de Eusébio as minhas mais sentidas condolências.

O País está de luto. Com muita tristeza, os Portugueses veem partir uma das figuras nacionais que mais admiravam.

Ao longo da sua vida, Eusébio conquistou o carinho e a estima de todos nós. Por ser um desportista de exceção, dos melhores do mundo, que tantas glórias trouxe a Portugal.

Mas os Portugueses admiravam Eusébio também por ser uma pessoa dotada de qualidades humanas excecionais, com uma humildade e com uma afabilidade invulgares, com a simplicidade daqueles que são verdadeiramente grandes, que nada precisam de exhibir porque já demonstraram ser os melhores.

Tinha um transbordante amor pela vida, uma enorme alegria de viver, rodeado pelo afeto de todos os Portugueses.

Há cerca de dois meses, tive ocasião de lhe dar o meu último abraço.

Quando me desloquei em visita oficial a Moçambique, a sua terra natal, fiz questão que Eusébio integrasse a comitiva – e pude testemunhar o apreço que despertava junto de todos os que tiveram o privilégio de o conhecer de perto.

Eusébio da Silva Ferreira foi das personalidades mais cativantes que conheci na minha vida.

Os seus talentos como desportista deram alegria a milhões de pessoas, a gerações inteiras. Mesmo os que não viveram os momentos mais gloriosos da sua carreira ficam fascinados perante as imagens da sua arte.

Dentro do campo, entregava-se com paixão para alcançar a vitória. Representou a Seleção Nacional com uma dedicação sem limites. Todos recordamos o dia em que saiu do campo em lágrimas, chorando por Portugal.

As lágrimas de Eusébio, nesse dia, são as nossas lágrimas, no dia de hoje.

O País chora a sua morte. O País está oficialmente de luto.

A melhor forma de o homenagearmos, a forma como o “Pantera Negra” gostaria de ser homenageado, é seguir o seu exemplo. Sigamos o exemplo de Eusébio da Silva Ferreira enquanto desportista e enquanto ser humano. Um campeão que trabalhou e lutou para alcançar tantas vitórias, uma pessoa que sempre manteve com os outros uma relação calorosa, de afeto e de respeito mútuo.

Em nome de Portugal, até sempre, Eusébio.

Passos da Agenda

MARÇO 2013

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Associação Europeia do Desporto Universitário (EUSA), Adam Roczek, e os promotores da candidatura de Coimbra a anfitriã dos Jogos Universitários Europeus 2016.



15 de março de 2013. Visita ao concelho de Vila Flor.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves Araújo.

Dia 15 • Visita do Presidente da República aos concelhos de Torre de Moncorvo, Vila Flor e Carrazeda de Ansiães.



15 de março de 2013. Visita a Carrazeda de Ansiães.

Dia 19 • O Presidente da República participa, na Cidade do Vaticano, nas cerimónias que assinalam o início do Pontificado do Papa Francisco.

19 de março de 2013. Entronização do Papa Francisco, Cidade do Vaticano.





21 de março de 2013. Caves Graham's 1890, Gaia.



21 de março de 2103. Nova fábrica da Leica, Famalicão.

Dia 20 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 21 • O Presidente da República preside às cerimónias de inauguração da nova Fábrica da Leica, em Vila Nova de Famalicão, e de renovação das Caves Graham's 1890, em Vila Nova de Gaia.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma Delegação do Congresso Ibérico de Jovens Engenheiros;

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Diretor-Geral da Cisco Portugal, Eng. Nuno Ferraz de Carvalho.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Farmacêuticos.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do ISLA-Campus Lisboa.

Dia 27 • O Presidente da República visita, em Loures, a empresa de transformação e comercialização de alimentos ultracongelados Gelpeixe.

ABRIL 2013

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Vicente Guterres.

Dia 04 • O Presidente da República reúne-se com os promotores da campanha “Peço Português”.

- O Presidente da República requer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva de norma do diploma que cria o Tribunal Arbitral do Desporto.

Dia 05 • O Presidente da República preside à inauguração das novas unidades da Refinaria da GALP em Sines.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, e a seu pedido, o Primeiro-Ministro, que se faz acompanhar, na parte final da reunião, pelo Ministro de Estado e das Finanças.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Finlândia, Jyrki Katainen.

Dia 12 • O Presidente da República preside às sessões de abertura e de encerramento da Conferência Internacional “Portugal na Balança da Europa e do Mundo”, organizada pela Presidência da República no âmbito do ciclo de iniciativas “Roteiros do Futuro”.



4 de Abril. Campanha “Peço Português”, Palácio de Belém.

12 de abril de 2013. Encerramento da Conferência “Portugal na Balança da Europa e do Mundo”.





Dia 13 • O Presidente da República confere posse a novos membros do Governo.

Dias 16 e 17 • Visita de Estado do Presidente da República à Colômbia.

Dias 18 e 19 • Visita Oficial do Presidente da República ao Peru.

Dia 22 • O Presidente da República confere posse a novos Secretários de Estado.

Dia 25 • Comemorações do 39º Aniversário do 25 de Abril.

Dia 28 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Abertura do XXXIV Congresso Português de Cardiologia, em Vilamoura.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Protocolo da Santa Sé, Monsenhor José Avelino Bettencourt, a quem agracia com a Comenda da Ordem Militar de Cristo.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Clube Naval de Cascais.



17 de abril de 2013. Pavilhão de Portugal, Feira do Livro de Bogotá.



18 de abril de 2013. Visita Oficial ao Peru.



18 de abril de 2013. Visita Oficial ao Peru.



25 de abril de 2013. Assembleia da República.



28 de abril de 2013. Congresso Português de Cardiologia, Vilamoura.

MAIO 2013

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker.

• O Presidente da República encontra-se com os Embaixadores dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a quem oferece um almoço, por ocasião do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Hungria, Viktor Orbán.

• O Presidente da República requer a fiscalização preventiva da constitucionalidade de normas dos diplomas que aprovam o estatuto das entidades intermunicipais e estabelecem o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais.

Dias 06 e 07 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República da Turquia, Abdullah Gül, e da Senhora D. Hayrinnisa Gül.



6 e 7 de maio de 2013. Visita de Estado do Presidente da Turquia.



14 de maio de 2013. Comissão Consultiva Internacional do Grupo Bosch, Palácio da Bolsa, Porto.

Dia 08 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio Leya.

Dia 10 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Juramento de Bandeira dos Cadetes do 1º Ano da Academia da Força Aérea, em Sintra.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Federação Portuguesa de Futebol.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

Dia 14 • O Presidente da República visita, no Porto, a exposição permanente “O Motor da República – os Carros dos Presidentes”, patente no Museu dos Transportes e Comunicações.



8 de maio de 2013. Entrega do Prémio Leya.



10 de maio de 2013. Academia da Força Aérea, Sintra.



15 de maio de 2013. Visita a Monção.

- O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio BIAL 2012.
- O Presidente da República participa no Jantar da Conferência Anual da Comissão Consultiva Internacional do Grupo Bosch.

Dia 15 • Visita aos Concelhos de Melgaço e de Monção.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República Democrática de Timor-Leste, Dr. José Luís Guterres.

Dia 20 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado, tendo como ordem de trabalhos o tema “Perspetivas da Economia Portuguesa no Pós-Troika, no Quadro de uma União Económica e Monetária Efetiva e Aprofundada”.



21 de maio de 2013. Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa.

Dia 21 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa a Monika Hausar e Asma Jahangir, na Assembleia da República.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Associação Internacional de Lions Clubs, Wayne Madden.

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral dos Trabalhadores (UGT).



23 de maio de 2013. Entrega do Prémio Pessoa 2012 a Richard Zenith.



26 de maio de 2013. Final da Taça, Estádio do Jamor.



Dia 23 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega do “Prémio Pessoa 2012”, por ocasião do 26º aniversário deste galardão.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, que apresenta o estudo “PortugalPlus – Investimento e Exportação”.

Dia 26 • O Presidente da República assiste, no Estádio do Jamor, à Final da Taça de Portugal de Futebol.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Eurogrupo e Ministro das Finanças dos Países Baixos, Jeroen Dijsselbloem.

Dia 28 • Visita de Trabalho a Portugal do Presidente da República da Letónia, Andris Berzins.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Dr. José Miguel Mendonça, e o Presidente do Governo Regional, Dr. Alberto João Jardim.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

28 de maio de 2013. Visita do Presidente da Letónia.

JUNHO 2013

Dia 03 • O Presidente da República oferece, no Palácio da Cidadela de Cascais, uma recepção em honra do Príncipe Alberto II do Mónaco, por ocasião da Conferência sobre a “Sustentabilidade dos Oceanos – Boa Governança para o Desenvolvimento Sustentável do Mar”.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Comité Olímpico Português.

• O Presidente da República recebe, em audiência, Jacques Delors, a quem oferece um almoço.



3 de junho de 2013. Recepção em honra do Príncipe Alberto do Mónaco, Cascais.

Dia 6 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega dos Prémios Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa e Ideias de Origem Portuguesa, e à Assembleia-Geral da COTEC-Portugal.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro

Dr. Luís António Noronha Nascimento.

Dias 09 e 10 • Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Elvas.

Dia 10 • Visita a Portugal da Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, que participa na Cerimónia de Entrega do Prémio Camões ao escritor moçambicano Mía Couto.

9 de junho de 2013. Comemorações do Dia de Portugal em Elvas.





10 de junho de 2013. Visita da Presidente do Brasil.



10 de junho de 2013. Cerimónias Militares do Dia de Portugal, Elvas.



6 de junho de 2013. Fundação Calouste Gulbenkian.



10 de junho de 2013. Entrega do Prémio Camões.

Dias 12 e 13 • Visita Oficial do Presidente da República às Instituições Europeias.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Comissão Executiva do Fórum para a Competitividade.

Dia 18 • Visita a Portugal do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro.

- O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do Seminário “A Economia Social, o Emprego e o Desenvolvimento Local”, promovido pela Cáritas Portuguesa, o Centro Nacional de Cultura e a IPI Consulting Network Portugal.

Dia 19 • O Presidente da República e a Dr.^a Maria Cavaco Silva visitam o Jardim Botânico Tropical.

- O Presidente da República recebe os Presidentes dos Parlamentos dos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, aos quais oferece um almoço.

Dia 20 • O Presidente da República confere posse ao novo juiz do Tribunal Constitucional, o Juiz Conselheiro Lino José Baptista Rodrigues Ribeiro.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Rotary International, Sakuji Tanaka.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente

da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Rio.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Cardeal D. José Policarpo, Patriarca Emérito de Lisboa, oferecendo um almoço em sua homenagem.

Dia 28 • O Presidente da República agracia a Cidade de Guimarães e quatro personalidades ligadas ao Ensino Superior.



12 de junho de 2013. Plenário do Parlamento Europeu, Estrasburgo.



19 de junho de 2013. Visita ao Jardim Botânico Tropical, Lisboa.



7 de julho de 2013. Cerimónia no Mosteiro dos Jerónimos.

JULHO 2013

Dia 02 • O Presidente da República preside à Cerimónia Comemorativa do Dia da Polícia de Segurança Pública e agracia esta entidade com o grau de Membro Honorário da Ordem do Infante Dom Henrique;

- O Presidente da República confere posse a novos membros do Governo.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Congressista norte-americano Devin Nunes.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Dr. António José Seguro.

Dia 04 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 05 • O Presidente da República promove, no Palácio de Belém, um Encontro de Economistas sobre o tema “Portugal no período pós-troika”.

Dia 07 • O Presidente da República participa na Cerimónia de Entrada Solene na Diocese do novo Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente.

Dia 08 • O Presidente da República dá início a um conjunto de audiências aos partidos políticos com representação parlamentar, recebendo os representantes do Partido Ecologista “Os Verdes”, do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos Costa.

Dia 9 • O Presidente da República prossegue as audiências aos partidos políticos com representação parlamentar, recebendo os representantes do CDS -Partido Popular, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.



18 de julho de 2013. Visita à Selvagem Pequena.



25 de julho de 2013. Almoço com líderes parlamentares, Palácio de Belém.

- O Presidente da República recebe, no âmbito das audiências aos parceiros sociais, os líderes das organizações patronais.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, no âmbito das audiências aos parceiros sociais, os líderes das organizações sindicais.

- Comunicação do Presidente da República ao País, a propósito da situação de crise política e do contexto económico, financeiro e social.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, os líderes do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do CDS-Partido Popular, para analisar a proposta de compromisso de salvação nacional que apresentara ao País.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da confederação empresarial japonesa Keidanren.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Dias 18 e 19 • Visita do Presidente da República às Ilhas Selvagens, a fim de sublinhar a sua importância científica, ambiental e estratégica, por ocasião do 50º aniversário da primeira Expedição Científica às Ilhas.

Dia 19 • O Presidente da República recebe



30 de julho de 2013. Visita de Estado do Presidente do Panamá.

em audiência, sucessivamente, o Secretário-Geral do Partido Socialista, o Presidente do Partido Social Democrata e o Presidente do CDS-Partido Popular.

Dia 21 • Comunicação ao País do Presidente da República sobre a atualidade política.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Diretor do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, Prof. José António Falcão.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Provedor de Justiça, Juiz Conselheiro Alfredo José de Sousa.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação dos Serviços de Portugal.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da APPICCAPS - Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado.

• O Presidente da República confere posse a novos membros do Governo.

Dia 25 • Por ocasião do final da Sessão Legislativa, o Presidente da República recebe a Presidente e os Vice-Presidentes

da Assembleia da República, bem como os líderes dos Grupos Parlamentares, a quem oferece um almoço.

• O Presidente da República confere posse aos novos Secretários e Subsecretária de Estado.

Dia 30 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República do Panamá, Ricardo Martinelli e da Senhora D. Marta Linares de Martinelli.

Dia 31 • Visita do Presidente da República a Murça, Mondim de Basto e Campeã, no distrito Vila Real.



31 de julho de 2013. Exercícios militares em Murça.

AGOSTO 2013

Dia 13 • O Presidente da República requer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade de normas do diploma que estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas.

Dia 28 • O Presidente da República promulga o Decreto da Assembleia da República que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva lei, mas solicita a fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade de algumas normas do diploma.

SETEMBRO 2013

Dia 02 • O Presidente da República confere posse à Secretária de Estado do Tesouro, Dr.^a Maria Isabel Castelo Branco.

Dia 03 • O Presidente da República confere posse, como membro do Conselho de Estado, ao Provedor de Justiça, Prof. José Francisco de Faria Costa.

Dia 04 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio António Champalimaud de Visão 2013.

4 de setembro de 2013. Entrega do Prémio Champalimaud de Visão.



9 de setembro de 2013. Agraciamento da Associação dos Escoteiros de Portugal, Palácio de Belém.



6 de setembro de 2013. Prémio Aga Khan para a Arquitetura.



16 de setembro de 2013. Encontro da Associação Nacional de Jovens Empresários, Porto.

Dia 06 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio Aga Khan para a Arquitetura, no Castelo de S. Jorge.

Dia 09 • O Presidente da República confere o título de Membro Honorário da Ordem de Instrução Pública à Associação dos Escoteiros de Portugal, por ocasião do seu 100º aniversário.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Autoridade da Concorrência, Prof. Manuel Sebastião.

Dia 16 • O Presidente da República inicia, em Valongo, uma jornada de visitas a empresas lideradas por jovens, no âmbito da iniciativa “Os Jovens e o Futuro da Economia”, nesta ocasião subordinada à temática “Economia Real: Empreendedores que não se resignam”.



20 de setembro de 2013. Visita de Estado do Presidente de Timor-Leste.



25 de setembro de 2013. Apresentação do programa Lisbon Challenge, Palácio de Belém.



29 de setembro de 2013. Eleições autárquicas.



Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Industrial do Distrito de Aveiro.

Dia 18 • O Presidente da República confere posse, como Chanceler das Ordens de Mérito Civil, ao Prof. Luís Valente de Oliveira.

Dia 20 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak, e da Dr.^ª Isabel da Costa Ferreira.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro António Silva Henriques Gaspar.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Instituto Português de Corporate Governance.

Dia 25 • O Presidente da República reúne-se com os representantes das empresas *startup* de 25 países, participantes no programa internacional Lisbon Challenge.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), Dr. Vítor Ramalho.

Dia 29 • O Presidente da República exerce o direito de voto nas Eleições Autárquicas.



1 de outubro de 2013. Visita de Estado à Suécia.



5 de outubro de 2013. Celebração da implantação da República.



8 de outubro de 2013. Reunião do Grupo de Arraiolos, Cracóvia.

OUTUBRO 2013

Dias 01 a 03 • Visita de Estado do Presidente da República à Suécia.

Dia 05 • Comemorações do aniversário da implantação da República na Câmara Municipal de Lisboa e no Palácio de Belém, onde decorrem eventos culturais abertos ao público.

Dia 07 • O Presidente da República

recebe, em audiência, uma delegação da APRE – Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados.

Dias 08 e 09 • O Presidente da República participa no Encontro de Chefes de Estado Europeus no âmbito do denominado “Grupo de Arraiolos”, em Cracóvia, Polónia.



18 de outubro de 2013. Visita ao Canal do Panamá.



19 de outubro de 2013. XXIII Cimeira Ibero-Americana, Panamá.

Dia 10 • O Presidente da República confere o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique ao Clube Naval de Cascais, por ocasião do seu 75º aniversário.

Dias 18 e 19 • Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na cidade do Panamá.

Dia 21 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega do Prémio Europeu Helena Vaz da Silva para a Divulgação do Património Cultural.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho de Administração da Odebrecht, Eng. Emílio Odebrecht.
• O Presidente da República recebe, em audiência, o Comissário-Geral do Ano de Portugal no Brasil, Dr. Miguel Horta e Costa.



29 de outubro de 2013. Visita à Base Naval de Lisboa, no Alfeite.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Dia 29 • O Presidente da República visita dois navios da Armada e a Escola de Tecnologias Navais, assistindo ao Exercício Distex (*Disaster Relief Exercise*).

Dia 30 • O Presidente da República promulga o diploma 3000 desde o início dos seus mandatos.

NOVEMBRO 2013

Dia 04 • O Presidente da República preside à inauguração do Centro de Inovação Tecnológica da IBM, no Instituto Politécnico de Tomar.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral de Trabalhadores (UGT).

Dia 07 • O Presidente da República preside, no Mosteiro dos Jerónimos, à inauguração da Exposição “Metamorphosis”, integrada na ExperimentaDesign 2013.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, os membros da Presidência do Conselho Superior de Magistratura.



4 de novembro de 2013. Centro de Inovação Tecnológica da IBM, Tomar.



7 de novembro de 2013. Exposição no Mosteiro dos Jerónimos.



22 de novembro de 2013. Visita à OGMA, em Alverca.



15 de novembro de 2013. Visita à Misericórdia de Vizela.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN).

Dia 15 • Visita do Presidente aos concelhos de Vizela e de Braga.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

Dia 22 • O Presidente da República preside à inauguração do Centro de Distribuição Global da empresa Nokia Solutions and Networks, em Alfragide.

• O Presidente da República visita, em Alverca, a OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, por ocasião do 95º aniversário da empresa.

Dia 23 • O Presidente da República requer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade de normas do diploma que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social.

Dia 26 • O Presidente da República confere posse ao Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Guilherme d'Oliveira Martins.

Dia 27 • O Presidente da República agracia os fadistas Maria Argentina Santos e Vicente da Câmara e o guitarrista Carlos Gonçalves, com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

• O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 10º Encontro Nacional de Inovação COTEC.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante José Saldanha Lopes.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP)

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Antonio Tajani.



22 de novembro de 2012. Novo Centro de Distribuição da Nokia, Alfragide.

DEZEMBRO 2013

Dia 05 • O Presidente da República confere o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique à Fundação Eugénio de Almeida, por ocasião do seu 50º aniversário.

Dia 07 • Visita do Presidente da República a Vila Maior (S. Pedro do Sul) e a Viseu, onde preside à inauguração da Exposição “de propósito – Maria Keil, obra artística”, promovida pelo Museu da Presidência.

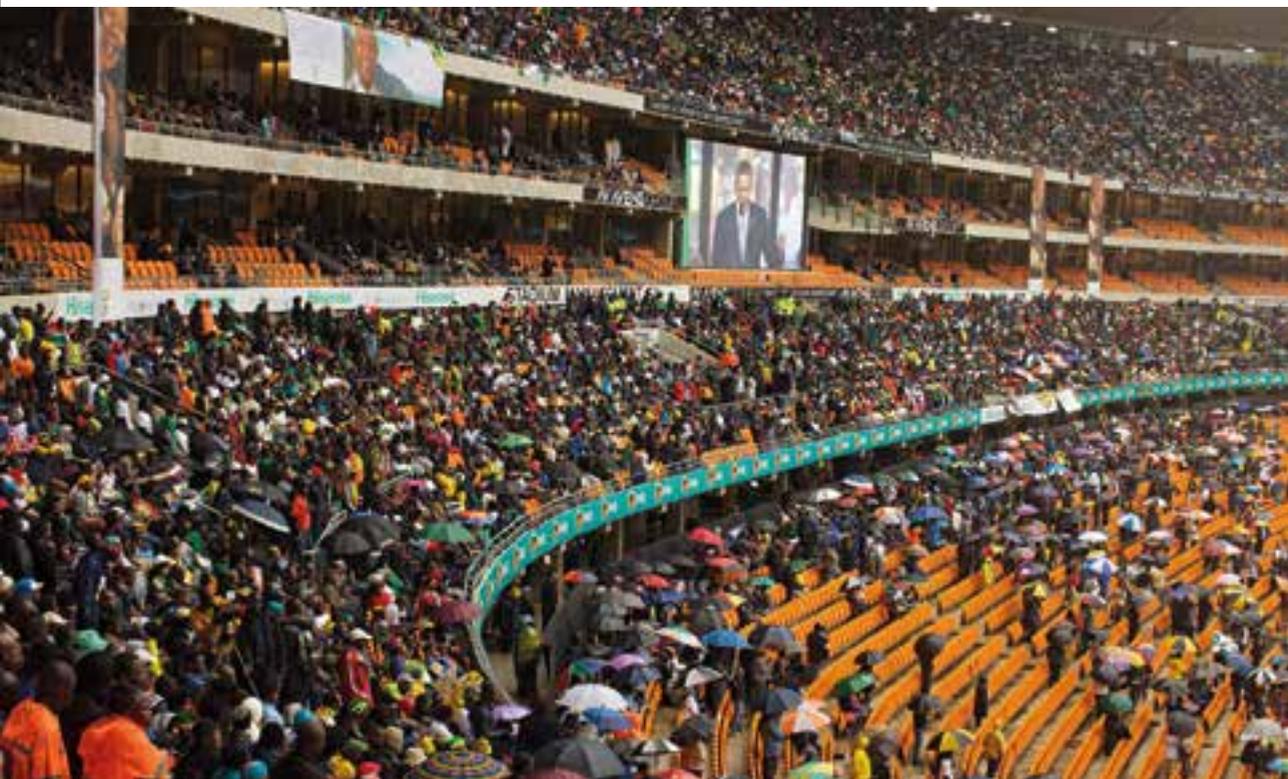
Dia 09 • O Presidente da República confere posse ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso.

Dia 10 • O Presidente da República participa nas exéquias oficiais organizadas pela República da África do Sul em memória do ex-Presidente Nelson Mandela.



5 de dezembro de 2013 . Exposição sobre Maria Keill, Solar do Vinho do Dão, Viseu.

10 de dezembro de 2013. Exéquias oficiais de Nelson Mandela. Estádio FNB, Joanesburgo.





12 de dezembro de 2013. Sessão de encerramento da iniciativa dedicada ao Empreendedorismo Social, Porto.

Dia 12 • Integrada na sua iniciativa sobre “Os Jovens e o Futuro da Economia”, o Presidente da República realiza, na cidade do Porto, uma jornada dedicada ao Empreendedorismo Social e o Desenvolvimento Económico.

Dia 14 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio “Vida Literária”, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores, a Maria Velho da Costa.

Dia 18 • O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

Dia 19 • O Presidente da República recebe a Presidente, os Vice-Presidentes e os Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

Dia 20 • O Presidente da República recebe a Ministra da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

Dia 23 • Encontro Anual do Conselho da Diáspora Portuguesa, no Palácio da Cidadela.

Dia 30 • O Presidente da República confere posse a novos Secretários de Estado.



14 de dezembro de 2013. Entrega do Prémio Vida Literária da APE.



23 de dezembro de 2013. Encontro do Conselho da Diáspora Portuguesa, Cascais.

JANEIRO 2014

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Embaixador Roberto Azevedo.

Dia 05 • O Presidente da República profere, no Palácio de Belém, uma declaração a propósito do falecimento de Eusébio da Silva Ferreira.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Federação Portuguesa de Futebol.

- O Presidente recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).
- O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo dos Embaixadores de Portugal acreditados junto de vários Estados e organizações internacionais.

Dia 09 • O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo do Presidente, Vice-Presidentes e Juizes do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente e Juizes do Tribunal Constitucional e dos Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, e da Procuradora-Geral da República.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência seguida de almoço, os Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, no Palácio de Queluz,



5 de janeiro de 2014. Homenagem a Eusébio da Silva Ferreira, Palácio de Belém.



7 de janeiro de 2014. Cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático, Palácio de Queluz.



20 de janeiro de 2014. Agraciamento de Cristiano Ronaldo, Palácio de Belém.

os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 20 • Cerimónia de Condecoração de Cristiano Ronaldo com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Dia 28 • O Presidente da República requer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade da proposta de referendo sobre a co-adoção e a adoção por casais do mesmo sexo aprovada pela Assembleia da República.

Dia 29 • O Presidente da República preside à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da VINCI.

Dia 31 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Senador italiano Professor Mario Monti, o presidente honorário do Instituto Europeu de Administração Empresarial (INSEAD), Professor Claude Janssen, e antigos alunos desse Instituto.

• O Presidente da República participa na cerimónia de homenagem ao Dr. Vasco Graça Moura, promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian, condecorando o escritor com a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago da Espada.

29 de janeiro de 2014. Abertura do Ano Judicial.



31 de janeiro de 2014. Condecoração de Vasco Graça Moura.



FEVEREIRO 2014

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE).

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da “China Three Gorges”, Cao Guangjing.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves Araújo.

Dia 05 • O Presidente da República preside à inauguração da nova sede do Grupo Novartis, em Oeiras.

Dia 07 • O Presidente da República confere posse ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Artur Neves Pina Monteiro.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Educação e Ciência, Prof. Nuno Crato.

Dia 12 • O Presidente da República participa com o Rei D. Juan Carlos I de Espanha e o Presidente italiano, Giorgio Napolitano, na Sessão de Encerramento do IX Encontro COTEC Europa.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral Ibero-Americano (SEGIB),



5 de fevereiro de 2014. Nova sede do grupo Novartis, Oeiras.

Enrique Iglesias, a quem seguidamente agracia com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

- O Presidente da República assiste ao concerto que assinala a reabertura do Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Conselho Superior do Ministério Público.

- O Presidente da República confere posse ao Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo.

Dia 19 • O Presidente da República recebe os Ministros da Agricultura e do Mar e da Educação e Ciência, para apresentação do mapa “Portugal é Mar”, uma carta que retrata a dimensão marítima do País e inclui a proposta de Extensão da Plataforma Continental.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).

- O Presidente da República devolve à Assembleia da República a proposta

12 de fevereiro de 2014. Encerramento do IX Encontro COTEC Europa.





25 de fevereiro de 2014. Encontro com jovens profissionais e investigadores portugueses, São Francisco.



26 de fevereiro de 2014. Encerramento da Cimeira Mundial dos Oceanos, São Francisco.

de referendo sobre a co-adoção e a adoção por casais do mesmo sexo, uma vez que o Tribunal Constitucional se pronunciou, em sede de fiscalização preventiva obrigatória, pela sua inconstitucionalidade e ilegalidade.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da AICEP, Dr. Pedro Reis.

Dia 25 • Deslocação do Presidente da República a São Francisco.

Dia 26 • O Presidente da República mantém, em São Francisco, encontros com quadros portugueses, membros do Conselho da Diáspora Portuguesa e empresários e investidores norte-americanos.

• O Presidente da República profere o discurso de encerramento da Conferência “World Ocean Summit 2014”.

Dia 28 • Deslocação do Presidente da República a Toronto, onde preside ao encerramento do Seminário Económico Canadá-Portugal e ao Encontro com a Comunidade Portuguesa.



26 de fevereiro de 2014. Encontro com empresários e investidores norte-americanos, São Francisco.



28 de fevereiro de 2014. Seminário Económico Canadá-Portugal, Toronto.



28 de fevereiro de 2014. Encontro com a Comunidade Portuguesa no Canadá, Toronto.



28 de fevereiro de 2014. Encontro com a Comunidade Portuguesa no Canadá, Toronto.

MARÇO 2014

Dia 01 • No âmbito da sua presença em Toronto, o Presidente da República reúne-se com membros da Federação Luso-Canadiana de Quadros e Empresários e visita a Luso-Canadian Charitable Society.

• O Presidente da República reúne-se com o Ministro do Comércio Internacional e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, e o Ministro da Justiça, Félix Brás.



1 de março de 2014. Reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Toronto.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Médicos.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Sporting Clube de Portugal.

Dia 06 • O Presidente da República confere posse ao juiz do Tribunal Constitucional Prof. João Pedro Caupers.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, Dr. António Gomes de Pinho.

Dia 07 • Encontro do Presidente da República com jovens agricultores do Algarve.

7 de março de 2014. Jornada dedicada aos jovens agricultores do Algarve. Exploração hortícola, Patacão.





Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino

Design Gráfico
Teresa Olazabal Cabral
Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

Acompanhamento de edição
João van Zeller

*Da presente edição
fez-se uma tiragem de 2.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)*

*Acabou de imprimir-se em Abril de 2014
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

ISBN
978-972-27-2309-1

Depósito Legal
257 726/07

“ *Mais cedo ou mais tarde,
um compromisso interpartidário alargado
será imposto pela evolução da realidade
política, económica e social do País,
tal como se verifica na generalidade
dos países europeus de média dimensão.* **”**

Aníbal Cavaco Silva

21 DE JULHO DE 2013